



# PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DAS MISSÕES

## 2015-2030



## Corede Missões



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO



2017

Capa: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)  
Editoração Eletrônica: Assessoria de Comunicação URI Santo Ângelo

*Órgão Financiador:*

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), através do convênio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Planejamento, Mobilidade de Desenvolvimento Regional e o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Convênio n. 1636/2015.

“Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.”

P712 Plano estratégico de desenvolvimento da região das Missões [recurso eletrônico] / organização : Berenice Beatriz Rossner Wbatuba ... [et al.]. – Santo Ângelo : FuRI , 2017.

341 p.

ISBN 978-85-7223-453-5

1. Desenvolvimento regional 2. Planejamento estratégico I. Wbatuba, Berenice Beatriz Rossner (org.)

CDU: 332.146.2

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz CRB 10/1720

Editora: FuRI - Editora da URI Santo Ângelo  
Rua Universidade das Missões, 464 - Santo Ângelo,RS - CEP: 98802-470  
Fone: (55) 3313-7900 - E-mail: editora@santoangelo.uri.br

**DIRETORIA DO COREDE MISSÕES**  
(GESTÃO 2014-2016)

**Presidente:** José Claudio Lourega Reis  
**Vice-presidente:** Junaro Rambo Figueiredo  
**1º Secretário:** Odelmar Fenner  
**2º Secretário:** Iury Sommer Zabolotski  
**1º Tesoureiro:** Gilberto Pacheco  
**2º Tesoureiro:** Diomar Lino Formeton

**DIRETORIA DO COREDE MISSÕES**  
(GESTÃO 2016-2018)

**Presidente:** José Cláudio Lourega Reis  
**Vice-presidente:** Junaro Rambo Figueiredo  
**1º Secretário:** Rômulo Madrid de Mello  
**2º Secretário:** Nilson Parayba dos Santos  
**1º Tesoureiro:** Odelmar Fenner  
**2º Tesoureiro:** Diomar Lino Formeton

**ASSESSORIA TÉCNICA - ORGANIZAÇÃO E PESQUISA**

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba (Coord.)  
Daniel Claudy da Silveira  
Luis Cláudio Villani Ortiz  
Rômulo Madrid Mello

**EQUIPE TÉCNICA DE APOIO**

Anderson Burtzlaff  
Anderson Liska  
Cristiane Carvalho



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> - Estrutura de Governança e Trabalho do Projeto de Atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) do Estado do Rio Grande do Sul.....	25
<b>Figura 02</b> - Síntese das Etapas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional.....	33
<b>Figura 03</b> - Representação Metodológica da Matriz FOFA.....	34
<b>Figura 04</b> - Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7).....	38
<b>Figura 05</b> - Mapa Geográfico da Região das Missões.....	39
<b>Figura 06</b> - Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do COREDE Missões.....	46
<b>Figura 07</b> - Pirâmide Populacional do COREDE Missões, por gênero – 2010.....	53
<b>Figura 08</b> - Mapa da Rede Hidrográfica do COREDE Missões.....	57
<b>Figura 09</b> - Mapa do Tipo de Manancial Utilizado no Abastecimento Urbano de Água no COREDE Missões – 2010.....	58
<b>Figura 10</b> - Contribuições de cargas poluentes dos municípios por bacia hidrográfica.....	60
<b>Figura 11</b> - Comparativo do IDESE Médio entre RS e Região Missões - 2008-2013.....	65
<b>Figura 12</b> - IDESE dos Municípios do COREDE Missões e RS, ano de 2013.....	65
<b>Figura 13</b> - IDESE por Blocos dos Municípios do COREDE Missões e RS, período 2008-2013.....	66
<b>Figura 14</b> - IDESE Educação dos Municípios do COREDE Missões e RS-2013.....	75
<b>Figura 15</b> - Taxa de Analfabetismo do RS e COREDE's da RFP 7 – 2000/2010.....	76
<b>Figura 16</b> - Distribuição de Matrículas do Ensino Público Estadual e Municipal, por Localização – 2015.....	76
<b>Figura 17</b> - IDESE Saúde da Região do COREDE Missões, RFP 7 e Estado do RS - 2013.....	83

<b>Figura 18 - IDESE Saúde dos Municípios do COREDE Missões e RS – 2013</b>	84
<b>Figura 19 - Mapa da Infraestrutura de Transportes do COREDE Missões</b>	90
<b>Figura 20 - Imagem Aérea do Aeroporto Sepé Tiarajú – Santo Ângelo</b>	91
<b>Figura 21 - Reduções Jesuítico Guaranis de São Miguel Arcanjo – São Miguel das Missões</b>	102
<b>Figura 22 - Mapa de Atrativos Turístico do Conjunto Histórico dos Sete Povos Guaranis</b>	103
<b>Figura 23 - Evolução do Valor Agregado Bruto por setores da Região das Missões - 2010-2013</b>	110
<b>Figura 24 - PIB per Capita do Estado do RS e Região Missões - 2001 a 2013</b>	112
<b>Figura 25 - Distribuição do Número de Agroindústrias por Municípios do COREDE Missões - 2016</b>	132
<b>Figura 26 - Distribuição percentual de empresas da região das Missões, por tempo de existência - 2014</b>	139
<b>Figura 27 - Desempenho do IFGF, Região das Missões e Rio Grande do Sul – 2006/2013</b>	140
<b>Figura 28 - Estrutura de Governança do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) do COREDE MISSÕES</b>	142
<b>Figura 29 - Participação da Região do COREDE Missões na Consulta Popular, Votos Totais e Votos pela Internet - 2005 a 2016</b>	145
<b>Figura 30 - Gráfico de Coordenadas Cartesianas</b>	165
<b>Figura 31 - Constructo de Governança Inovadora e Territorial do Desenvolvimento</b>	254
<b>Figura 32 - Modelo de governança e gestão da Região Funcional de Planejamento nº 7 para o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030</b>	257

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Síntese dos Eixos Temáticos e Subgrupos de Análise Regional.....	35
<b>Quadro 02</b> - Dados Regionais e por Municípios do COREDE Missões.....	40
<b>Quadro 03</b> - População do COREDE Missões – por município – 2010.....	54
<b>Quadro 04</b> - Instituições de Ensino Superior, Sistema Presencial na Região das Missões, 2016.....	74
<b>Quadro 05</b> - Número de Docentes da Rede Pública Estadual da RFP 7.....	74
<b>Quadro 06</b> - Potencial de Consumo Municipal da Região das Missões, por Classe de Rendimento - 2016.....	113
<b>Quadro 07</b> - Índice Firjan de Gestão Fiscal, para regiões selecionadas, no período 2006-2013.....	140
<b>Quadro 08</b> - Dimensão Infraestrutural – COREDE Missões.....	149
<b>Quadro 09</b> - Dimensão Sociocultural – COREDE Missões.....	151
<b>Quadro 10</b> - Dimensão Turística – COREDE Missões.....	153
<b>Quadro 11</b> - Dimensão Econômica – COREDE Missões.....	154
<b>Quadro 12</b> - Dimensão Ambiental – COREDE Missões.....	156
<b>Quadro 13</b> - Dimensão Institucional – COREDE Missões.....	157
<b>Quadro 14</b> - Matriz Regional – COREDE Missões.....	159
<b>Quadro 15</b> - Matriz de Vester.....	164
<b>Quadro 16</b> - Classificação dos Problemas Infraestruturais do COREDE Missões.....	166
<b>Quadro 17</b> - Classificação dos Problemas Socioculturais do COREDE Missões.....	166
<b>Quadro 18</b> - Classificação dos Problemas Turísticos do COREDE Missões.....	167
<b>Quadro 19</b> - Classificação dos Problemas Econômicos – Comércio, Indústria e Serviços – do COREDE Missões.....	167
<b>Quadro 20</b> - Classificação dos Problemas Econômicos – Agropecuária – do COREDE Missões.....	168
<b>Quadro 21</b> - Classificação dos Problemas Institucionais do COREDE Missões.....	168

<b>Quadro 22</b> - Classificação dos Problemas Ambientais do COREDE Missões ....	169
<b>Quadro 23</b> - Total de Problemas Críticos e Ativos – por Dimensão – COREDE Missões.....	170
<b>Quadro 24</b> - Projetos Hierarquizados da Estratégia Infraestrutural do COREDE Missões, 2017.....	173
<b>Quadro 25</b> - Projetos Hierarquizados da Estratégia Sociocultural do COREDE Missões, 2017.....	174
<b>Quadro 26</b> - Projetos Hierarquizados da Estratégia Competitividade e Sustentabilidade Ambiental das Cadeias Produtivas do COREDE Missões, 2017.....	175
<b>Quadro 27</b> - Projetos Hierarquizados da Estratégia Articulação, Governança e Planejamento Territorial do COREDE Missões, 2017.....	176
<b>Quadro 28</b> - Projetos Prioritários da Região de Planejamento Funcional 7.....	258
<b>Quadro 29</b> - Agenda de Ações para a Região do COREDE Missões .....	277

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> - Envelhecimento Populacional do COREDE Missões, por classe de Idade – 2000/2010.....	54
<b>Tabela 02</b> - Agroquímicos mais Críticos - Cálculo de Ranqueamento (R) – utilizados no Estado do Rio Grande do Sul.....	61
<b>Tabela 03</b> - IDESE, Estado do RS e a Região Funcional de Planejamento Sete (7). -2013.....	66
<b>Tabela 04</b> - IDHM, Estado do RS e a Região Funcional de Planejamento Sete (7) - anos de 2000 e 2010.....	67
<b>Tabela 05</b> - IFDM, Estado do RS e Região Funcional de Planejamento Sete (7) – 2013.....	67
<b>Tabela 06</b> - Índice Vulnerabilidade Social - Estado do RS e a Região Funcional de Planejamento Sete (7), anos de 2000 e 2010.....	68
<b>Tabela 07</b> - Índice de Gini dos Municípios do COREDE Missões –2010.....	69
<b>Tabela 08</b> - Programa Bolsa Família – PBF – Beneficiários por Municípios do COREDE Missões (%) – 2016.....	70
<b>Tabela 09</b> - Estabelecimentos de Ensino Básico Estadual – COREDE Missões – 2015.....	71
<b>Tabela 10</b> - Estabelecimentos de Ensino Básico Municipal – COREDE Missões – 2015. ....	72
<b>Tabela 11</b> - IDESE Educação do Rio Grande do Sul e COREDE's da RFP 7 – 2013.....	75
<b>Tabela 12</b> - Número de Matrículas Iniciais, Rede Estadual Urbana, Municípios do COREDE Missões e Estado do RS – ano 2015.....	77
<b>Tabela 13</b> - Número de Matrículas Iniciais, Rede Estadual Rural, Municípios do COREDE Missões e Estado do RS – ano 2015.....	78
<b>Tabela 14</b> - Número de Matrículas Iniciais, Rede Municipal Urbana Municípios do COREDE Missões e Estado do RS – ano 2015.....	79
<b>Tabela 15</b> - Número de Matrículas Iniciais, Rede Municipal Rural - 2015.....	80
<b>Tabela 16</b> - Infraestrutura e Recursos Humanos na Área da Saúde na Região das Missões – 2014 e 2015.....	81
<b>Tabela 17</b> - Estatística Hospitalar da Região do COREDE Missões – 2014....	82
<b>Tabela 18</b> - IDESE Saúde do Rio Grande do Sul e COREDE's da RFP 7 – 20	

13.....	83
<b>Tabela 19</b> - Número de Vítimas Fatais em Acidentes de Trânsito, no COREDE Missões – 2010/2015.....	85
<b>Tabela 20</b> - Indicadores Criminais - Número de Furtos, COREDE Missões – 2010/2015.....	86
<b>Tabela 21</b> - Indicadores Criminais - Número de Roubos, COREDE Missões – 2010/2015.....	87
<b>Tabela 22</b> - Indicadores Criminais - Número Homicídios Dolosos, COREDE Missões – 2010/2015.....	88
<b>Tabela 23</b> - Relação de Obras para Conclusão de Acesso Asfáltico da Região do COREDE Missões.....	90
<b>Tabela 24</b> - Número de Domicílios Particulares conforme localização, na Região das Missões - 2010-2015.....	93
Abastecimento de Água no COREDE Missões – 2000 e 2010.....	94
<b>Tabela 26</b> - Destino do lixo por domicílios particulares permanentes dos municípios do COREDE Missões – 2000-2010.....	96
<b>Tabela 27</b> - Esgotamento Sanitário por Domicílios Particulares Permanentes dos Municípios do COREDE Missões – 2000-2010.....	97
<b>Tabela 28</b> - Consumo Total de Energia Elétrica do Estado e da RFP 7 – 2000-2015.....	98
<b>Tabela 29</b> - Consumo de Energia Elétrica Rural e Residencial - MWh – do Estado do RS e da RFP 7 – 2000-2015.....	99
<b>Tabela 30</b> - Consumo de Energia Elétrica Comercial e Industrial - MWh – do Estado do RS e da RFP 7 – 2000-2015.....	99
<b>Tabela 31</b> - Atrações turísticas dos municípios do COREDE Missões.....	105
<b>Tabela 32</b> - Valor Adicionado Bruto Total – em R\$ – Variação Percentual (%) dos Municípios do COREDE Missões – 2010 a 2013.....	107
<b>Tabela 33</b> - Valor Adicionado Bruto Total – em R\$ – Participação dos Municípios (%) em Relação ao COREDE Missões – 2010 a 2013.....	108
<b>Tabela 34</b> - Valor Adicionado Bruto Total – em R\$ - do COREDE Missões – variação percentual (%) por setor – 2010 a 2013. ....	109
<b>Tabela 35</b> - Valor Adicionado Bruto Total – em R\$ - do COREDE Missões – estrutura (%) por setor – 2010 a 2013.....	110
<b>Tabela 36</b> - Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto Per Capita – em R\$ – COREDE Missões – 2013.....	111
<b>Tabela 37</b> - Valor Adicionado Bruto Agropecuário – em R\$ mil – variação % dos municípios do COREDE Missões – 2010 a 2013.....	114
<b>Tabela 38</b> - Valor Adicionado Bruto Agropecuário – em R\$ mil – participação dos municípios em relação ao COREDE Missões – 2010 a 2013.....	115

<b>Tabela 39</b> - Produção (produtos selecionados) – em toneladas e milhões de litros – municípios do COREDE Missões – 2014.....	117
<b>Tabela 40</b> - Valor Bruto da Produção (produtos selecionados) – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2014.....	118
<b>Tabela 41</b> - Produção de Milho – em toneladas – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	119
<b>Tabela 42</b> - Valor Bruto da Produção de Milho – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	120
<b>Tabela 43</b> - Produção de Soja – em toneladas – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	121
<b>Tabela 44</b> - Valor Bruto da Produção de Soja – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	122
<b>Tabela 45</b> - Produção de Trigo – em toneladas – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	123
<b>Tabela 46</b> - Valor Bruto da Produção do Trigo – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	124
<b>Tabela 47</b> - Produção de Cana-de-açúcar – em toneladas – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	125
<b>Tabela 48</b> - Valor Bruto da Produção da Cana-de-açúcar – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	126
<b>Tabela 49</b> - Produção de Leite – em milhões de litros – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	127
<b>Tabela 50</b> - Valor Bruto da Produção do Leite – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.....	128
<b>Tabela 51</b> - Efetivo de Rebanho – cabeças – municípios e COREDE Missões – 2014.....	130
<b>Tabela 52</b> - Valor Adicionado Bruto Industrial – em R\$ mil – variação % dos municípios do COREDE Missões – 2010 a 2013.....	134
<b>Tabela 53</b> - Valor Adicionado Bruto Industrial – em R\$ mil – participação dos municípios em relação ao COREDE Missões – 2010 a 2013.....	135
<b>Tabela 54</b> - Valor Adicionado Bruto de Serviços – em R\$ mil – variação % dos municípios do COREDE Missões – 2010 a 2013.....	137
<b>Tabela 55</b> - Valor Adicionado Bruto de Serviços – em R\$ mil – participação dos municípios em relação ao COREDE Missões – 2010 a 2013.....	138
<b>Tabela 56</b> - Total de participantes das reuniões municipais de direcionamento estratégico do COREDE Missões – 2016.....	148
<b>Tabela 57</b> - Diretrizes Estratégicas Infraestruturais (INFRA) – COREDE Missões.....	151
<b>Tabela 58</b> - Diretrizes Estratégicas Socioculturais (SOCIO) – COREDE	

Missões.....	152
<b>Tabela 59</b> - Diretrizes Estratégicas Turísticas (TUR) – COREDE	
Missões.....	154
<b>Tabela 60</b> - Diretrizes Estratégicas Econômicas (ECO) – COREDE	
Missões.....	156
<b>Tabela 61</b> - Diretrizes Estratégicas Ambientais (AMB) – COREDE	
Missões.....	157
<b>Tabela 62</b> - Diretrizes Estratégicas Institucionais (INST) – COREDE	
Missões .....	158
<b>Tabela 63</b> - Diretrizes Estratégicas Regionais (MISSÕES) – COREDE	
Missões.....	160

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 01</b> - Efetivo de Rebanho Aves – cabeças – municípios do COREDE Missões - 2008 a 2014.....	293
<b>Anexo 02</b> - Efetivo de Rebanho Bovino – cabeças – municípios do COREDE Missões - 2008 a 2014.....	294
<b>Anexo 03</b> - Efetivo de Rebanho Suíno – cabeças – municípios do COREDE Missões - 2008 a 2014.....	295
<b>Anexo 04</b> - Efetivo de Rebanho Ovino – cabeças – municípios do COREDE Missões - 2008 a 2014.....	296
<b>Anexo 05</b> - Registros Fotográficos.....	297
<b>Anexo 06</b> - Matriz Swot Municipais.....	297



## LISTA DE ABREVIATURAS

**AGDI** - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento  
**AMM** - Associação dos Municípios das Missões  
**APL-AF** - Produtivo Local da Agroindústria Familiar  
**APL** - Arranjo Produtivo Local  
**ARG** - República Federativa da Argentina.  
**ATER**- Assistência Técnica de Extensão Rural  
**CadÚnico** - Cadastro Único  
**CEEE** - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica  
**CNAE** - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
**CNPJ** - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
**CODETER** - Colegiado de Desenvolvimento Territorial  
**COMUDE** - Conselho Municipal de Desenvolvimento  
**CONDEMA** - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente  
**COREDE** - Conselho Regional de Desenvolvimento  
**CORSAN** - Companhia Rio-grandense de Saneamento  
**CP** - Consulta Popular  
**CPF** - Cadastro da Pessoa Física  
**CPFL** - Companhia Paulista de Força e Luz  
**CRAS** - Secretaria de Saúde e Assistência Social  
**CRE** - Coordenadoria Regional de Educação  
**CRS** - Coordenadoria Regional de Saúde  
**DAP** - Declaração de Aptidão ao PRONAF  
**DEPLAN** - Departamento de Planejamento Governamental  
**DETRAN** - Departamento de Trânsito  
**DML** - Departamento Médico Legal  
**DPE** - Defensoria Pública do Estado do RS  
**EJA** - Educação para Jovens e Adultos  
**ELETROSUL** - Centrais Elétricas do Sul do Brasil  
**EMATER/ASCAR** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
**EXPOBUTIÁ** - Exposição do Município de São Pedro do Butiá  
**EXPOFEIRA** - Agropecuária, Comercial e Industrial de São Luiz Gonzaga

**EXPOGIRUÁ** - Exposição de Giruá  
**EXPOLEITE** - Exposição de Leite das Missões  
**EXPOMAQ** - Exposição de Máquinas  
**EXPOSALM** - Exposição de Salvador das Missões  
**EXPOSAM** - Exposição de Santo Antônio das Missões  
**EXPOSETE** - Exposição de Sete de Setembro  
**FAPERGS** - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul  
**FARSUL** - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul  
**FEAPER** - Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais.  
**FEE** - Fundação de Economia e Estatística  
**FEE-RS** - Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul  
**FENAMILHO** - Feira Nacional do Milho  
**FENAMILHO** - Feira Nacional e Internacional do Milho  
**FEPAM-RS** - Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul  
**FIRJAN** - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro  
**FURI** - Fundação Regional Integrada  
**HZ** - Hertz  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**ICT** - Instituto de Ciência e Tecnologia– URI Campus Santo Ângelo  
**IDESE** - Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico  
**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano  
**IDH-M** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
**IESA-CNEC** - Instituto Ensino Superior de Santo Ângelo – Campanha Nacional das Escolas Comunitárias  
**IFDM** - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal  
**IFGF** - Índice Firjan de Gestão Fiscal  
**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
**IPERGS** - Instituto de Previdência do Estado do RS  
**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**IVS** - Índice de Vulnerabilidade Social  
**Kg** - Quilograma  
**KM** - Quilômetro  
**Lt** - Litros  
**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
**MIN** - Ministério da Integração Nacional  
**MW** - Mega Watt

**MWh** - Mega Watt – hora  
**NEPI** - Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação  
**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos  
**PEAF** - Programa Estadual de Agroindústria Familiar  
**PEDR** - Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional  
**PIB** - Produto Interno Bruto  
**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
**PNCF** - Programa Nacional de Crédito Fundiário  
**PNDR** - Plano Nacional de Desenvolvimento Regional  
**PROAGRO** - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária  
**PROCERGS** - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS  
**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**RAIS/MTE** - Relação Anual Informações Sociais do Minist. do Trabalho e Emprego  
**REMAF** - Rede Missioneira de Cooperativas da Agricultura Familiar  
**RFP** - Região Funcional de Planejamento  
**RGE** - Rio Grande Energia  
**SDR/RS** - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do RS  
**SDT** - Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
**SEAPPA/RS** - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio do RS  
**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
**SEDUC** - Secretaria da Educação  
**SEDUC** - Secretaria Estadual da Educação e Cultura  
**SEFAZ** - Secretaria da Fazenda do Estado do RS  
**SEFAZ/RS** - Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul  
**SEMAGRI** - Secretaria Municipal de Agricultura  
**SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
**SENAR** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
**SEPLAN-RS** - Secretaria do Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul  
**SES/RS** - Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul  
**SIM** - Serviço de Inspeção Municipal  
**SISBI/POA** - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal  
**SOPS** - Secretaria de Obras Públicas  
**SSMA** - Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente  
**STCAS** - Secretaria do Trabalho Cidadania e Assistência Social  
**STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
**SUASA** - Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária  
**SUSAF** - Sist. Unif. Est. Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Peq. Porte

**SUSEPE** - Superintendência dos Serviços Penitenciária

**SUSEPE** - Superintendência Serviços Penitenciários do RS

**TAB-CAD** - Tabela Cadastro Único

**TIC** - Tecnologia de Informação e Comunicação

**TON** - Toneladas

**UERGS** - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

**UFFS** - Universidade Federal da Fronteira Sul

**UN** - Unidade

**URI/SA** - Univ. Reg. Int. do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo Ângelo

**VAB** - Valor Adicionado Bruto

**VBP** - Valor Bruto de Produção

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	21
1 INTRODUÇÃO.....	23
2 ESTRUTURA E GESTÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO COREDE MISSÕES – PEDR.....	25
3 O PROCESSO DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PEDR MISSÕES.....	27
4 OBJETIVOS.....	31
4.1 OBJETIVO GERAL.....	31
4.2 ABRANGÊNCIA.....	32
5 METODOLOGIA.....	33
6 DIAGNÓSTICO TÉCNICO E ANÁLISE SITUACIONAL.....	37
6.1 CARACTERIZAÇÃO.....	37
6.2 DIMENSÃO AMBIENTAL.....	55
6.3 DIMENSÃO SOCIOCUTURAL.....	62
6.4 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL.....	89
6.5 DIMENSÃO TURÍSTICA.....	102
6.6 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	106
6.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	141
7 DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO.....	147
7.1 MATRIZ FOFA.....	147
7.2 MATRIZES FOFA'S E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS POR DIMENSÃO.....	149
7.3 MATRIZ FOFA REGIONAL E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS.....	159
8 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS: VISÃO, VOCAÇÃO E VALORES.....	161
9 ESTRATÉGIAS DE HIERARQUIZAÇÃO E CARTEIRA DE PROJETOS.....	163
9.1 METODOLOGIA DA MATRIZ DE VESTER-MARCOTEÓRICO.....	163
10 ESTRATÉGIAS E PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS DO COREDE MISSÕES/RS.....	171
10.1 ESTRATÉGIA 1 – INFRAESTRUTURAL DA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS.....	172
10.2 ESTRATÉGIA 2 – SOCIOCULTURAL DA REGIÃO DO COREDE MISSÕES.....	173
10.3 ESTRATÉGIA 3 – COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	

DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO COREDE MISSÕES.....	174
10.4 ESTRATÉGIA 4 – ARTICULAÇÃO, GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO COREDE MISSÕES.....	175
11 CARTEIRA DE ANTE-PROJETOS DO COREDE MISSÕES/RS.....	177
11.1 ESTRATÉGIA: INFRAESTRUTURAL DO PEDR MISSÕES.....	177
11.2 ESTRATÉGIA: SOCIOCULTURAL DO PEDR MISSÕES.....	202
11.3 ESTRATÉGIA: COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO PEDR MISSÕES.....	221
11.4 ESTRATÉGIA: ARTICULAÇÃO, GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO PEDR MISSÕES.....	243
12 MODELO DE GOVERNANÇA TERRITORIAL E REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DA REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 7 (RFP 7) E DO COREDE MISSÕES/RS.....	251
12.1 ANÁLISE MACRORREGIONAL (RPF 7) - PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL.....	258
13 AGENDA DE AÇÕES 2015-2030 DO PEDR MISSÕES – LINHAS ESTRUTURANTES E ANTE PROJETOS A SEREM TRABALHADOS.....	277
NOTAS FINAIS.....	281
REFERÊNCIAS .....	283
ANEXOS.....	293

## APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região das Missões 2015-2030, construído pelo conjunto dos atores regionais, a partir dos diversos segmentos representativos da sociedade civil e do poder público, o documento ora apresentado sistematiza o direcionamento estratégico das ações em políticas públicas na promoção do desenvolvimento regional.

O COREDE, estruturado para auxiliar no processo de governança territorial e cumprindo seu papel de colaborar no sistema de descentralização das decisões de planejamento do governo, vem oportunizar à sociedade organizada a participação na proposição de estratégias de desenvolvimento regional pois esta se estabelece como importante contribuição para as proposições e reivindicações da sociedade regional.

Cabe esclarecer que, no final de 2015, o Fórum dos COREDEs do RS firmou um convênio com o Governo do Estado do RS, com o propósito de atualizar o plano elaborado em 2009, o qual representa um significativo elemento norteador no método de pensar caminhos que levem à construção de uma região próspera e com mais qualidade de vida. Esse processo de atualização, quando pensado inicialmente pelos COREDEs, atende uma demanda regional entendendo que muitas das necessidades apresentadas precisavam ser repensadas e novas necessitavam ser articuladas.

Diante disso, surge como elemento chave a atualização do instrumento de planejamento que pretende demonstrar e debater as potencialidades, carências e ameaças, de forma a mobilizar e obter a atenção da sociedade a fim de incentivar o debate sobre a articulação entre o ambiente de desenvolvimento da região, proporcionando a identificação e a operacionalização de estratégias de desenvolvimento sustentável.

No ato de se refletir acerca do processo de atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional - PEDR, a diretoria do COREDE Missões, juntamente com a equipe da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões, Campus Santo Ângelo salientam que esse planejamento envolve além da dimensão técnica, as dimensões social e política tendo

como elemento balizador a participação popular e democrática.

Assim, acredita-se que as contribuições do planejamento territorial se apresentam como forma de orientar planos de desenvolvimento, a partir de ações proativas e de estratégias, coordenadas de forma a potencializar os atributos da região.

Esses processos permitem a crescente sensibilização dos diversos grupos frente aos problemas locais e regionais visando à obtenção de consensos relativos aos objetivos de desenvolvimento inserindo assim a ideia de co-responsabilização. O PEDR transforma-se em elemento de fortalecimento do processo de politização e envolvimento público na tomada de decisão, o que valoriza ainda mais o planejamento no processo de formação social, contribuindo sobremaneira na concepção de um conjunto de novas políticas redistributivas, que apoiem uma adequada implementação do desenvolvimento sustentável.

É nesse viés que o PEDR Missões foi concebido no intuito de integrar os objetivos locais aos objetivos regionais, condicionando-se às características e atributos de suporte da região, considerando os objetivos regionais de desenvolvimento e seus conteúdos de políticas e diretivas, das mais distintas escalas de poder.

Tanto a Diretoria do COREDE Missões quanto a equipe organizadora do referido trabalho acredita que a plenitude e eficácia do estudo ora apresentado recai, nesse momento, sobre os braços da sociedade que deve se apoderar do mesmo, utilizando-o como instrumento de luta para buscar junto aos órgãos públicos e privados, recursos e envolvimento para transformar tais projetos em realidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida em uma região marcada por carências e lutas.

A Diretoria do COREDE Missões vem a público agradecer a participação de toda a região, a todos os envolvidos que não mediram esforços no propósito de pensar ações e estratégias em prol do desenvolvimento da região.

José Claudio Lourega Reis  
Presidente do COREDE Missões

## 1 INTRODUÇÃO

O desafio do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) foi construir um documento que reunisse as diferentes estratégias e interesses dos atores sociais, baseado em um processo de debate e um espaço privilegiado de negociação, confrontando e articulando divergências e convergências em prol da sociedade. A equipe executora do plano, primou pela ampla mobilização e participação de todos os envolvidos na discussão, na negociação e na tomada de decisão sobre o futuro da região do COREDE Missões.

O trabalho da equipe da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo, foi pautado na atualização do instrumento elaborado em 2009/2010 e, com o propósito de elaborar um plano estratégico de desenvolvimento visando uma região eficiente, competitiva, que acompanhe as tendências socioeconômicas, através de uma coordenação flexível e aberta ao desenvolvimento da região. Um plano para servir de instrumento articulador de iniciativas privadas e públicas - e sua integração- para o melhor aproveitamento das oportunidades oriundas do mercado e das potencialidades do território, ampliando a concentração de investimentos apoiada num conceito de integração regional.

Esse processo de atualização foi balizado nos ensinamentos de Raffestin (1993), Becker (1983) e Cargnin (2014), de que o plano estratégico de desenvolvimento regional possa ser elemento capaz de promover a atuação dos atores em diferentes escalas, e que se reforçam nas práticas sociais, resgatando a noção de território. Assim, a região torna-se fruto da prática social.

A importância deste plano de desenvolvimento é reforçada por Crocco e Diniz (2006, p. 28): “[..] o sistema funciona em múltiplas escalas, mas a implementação de políticas exige a seleção de escalas adequadas para cada tipo e objetivo de política”.

Para Cargnin (2014), somente a partir do final da década de 1990 é que há a defesa em torno de estratégias de ações planejadoras pelo Estado para as questões regionais. A adoção de estratégias da valorização regional toma corpo com o estudo dos eixos nacionais de integração, desenvolvidos

pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), demonstrando a inflexão nas políticas de desenvolvimento territorial.

O conjunto de ações e instrumentos criados para tratar do ordenamento territorial conjuntamente aos demais debates que embasaram a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), estabeleceu um processo inovador, pois:

[...] ao criar escalas territoriais intermediárias e de maior homogeneidade, propondo uma articulação mais estreita entre as políticas públicas e os atores locais, o que se constituiu em um primeiro passo para o desenho das futuras propostas de governança regional (CARGNIN, 2014, p.17).

A cultura de planejamento do território no caso do Rio Grande do Sul, embora tenha suas primeiras iniciativas com estudos enfocando a Metade Sul do país, desenvolvem-se com maior corpo pela estruturação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's) na década de 1990, pautadas nos experimentos de regionalização de outras regiões, onde se formalizaram pelo estabelecimento de vinte e oito (28) conselhos regionais. Cargnin (2014) demonstra a importância desses conselhos, e deste modo, identifica:

[...] que são instâncias que reúnem representantes da sociedade civil, organizando a participação junto ao processo de planejamento governamental e promovendo debates acerca do desenvolvimento das regiões.

A Política de Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul de 1998 pode ser considerada como um dos instrumentos formais mais completos para a redução das desigualdades regionais já elaborados no Estado (CARGNIN, 2014, p. 18).

Estabelecido nessa ótica, a equipe técnica responsável pela atualização do Plano Estratégico, percorreu os vinte e cinco municípios das Missões, ouvindo a sociedade, os representantes das entidades, instituições e organizações públicas e privadas, a fim de criar sinergias no processo de pensar os caminhos e objetivos que a região pretende alcançar, reforçando o papel do COREDE como entidade representativa da comunidade regional, buscando alternativas e debates para a formação de um território que promova o desenvolvimento e sentimento de pertencimento dos cidadãos.

## 2 ESTRUTURA E GESTÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO COREDE MISSÕES – PEDR

A estrutura de gestão e trabalho para o processo de atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) dos COREDE's do Rio Grande do Sul, foi definida por debates e orientações consensuadas pelo Fórum dos COREDE's, ao longo do primeiro semestre de 2016. As coordenações regionais e equipes de trabalho estruturaram esse processo de atualização, organizados por comissões que abordaram questões territoriais, sendo estas classificadas em seis eixos temáticos, conforme apresentada na Figura 01.

**Figura 01** – Estrutura de Governança e Trabalho do Projeto de Atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado pelos autores conforme determinação do Fórum dos COREDE's do RS.

Em seu propósito, a gestão da atualização do plano visou obter dados e informações dos atores sociais para a elaboração de estratégias articuladas de desenvolvimento e monitoramento das ações a serem executadas nos programas e anteprojetos regionais.



### **3 O PROCESSO DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PEDR MISSÕES**

O desenvolvimento regional deve considerar as particularidades e especificidades regionais, que são instrumentos que podem levar ao desenvolvimento em uma perspectiva territorial. A região é o resultado de como o território se organiza e a regionalização é a construção do próprio processo e das particularidades na interação com a totalidade. Sendo que a totalidade é objeto de interação/construção, considerando as suas especificidades históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas, geográficas e ambientais (ETGES, 2005).

Nestas condições, o desenvolvimento regional se dá a partir de planejamentos e/ou das ações nos territórios construídos, apropriados pela sociedade, ou seja, é no território que se constroem regiões ou lugares. Segundo Etges (2005), é nesse processo de apropriação e pertencimento que as regiões e os territórios emergem.

Portanto, não é possível ficar unicamente atrelado à percepção da ciência normal, que no caso das regiões seriam os planejamentos estratégicos, e dos paradigmas que impõe, mas sim de promover o desenvolvimento regional a partir das particularidades e territorialidades regionais (KUHN, 2011).

Além disto, o estilo de desenvolvimento a ser perseguido por uma política pública implica em escolhas (nunca neutras), que ao integrarem os aspectos socioeconômicos e ambientais na sua formulação e implementação determinam também as diretrizes e prioridades a serem observadas pelos atores institucionais envolvidos (FILIPPIM E RÓTULO, 2013).

Dessa forma, o estilo de desenvolvimento assim como o plano estratégico de desenvolvimento, depende da agenda a ser construída entre os governos e a sociedade, em diferentes escalas, com vistas à definição de políticas públicas, sua implantação e avaliação de resultados. Para Becker (1995), a governança regional deve articular-se para a proposição de políticas que promovam resultados com interconexão dos pressupostos que viabilizem um desenvolvimento sustentável, convertendo-se em políticas de Estado e, não apenas, de Governo.

Filippim e Rótulo (2013) destacam que a definição de um modelo de desenvolvimento norteador é tarefa, portanto, do conjunto social e não apenas dos governos (central, estadual, municipal). Neste mesmo sentido, essa abordagem parte da ideia de que se tornam necessários dois requisitos para que as políticas implementadas consigam ser bem-sucedidas. O primeiro requisito, refere-se a coordenação multinível dos diversos atores de governo e administrativos (federal, regional, estadual, sub-regional, local, etc.) que participam da política. E, o segundo, evidencia a coordenação intersetorial transversal desses mesmos atores que atuam nas distintas áreas das políticas públicas (saúde, educação, economia, meio ambiente, etc.). Além disso, é necessária uma visão integrada de diferentes dimensões de sustentabilidade para o desenvolvimento, sendo relevante considerar o espaço no qual ele se efetiva especialmente na sua configuração regional.

Deve haver uma interação entre os níveis da sociedade, tanto político quanto histórico, cultural, econômico, ecológico e social, dentro de um contexto territorial. O planejamento deve contemplar estas escalas de análise, de modo a aproximar o plano de sua efetividade. Se por um lado, isto não ocorre, a tendência é que se elaborem planos de governo, através de um sistema top down ao invés de botton up, de construção de um planejamento (BOISIER, 1995).

Conforme Cardoso Jr. e Melo (2011) e Rezende (2011), um plano de desenvolvimento é um esquema coerente e fundamentado de objetivos, de metas quantitativas e qualitativas, bem como de ações com caráter econômico, social e político. Caracterizados pela elaboração de diagnóstico, de instrumentos que possibilitem a implementação, de revisão e de correção das ações.

Possibilita visualizar aspectos centrais da sociedade e viabilizar caminhos, delineando orientações gerais que oportunizam escolhas entre as diversas políticas públicas. Para Cardoso Jr. e Melo (2011, p.17), os “dois eixos de um plano são uma visão abrangente da sociedade e uma formulação interligada das diversas políticas públicas e atividades de governo”.

O plano estratégico de desenvolvimento regional, configura-se em um documento que contemporiza diagnóstico, prognóstico e ações/projetos a serem implementados, o qual deve considerar as particularidades e especificidades históricas, econômicas, sociais, ambientais, políticas, éticas, culturais e territoriais. Visa identificar fortalezas e fraquezas, e, oportunidades e ameaças (matriz FOFA), que possibilitem estabelecer potencialidades e desafios, a serem superados e contornados, de modo a propor estratégias e ações para o desenvolvimento territorial (SIEDENBERG, 2010).

O desenvolvimento regional se dá por um PEDR estruturado dentro da lógica econômica global (regime de acumulação capitalista), que contemple a busca por inovações tanto de produtos ou de processos, de modo a quebrar paradigmas. Para Kuhn (2011), o desenvolvimento só é conquistado com intervenções na realidade, em que estas intervenções propiciem a quebra de um paradigma, de modo a galgar esta região em um novo processo, que contemple tanto aspectos tecnológicos, de capital social, de produtos, entre outros.

Para a realização de um PEDR, a dinâmica de desenvolvimento da região deve estar conectada a um pensamento competitivo, que, no entanto, precisa estar dissociada da lógica teórica das vantagens comparativas dos economistas clássicos, a qual está baseada na disponibilidade de recursos naturais de determinada região em relação à outra. O pressuposto competitivo do PEDR deve considerar as fortalezas e fragilidades, tanto nos âmbitos social, político, econômico, cultural, ético, dentro de um contexto competitivo, de processos, de produtos, de pessoas, de gestão, de capital social, entre outros. Nesta perspectiva, a região deve aproveitar sua competitividade, com base nas suas dotações estruturais e naturais de modo a organizá-las e potencializá-las, buscando a fortificação e a consolidação de seu desenvolvimento regional.

Portanto, um PEDR estruturado em diferentes perspectivas (políticas, econômicas, sociais, territoriais, culturais, entre outros) depende da capacidade de articulação entre estes, de modo a definir as suas prioridades regionais.

Enfim, o plano deve servir como referência para direcionar e programar planos de governo, em uma perspectiva de médio e longo prazo, em diferentes níveis escalares. Assim, deve estabelecer as bases de interação e articulação entre setor público e privado, instituindo metas para investimento público, isto, de forma conjunta com decisões de produção, investimento e emprego de recursos pelos agentes do setor privado.

É sobre esse referencial teórico que apresenta-se o plano estratégico de desenvolvimento regional (PEDR) do COREDE Missões.



## **4 OBJETIVOS**

Nesta seção, são apresentados o objetivo geral e os específicos, referentes à atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) do COREDE Missões, estabelecidos no convênio com o Fórum dos COREDE's do Estado do Rio Grande do Sul, em 2015.

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Atualizar e ampliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Missões, seguindo as Diretrizes e Referências para a implementação da atualização do PEDR, estabelecidas no Anexo II do Convênio com o Fórum dos COREDE's, nº 1636/2015.

#### **4.1.1 Objetivos Específicos**

a) Atualizar e ampliar a base de dados da região anteriormente elaborada e divulgada no PEDR do COREDE Missões de 2010, tendo como base o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões, elaborado pela SEPLAN em 2015, visando definir uma visão de futuro e ações estratégicas que apontem para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do desenvolvimento regional;

b) Identificar, em conjunto com a comunidade regional e seus diferentes atores sociais, os principais condicionantes, problemas e potencialidades setoriais do território, para a construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional;

c) Elaborar a matriz da região das Missões, com base na metodologia FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) proposta pelo Fórum dos COREDE's;

d) Propor uma carteira/lista de projetos hierarquizada, contendo objetivos, justificativas, escopo, órgãos intervenientes, cronograma e estimativas de recursos;

e) Estimular e valorizar o desenvolvimento do capital social e da

identidade regional, a partir da indicação de projetos estruturantes, de acordo com o perfil histórico da região, de suas potencialidades atuais, de novas oportunidades e de suas possibilidades de interação com outras regiões do estado;

f) Oportunizar um instrumento com potencial de qualificar o processo de participação social das regiões no planejamento e orçamento governamental.

O planejamento estratégico regional foi construído através de uma metodologia participativa, que implicou na realização de oficinas e eventos com o envolvimento de atores relevantes para o processo de elaboração e implementação do PEDR do COREDE Missões.

## 4.2 ABRANGÊNCIA

A Atualização do PEDR do COREDE Missões compreende os vinte e cinco (25) municípios<sup>1</sup>, que constituem o Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões/RS (COREDE Missões), e pertence à Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7) do Estado do Rio Grande do Sul, que conforme Polacinski et al. (2014) são distribuídos predominantemente na unidade morfológica do planalto meridional do Estado.

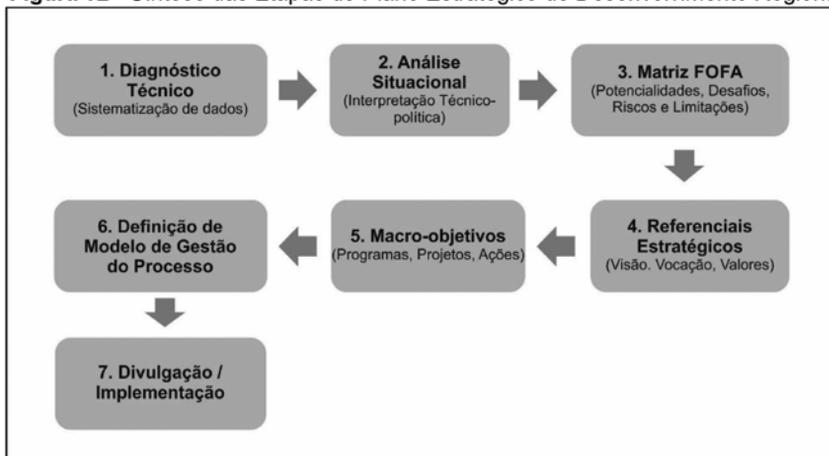
<sup>1</sup>Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

## 5 METODOLOGIA

O plano estratégico de desenvolvimento regional (PEDR) ora proposto enfatiza o Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões. Para tanto, apresenta-se um diagnóstico técnico regional (sistematização dos dados), baseado em dados secundários, dos aspectos considerados mais relevantes, tais como: geográficos, demográficos, ambientais, econômicos, socioculturais, institucionais, turísticos e de infraestrutura.

Na sequência, utiliza-se de documentos regionais, diagnósticos e planos anteriores, através de uma análise situacional. De acordo com Siedenberg (2010, p. 48), “a análise situacional configura uma etapa crucial no processo de planejamento, até porque é uma espécie de transição entre passado (diagnóstico técnico) e futuro (prognóstico político) ”.

**Figura 02** - Síntese das Etapas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional.



Fonte: Adaptado de Siedenberg (2010, p. 52).

A etapa posterior, refere-se a elaboração da matriz FOFA do COREDE Missões. Conforme Siedenberg (2010, p. 66):

[...] o termo FOFA, frequentemente relacionado as ferramentas de gestão e planejamento organizacional, tem origem no acrônimo

inglês, conhecido por matriz ou Análise SWOT, cujos termos acabaram sendo traduzidos ao português como Forças (Strengths), Oportunidades (Opportunities), Fraquezas (Weaknesses) e Ameaças (Threats).

A matriz FOFA deverá ser construída a partir de aspectos internos e externos, de modo a identificar as potencialidades, desafios, riscos e limitações do COREDE Missões.

**Figura 03** - Representação Metodológica da Matriz FOFA.

MATRIZ FOFA		FATORES DE ORIGEM INTERNA	
		FORTALEZAS	FRAQUEZAS
FATORES DE ORIGEM EXTERNA	OPORTUNIDADES	POTENCIALIDADES	DESAFIOS
	AMEAÇAS	RISCOS	LIMITAÇÕES

Fonte: Adaptado de Siedenberg (2010, p. 67).

O objetivo da etapa do processo de atualização do PEDR foi construir coletivamente - com base no diagnóstico técnico, na análise situacional da região e na leitura do cenário externo - uma visão apropriada das principais potencialidades, limitações, riscos e desafios regionais. Para tanto, é necessário identificar com muita clareza se os fatores FOFA são de origem interna ou externa, considerando sempre que alguns fatores externos podem representar tanto ameaças quanto oportunidades (SIEDENBERG, 2010).

Para Siedenberg (2010), quando se tratar de um processo de planejamento estratégico territorial envolvendo toda uma região (vários municípios), o ideal seria tentar elaborar a matriz, isto é, definir potencialidades, limitações, riscos e desafios, num primeiro estágio, a partir de percepções locais e setoriais, para que, num segundo estágio, fosse sistematizada a FOFA regional-setorial.

O desdobramento das potencialidades, limitações, riscos e desafios em eixos de análise facilita a operacionalização, mas exigirá uma correspondente sistematização. Para isto, utilizou-se seis (6) eixos temáticos que estruturam o próprio diagnóstico técnico: ambiental, infraestrutural, econômico, sociocultural, turístico e institucional. Cada um desses eixos está subdividido em subgrupos de análise, por exemplo, na gestão estrutural há áreas de saneamento, energia, comunicações, transporte, habitação e urbanismo (SIEDENBERG, 2010).

O modelo de plano estratégico territorial tem por base diretrizes definidas pelo Fórum dos COREDE's e na metodologia adotada pela maioria dos vinte e oito (28) COREDE's do Rio Grande do Sul para elaboração dos seus respectivos PEDR's a partir de 2009 (SIEDENBERG, 2010).

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Subgrupos de Análise</b>
Ambiental	Meio ambiente, fauna e flora, biomas, degradação e conservação de solos, poluição, desmatamento, impactos ambientais.
Infraestrutural	Saneamento, energia, comunicações, transporte, habitação e urbanismo.
Econômico	Setor primário, setor secundário, setor terciário, mercado de trabalho, comércio exterior, gestão pública local.
Sociocultural	Educação, saúde, justiça e segurança, assistência social, cultura, esporte e lazer.
Turístico	Patrimônio da humanidade, gastronomia, pesca, esportes náuticos, parques aquáticos, rotas, belezas naturais, turismo rural e religioso.
Institucional	Articulação e relações interinstitucionais, fomento de capital social, planejamento local e regional.

**Quadro 01** - Síntese dos Eixos Temáticos e Subgrupos de Análise Regional.

Fonte: Adaptado de Siedenberg (2010).



## 6 DIAGNÓSTICO TÉCNICO E ANÁLISE SITUACIONAL

Seguindo orientações metodológicas, o PEDR contempla dimensões de relevância infraestrutural, sociocultural, econômica, turística, ambiental e institucional. Cada dimensão integra um conjunto de subtemas específicos.

As variáveis compõem dimensões, objetivando a elaboração de um diagnóstico socioeconômico padrão. No entanto, o trabalho prioriza e guarda como referencial, o objetivo de construir uma análise integrada das variáveis buscando suas inter-relações e conexões resultantes do desenvolvimento da região do COREDE Missões.

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) das Missões foi criado em 1991<sup>2</sup> e integra a Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7)<sup>3</sup> do Estado do Rio Grande do Sul. A RFP 7 reúne os COREDE's Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial (ver Figura 04).

Portanto, de acordo o COREDE Missões (2010, p. 23) a região engloba vinte e cinco (25) municípios, listados a seguir: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

<sup>2</sup> De acordo com o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 08) os conselhos são legalmente reconhecidos, através de decreto estadual, em 1994, mas estabelecidos em 1991, como instrumento de “enfrentamento de problemas relacionados com a dinâmica territorial. Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas institucionais para construir uma estratégia de ação para o desenvolvimento regional”.

<sup>3</sup> As regiões funcionais de planejamento, conforme Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 08), foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do Rio Grande do Sul – Rumos 2015, contratado em 2003 pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de COREDE's, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a do COREDE's, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no orçamento do Estado e no plano plurianual.

**Figura 04 - Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7)**



Fonte: Cadernos de Regionalização do Plano Plurianual 2016-2019 da Região Funcional de Planejamento 7 (SEPLAN, 2015b, p. 09).

Localiza-se na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, limitando-se ao norte com o COREDE-Fronteira Noroeste, ao leste com o COREDE-Noroeste Colonial, ao sul com o COREDE-Vale do Jaguari, a sudoeste com o COREDE-Fronteira Oeste e no extremo oeste com a República da Argentina (COREDE MISSÕES, 2010, p. 23).

Conforme o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 08) a região está situada na fronteira do Brasil com a Argentina. Embora possua proximidade física em relação ao território vizinho, não apresenta uma economia integrada com a região de fronteira argentina, contribuindo para isso a falta de infraestrutura de ligação na área separada pelo Rio Uruguai.

De acordo com o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 08), a infraestrutura de transportes apresenta deficiências no modal rodoviário, tanto urbano quanto rural, bem como no hidroviário e



**COREDE Missões/RS**

- População Total (2014): 251.709 habitantes
- Área (2015): 12.855,5 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 19,1 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010): 6,45%
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 5,99 por mil nascidos vivos
- Exportações Totais (2014): US\$ FOB 98.834.026
- PIB per capita (2013): R\$ 25.232,41

**Município: Bossoroca**

- População Total (2014): 6.458 habitantes
- Área (2015): 1.610,6 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 4,2 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 7,96%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 74,24 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 31.371,57

**Município: Caibaté**

- População Total (2014): 5.346 habitantes
- Área (2015): 259,7 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 18,9 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 6,95%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 76,39 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 24.899,84

**Município: Cerro Largo**

- População Total (2014): 13.704 habitantes
- Área (2015): 177,7 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 75,6 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 4,44%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 75,91 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 7,69 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 42.548,79

**Município: Dezesseis de Novembro**

- População Total (2014): 2.766 habitantes
- Área (2015): 216,8 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 12,7 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 12,29%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 73,55 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 41,67 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 10.331,08

**Município: Entre-Ijuís**

- População Total (2014): 9.172 habitantes
- Área (2015): 552,6 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 16,2 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 6,09%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 74,74 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 20,62 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 28.768,22

**Município: Eugênio de Castro**

- População Total (2014): 2.902 habitantes
- Área (2015): 419,3 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 6,5 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 6,49%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 78,11 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 58.044,25

**Município: Garruchos**

- População Total (2014): 3.082 habitantes
- Área (2015): 799,8 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 3,9 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 12,22%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 74,96 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 29.913,11

**Município: Giruá**

- População Total (2014): 16.882 habitantes
- Área (2015): 855,9 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 19,8 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 6,70%

<ul style="list-style-type: none"><li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 75,52 anos</li><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 31.861,89</li></ul>
<b>Município: Guarani das Missões</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- População Total (2014): 8.201 habitantes</li><li>- Área (2015): 290,5 km<sup>2</sup></li><li>- Densidade Demográfica (2013): 27,5 hab./km<sup>2</sup></li><li>- Taxa de analfabetismo (2010): 4,99%</li><li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 76,75 anos</li><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 28.913,22</li></ul>
<b>Município: Mato Queimado</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- População Total (2014): 1.834 habitantes</li><li>- Área (2015): 114,6 km<sup>2</sup></li><li>- Densidade Demográfica (2013): 15,4 hab./km<sup>2</sup></li><li>- Taxa de analfabetismo (2010): 7,59%</li><li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 77,22 anos</li><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 25.916,36</li></ul>
<b>Município: Pirapó</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- População Total (2014): 2.659 habitantes</li><li>- Área (2015): 291,7 km<sup>2</sup></li><li>- Densidade Demográfica (2013): 9,1 hab./km<sup>2</sup></li><li>- Taxa de analfabetismo (2010): 13,73%</li><li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 74,46 anos</li><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 15.143,53</li></ul>
<b>Município: Porto Xavier</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- População Total (2014): 10.445 habitantes</li><li>- Área (2015): 280,5 km<sup>2</sup></li><li>- Densidade Demográfica (2013): 37,1 hab./km<sup>2</sup></li><li>- Taxa de analfabetismo (2010): 11,13%</li><li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 77,53 anos</li><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 11.826,04</li></ul>
<b>Município: Rolador</b>

- População Total (2014): 2.468 habitantes
- Área (2015): 295,0 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 8,3 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 7,80%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 75,06 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 29.723,10

**Município: Roque Gonzáles**

- População Total (2014): 6.920 habitantes
- Área (2015): 346,6 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 20,4 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 7,10%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 75,55 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 14.870,75

**Município: Salvador das Missões**

- População Total (2014): 2.700 habitantes
- Área (2015): 94,0 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 28,4 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 1,87%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 76,04 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 30.633,92

**Município: Santo Ângelo**

- População Total (2014): 79.608 habitantes
- Área (2015): 680,5 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 112,5 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 4,23%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 76,78 anos
- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 6,64 por mil nascidos vivos
- PIB per capita (2013): R\$ 22.123,39

**Município: Santo Antônio das Missões**

- População Total (2014): 11.113 habitantes
- Área (2015): 1.710,9 km<sup>2</sup>
- Densidade Demográfica (2013): 6,4 hab./km<sup>2</sup>
- Taxa de analfabetismo (2010): 9,31%
- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 75,10 anos

<ul style="list-style-type: none"><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 19.978,76</li></ul>
<b>Município: São Luiz Gonzaga</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- População Total (2014): 35.658 habitantes</li><li>- Área (2015): 1.295,7 km<sup>2</sup></li><li>- Densidade Demográfica (2013): 26,4 hab./km<sup>2</sup></li><li>- Taxa de analfabetismo (2010): 6,70%</li><li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 76,31 anos</li><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 11,79 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 25.035,45</li></ul>
<b>Município: São Miguel das Missões</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- População Total (2014): 7.513 habitantes</li><li>- Área (2015): 1229,8 km<sup>2</sup></li><li>- Densidade Demográfica (2013): 6,1 hab./km<sup>2</sup></li><li>- Taxa de analfabetismo (2010): 9,06%</li><li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 74,26 anos</li><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 10,87 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 46.544,02</li></ul>
<b>Município: São Nicolau</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- População Total (2014): 5.493 habitantes</li><li>- Área (2015): 485,3 km<sup>2</sup></li><li>- Densidade Demográfica (2013): 11,8 hab./km<sup>2</sup></li><li>- Taxa de analfabetismo (2010): 12,87%</li><li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 71,69 anos</li><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 16.123,06</li></ul>
<b>Município: São Paulo das Missões</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- População Total (2014): 6.255 habitantes</li><li>- Área (2015): 223,9 km<sup>2</sup></li><li>- Densidade Demográfica (2013): 28,4 hab./km<sup>2</sup></li><li>- Taxa de analfabetismo (2010): 6,22%</li><li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 74,52 anos</li><li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li><li>- PIB per capita (2013): R\$ 17.410,28</li></ul>
<b>Município: São Pedro do Butiá</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- População Total (2014): 2.863 habitantes</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área (2015): 107,6 km<sup>2</sup></li> <li>- Densidade Demográfica (2013): 26,7 hab./km<sup>2</sup></li> <li>- Taxa de analfabetismo (2010): 2,31%</li> <li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 75,55 anos</li> <li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li> <li>- PIB per capita (2013): R\$ 22.351,59</li> </ul>
<p><b>Município: Sete de Setembro</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- População Total (2014): 2.025 habitantes</li> <li>- Área (2015): 130,0 km<sup>2</sup></li> <li>- Densidade Demográfica (2013): 16,2 hab./km<sup>2</sup></li> <li>- Taxa de analfabetismo (2010): 4,99%</li> <li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 73,57 anos</li> <li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li> <li>- PIB per capita (2013): R\$ 23.458,47</li> </ul>
<p><b>Município: Ubiretama</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- População Total (2014): 2.224 habitantes</li> <li>- Área (2015): 126,7 km<sup>2</sup></li> <li>- Densidade Demográfica (2013): 17,7 hab./km<sup>2</sup></li> <li>- Taxa de analfabetismo (2010): 4,14%</li> <li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 73,55 anos</li> <li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li> <li>- PIB per capita (2013): R\$ 19.385,27</li> </ul>
<p><b>Município: Vitória das Missões</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- População Total (2014): 3.418 habitantes</li> <li>- Área (2015): 259,6 km<sup>2</sup></li> <li>- Densidade Demográfica (2013): 13,2 hab./km<sup>2</sup></li> <li>- Taxa de analfabetismo (2010): 11,51%</li> <li>- Expectativa de Vida ao Nascer (2010): 73,55 anos</li> <li>- Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 0,00 por mil nascidos vivos</li> <li>- PIB per capita (2013): R\$ 18.283,89</li> </ul>

**Quadro 02** - Dados Regionais e por Municípios do COREDE Missões.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE (2016).



Ainda quanto às características físico-naturais, a região missioneira está inserida na classificação faunística WALLACE, localizando-se na região neotropical, representado por uma grande variedade de aves, répteis, anfíbios, mamíferos e insetos – marreco, tatu, capivara, lebre, lobo-guará, entre outros (COREDE MISSÕES, 2010, p. 24).

Quanto à flora, seus municípios inserem-se na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e nas Sub-bacias do Rio Ijuí, Rio Comandá, Rio Piratini, Rio Buricá, e Rio Santa Rosa. Além disto, pertencem ao Bioma Pampa (campos nativos ao Sul e Sudoeste da região – basicamente com presença de atividades pastoris) e Bioma Mata Atlântica (áreas de florestas no Centro, Norte e Leste da região – produção de grãos), com ampla diversidade de plantas e vegetais (BERNARDES, 1997).

### **6.1.2 Aspectos históricos**

Nesse item, analisam-se os aspectos históricos de formação dos diversos grupos sociais e os reflexos estabelecidos nas formas de organização da produção, do trabalho e da convivência social, com influência nas questões relacionadas com padrões de desenvolvimento estabelecidos na Região das Missões. Para tanto, é necessário compreender como se desenvolveu o Estado gaúcho, o qual é determinante do padrão contemporâneo do desenvolvimento regional.

Portanto, serão debatidos e trazidos a pauta as principais obras referentes à trajetória de desenvolvimento da Região do COREDE Missões, considerando os trabalhos de Zarth (1997), Rota (1999), Niederle e Wesz Junior (2009), Sausen e Oliveira (2013) e Polacinski et al. (2014).

Sausen e Oliveira (2013), em relação à trajetória histórica da Região das Missões, identificam três períodos estratégicos históricos vivenciados por este território: 1º) Projeto Jesuítico Guarani (1626/1768); 2º) Abandono e Dependência (1768/1966) e; 3º) Herança Histórica e Cultural Presente (1966/2011). Tais períodos correspondem às fases de tensão e construção territorial da região missioneira, que assinalam uma temporalidade de aproximadamente 400 anos.

Dentro destes três períodos, há uma associação de eventos que construíram e delimitaram o território da região das Missões. No primeiro, Projeto Jesuítico Guarani (1626/1768), destaca-se a fundação dos Sete Povos das Missões (1682 - São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo) e o início das lutas por territórios, com a invasão dos bandeirantes e a expulsão dos jesuítas e dos Povos Guaranis, culminando com o fim do Projeto Jesuítico

Guarani, em 1768 (SAUSEN E OLIVEIRA, 2013).

Cabe ainda salientar que neste período histórico, mais precisamente em 1634, o gado é introduzido no território, com a formação de estâncias de criação, junto às reduções dos Sete Povos das Missões, estabelecidas pelos padres jesuítas. Tal produção tinha grande importância na composição de sua base econômica, e originando também transbordamentos culturais na composição do estilo e da tradição do Estado gaúcho (POLACINSKI et al., 2014).

No segundo período, conforme Sausen e Oliveira (2013) inicia-se um processo de Abandono e Dependência (1768/1966), caracterizado por uma ocupação espanhola e portuguesa (através de relações de tensão e de conflitos no território), e pela consolidação da relação de dependência (período colonial), em um primeiro momento. No entanto, há um segundo momento, que é caracterizado pela entrada de imigrantes europeus no território missioneiro, conduzidas por políticas nacionais de ocupação e colonização.

Para Zarth (1997), os conflitos de delimitação de fronteira (terras) entre Portugal e Espanha, acabaram por transformar a Região das Missões em objeto de intensa luta, em busca da apropriação de recursos econômicos.

No período pós-reduções jesuíticas, há uma predominância do domínio português sobre o território missioneiro, e estímulo/incentivo a atração de estancieiros. Tal ação sobre o território acabou por, conseqüentemente, criar/construir um modelo de sociedade dual, com a existência e consolidação das estâncias e da atividade extrativa, que se estabeleceram em uma arena de poder e de tensões (ZARTH, 1997).

Rotta (1999), argumenta que com este modelo dual, dominado e controlado pelos estancieiros, ocasionou-se uma redefinição da sociedade regional, que por sua vez, gerou reflexos e repercussões para a dinâmica de desenvolvimento atual do território da região das Missões.

As características históricas da formação sociocultural da região das Missões foram marcadas, nos primeiros tempos, por um quadro heterogêneo em que predominou uma cultura identificada por disputas de ocupação das terras devolutas. Num momento posterior, a região das Missões passou por uma transformação sociocultural com a chegada dos primeiros imigrantes europeus (POLACINSKI et al., 2014).

Para Polacinski et al. (2014, p. 51-52),

Esse contexto contribuiu para que viessem a predominar, na macrorregião de fronteira do Brasil com a Argentina e o Uruguai, especialmente nas Missões/RS, as médias e grandes propriedades, que exploraram a pecuária de corte, o cultivo de arroz e atualmente

o da soja.

Associado às diferenças quanto à estrutura fundiária, esse fato contribuiu para definir um contraste marcante dessa região com as demais do Estado, nas quais predominou, desde o início, a colonização europeia. Em grande parte, os entraves principais estão associados às características da base econômica, ligadas a atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para a criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva.

Assim, o cenário agrário da região das Missões foi formado “por grandes propriedades nos anos 1800 e com a entrada de colonizadores europeus, no início de 1900, boa parte das áreas foi dividida em colônias, iniciando um novo modelo a partir da agricultura familiar” (POLACINSKI et al., 2014, p. 35).

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDRS) do território das Missões, elaborado pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER/Missões, 2006) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento territorial (SDT) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), evidenciou que esta nova estrutura, está baseada em parte na agricultura familiar (pequenas propriedades), e na agropecuária extensiva (médias e grandes propriedades), sendo distribuída da seguinte forma no território missioneiro: concentração de propriedades oriundas da agricultura familiar (diversificação de produção) na região centro, leste e norte do COREDE Missões e concentração de atividades agropecuárias extensivas (pecuária de corte e produção de grãos) no sul e sudoeste da região.

As experiências do primeiro e segundo períodos formaram a base da economia do Rio Grande do Sul, “com as estâncias, as charqueadas, o tropeirismo e a economia hegemônica até a entrada final dos europeus que resultaram nas diversas colônias do Estado gaúcho, e na territorialização da região das Missões” (POLACINSKI et al., 2014, p. 35).

Enfim, o terceiro e último período, é evidenciado como o período de Herança Histórica e Cultural (1966/2011), provinda por emancipações municipais em maior escala, conjuntamente com o momento de início da Revolução Verde e do ciclo da soja (SAUSEN E OLIVEIRA, 2013).

Na Região das Missões, esse período também é caracterizado pela especialização no binômio “trigo-soja” e por uma integração crescente dos agricultores a empresas agroindustriais, bancos e cooperativas. Essas e outras mudanças consolidaram uma dinâmica de desenvolvimento agroexportador amplamente dependente do desempenho de cultivos de alto valor comercial nos mercados

internacionais de commodities agrícolas. Além disto, reproduziu-se uma situação de intensa externalização das unidades de produção, significando um aumento expressivo da dependência a recursos externos à unidade produtiva, e resultando em gradativa perda do controle por parte dos agricultores sobre a base de recursos necessária à sua reprodução econômica, social e cultural (NIEDERLE E WESZ JUNIOR, 2009, p. 79).

Atrelado a isso, a partir dos anos de 1940, há uma conjunção de elementos críticos à produção, proporcionados por uma brusca queda da capacidade produtiva do solo (problemas com manejo e técnicas de produção), uma conseqüente queda de produtividade dos grãos, queda dos preços dos produtos agrícolas internacionais e uma redução do tamanho das propriedades rurais. “Este cenário provocou uma grave crise no sistema produtivo regional” (NIEDERLE E WESZ JUNIOR, 2009, p. 79).

Este período de dificuldade na produção agrícola é contornado por uma política de Estado nos anos 1970, visando à modernização da agricultura (avanços tecnológicos e inversão de recursos) e o aumento da produtividade (NIEDERLE E WESZ JUNIOR, 2009, p. 79).

Porém, tal movimento de commoditização da produção pelo processo de modernização acabou por produzir efeitos negativos para os produtores, em relação à precarização econômica, vulnerabilidade social e aos aspectos referentes à reprodução familiar rural, verificando-se a ampliação da dependência dos produtores em relação às forças globais atuantes do sistema econômico (PLOEG, 2006).

Corroborando, Niederle e Wesz Junior (2009, p. 80) destacam que a

“[...] realidade vivenciada foi capaz de gerar substanciais incrementos de produtividade. No entanto, no período mais recente, esse modelo homogeneizador e concentrador vêm apresentando sinais de crise, resultando na deterioração dos níveis de renda e na vulnerabilidade social dos agricultores tipicamente familiares.”

Para tanto, no território missioneiro, a produção de grãos (soja, milho e trigo) continua representando o sistema de cultivo mais frequente na agricultura regional, além da pecuária de corte e leiteira, com alguns traços de agroindustrialização em diferentes culturas representativas (NIEDERLE E WESZ JUNIOR, 2014).

Polacinski et al. (2014, p. 37) destaca que, acompanhando a produção de grãos, encontra-se, atualmente, “uma multiplicidade de estratégias agrícolas

e não agrícolas”, como a pecuária, o turismo, a agroindustrialização<sup>4</sup>, entre outros.

Tais atividades produtivas desempenham um papel preponderante no desenvolvimento do COREDE Missões, considerando as suas trajetórias, sobretudo no setor agropecuário. No entanto, é necessário potencializá-las através de iniciativas que agreguem e dinamizem tal setor, na busca pelo desenvolvimento.

Importante ainda salientar que, com base nos três períodos<sup>5</sup> indicados nesta subseção, e brevemente caracterizados, com ênfase no contexto histórico de formação socioterritorial da região das Missões, evidencia-se os traços referentes ao seu construto territorial, bem como as suas especificidades, heterogeneidades e particularidades que emergem a identidade missioneira, no que se refere aos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, ambientais, geográficos e institucionais.

Por estas razões, o PEDR ocupa-se do aprofundamento dessas questões, bem como de suas distintas trajetórias que formaram o arcabouço regional de desenvolvimento do território missioneiro, e que serão norteadores para a proposição e desencadeamento de projetos futuros.

### **6.1.3 Aspectos Demográficos**

Em 2010, o COREDE possuía uma população de 248.016 habitantes, que segundo a Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016), representando 2,3% da população total do Rio Grande do Sul. Em relação ao ano de 2000, representa uma redução, pois no referido período a população da região das Missões representava 2,6% da população estadual.

O principal centro urbano do COREDE é Santo Ângelo, com uma população de 76.275 habitantes. Em segundo plano, aparece São Luiz Gonzaga, com 34.556 habitantes. Os municípios de Giruá, Cerro Largo, Santo Antônio das Missões e Porto Xavier detêm entre 10 e 17 mil habitantes. Os demais municípios do COREDE são de pequeno porte, com população girando em torno de 2 a 9 mil habitantes (FEE, 2016).

Constata-se que, em relação às taxas de crescimento populacional dos municípios, a partir de 1970 ocorreu um declínio, aparecendo valores

<sup>4</sup> A agroindustrialização constitui uma importante fonte de renda para as famílias rurais valorizando práticas e normas sociais, históricas, culturais, políticas, éticas e ambientais dos agricultores familiares (POLACINSKI et al., 2014, p. 37).

<sup>5</sup> Períodos: 1º) Projeto Jesuítico Guarani (1626/1768); 2º) Abandono e Dependência (1768/1966) e; 3º) Herança Histórica e Cultural Presente (1966/2011) (SAUSEN E OLIVEIRA, 2013).

negativos em Porto Xavier e Roque Gonzales. Nos anos 1980, acentua-se bastante esta tendência, sendo que onze municípios se enquadram nesta situação. Já nos anos 1990, a região continuou a aprofundar-se nesta realidade, quando apenas cinco municípios apresentaram taxas positivas no que tange a atração populacional (COREDE MISSÕES, 2010, p. 30).

Conforme o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 09), com base nos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região possui um Centro Sub-Regional<sup>6</sup> (Santo Ângelo), dois Centros de Zona<sup>7</sup> (São Luiz Gonzaga e Cerro Largo) e os demais municípios como Centro Locais<sup>8</sup>. Santo Ângelo atrai os dois Centros de Zona e os Centros Locais próximos. Outros Centros Locais, localizados no oeste da região, possuem ligações com São Luiz Gonzaga, e no norte da região, com Cerro Largo.

O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento populacional nos últimos anos. Observa-se, no território gaúcho, uma área que ocupa a fronteira norte, noroeste e parte do sul que se caracteriza pelo esvaziamento populacional, principalmente do setor rural. O COREDE Missões, é a região com a maior taxa de perda populacional. Tais dados são provenientes do Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 10).

As maiores perdas populacionais estão na área rural, onde todos os municípios apresentaram diminuição de suas populações, conforme dados da FEE (2016). Observa-se, entretanto, que um conjunto de doze municípios apresentaram ganhos populacionais, entre 2000-2010: Caibaté, Cerro Largo, Entre-Ijuís, Guarani das Missões, Mato Queimado, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, São Miguel das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá e Sete de Setembro (ver Quadro 03, pág. 47). Por sua vez, a estrutura etária da população da região é apresentada na Figura 07.

Em relação ao comportamento da população por faixas etárias, o COREDE segue o padrão estadual. O Estado gaúcho vem sofrendo uma

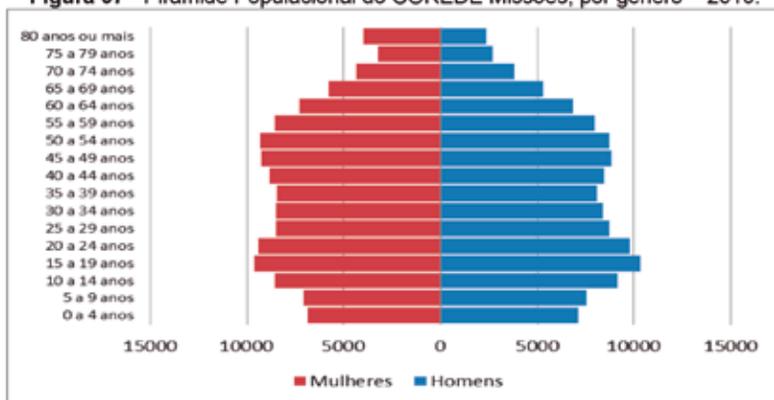
<sup>6</sup> Caracterizado como centros com atividades de gestão menos complexas, com área de atuação reduzida, com relacionamentos externos apenas com as metrópoles (SEPLAN, 2015a, p. 09).

<sup>7</sup> Entendido como cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata (SEPLAN, 2015a, p. 09).

<sup>8</sup> Definido como cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, têm população predominantemente inferior a dez mil habitantes (SEPLAN, 2015a, p. 09).

mudança na sua estrutura etária, ocorrendo uma menor proporção de crianças e jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. Fatores como a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida contribuem para esse fenômeno. Conforme o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões SEPLAN, 2015a, p. 13), o Rio Grande do Sul possui a menor taxa de fecundidade e a quarta maior expectativa de vida entre os estados do Brasil. Ainda, de acordo com dados migratórios, sugere-se uma fuga da população em busca de trabalho e oportunidades, para regiões mais dinâmicas, situadas fora da região missioneira (ZUANAZZI, 2015).

**Figura 07 - Pirâmide Populacional do COREDE Missões, por gênero – 2010.**



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do IBGE (2016).

Verifica-se a tendência na região de diminuição do contingente nas faixas mais jovens, motivada pela redução acentuada da fecundidade e pela fuga de jovens para regiões mais dinâmicas, realidade está, presente em todos os municípios missioneiros, reforçados pelos dados de Zuanazzi (2015). O fenômeno de crescimento da população acima de 65 anos devido ao aumento da expectativa de vida, também é uma tendência brasileira, gaúcha e missioneira. A queda populacional reforça a tendência de envelhecimento face à permanência dos mais idosos que não migram na mesma proporção das outras faixas etárias (COREDE MISSÕES, 2010).

A Tabela 01 apresenta o envelhecimento populacional. Portanto, representa através de dados estatísticos da FEE (2016), que há um processo de envelhecimento regional, considerando a faixa etária de 55 anos até 80 anos ou mais. Exemplificando, entre 2000 e 2010, houve um crescimento desta faixa etária da população na ordem de 29,76%, demonstrando que a população com maior crescimento está presente na faixa etária de 80 anos ou mais. Quando comparando o valor absoluto desta população em 2010 (54.552 habitantes), com a população total do COREDE Missões (248.016 habitantes),

a representatividade alcança, aproximadamente, 22% do total regional.

**Tabela 01 - Envelhecimento Populacional do COREDE Missões, por classe de Idade – 2000/2010.**

População	2000	2010	Variação
Acima de 80 Anos	4.001	5.579	39,44%
Entre 75 e 79 Anos	3.765	5.101	35,48%
Entre 70 e 74 Anos	5.800	7.207	24,26%
Entre 65 e 69 Anos	7.655	9.405	22,86%
Entre 60 e 64 Anos	9.543	12.299	28,88%
De 55 e 59 Anos	11.275	14.961	32,69%

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Já o Quadro 03, demonstra a distribuição por gênero no COREDE Missões, indicando uma predominância de mulheres (50,66% da população total). Conforme o COREDE Missões (2010, p. 27), a composição por sexo acompanha a tendência brasileira de concentração de mulheres nas áreas urbanas de maior porte, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga apresentam o maior percentual, seguidos por Giruá, Cerro Largo, Entre-Ijuís e Eugênio de Castro, com menor proporção. Os demais municípios de pequeno porte, com população predominantemente rural, têm em sua maioria, uma composição de gênero basicamente masculina.

Os dados municipais de população, gênero, taxa de urbanização e densidade demográfica são demonstrados no Quadro 03.

Municípios	População	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Taxa de urbanização (%)	Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Bossoroca	6.884	3.509	3.375	3.682	3.202	53,49	4,3
Caibaté	4.954	2.532	2.422	2.745	2.209	55,41	19,1
Cerro Largo	13.289	6.617	6.672	10.571	2.718	79,55	74,8
Dezesseis de Novembro	2.866	1.469	1.397	667	2.199	23,27	13,2
Entre-Ijuís	8.938	4.415	4.523	4.893	4.045	54,74	16,2
Eugênio de Castro	2.798	1.415	1.383	1.480	1.318	52,89	6,7
Garruchos	3.234	1.682	1.552	1.057	2.177	32,68	4,0
Giruá	17.075	8.338	8.737	12.907	4.168	75,59	20,0
Guarani das Missões	8.115	3.951	4.164	5.030	3.085	61,98	27,9
Mato Queimado	1.799	902	897	479	1.320	26,63	15,7
Pirapó	2.757	1.398	1.359	777	1.980	28,18	9,5
Porto Xavier	10.558	5.300	5.258	5.210	5.348	49,35	37,6
Rolador	2.546	1.318	1.228	608	1.938	23,88	8,6
Roque Gonzales	7.203	3.622	3.581	3.087	4.116	42,86	20,8
Salvador das Missões	2.669	1.377	1.292	1.094	1.575	40,99	28,4
Santo Ângelo	76.275	36.586	39.689	71.804	4.471	94,14	112,2
Santo Antônio das Missões	11.210	5.579	5.631	6.788	4.422	60,55	6,6
São Luiz Gonzaga	34.556	16.827	17.729	30.508	4.048	88,29	26,7
São Miguel das Missões	7.421	3.880	3.541	3.727	3.694	50,22	6,0
São Nicolau	5.727	2.906	2.821	3.692	2.035	64,47	11,8
São Paulo das Missões	6.364	3.228	3.136	2.199	4.165	34,55	28,4
São Pedro do Butiá	2.873	1.456	1.417	1.209	1.664	42,08	26,7
Sete de Setembro	2.124	1.082	1.042	494	1.630	23,26	16,3
Ubiretama	2.296	1.183	1.113	500	1.796	21,78	18,1
Vitória das Missões	3.485	1.794	1.691	669	2.816	19,20	13,4
<b>COREDE Missões</b>	<b>248.016</b>	<b>122.366</b>	<b>125.650</b>	<b>175.877</b>	<b>72.139</b>		

**Quadro 03 - População do COREDE Missões – por município – 2010.**

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da FEE (2016).

De acordo com o quadro acima, nota-se que, no ano de 2010, há uma maior concentração de habitantes no ambiente urbano, representando 70,91% do total, contra 29,09% no ambiente rural. A tendência é de que os municípios mais populosos, como Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá e Cerro Largo, puxem a taxa de urbanização de toda a região. No entanto, municípios com menores representatividades populacionais ainda são predominantemente rurais, tais como: Vitória das Missões, Ubiretama, Sete de Setembro, Dezesesseis de Novembro, Rolador, Mato Queimado e Pirapó.

Percebe-se ainda, que a população está distribuída em 25 municípios com uma área de 12.844,10 km<sup>2</sup>, apresentando uma densidade demográfica média de 19,40 habitantes/km<sup>2</sup>. Este fato reflete a presença de médias e grandes propriedades, onde predominam a rarefação populacional, com baixas densidades. Estes municípios estão localizados ao sul e sudeste da região, como Garruchos com apenas 4,0 hab./km<sup>2</sup>, Bossoroca com 4,3 hab./km<sup>2</sup>, São Miguel das Missões com 6,0 hab./km<sup>2</sup>, Santo Antônio das Missões com 6,6 hab./km<sup>2</sup>, Eugênio de Castro 6,7 hab./km<sup>2</sup>, Rolador 8,6 hab./km<sup>2</sup> e Pirapó com 9,5 hab./km<sup>2</sup>. Os municípios mais densamente povoados são Santo Ângelo com 112,2 hab./km<sup>2</sup>, Cerro Largo com 74,8 hab./km<sup>2</sup>, e Porto Xavier com 37,6 hab./km<sup>2</sup>, que estão acima da média regional.

Observam-se grandes contrastes na densidade demográfica dos municípios pertencentes ao território missioneiro. Santo Ângelo concentra 30,75% da população da região, enquanto que São Luiz Gonzaga 13,93%; Giruá 6,88% e; Cerro Largo 5,35%, que somados representam aproximadamente 57% do total regional, em 2010. Ou seja, nos municípios restantes (21 municípios) concentram-se uma população de aproximadamente 43% do COREDE Missões.

A seguir, apresentam-se as características regionais que abordam as variáveis ambiental, sociocultural, infraestrutural, turística, econômica e institucional, as quais foram delineadas em seis (6) dimensões, considerando o transbordamento entre elas.

## 6.2 DIMENSÃO AMBIENTAL

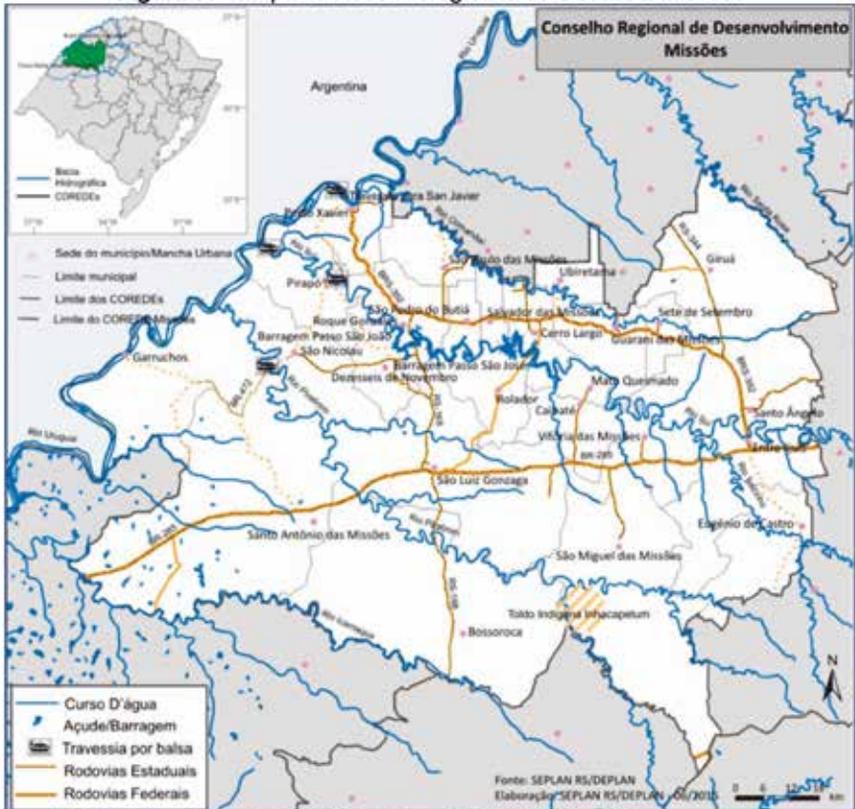
Esta dimensão abordará aspectos referentes ao meio ambiente da região do COREDE Missões, com destaque aos recursos hídricos (bacias hidrográficas), saneamento básico (destino de lixo, abastecimento de água e esgoto) e ao consumo de agroquímicos.

### 6.2.1 Recursos Hídricos

Quanto aos aspectos ligados a dimensão ambiental, no que se refere aos recursos hídricos, tem-se que a área abrangida pelos pelo COREDE Missões faz parte da bacia do Rio Uruguai. De acordo com o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a) essa malha hidrográfica se distribui entre as sub-bacias dos rios: Ijuí, Butuí-Piratini-ICamaquã e Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo. O mapa da rede hidrográfica da região das Missões é apresentado na Figura 08.

Em relação ao comportamento da população por faixas etárias, o COREDE segue o padrão estadual. O Estado gaúcho vem sofrendo uma mudança na sua estrutura etária, ocorrendo uma menor proporção de crianças e jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. Fatores como a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida contribuem para esse fenômeno. Conforme o Perfil Socioeconômico do COREDE Missões SEPLAN, 2015a, p. 13), o Rio Grande do Sul possui a menor taxa de fecundidade e a quarta maior expectativa de vida entre os estados do Brasil. Ainda, de acordo com dados migratórios, sugere-se uma fuga da população em busca de trabalho e oportunidades, para regiões mais dinâmicas, situadas fora da região missioneira (ZUANAZZI, 2015).

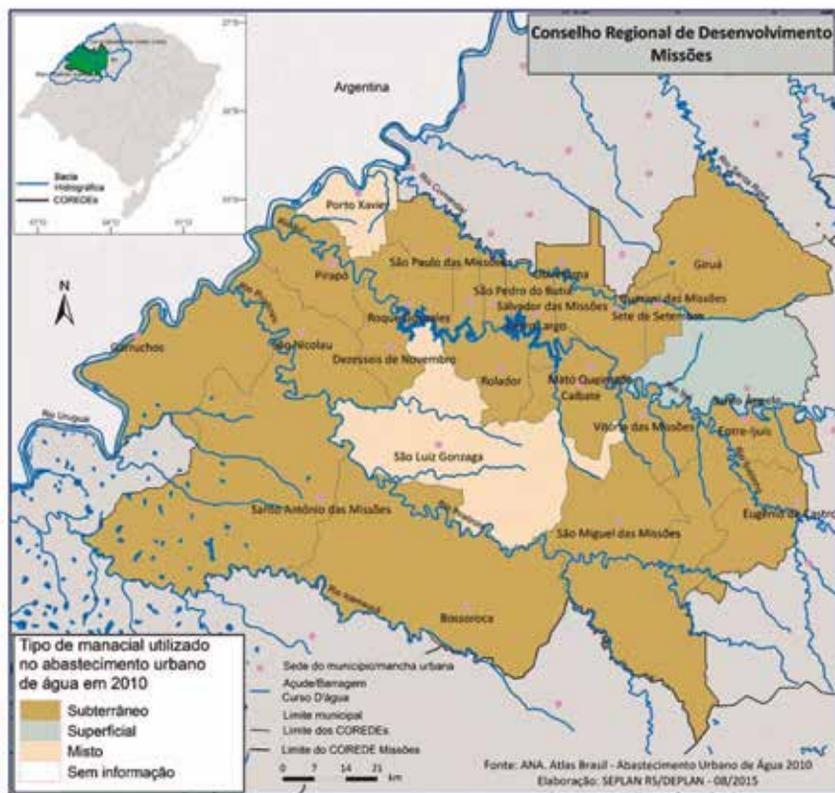
Verifica-se a tendência na região de diminuição do contingente nas faixas mais jovens, motivada pela redução acentuada da fecundidade e pela fuga de jovens para regiões mais dinâmicas, realidade está, presente em todos os municípios missioneiros, reforçados pelos dados de Zuanazzi (2015). O fenômeno de crescimento da população acima de 65 anos devido ao aumento da expectativa de vida, também é uma tendência brasileira, gaúcha e missioneira. A queda populacional reforça a tendência de envelhecimento face à permanência dos mais idosos que não migram na mesma proporção das outras faixas etárias (COREDE MISSÕES, 2010).

**Figura 08 - Mapa da Rede Hidrográfica do COREDE Missões**

Esses rios, riachos e arroios, além de serem fonte de geração de riqueza pela produção de energia e recurso para a produção de alimentos também são os destinos dos resíduos domésticos, industriais, comerciais e agrícolas da região, contaminando tais águas.

Na análise do abastecimento de água urbana, a ilustração da Figura 09, demonstra que o sistema de abastecimento dos municípios da região é de predominância subterrânea, sendo que apenas dois municípios possuem sistemas mistos (superficial + subterrâneo) e o restante dos 23 municípios possuem abastecimento urbano de água via mananciais subterrâneos. A mesma fonte demonstra através de dados de 2010, que aproximadamente 76% dos municípios requerem ampliação do sistema de abastecimento urbano de água e apenas seis municípios (24% do total) requerem algum tipo de ampliação do sistema de abastecimento.

**Figura 09 - Mapa do Tipo de Manancial Utilizado no Abastecimento Urbano de Água no COREDE Missões – 2010.**



Fonte: Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 26).

A ampliação do uso da Irrigação Rural na produção de grãos, conjuntamente com a falta de projetos de racionalização da utilização racional da água, pode ser uma ameaça à disponibilidade dos recursos hídricos na região.

De acordo com Pereira (2014) o uso do solo na região é baseado principalmente no cultivo de soja, milho, trigo, mandioca, cana-de-açúcar e na criação de bovinos e suínos. Assim, pela utilização de insumos químicos e de mecanização, sobremaneira nas culturas de soja e trigo, a área apresenta problemas ambientais relacionados à contaminação do solo e da água, perda de camadas de solo fértil por erosão e desmatamento das margens dos rios, promovendo o seu assoreamento.

Há ainda a destacar a ocorrência de contaminação hídrica pelos dejetos provenientes das atividades suinicultoras tanto das criações quanto da indústria a ela relacionada, principalmente nos municípios que margeiam o rio Ijuí, assim como contaminação por esgotos domésticos. A região tem registrado também eventos de cheias periódicas nas áreas próximas ao rio Uruguai e Ijuí e ocorrência de períodos de estiagem prolongada.

Em 2010, os dados da FEE (2016) apontavam que 70% da população total da região vivia nas áreas urbanas, em que 57% encontravam-se concentradas nos municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá e Cerro Largo, onde ocorreram também as maiores taxas de urbanização. Estes também são os municípios que sediam a maior representatividade de indústrias. Portanto, é nestes municípios que são gerados os maiores volumes de resíduos sólidos urbanos e industriais, e de efluentes líquidos industriais e domésticos.

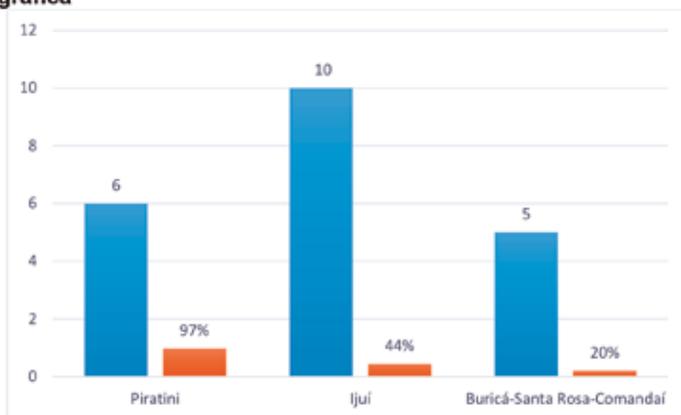
Com respeito ao tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, alguns municípios como Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá, Cerro Largo e Porto Xavier, vem desenvolvendo atividades de coleta seletiva e contam com unidades de triagem de resíduos ou usinas de reciclagem. Alguns destes municípios também registram a presença de trabalhadores organizados na forma de cooperativas e/ou associações de catadores e/ou recicladores. Em relação à coleta de lixo no meio rural, os dados obtidos pela equipe de trabalho, evidenciam que apenas Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Mato Queimado e Vitória das Missões adotam tal prática. Mais recentemente os municípios de São Nicolau, Dezesseis de Novembro, Pirapó, Porto Xavier, São Miguel das Missões, Caibaté, Mato Queimado, Vitória das Missões, Cerro Largo, Ubiretama e Rolador vem se organizando na forma de consórcios para tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos (FEE, 2016).

Em relação à poluição hídrica, os municípios que possuem o maior número de indústrias potencialmente poluidoras e que geram os maiores volumes de efluentes líquidos industriais e domésticos da região concentram-se em Santo Ângelo, Giruá, Cerro Largo e São Luiz Gonzaga. Além disso, do total de efluentes gerados, mais de 90% são de origem doméstica. E, tanto em

relação aos efluentes líquidos industriais quanto aos domésticos, destaca-se o volume de cargas orgânicas.

Quanto às contribuições de cargas poluentes dos municípios por bacia hidrográfica, constata-se que seis (6) municípios da região que fazem parte da bacia do rio Piratini geravam cerca de 97% dos efluentes industriais e domésticos da mesma; dez (10), da bacia do rio Ijuí geram 44% dos efluentes industriais e domésticos, e cinco (5), da bacia dos rios Buricá-Santa Rosa-Comandaí produzem aproximadamente 20% dos efluentes industriais e domésticos (FEE, 2016).

**Figura 10 – Contribuições de cargas poluentes dos municípios por bacia hidrográfica**



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

A região encontra-se ainda exposta a poluição acidental devido ao transporte de cargas tóxicas e potencialmente perigosas, principalmente ao longo do eixo da BR 285 e BR 392 (COREDE MISSÕES, 2010).

Destaca-se também a questão relativa à poluição ambiental derivada da intensiva produção de cereais, que em decorrência de produtos químicos para aumentar a produtividade, contribuem para o agravamento da questão ambiental. A região não conta com parques federais ou estaduais ou outras unidades de conservação, porém há importantes atividades turísticas organizadas em torno de atrativos histórico-culturais e arqueológicos relacionados aos Sete Povos das Missões, o que resulta em fator de estímulo à preservação ambiental.

## 6.2.2 Consumo de Agroquímicos

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o uso de agroquímicos no Brasil é a segunda maior causa de contaminação dos rios. Além disto, o setor agropecuário (grande consumidor de agroquímicos) é a atividade que mais consome água doce no país, gerando sérios problemas para a saúde humana, transformando-se em uma grave ameaça ambiental no Brasil, e, principalmente nas principais regiões produtoras agrícolas (PEREIRA, 2014).

**Tabela 02** – Agroquímicos mais Críticos - Cálculo de Ranqueamento (R)<sup>10</sup> – utilizados no Estado do Rio Grande do Sul.

<b>Agroquímicos mais Críticos para o RS</b>	
<b>Agroquímicos</b>	<b>Criticidade - Teste R</b>
Glifosato	560
Acefato	323
Metamidofós	236
Difeconazol	228
Metalaxil-m	182
Cipermetrina	162
Diflubenzuron	162
Carbofurano	139
Folpete	124
Tiofanato Metílico	124

Fonte: Adaptado de Pereira (2014, p. 65).

Atualmente o Brasil é o maior consumidor de agroquímicos do mundo. Mais de 99% dos venenos aplicados nas lavouras não atingem a praga alvo, portanto, atingindo rios, solo, ar e mananciais de água (PEREIRA, 2014).

Conforme Pereira (2014, p. 14), na safra gaúcha de 2009/2010, houve um consumo de 85 milhões de litros de agroquímicos, representando uma média de 8,3 litros por pessoa/ano. Este consumo per capita é superior ao nacional, que em 2011 foi de 4,5 litros por pessoa/ano<sup>9</sup>. Na região das Missões, estima-se que o consumo per capita chegue a, aproximadamente, 25 litros por pessoa/ano.

<sup>9</sup> Dados da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

<sup>10</sup> Cálculo do volume dos princípios ativos mais críticos. Quanto mais elevado o nível de criticidade, maior é o risco a saúde humana.

De acordo com Pereira (2014) verifica-se que a maioria das regiões classificadas como críticas localizam-se na RPF 7 do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que as principais atividades econômicas desenvolvidas por ela referem-se à agropecuária, com destaque para a cultura de milho, trigo e, principalmente de soja (utilização intensiva do solo). Assim, entende-se a alta utilização destes agroquímicos nesta região, pois são muito utilizados na produção destes grãos – o glifosato é usado, em grande escala, como secante no plantio direto da soja.

A região das Missões apresenta uma média de uso de agroquímicos críticos de 147,73 litros/km<sup>2</sup>/ano<sup>9</sup> (a sexta maior do Estado). Para o uso de agroquímicos em geral a média é de 490,30 litros/km<sup>2</sup>/ano. Dentre os agroquímicos críticos mais utilizados na região, “destacam-se: glifosato, acefato, diflubenuron, carbofurano, cipermetrina e metamidofós” (PEREIRA, 2014, p. 65).

### 6.3 DIMENSÃO SOCIOCUTURAL

Conforme metodologia indicada na seção cinco, à dimensão sociocultural, contemplará a contextualização sobre os aspectos culturais, sociais – equidade e inclusão social -, educacionais, de saúde e de segurança do território missioneiro.

#### 6.3.1 Aspectos Culturais

Os aspectos culturais da região das Missões estão intrinsecamente ligados à fatores da formação, alicerçada em elementos que nos reportam a origem da organização social do Rio Grande do Sul onde o processo de evangelização indígena conduzido pelos padres jesuítas é elemento fundamental. Desse marco, a cultura missioneira é baseada na história da interação entre a população indígena e os padres jesuítas, os quais são amplamente conhecidos pela herança deixada através das reduções jesuíticas.

Sausen e Oliveira (2013) definiram a experiência jesuítico-guarany dos Sete Povos das Missões como sendo um dos maiores exemplos de colonização cristã da história da humanidade ocorrida de forma justa e cooperativa, ocorrido há dois séculos e meio — e, acima de tudo, estabelecendo-se como importante um legado cultural.

A República Guarani, experiência única de uma verdadeira sociedade cristã, feita pelos jesuítas durante 150 anos na América do Sul, foi

qualificada pelo filósofo Voltaire como o “verdadeiro triunfo da Humanidade” (SAUSEN E OLIVEIRA, 2013, p. 07).

Esse legado reporta-se para as manifestações culturais, estabelecendo a cultura missioneira. Desse movimento de culto as tradições missionárias, a região desenvolve um conjunto significativo de eventos de abrangência nacional e internacional, tanto nas artes, como na música através de eventos regionais, estadual e internacional.

A questão transfronteiriça, também é um importante elemento cultural, pois as influências das relações Brasil-Argentina propagam uma série de eventos culturais e sociais que promovem a integração entre os dois países. Dentre os eventos destacam-se os intercâmbios acadêmicos e culturais entre instituições de ensino da região.

Convém salientar ainda, que a região é caracterizada por ser detentora de uma grande heterogeneidade cultural devido a sua colonização. Em meados de 1900, várias etnias europeias (italianos, poloneses, portugueses, espanhóis, alemães, letos, suíços, etc...) acabaram por ocupar tal território, na busca de estabelecerem-se socioeconomicamente e, assim, alterando de forma significativa a região e as suas relações históricas, sociais e culturais.

### 6.3.2 Aspectos Sociais

Os aspectos sociais deste documento abrangem a posição relativa do COREDE Missões em relação a cinco indicadores chave: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)<sup>11</sup>, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IBGE (IDH-M)<sup>12</sup>, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)<sup>13</sup>, Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)<sup>14</sup> e Índice de Gini<sup>15</sup>.

<sup>11</sup> Índice desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) que avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos, considerando os blocos Educação, Renda e Saúde, no que tangem aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento. O índice varia entre zero (0) e um (1). Classificação: alto (acima de 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (abaixo de 0,499) nível de desenvolvimento. Informações provenientes do Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 13).

<sup>12</sup> Índice desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que considera as três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, adequando a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões brasileiras. O IDHM varia entre zero (0) e um (1). Classificação: muito alto (acima de 0,800), alto (entre 0,700 e 0,799), médio (entre 0,600 e 0,699), baixo (entre 0,500 e 0,599) e muito baixo (entre 0 e 0,499) nível de desenvolvimento (IBGE, 2016).

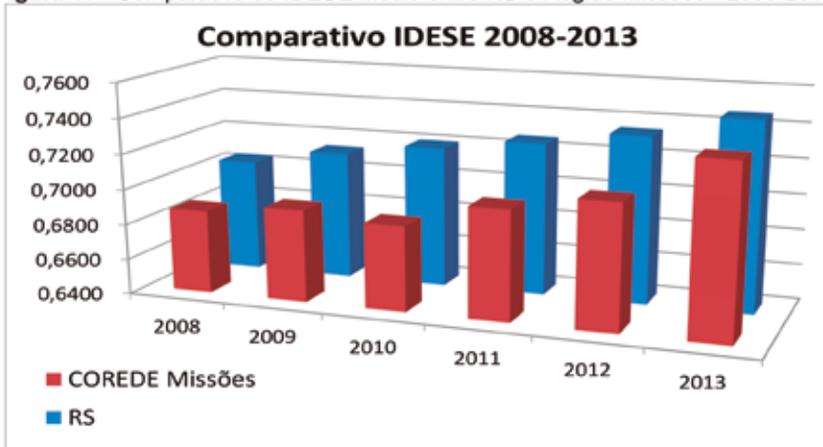
<sup>13</sup> Índice desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN-RJ) que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego e renda, educação e saúde. O IFDM varia entre zero (0) e um (1). Classificação: alto (acima de 0,800), moderado (entre 0,600 e 0,800), regular (entre 0,400 e 0,600) e baixo (entre 0 e 0,400) desenvolvimento (FIRJAN, 2016a)

<sup>14</sup> Índice desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos. Possui as dimensões de infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. O IVS varia entre zero (0) e um (1). Quanto mais próximo de um (1), maior é a vulnerabilidade social. Classificação: muito alta (entre 0,501 e 1), alta (entre 0,401 e 0,500), média (entre 0,301 e 0,400), baixa (entre 0,201 e 0,300) e muito baixa (entre 0 e 0,200) vulnerabilidade social (IPEA, 2016).

<sup>15</sup> Índice desenvolvido pelo italiano Conrado Gini, que mede o grau de concentração de renda em um determinado lugar. Ele aponta diferenças entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, ou seja, o grau de desigualdade social entre estes. O índice de Gini varia entre zero (0) e um (1). Quanto mais próximo de um (1), maior é o coeficiente de desigualdade social (IPEA, 2016).

Como pode ser visualizado na Figura 11, no quesito IDESE, o desempenho do COREDE Missões, para o período 2008 a 2013, embora tenha avançado 7,1%, atingindo o índice médio regional de 0,7362, vem apresentando desempenho inferior ao IDESE estadual, o qual, em 2013, atingiu o patamar de 0,7465. Na análise anual do indicador, verifica-se que embora tenha ocorrido evolução, durante o período referenciado, o IDESE médio regional continua apresentando índice inferior ao estadual. Destaca-se que, no ano de 2013, esta diferença diminuiu, quando comparada aos anos anteriores.

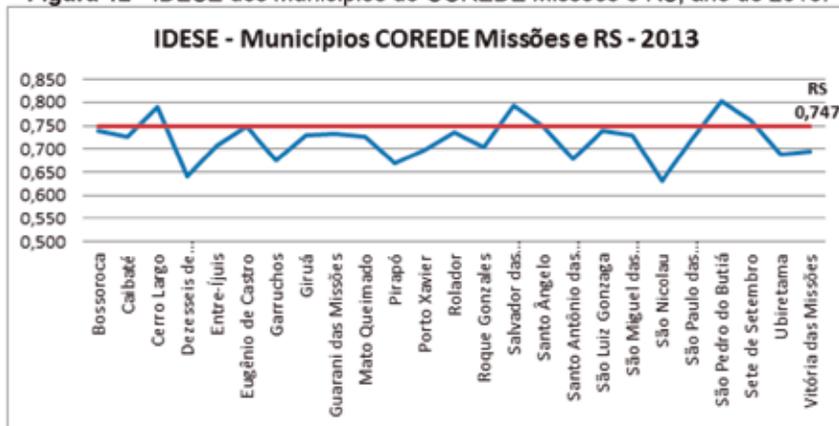
**Figura 11 - Comparativo do IDESE Médio entre RS e Região Missões - 2008-2013.**



Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados da FEE (2016).

Já o posicionamento do IDESE individual por município, para o ano de 2013, é demonstrado na figura abaixo.

**Figura 12 - IDESE dos Municípios do COREDE Missões e RS, ano de 2013.**



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

A análise dos dados da Figura 12 demonstra que apenas quatro (4) dos vinte e cinco municípios (25) do COREDE Missões, obtiveram um indicador superior ao estadual no ano de 2013, evidenciando a fragilidade da região.

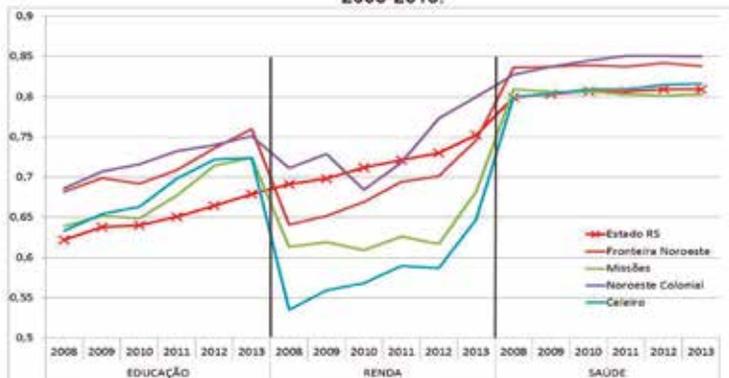
**Tabela 03** - IDESE, Estado do RS e a Região Funcional de Planejamento Sete (7). - 2013.

Região	IDESE 2013
Estado do RS	0,7465
COREDE Fronteira Noroeste	0,7814
COREDE Missões	0,7362
COREDE Noroeste Colonial	0,8002
COREDE Celeiro	0,7291

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Em relação ao IDESE agregado (renda, saúde e educação), do ano de 2013, conforme Tabela 03, a região das Missões apresenta um índice de 0,736. Este indicador revela que o território missioneiro encontra-se abaixo do índice estadual, e dos COREDE's Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste, que respectivamente apresentam IDESE de 0,746; 0,800; e, 0,781, sendo superior apenas ao índice do COREDE Celeiro (0,729).

**Figura 13** - IDESE por Blocos dos Municípios do COREDE Missões e RS, período 2008-2013.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

A análise da Figura 13, demonstra que no Bloco Educação da RFP7, comparativamente ao Estado do RS, todos os COREDE's apresentaram resultados acima do índice estadual em todos os anos da amostra. Contudo, no Bloco Renda, apenas o COREDE Noroeste Colonial apresentou índices superiores ou iguais ao índice do Estado, (excluindo o ano de 2010, o qual apresentou desempenho inferior). O COREDE Fronteira Noroeste aproximou-se ao índice do Estado apenas em 2013, invertendo a posição dos demais anos,

os quais foram inferiores para todos os demais COREDE's. Na esfera Saúde do IDESE a pior situação foi do COREDE Missões o qual em 2008 e 2009 tinha índice superior ao do Estado (mas inferior as demais regiões), apresentando declínio nos demais anos ficando abaixo do indicar estadual. A melhor situação nesse bloco foi do COREDE Noroeste Colonial, sempre acima da média estadual e nos últimos quatro anos da amostra sendo o mais elevado.

Aleitura desse cenário destaca que os indicadores que mais contribuem para indicadores inferiores ao do Estado estão nas áreas de Geração de Renda e Saúde.

Quando o aspecto social é abordado pelo IDHM, vide Tabela 04, constata-se uma situação contrária aos resultados do IDESE. De acordo com a metodologia do IBGE, a região das Missões, apresenta índices superiores ao do Rio Grande do Sul, para os anos de 2000 e 2010. No ano de 2000, a região das Missões teve um índice de 0,844, contra 0,809 do Estado.

**Tabela 04** - IDHM, Estado do RS e a Região Funcional de Planejamento Sete (7) - anos de 2000 e 2010.

Região	IDH-M	
	2000	2010
Estado do RS	0,8090	0,8210
COREDE Fronteira Noroeste	0,8250	0,8770
COREDE Missões	0,8440	0,8600
COREDE Noroeste Colonial	0,8250	0,8770
COREDE Celeiro	0,7610	0,7530

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2016).

Em 2010, o IDH-M aumentou para as duas referências, destacando que o crescimento do índice na região das Missões foi de 1,9% (0,860), enquanto que o do Estado do Rio Grande do Sul foi de 1,5% (0,821). Importante ressaltar que, na análise conjunta da RFP 7, a região de abrangência do Noroeste Colonial, foi a que apresentou o maior crescimento, com 6,3% e, o pior desempenho foi da região Celeiro, com -1,05% (retrocedendo de 0,761 para 0,753).

**Tabela 05** - IFDM, Estado do RS e Região Funcional de Planejamento Sete (7) – 2013.

Região	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
	2013
Estado do RS	0,7465
COREDE Fronteira Noroeste	0,7814
COREDE Missões	0,7362
COREDE Noroeste Colonial	0,8002
COREDE Celeiro	0,7291

Fonte: Elaborado pelos Autores, com base em dados da FIRJAN (2016a).

Outro indicador usado para avaliar a questão social, através de análise comparativa entre o Rio Grande do Sul e a RFP 7, foi o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Destaca-se que o IFDM do COREDE Missões, em 2013, obteve o terceiro melhor desempenho, apresentando um índice de 0,736. Foi superior somente ao indicador da Celeiro, que foi de 0,729.

Por sua vez, quando a abordagem da questão social é analisada pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), mensurados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), verifica-se que a região das Missões, em 2000, teve um indicador de 0,755, frente a um indicador estadual de 0,747, conforme visualiza-se na Tabela 06.

**Tabela 06** - Índice Vulnerabilidade Social - Estado do RS e a Região Funcional de Planejamento Sete (7), anos de 2000 e 2010.

Região	Índice de Vulnerabilidade Social – IVS	
	2000	2010
Estado do RS	0,7465	0,8086
COREDE Fronteira Noroeste	0,7814	0,8379
COREDE Missões	0,7548	0,8442
COREDE Noroeste Colonial	0,7387	0,8248
COREDE Celeiro	0,6844	0,7614

Fonte: Elaborado pelos Autores, com base em dados da IPEA (2016).

Essa superioridade se manteve também para o ano de 2010, em que o Rio Grande do Sul obteve índice de 0,809 e, as Missões, de 0,844. No entanto, quanto mais próximo de um (1), maior é a vulnerabilidade social regional. Nota-se que, conforme Tabela 06, a RFP 7<sup>16</sup> aumentou o seu IVS, evidenciando uma crescente tendência ao processo de exclusão social.

Deve-se destacar que, o IVS apresentado pela região das Missões é maior comparativamente aos COREDE's pertencentes à RFP 7, evidenciando o forte contraste social presente no território missioneiro, interferindo de forma direta no processo de desenvolvimento regional.

Verifica-se que a região das Missões apresenta, de acordo com a classificação do IVS, vulnerabilidade social muito alta. Esta vulnerabilidade é medida através da linha de pobreza, que é definida através dos hábitos de consumo das pessoas, que sobremaneira, afetam o padrão de vida das famílias

<sup>16</sup> Os COREDE's Missões, Noroeste Colonial e Celeiro, além do Estado do Rio Grande do Sul, aumentaram seu IVS, enquanto que o COREDE Fronteira Noroeste manteve o mesmo índice, em 2000 e 2010.

resultando em não observância ao acesso de direitos sociais mínimos (IPEA, 2016).

No aspecto desigualdade social, o índice de Gini, da região do COREDE Missões, para o ano de 2010, apresenta um coeficiente de 0,47, contra 0,54 registrados pelo Estado do Rio Grande do Sul (vide Tabela 07).

Embora este parâmetro seja elevado, em termos mundiais, tal indicativo demonstra que, a concentração de renda da região é menor do que a estadual e a do país (0,60), com destaque para os municípios de Salvador das Missões e Ubiretama, com índices de 0,36, enquanto que, os municípios que apresentaram maior grau de desigualdade foram Santo Ângelo e São Miguel das Missões, com 0,54.

A dimensão social quando avaliada pela adesão às políticas públicas de transferência de renda, no que tange o Programa Bolsa Família (PBF), indica que a região das Missões possui aproximadamente 100 mil pessoas cadastradas, que representaram em março de 2016, o total de 46.584 pagamentos.

**Tabela 07 - Índice de Gini dos Municípios do COREDE Missões – 2010.**

Municípios	Índice Gini
	2010
Bossoroca	0,49
Caibaté	0,48
Cerro Largo	0,47
Dezesseis de Novembro	0,48
Entre-Ijuís	0,47
Eugênio de Castro	0,50
Garruchos	0,52
Giruí	0,53
Guarani das Missões	0,42
Mato Queimado	0,43
Pirapó	0,46
Porto Xavier	0,47
Rolador	0,44
Roque Gonzales	0,50
Salvador das Missões	0,36
Santo Ângelo	0,54
Santo Antônio das Missões	0,45
São Luiz Gonzaga	0,50
São Miguel das Missões	0,54
São Nicolau	0,50
São Paulo das Missões	0,42
São Pedro do Butiá	0,46
Sete de Setembro	0,47
Ubiretama	0,36
Vitória das Missões	0,48
<b>COREDE Missões</b>	<b>0,47</b>
<b>ESTADO RS</b>	<b>0,54</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Este montante de pagamentos, quando relacionados à população estimada da região (IBGE, 2016), equivale a um percentual de 18,45% dos habitantes. O município com maior adesão a esse sistema de transferência pública de renda é São Nicolau, com 38,04% de sua população e, verifica-se o extremo, ou seja, a menor adesão, no município de Salvador das Missões, com 4,22% de seus habitantes.

**Tabela 08** - Programa Bolsa Família – PBF – Beneficiários por Municípios do COREDE Missões (%) – 2016.

Programa Bolsa Família - PBF - nº pessoas do COREDE Missões - 2016				
Municípios	Nº de Cadastrados*	Nº Pagamentos*	Pop. Estimada**	População (%)**
Bossoroca	3.432	1.464	6.836	21,42
Caibaté	1.778	829	5.050	16,42
Cerro Largo	4.191	1.322	14.024	9,43
Dez. de Novembro	1.696	864	2.769	31,20
Entre-Ijuís	3.550	1.108	9.008	12,30
Eugênio de Castro	1.334	534	2.721	19,63
Garruchos	1.663	1.090	3.200	34,06
Giruí	7.426	3.719	17.132	21,71
Guarani das Missões	2.736	1.015	8.114	12,51
Mato Queimado	536	259	1.789	14,48
Pirapó	1.789	477	2.651	17,99
Porto Xavier	5.283	2.398	10.737	22,33
Rolador	1.261	716	2.528	28,32
Roque Gonzales	3.781	1.405	7.267	19,33
Salvador das Missões	443	117	2.773	4,22
Santo Ângelo	25.374	13.335	79.040	16,87
Sto. Ant. das Missões	5.305	3.086	11.111	27,77
São Luiz Gonzaga	13.631	5.568	35.123	15,85
São M. das Missões	3.489	1.679	7.742	21,69
São Nicolau	3.602	2.170	5.704	38,04
São Paulo das Missões	3.363	1.553	6.313	24,60
São Pedro do Butiá	864	204	2.987	6,83
Sete de Setembro	977	512	2.123	24,12
Ubiretama	1.007	236	2.248	10,50
Vitória das Missões	1.897	924	3.442	26,84
<b>Total COREDE</b>	<b>100.408</b>	<b>46.584</b>	<b>252.432</b>	<b>18,45</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do tabulador de informações do Cadastro Único – TabCad – e IBGE (2016).

\*Estes dados são referentes ao período de março de 2016, coletados no TabCad.

\*\*Dados populacionais, elaborados a partir de dados estimados pelo IBGE (2016).

Na Tabela 08, representa-se os beneficiários do Programa Bolsa Família na região do COREDE Missões.

Enfim, os indicadores demonstram que o desempenho da região das Missões, em relação ao IDESE e ao IVS, foram inferiores ao comportamento dos índices estaduais. Por outro lado, os coeficientes do IDH-M, do IFDM e do Gini apresentaram-se superiores aos parâmetros estaduais. Não obstante, embora alguns indicadores estejam satisfatórios, se faz de forma latente, a indicação de que os aspectos socioeconômicos são cruciais e fundamentais, visto a grande heterogeneidade social presente na região missioneira, que acabam por entravar o seu desenvolvimento regional.

### 6.3.3 Aspectos Educacionais

A rede escolar da região, em 2015, está composta por escolas de educação infantil (creches e pré-escolas), de ensino fundamental, de ensino médio, de educação profissional, de modalidades de educação para jovens e adultos (EJA), de modalidades de educação especial e de ensino superior. Na educação infantil e no ensino fundamental predominam as escolas municipais, enquanto que no ensino médio, profissional, de jovens e adultos e educação especial, a maioria das escolas é de âmbito estadual. Os dados referentes aos números de estabelecimentos de ensino básico, estadual e municipal, da região do COREDE Missões, em 2015, apresentam-se nas Tabelas 09 e 10.

**Tabela 09** - Estabelecimentos de Ensino Básico Estadual – COREDE Missões – 2015.

Municípios	Número de Estabelecimentos de Ensino Básico Estadual – 2015				
	Educação Infantil	Educação Especial	Educação Fundamental	Educação Média	Educação Jovem e Adulta
Bossoroca	0	0	4	1	1
Caibaté	0	0	2	1	0
Cerro Largo	0	0	4	1	1
Dez. Novembro	0	0	5	1	1
Entre-Ijuís	1	0	3	1	0
Eugênio de Castro	0	0	1	1	0
Garruchos	1	0	1	1	0
Giruá	0	0	4	1	0
Guarani das Missões	0	0	2	2	1
Mato Queimado	0	0	1	1	0
Pirapó	0	0	1	1	1
Porto Xavier	0	0	5	3	1
Rolador	1	0	3	1	1
Roque Gonzales	0	0	5	1	1
Salvador das Missões	0	0	1	1	0
Santo Ângelo	1	0	17	10	6
S. Ant. das Missões	0	0	5	3	1
São Luiz Gonzaga	3	2	16	6	6
São M. das Missões	1	0	2	1	0
São Nicolau	0	0	3	2	1
São Paulo das Missões	0	0	1	1	0
São Pedro Butiá	0	0	1	1	0
Sete de Setembro	0	0	2	1	0
Ubiretama	0	0	1	1	0
Vitória das Missões	0	0	2	1	0
<b>COREDE Missões</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>92</b>	<b>45</b>	<b>22</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, através de dados da FEE (2016).

De acordo com Tabela 09, a rede básica de ensino estadual está predominantemente representada pela educação fundamental, com 92 estabelecimentos, e está presente em todos os municípios da região. Os municípios de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga são os detentores de mais escolas de ensino fundamental estadual, totalizando 33 estabelecimentos.

Quanto ao ensino médio, a rede estadual também está disponível para todos os municípios do território missioneiro, com um montante de 45 escolas estaduais.

Já em relação à educação de jovens e adultos, educação infantil e educação especial<sup>17</sup> (disponível apenas no município de São Luiz Gonzaga), a região conta com, respectivamente, 22, 8 e 2 estabelecimentos de ensino estaduais.

A rede de ensino básico municipal da região das Missões (Tabela 10), em 2015, está composta por 322 estabelecimentos municipais de educação.

**Tabela 10** - Estabelecimentos de Ensino Básico Municipal – COREDE Missões – 2015.

Número de Estabelecimentos de Ensino Básico Municipal – 2015					
Municípios	Educação Infantil	Educação Especial	Educação Fundamental	Educação Média	Educação Jovem e Adulta
Bossoroca	8	0	6	1	0
Caibaté	5	0	4	0	0
Cerro Largo	8	0	6	0	0
Dez. de Novembro	4	0	2	0	0
Entre-Ijuís	6	0	4	0	0
Eugênio de Castro	2	0	2	0	0
Garruchos	3	0	3	0	0
Giruá	17	0	10	0	1
Guarani das Missões	8	0	5	0	0
Mato Queimado	3	0	2	0	0
Pirapó	5	0	3	0	0
Porto Xavier	8	0	6	0	0
Rolador	3	0	3	0	0
Roque Gonzales	6	0	4	0	0
Salvador das Missões	1	0	1	0	0
Santo Ângelo	51	0	20	0	1
S. Ant. das Missões	7	0	8	0	0
São Luiz Gonzaga	22	0	13	0	1
São M. das Missões	8	0	7	0	0
São Nicolau	4	0	3	0	1
São Paulo das Missões	5	0	3	0	0
São Pedro do Butiá	3	0	1	0	0
Sete de Setembro	2	0	2	0	0
Ubiretama	1	0	3	0	0
Vitória das Missões	4	0	2	0	0
<b>COREDE Missões</b>	<b>194</b>	<b>0</b>	<b>123</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, através de dados da FEE (2016).

Deste total, 194 escolas são de educação infantil, 123 de educação fundamental, 4 de educação para jovens e adultos (presente nos municípios de Giruá, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Nicolau) e uma de educação média (apenas disponível no município de Bossoroca). A rede municipal de

<sup>17</sup>A educação especial atende pessoas que apresentam especificidades que interferem na aprendizagem, exigindo um tipo diferenciado de atendimento que tanto pode ser em escolas especialmente dotadas ou em classes regulares com atendimento orientado para este tipo de alunado (COREDE MISSÕES, 2010).

ensino da região não conta com estabelecimentos de ensino especial.

O COREDE Missões possui uma escola na Reserva de Terra Indígena Inhacapetum Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Igineo Romeu Ko'enju - no município de São Miguel das Missões – que atende 52 alunos em regime multisseriado (SEDUC, 2016).

Por sua vez, o sistema educacional baseado no ensino profissional da rede estadual e federal possui em atividade sete (7) instituições, localizadas em São Luiz Gonzaga: Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul; Santo Antônio das Missões: Escola Achilino de Santis; Guarani das Missões: Escola Estadual Técnica Guaramano; Santo Ângelo: Instituto Federal Farroupilha, Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi e Escola Técnica Estadual Presidente Getúlio Vargas; e, Entre-Ijuís: Escola Técnica Estadual de Entre-Ijuís. Já na rede particular, há uma ampla oferta de cursos técnicos, nas mais variadas áreas profissionais (SEDUC, 2016).

No ensino superior há instituições particulares, comunitárias e públicas. A estrutura do sistema educacional de ensino superior, com sistema presencial na região do COREDE Missões pode ser evidenciada no Quadro 04.

Na oferta do ensino superior na modalidade de ensino a distância (EaD) a região conta com as seguintes Instituições: Centro Universitário Internacional (UNINTER), Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (CNEC/IESA), Universidade Anhanguera (UNIDERP), Universidade Castelo Branco (UCB) e Universidade Pitágoras (UNOPAR), Universidade Paulista (UNIP), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI).

Quanto a análise dos recursos humanos utilizados no processo educacional da rede pública estadual, o Quadro 05, apresenta a quantidade de profissionais com função de docente utilizada na região das Missões e na RFP 7 do Rio Grande do Sul.

O maior número de docentes, em 2014, verificado na região das Missões é distribuído no ensino fundamental e, o menor no ensino de jovens e adultos.

Os dados indicam que o número de docentes no Estado gaúcho, teve um incremento de 20,5%, entre os anos de 2000 e 2014, passando de 145.191 para 174.953 docentes. Nesse mesmo período, o número total de docentes na região das Missões, teve um incremento de 0,3%, enquanto que os demais COREDE's da RFP 7 tiveram redução do número de professores.

Abordando a evolução da quantidade de docentes na região das Missões por área de atuação, tem-se que o ensino especial e o ensino fundamental registraram perdas de professores de 13,16% e 19,48%, respectivamente. Já as demais áreas tiveram incremento do número de professores, sendo o maior percentual atribuído ao ensino de jovens e adultos

com 138,66%, seguido do ensino infantil com 126,20% e do ensino médio com aumento de 14,38% no número de profissionais docentes.

Na avaliação da variação absoluta (2000-2014) do COREDE Celeiro os dados ficam comprometidos - pois não existem informações do primeiro período – demonstrando variação apenas entre os anos de 2010 e 2014.

Instituição	Natureza	Localização	Nº Alunos	Nº Cursos Graduação	Nº Cursos Pós Graduação – Stricto Sensu
Universidade Estadual do RS – UERGS	Pública	São Luiz Gonzaga	239	04	Não Oferta
Universidade Federal Fronteira Sul	Pública	Cerro Largo	1.300	07	02
Universidade Regional Integrada Alto Uruguai e Missões	Comunitária	Cerro Largo	300	03	Não Oferta
		São Luiz Gonzaga	700	07	Não Oferta
		Santo Ângelo	3.400	22	03
Instituto Cenecista de Ensino Superior	Comunitária	Santo Ângelo	1.400	12	Não Oferta
Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira	Particular	São Paulo das Missões	80	02	Não Oferta

**Quadro 04** - Instituições de Ensino Superior, Sistema Presencial na Região das Missões, 2016.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados e-MEC (2016).

Região	Ensino Especial			Ensino Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Ensino Jovem Adulto		
	2000	2010	2014	2000	2010	2014	2000	2010	2014	2000	2010	2014	2000	2010	2014
Missões	76	70	66	313	482	708	3.424	2.334	2.757	918	911	1.050	119	288	284
Front. Noroeste	106	83	82	347	374	548	2.493	1.656	1.863	707	753	776	107	111	133
Noroeste Colonial	134	40	34	613	472	642	3.924	1.496	1.718	1.024	578	724	246	162	211
Celeiro	-	76	56	-	329	496	-	1.585	1.836	-	625	688	-	223	218
<b>Total RFP 7</b>	<b>316</b>	<b>269</b>	<b>238</b>	<b>1273</b>	<b>1657</b>	<b>2394</b>	<b>9841</b>	<b>7071</b>	<b>8174</b>	<b>2649</b>	<b>2867</b>	<b>3238</b>	<b>472</b>	<b>784</b>	<b>846</b>

**Quadro 05** - Número de Docentes da Rede Pública Estadual da RFP 7.

Fonte: Secretaria Estadual da Educação – FEE (2016).

Outro indicador utilizado para avaliar a questão educacional foi o Índice de Desenvolvimento Social e Econômico (IDESE) que aborda a dimensão educacional. Verifica-se que a maioria dos indicadores da educação da região das Missões está acima da média estadual, excluindo-se os índices de escolaridade adulta, conforme podem ser visualizados na Tabela 11.

Na avaliação comparativa do IDESE Educação e seus subitens com os COREDE's que compõem a RFP 7, constata-se que a região do COREDE Missões teve desempenho mediano no indicador Pré-Escola (terceira posição, abaixo dos COREDE's Celeiro e Fronteira Noroeste) e nos demais, a região referida teve desempenho melhor, apenas em relação ao COREDE Celeiro.

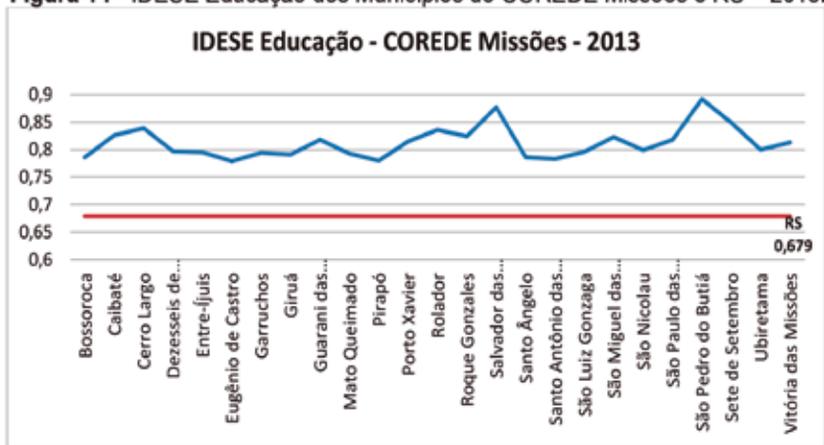
**Tabela 11 - IDESE Educação do Rio Grande do Sul e COREDE's da RFP 7 – 2013.**

Região/IDESE Educação	IDESE Educação – 2013						
	Bloco Educação				Ensino Fundamental		
	IDESE Educação	Pré-Escola	Escolaridade Adulta	Ensino Médio	Ensino Fundamental Iniciais EF	Anos Iniciais EF	Anos Finais EF
Estado RS	0,679	0,686	0,582	0,752	0,694	0,742	0,646
COREDE Celeiro	0,724	0,927	0,464	0,789	0,715	0,772	0,658
COREDE Fronteira	0,759	0,895	0,526	0,874	0,742	0,803	0,681
COREDE Missões	0,724	0,845	0,505	0,822	0,722	0,780	0,664
COREDE Noroeste	0,750	0,844	0,560	0,847	0,750	0,818	0,681

Fonte: Elaborados pelos autores, através de dados da FEE (2016).

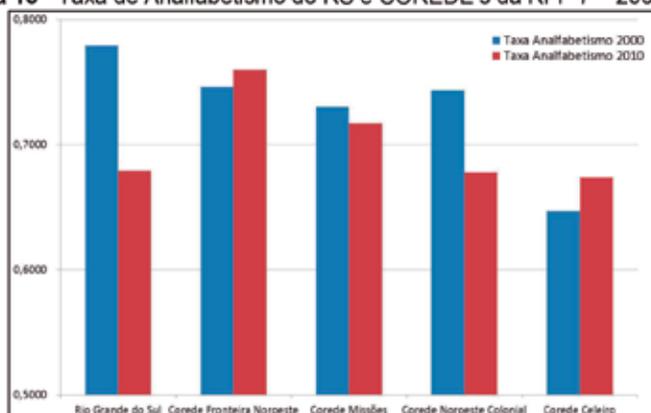
O IDESE Educação, quando analisado por municípios da região das Missões, conforme Figura 14, demonstra que todos os municípios situam-se acima do índice estadual de educação, com destaque para São Pedro do Butiá, Salvador das Missões e Cerro Largo.

**Figura 14 - IDESE Educação dos Municípios do COREDE Missões e RS – 2013.**



Fonte: Elaborado pelos autores, através de dados da FEE (2016).

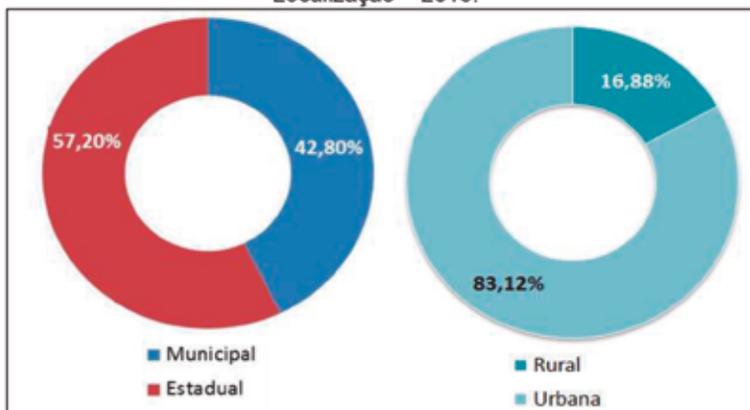
Já a avaliação por critério de Taxa de Analfabetismo, mensurado a partir de pessoas com 15 anos ou mais, para os anos de 2000 e 2010, demonstra-se pela Figura 15:

**Figura 15 - Taxa de Analfabetismo do RS e COREDE's da RFP 7 – 2000/2010.**

Fonte: Elaborado pelos Autores com base em dados da FEE (2016).

OBS: Item que compõe o Índice de Vulnerabilidade Social, subitem Capital Humano, fornecido pelo Fórum dos COREDE's.

Na comparação com os COREDE's da Região Funcional de Planejamento Sete (7) verifica-se que em 2000, o COREDE Missões apresentava a segunda menor taxa de analfabetismo dentre os quatro conselhos analisados. Porém, em 2010, o indicador piorou sensivelmente.

**Figura 16 - Distribuição de Matrículas do Ensino Público Estadual e Municipal, por Localização – 2015.**

Fonte: Elaborado pelos Autores com base com dados Secretaria Estadual da Educação, divulgados por FEE (2016).

No que tange ao número de matrículas a Região das Missões apresentou um número geral de matrículas da rede pública de ensino – estadual e municipal, de 42.280 alunos, distribuídas principalmente no meio urbano com significativa prevalência da participação da rede estadual, conforme Figura 16.

Analisando de forma detalhada as matrículas da Rede Estadual Urbana (dados 2015 – Tabela 12), têm-se que, os maiores números ocorrem no ensino fundamental anos finais integral e no ensino médio integral, com, respectivamente, 4,83% e 4,79% das vagas, seguido pelo ensino fundamental - anos iniciais integral com 4,33%. Os menores índices para a rede estadual urbana se encontram na educação infantil – pré-escola tempo parcial com 1,43%, refletindo, de certa forma a redução da taxa de natalidade da região.

**Tabela 12 - Número de Matrículas Iniciais, Rede Estadual Urbana, Municípios do COREDE Missões e Estado do RS – ano 2015.**

Municípios	Matrícula inicial (Estadual Urbana) – 2015												
	Ensino Regular											EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		Fund.		Médio
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais		Par.	Int.			
Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Par.			Int.	Fund.	Médio
Bossoroca	0	0	0	0	21	142	0	159	220	0	89	0	
Caibaté	0	0	0	0	82	0	129	0	180	0	0	0	
Cerro Largo	0	0	0	0	296	85	289	61	332	0	71	0	
D. Novembro	0	0	0	0	43	0	48	0	106	0	0	14	
Entre-Ijuis	0	0	57	0	292	0	261	0	243	0	0	0	
E. de Castro	0	0	0	0	75	0	91	0	62	0	0	0	
Garruchos	0	0	15	0	63	0	66	0	128	0	0	0	
Giruá	0	0	0	0	148	209	263	136	582	0	0	0	
G. Missões	0	0	0	0	114	0	184	0	540	0	18	0	
M. Queimado	0	0	0	0	0	0	0	0	48	0	0	0	
Pirapó	0	0	0	0	49	0	62	0	100	0	0	11	
Porto Xavier	0	0	0	0	137	140	210	86	359	0	36	77	
Rolador	0	0	7	0	48	0	35	0	88	0	0	0	
R. Gonzales	0	0	0	0	74	0	91	0	212	0	21	24	
S. Missões	0	0	0	0	37	27	31	36	75	0	0	0	
Santo Ângelo	0	0	22	0	1.724	269	1.903	274	2.459	0	344	368	
S. A. Missões	0	0	0	0	75	43	81	67	205	0	56	97	
S. L. Gonz.	0	0	0	0	568	383	588	440	1.067	250	301	405	
S. M. Missões	0	0	0	0	0	107	104	28	223	0	0	0	
São Nicolau	0	0	0	0	25	132	90	39	181	0	0	15	
S. P. Missões	0	0	0	0	8	0	59	0	215	0	0	0	
S. P. Butiá	0	0	0	0	92	0	77	0	94	0	0	0	
S. Setembro	0	0	0	0	35	0	67	0	58	0	0	0	
Ubiretama	0	0	0	0	11	35	34	68	88	0	0	0	
V. Missões	0	0	0	0	0	57	0	59	108	0	0	0	
<b>COREDE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>101</b>	<b>0</b>	<b>4.017</b>	<b>1.629</b>	<b>4.763</b>	<b>1.453</b>	<b>7.973</b>	<b>250</b>	<b>936</b>	<b>1.011</b>	
<b>ESTADO</b>	<b>84</b>	<b>115</b>	<b>7.070</b>	<b>95</b>	<b>190.213</b>	<b>37.609</b>	<b>213.703</b>	<b>29.968</b>	<b>305.064</b>	<b>5.215</b>	<b>31.127</b>	<b>34.310</b>	
<b>% VAGAS ESTADUAIS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,43</b>	<b>-</b>	<b>2,11</b>	<b>4,33</b>	<b>2,23</b>	<b>4,85</b>	<b>2,61</b>	<b>4,79</b>	<b>3,01</b>	<b>2,95</b>	

Fonte: Elaborados pelos autores, através de dados da FEE (2016).

Na análise das matrículas da rede estadual rural, que se demonstra na Tabela 13, verifica-se que os maiores percentuais ficam a cargo do ensino fundamental - anos finais com tempo integral (7,02%), seguido do ensino médio tempo integral (5,07%). O segmento com menor percentual fica com o ensino fundamental - anos finais tempo parcial, com 2,36%, que é superior a rede estadual de ensino urbano.

**Tabela 13** - Número de Matrículas Iniciais, Rede Estadual Rural, Municípios do COREDE Missões e Estado do RS – ano 2015.

Municípios	Matrícula inicial (Estadual Rural) – 2015											
	Ensino Regular											
	Educação Infantil		Ensino Fundamental				Médio		EJA			
	Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fund.		Médio	
	Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Fund.	Médio
Bossoroca	0	0	0	0	0	33	0	37	0	0	0	0
Caibaté	0	0	0	0	1	0	0	33	0	0	0	0
Cerro Largo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D. Novembro	0	0	0	0	31	14	31	21	0	0	0	0
Entre-Ijuís	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
E. de Castro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garruchos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Giruá	0	0	0	0	0	12	0	29	0	0	0	0
G. Missões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Queimado	0	0	0	0	16	0	17	0	0	0	0	0
Pirapó	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Xavier	0	0	0	0	59	16	57	30	51	0	0	0
Rolador	0	0	0	0	3	8	0	30	0	0	56	0
R. Gonzales	0	0	0	0	18	51	19	62	0	0	0	0
S. Missões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santo Ângelo	0	0	0	0	27	73	25	78	74	0	0	0
S. A. Missões	0	0	0	0	12	91	5	128	76	92	0	0
S. L. Gonz.	0	0	28	0	75	43	95	71	44	0	0	0
S. M. Missões	0	0	6	0	43	0	0	0	0	0	0	0
São Nicolau	0	0	0	0	39	0	39	0	32	0	0	0
S. P. Missões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. P. do Butiá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. Setembro	0	0	0	0	26	0	18	0	0	0	0	0
Ubiretama	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V. Missões	0	0	0	0	0	36	0	39	0	0	0	0
<b>COREDE MISSÕES</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>0</b>	<b>353</b>	<b>377</b>	<b>306</b>	<b>558</b>	<b>277</b>	<b>92</b>	<b>56</b>	<b>0</b>
<b>ESTADO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.075</b>	<b>124</b>	<b>13.119</b>	<b>7.492</b>	<b>12.984</b>	<b>7.946</b>	<b>7.827</b>	<b>1.816</b>	<b>1.703</b>	<b>317</b>
<b>% VAGAS ESTADUAIS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3,16</b>	<b>-</b>	<b>2,69</b>	<b>5,03</b>	<b>2,36</b>	<b>7,02</b>	<b>3,54</b>	<b>5,07</b>	<b>3,29</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborados pelos autores, através de dados da FEE (2016).

No que tange as matrículas do municipal urbano, percebe-se percentuais bem inferiores aos valores estaduais, onde a educação infantil, creche tempo parcial é a que apresenta maior valor, indicando a representatividade de 3,10% das vagas, no comparativo com as ofertas do Estado (ver Tabela 14).

**Tabela 14 - Número de Matrículas Iniciais, Rede Municipal Urbana Municípios do COREDE Missões e Estado do RS – ano 2015.**

Municípios	Matrícula inicial (Municipal Urbana) – 2015											
	Ensino Regular											EJA
	Educação Infantil		Ensino Fundamental				Médio		Fund.	Médio		
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais		Anos Finais							
Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Fund.	Médio	
Bossoroca	86	0	125	0	35	96	30	41	0	0	0	0
Caibaté	31	30	37	6	0	55	13	39	0	0	0	0
Cerro Largo	0	95	156	0	180	0	146	0	0	0	0	0
D. Novembro	0	39	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entre-Ijuís	0	92	32	22	0	0	0	0	0	0	0	0
E. de Castro	47	0	44	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garruchos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Girúá	12	211	165	93	334	0	352	0	0	0	50	0
G. das Missões	0	162	0	105	151	51	118	0	0	0	0	0
M. Queimado	49	0	35	0	61	0	62	0	0	0	0	0
Pirapó	0	30	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Xavier	15	169	99	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rolador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R. Gonzales	0	55	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. das Missões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santo Ângelo	25	962	1.176	0	1.580	92	858	87	0	0	74	0
S. A. das Missões	0	137	181	0	296	0	148	0	0	0	0	0
S. L. Gonz.	0	250	296	266	165	500	92	376	0	0	58	0
S. M. Missões	53	51	87	0	112	18	2	53	0	0	0	0
São Nicolau	0	50	98	0	113	0	98	0	0	0	25	0
S. P. Missões	0	56	88	0	250	0	178	0	0	0	0	0
S. P. do Butiá	0	42	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. Setembro	0	13	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ubiretama	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V. das Missões	0	27	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>COREDE MISSÕES</b>	<b>318</b>	<b>2.471</b>	<b>2.740</b>	<b>492</b>	<b>3.277</b>	<b>812</b>	<b>2.097</b>	<b>596</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>207</b>	<b>0</b>
<b>ESTADO</b>	<b>14.942</b>	<b>80.914</b>	<b>88.322</b>	<b>29.359</b>	<b>252.169</b>	<b>56.652</b>	<b>188.896</b>	<b>25.602</b>	<b>4.089</b>	<b>205</b>	<b>34.986</b>	<b>144</b>
<b>% VAGAS EST.</b>	<b>2,13</b>	<b>3,05</b>	<b>3,10</b>	<b>1,68</b>	<b>1,30</b>	<b>1,43</b>	<b>1,11</b>	<b>2,33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,59</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborados pelos autores, através de dados da FEE (2016).

Em relação as matrículas iniciais da rede municipal rural, em 2015, verifica-se uma maior representatividade na composição em relação as vagas municipais rurais do Estado do Rio Grande do Sul. A maior representatividade está no ensino médio parcial, com 14,71%, seguido da educação infantil – pré-escola em tempo parcial e do ensino fundamental – anos finais em tempo parcial, respectivamente, com 6,84% e 5,29% das matrículas municipais rurais preenchidas no Estado. Tais dados podem ser visualizados na Tabela 15.

**Tabela 15 - Número de Matrículas Iniciais, Rede Municipal Rural - 2015.**

Municípios	Matrícula inicial (Municipal Rural) – 2015											
	Ensino Regular											
	Educação Infantil		Ensino Fundamental				Médio		EJA			
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais		Fund.		Médio	
Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Par.	Int.	Fund.	Médio	
Bossoroca	0	0	43	0	18	55	0	96	35	0	0	0
Caibaté	0	0	11	0	20	30	0	5	0	0	0	0
Cerro Largo	0	0	13	45	41	27	27	0	0	0	0	0
D. de Novembro	0	0	16	0	29	0	36	0	0	0	0	0
Entre-Ijuis	0	0	52	0	232	0	219	0	0	0	0	0
E. de Castro	0	0	0	0	54	0	63	0	0	0	0	0
Garruchos	0	0	55	0	0	118	0	83	0	0	0	0
Giruí	8	0	26	16	36	40	8	28	0	0	0	0
G. das Missões	0	0	23	0	82	0	75	0	0	0	0	0
M. Queimado	0	0	13	0	17	0	29	0	0	0	0	0
Pirapó	0	0	32	0	73	0	48	0	0	0	0	0
Porto Xavier	0	0	122	0	235	0	191	0	0	0	0	0
Rolador	0	0	33	0	54	0	33	0	0	0	0	0
R. Gonzales	0	0	140	0	237	0	175	0	0	0	0	0
S. das Missões	0	0	41	0	33	0	41	0	0	0	0	0
Santo Ângelo	0	0	47	0	137	0	113	0	0	0	0	0
S. A. das Missões	0	0	35	0	68	0	20	0	0	0	0	0
S. L. Gonzaga	0	0	37	0	71	0	0	0	0	0	0	0
S. M. das Missões	0	0	54	11	160	56	194	38	0	0	0	0
São Nicolau	0	0	8	0	52	0	51	0	0	0	0	0
S. P. das Missões	0	0	19	0	63	0	54	0	0	0	0	0
S. P. do Butiá	0	0	17	0	56	0	29	0	0	0	0	0
S. de Setembro	0	0	0	0	42	0	0	0	0	0	0	0
Ubiretama	0	0	26	0	70	0	0	0	0	0	0	0
V. das Missões	0	0	40	0	107	0	105	0	0	0	0	0
<b>COREDE MISSÕES</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>903</b>	<b>72</b>	<b>1.987</b>	<b>326</b>	<b>1.511</b>	<b>250</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>ESTADO</b>	<b>306</b>	<b>1.536</b>	<b>13.209</b>	<b>1.562</b>	<b>44.481</b>	<b>12.363</b>	<b>28.566</b>	<b>8.668</b>	<b>238</b>	<b>146</b>	<b>1.320</b>	<b>45</b>
<b>% VAGAS ESTADUAIS</b>	<b>2,61</b>	<b>-</b>	<b>6,84</b>	<b>4,61</b>	<b>4,47</b>	<b>2,64</b>	<b>5,29</b>	<b>2,88</b>	<b>14,71</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborados pelos autores, através de dados da FEE (2016).

Estes dados, mais representativos das matrículas rurais de ensino demonstram que a região do COREDE Missões detém uma razoável parcela de sua população, vivendo no ambiente rural, e que, por sua vez, utilizam-se do sistema de ensino estadual e municipal disponíveis. Importante salientar, que alguns municípios da região missioneira ainda são essencialmente agrícolas que, de certo modo, acabam por justificar esse maior número de matrículas e a importância destas instituições públicas de ensino.

### 6.3.4 Aspectos de Saúde

No âmbito da análise dos aspectos que referem-se a saúde, os dados da região das Missões demonstram as seguintes disponibilidades de recursos, indicados na Tabela 16:

**Tabela 16** - Infraestrutura e Recursos Humanos na Área da Saúde na Região das Missões – 2014 e 2015.

Municípios	Nº de Enfermeiros - 2015	Nº de Médicos - 2015	Nº de hospitais – 2014
Bossoroca	3	5	0
Caibaté	3	3	1
Cerro Largo	3	14	1
D. de Novembro	0	2	0
Entre-Ijuis	2	7	0
E. de Castro	2	2	0
Garruchos	0	2	0
Giruá	14	20	1
G. das Missões	4	5	1
M. Queimado	1	1	0
Pirapó	0	2	0
Porto Xavier	5	3	1
Rolador	1	1	0
R. Gonzales	3	2	1
S. das Missões	1	1	0
Santo Ângelo	81	160	2
S. A. das Missões	2	5	0
S. L. Gonzaga	18	51	1
S. M. das Missões	5	3	1
São Nicolau	2	1	0
S. P. das Missões	3	3	1
S. P. do Butiá	0	0	0
S. de Setembro	0	1	0
Ubiretama	0	1	0
V. das Missões	1	1	0
<b>COREDE MISSÕES</b>	<b>154</b>	<b>296</b>	<b>11</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, através do Ministério da Saúde – DATASUS (2016).

Através dos dados, pode-se verificar a concentração de recursos nos municípios, denominados pelo Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a) como Centros Subregional<sup>18</sup> (Santo Ângelo) e nos dois Centros de Zona<sup>19</sup> (São Luiz Gonzaga e Cerro Largo). Para tanto, a região das Missões possui cento e cinquenta e quatro (154) enfermeiros e duzentos e noventa e seis (296) médicos distribuídos nos seus vinte e cinco (25) municípios, além de onze (11) hospitais.

Na Tabela 17, pode-se visualizar as estatísticas referentes aos atendimentos hospitalares no COREDE Missões. Verifica-se que, a região missioneira possui onze (11) hospitais, setecentos e trinta e cinco (735) leitos hospitalares (divididos entre complementares e de internação), com um número de internações na ordem de quinze mil oitocentos e dez (15.810), representando mais 67 mil dias de permanência de pacientes no atendimento hospitalar, no ano de 2014. Além disto, registrou-se setecentos e cinquenta e quatro (754) óbitos hospitalares, representando uma taxa de mortalidade hospitalar de 4,77%.

**Tabela 17 - Estatística Hospitalar da Região do COREDE Missões – 2014.**

<b>COREDE Missões</b>	<b>Saúde - Estatística Hospitalar – 2014</b>
Número de Hospitais	11
Leitos Complementares	42
Leitos de Internação	693
Número de Óbitos	754
Número de Internações	15.810
Dias de Permanência	67.360
Taxa de Mortalidade	4,77

Fonte: Elaborado pelos autores, através de dados da FEE (2016)

A disponibilização de serviços de saúde do COREDE Missões, além dos hospitais, contam com atendimento básico de saúde em todos vinte e cinco (25) municípios da região, através das Unidades de Pronto Atendimento (UPA's). Os hospitais que são atestados como centros regionais de alta complexidade estão localizados nos municípios de Santo Ângelo, Giruá e São Luiz Gonzaga.

<sup>18</sup> Denominação utilizada da SEPLAN-RS (2015a), indicada no Perfil Socioeconômico do COREDE Missões.

<sup>19</sup> Denominação utilizada da SEPLAN-RS (2015a), indicada no Perfil Socioeconômico do COREDE Missões.

Na Tabela 18, apresenta-se o IDESE Saúde da região funcional de planejamento 7 e do Estado do Rio Grande do Sul. Verifica-se que, quando comparado aos COREDE's da RFP 7 e ao Estado, a região das Missões apresentou o índice mais baixo relativo aos aspectos que o compõem (saúde maternal infantil, condições gerais de saúde e longevidade).

**Tabela 18 - IDESE Saúde do Rio Grande do Sul e COREDE's da RFP 7 – 2013.**

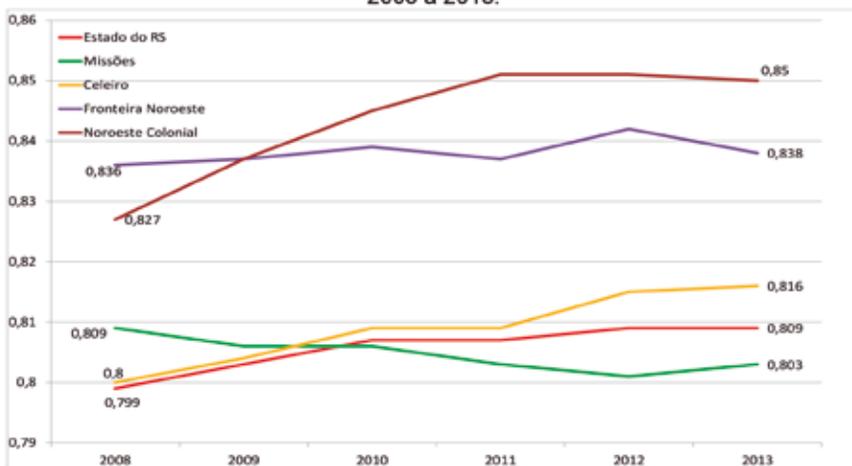
Região/IDESE Saúde	IDESE Saúde – 2013			
	Bloco Saúde			
	IDESE Saúde	Saúde Mat. Infantil	Cond. Gerais de Saúde	Longevidade
Estado RS	0,809	0,821	0,748	0,858
COREDE Celeiro	0,816	0,857	0,716	0,875
COREDE Fronteira Noroeste	0,838	0,876	0,753	0,884
COREDE Missões	0,803	0,825	0,707	0,876
COREDE Noroeste Colonial	0,850	0,860	0,793	0,898

Fonte: Elaborado pelos autores, através de dados da FEE (2016).

A evolução do IDESE saúde, dos COREDE's que compõem a RFP 7 e do Estado gaúcho, estão representados na Figura 17.

No período considerado, entre 2008 e 2013, demonstra-se que o IDESE saúde da região das Missões foi o único índice que apresentou queda, enquanto que nas outras regiões (COREDE's Celeiro, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial) e no Estado do Rio Grande do Sul, houve elevação, mesmo que de pequena ordem.

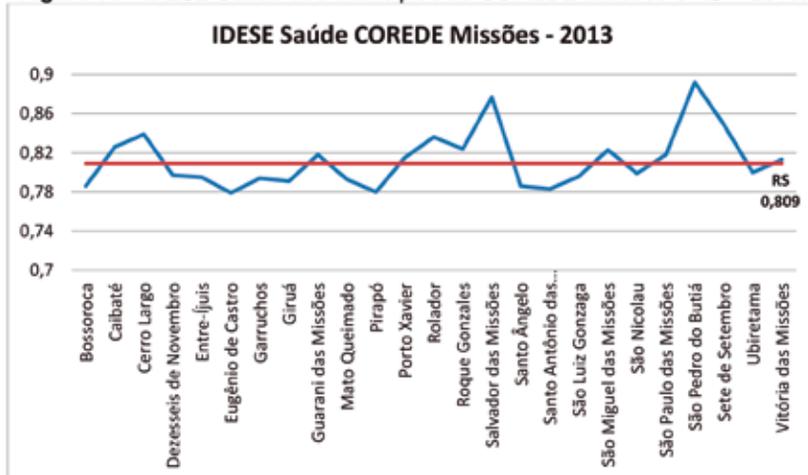
**Figura 17 - IDESE Saúde da Região do COREDE Missões, RFP 7 e Estado do RS - 2008 a 2013.**



Fonte: Elaborado pelos autores, através de dados da FEE (2016).

A região missioneira, em 2008, apresentou índices melhores do que a região COREDE Ceileiro e do que o próprio Estado.

**Figura 18 - IDESE Saúde dos Municípios do COREDE Missões e RS – 2013.**



Fonte: Elaborado pelos autores, através de dados da FEE (2016).

Revela-se uma perda de qualidade nos serviços referentes a saúde na região das Missões, de acordo com o IDESE. Na Figura 18, pode-se verificar como se encontra o IDESE por município do COREDE Missões. Destacam-se os índices de São Pedro do Butiá (0,892), Salvador das Missões (0,877), Sete de Setembro (0,849) e Cerro Largo (0,839), todos superiores ao IDESE estadual. Por outro lado, os menores índices foram verificados Eugênio de Castro (0,779), Pirapó (0,780) e Bossoroca (0,786).

Cabe salientar que o COREDE Missões, assim como as demais regiões do Estado do Rio Grande do Sul, apresenta um número de pessoas em idade avançada, o que ocasiona uma mudança no perfil de atendimentos hospitalares e de atenção básica em saúde, com o aumento de doenças crônico-degenerativas, características das idades mais avançadas, em consequência do envelhecimento populacional (COREDE MISSÕES, 2010).

### 6.3.5 Aspectos de Segurança

Em termos de segurança, a região das Missões conta com três unidades de Defesa Nacional do Exército Brasileiro, uma em São Luiz Gonzaga e duas unidades em Santo Ângelo. Além disto, conta com um Comando Regional da Brigada Militar. Adicionalmente ao efetivo da Brigada Militar, existem duas delegacias regionais da Polícia Civil, uma em São Luiz

Gonzaga e outra em Santo Ângelo, que coordenam os profissionais de segurança pública.

Como serviço de apoio a segurança pública na região missioneira ainda existe uma Coordenação Regional de Superintendência de Serviços Penitenciários e o Instituto Geral de Perícias (6ª CRP).

De acordo com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (2016), a região das Missões conta com três (3) presídios considerados regionais, localizados em Cerro Largo, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, e, estão classificados como regime de segurança média

**Tabela 19 - Número de Vítimas Fatais em Acidentes de Trânsito, no COREDE Missões – 2010/2015.**

Municípios	Número de Vítimas Fatais em Acidentes de Trânsito					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bossoroca	3	1	-	2	1	1
Caibaté	1	1	-	-	1	1
Cerro Largo	7	-	3	1	4	-
Dezesseis de Novembro	-	-	1	1	-	-
Entre-Ijuis	3	1	4	2	6	3
Eugênio de Castro	-	1	-	1	1	-
Garruchos	-	-	3	-	-	-
Giruá	3	2	6	2	8	3
Guarani das Missões	2	3	1	4	2	1
Mato Queimado	1	1	-	-	1	-
Pirapó	-	-	1	-	-	-
Porto Xavier	1	4	-	1	3	2
Rolador	-	-	-	-	-	1
Roque Gonzales	7	2	2	6	7	1
Salvador das Missões	-	1	2	-	1	-
Santo Ângelo	14	12	16	12	6	6
Santo Antônio das Missões	1	-	1	1	-	1
São Luiz Gonzaga	13	16	8	10	17	9
São Miguel das Missões	2	1	2	2	2	1
São Nicolau	3	2	-	-	1	1
São Paulo das Missões	-	1	-	-	2	3
São Pedro do Butiá	2	1	-	-	-	-
Sete de Setembro	-	-	1	-	-	-
Ubiretama	-	-	-	-	-	-
Vitória das Missões	4	6	4	5	-	2
<b>TOTAL COREDE MISSÕES</b>	<b>67</b>	<b>56</b>	<b>55</b>	<b>50</b>	<b>63</b>	<b>36</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Quanto aos indicadores de acidentes fatais, o COREDE Missões, em 2015, apresentou um número total de 36 vítimas fatais nas suas estradas. Os municípios que detêm a maior representatividade de acidentes fatais são Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga. Os dados relativos a esse indicador seguem na Tabela 19.

Em relação aos indicadores criminais, especificamente aos números de furtos na região missioneira (ver Tabela 20), tem-se que, em 2015, esse tipo de delito teve a ocorrência de 3.668 furtos.

**Tabela 20** - Indicadores Criminais - Número de Furtos, COREDE Missões – 2010/2015.

Municípios	Indicadores Criminais - N° de Furtos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bossoroca	72	88	51	64	78	75
Caibaté	33	24	26	22	24	25
Cerro Largo	116	94	108	121	130	126
Dezesseis de Novembro	21	20	17	25	12	16
Entre-Ijuis	81	68	98	80	124	97
Eugênio de Castro	27	22	42	32	35	41
Garruchos	55	76	68	88	61	53
Giruá	183	183	140	176	261	219
Guarani das Missões	126	138	144	110	113	97
Mato Queimado	5	4	5	2	4	5
Pirapó	37	37	41	28	26	32
Porto Xavier	133	100	105	94	81	97
Rolador	20	17	12	11	20	23
Roque Gonzales	62	58	69	64	75	47
Salvador das Missões	33	19	16	11	24	17
Santo Ângelo	1.633	1.390	1.232	1.401	1.187	1.309
Santo Antônio das Missões	146	147	148	129	140	123
São Luiz Gonzaga	867	671	702	795	931	979
São Miguel das Missões	63	64	88	64	81	86
São Nicolau	153	125	100	90	94	113
São Paulo das Missões	17	24	22	35	31	26
São Pedro do Butiá	13	18	10	20	18	15
Sete de Setembro	26	17	23	11	15	24
Ubiretama	11	13	11	8	14	10
Vitória das Missões	27	23	21	27	26	13
<b>COREDE MISSÕES</b>	<b>3.960</b>	<b>3.440</b>	<b>3.299</b>	<b>3.508</b>	<b>3.605</b>	<b>3.668</b>
<b>RFP 7</b>	<b>10.231</b>	<b>9.098</b>	<b>8.861</b>	<b>8.647</b>	<b>8.831</b>	<b>9.159</b>
<b>ESTADO</b>	<b>117.617</b>	<b>166.694</b>	<b>163.746</b>	<b>166.340</b>	<b>168.947</b>	<b>158.009</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

A concentração destes aconteceu basicamente nos municípios mais populosos, como Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Giruá. No entanto, esse montante de delitos, quando comparado a 2010, apresentou redução na região, e, que acabou verificando-se também na RFP 7.

Já as ocorrências relativas a roubos do COREDE Missões (Tabela 21), no período considerado entre 2010 e 2015, também apresentou declínio, passando de 338 roubos em 2010, para 274 em 2015. A RFP 7 seguiu a mesma tendência, atingindo 663 ocorrências em 2015, contra 784 em 2010, enquanto o número de roubos do Estado cresceu mais de 50%, no período em análise.

**Tabela 21** - Indicadores Criminais - Número de Roubos, COREDE Missões – 2010/2015.

Municípios	Indicadores Criminais - Nº de Roubos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bossoroca	1	4	1	1	1	4
Caibaté	1	3	2	1	1	2
Cerro Largo	9	4	11	4	8	5
Dezesseis de Novembro	-	2	2	-	1	0
Entre-Ijuís	2	7	5	3	3	2
Eugênio de Castro	3	1	1	-	4	2
Garruchos	-	-	1	-	1	0
Giruá	17	12	16	8	14	11
Guarani das Missões	9	12	6	13	3	10
Mato Queimado	-	-	1	-	-	0
Pirapó	1	1	5	1	-	1
Porto Xavier	4	9	4	2	4	5
Rolador	-	-	2	-	-	0
Roque Gonzales	4	3	1	2	1	2
Salvador das Missões	-	-	-	-	-	2
Santo Ângelo	186	197	196	158	140	126
Santo Antônio das Missões	14	11	4	3	5	6
São Luiz Gonzaga	80	50	64	73	85	88
São Miguel das Missões	5	6	11	5	6	5
São Nicolau	1	3	3	2	-	0
São Paulo das Missões	1	1	2	1	-	1
São Pedro do Butiá	-	-	-	-	-	0
Sete de Setembro	-	1	-	1	-	2
Ubiretama	-	-	-	1	-	0
Vitória das Missões	-	2	1	1	-	0
<b>TOTAL COREDE MISSÕES</b>	<b>338</b>	<b>329</b>	<b>339</b>	<b>280</b>	<b>277</b>	<b>274</b>
<b>RFP 7</b>	<b>784</b>	<b>779</b>	<b>774</b>	<b>599</b>	<b>659</b>	<b>663</b>
<b>ESTADO</b>	<b>48.144</b>	<b>44.922</b>	<b>46.213</b>	<b>52.508</b>	<b>61.560</b>	<b>79.112</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Na Tabela 22 apresentam-se os indicadores criminais referentes ao número de homicídios dolosos dos municípios que compõem a região das Missões. O COREDE Missões, em 2015, registrou 27 homicídios dolosos, contra 30 homicídios em 2010. Na região funcional, no mesmo período, ocorreram 62 homicídios, em 2015, e, 83 em 2010. Já o Estado teve um aumento de mais de 70% destes crimes. Importante salientar que, em 2015, a região das Missões representou 44% dos homicídios dolosos registrados na RFP 7. Só o município de Santo Ângelo foi responsável por doze destes crimes.

**Tabela 22** - Indicadores Criminais - Número Homicídios Dolosos, COREDE Missões – 2010/2015.

Municípios	Indicadores Criminais - Nº de Homicídios Dolosos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bossoroca	-	1	1	-	-	1
Caibaté	-	-	-	-	1	0
Cerro Largo	-	1	4	-	-	0
Dezesseis de Novembro	-	1	-	-	1	1
Entre-Ijuís	-	-	1	-	1	0
Eugênio de Castro	-	-	1	-	-	1
Garruchos	-	-	1	-	1	0
Giruá	1	-	1	1	-	3
Guarani das Missões	-	2	1	-	-	1
Mato Queimado	1	1	-	-	-	0
Pirapó	-	-	-	-	-	0
Porto Xavier	-	1	1	1	2	2
Rolador	-	-	-	-	-	0
Roque Gonzales	-	1	1	1	-	0
Salvador das Missões	-	-	-	-	-	0
Santo Ângelo	9	7	9	8	9	12
Santo Antônio das Missões	6	3	-	1	2	3
São Luiz Gonzaga	11	6	6	5	3	5
São Miguel das Missões	1	1	-	-	1	0
São Nicolau	1	-	1	4	1	0
São Paulo das Missões	-	-	-	-	-	1
São Pedro do Butiá	-	-	-	-	-	0
Sete de Setembro	-	-	-	-	-	0
Ubiretama	-	-	-	-	-	0
Vitória das Missões	-	-	-	1	-	0
<b>TOTAL COREDE MISSÕES</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>27</b>
<b>RFP 7</b>	<b>83</b>	<b>63</b>	<b>66</b>	<b>72</b>	<b>65</b>	<b>62</b>
<b>ESTADO</b>	<b>1.668</b>	<b>1.743</b>	<b>2.012</b>	<b>1.935</b>	<b>2.338</b>	<b>2.429</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Ainda se faz necessário reforçar que grande parte dos crimes registrados no período entre 2010 e 2015, na região das Missões e da RFP 7, apresentaram redução, no entanto, a região missioneira é o COREDE mais representativo no número de delitos registrados na região funcional, acentuando assim, a preocupação quanto a estes indicadores.

## 6.4 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL

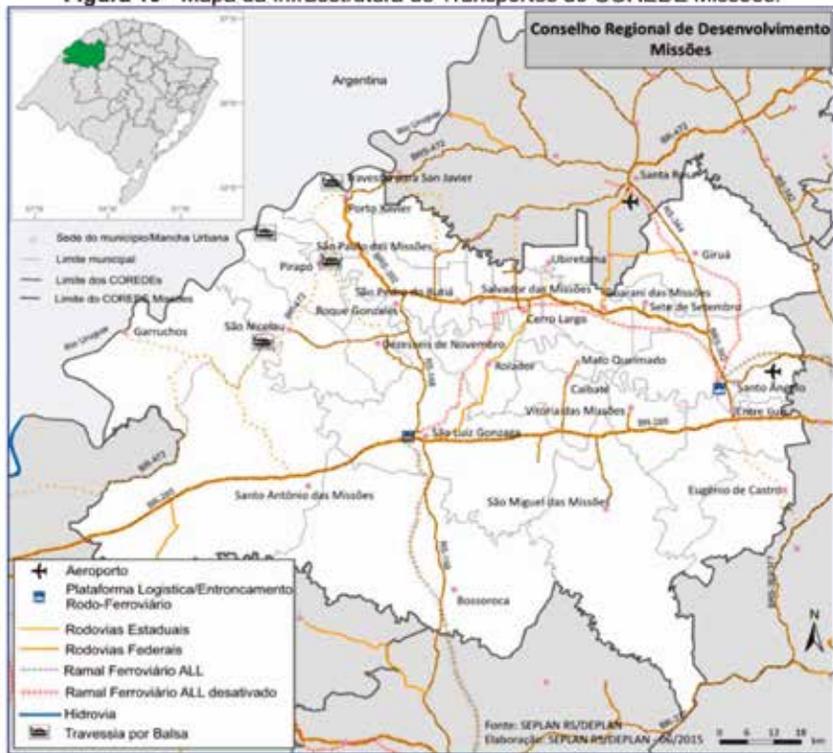
Apresentar a dimensão infraestrutural é salutar para dimensionar o grau de apoio à competitividade nos setores econômicos e sociais. A infraestrutura possui relação direta aos investimentos, com significativa interferência no desempenho econômico regional. Desta forma, esta seção aborda os aspectos relativos a logística de transporte, habitação, abastecimento de água, saneamento básico, coleta seletiva de resíduos urbanos, energia, comunicação, urbanismo e mobilidade urbana.

### 6.4.1 Aspectos de Logística e Transporte

A circulação de pessoas e mercadorias ocorre principalmente pelos modais rodoviário e ferroviário. O modal rodoviário no COREDE Missões, localizado na faixa de fronteira com a Argentina, converge principalmente para Santo Ângelo, rumo a Ijuí e Cruz Alta. As BR-285, 392 e 472 ligam os municípios a Santo Ângelo no sentido oeste-leste. As RS-168 e 344 fazem a ligação São Luiz Gonzaga-Santiago e Santa Rosa-Santo Ângelo no sentido norte-sul. O modal rodoviário de cargas transporta produtos locais em direção aos terminais ferroviários de São Luiz Gonzaga, Giruá e Santo Ângelo, mas grande parte continua por rodovia em direção aos centros consumidores ou ao porto do Rio Grande e Porto Alegre. Segundo o estudo Rumos 2015, a concentração de cargas nos dois terminais ferroviários é considerada média. As principais rotas que são Santo Ângelo-Cruz Alta e São Luiz Gonzaga-Santa Maria possuem 580 toneladas de capacidade cada, com três trens diários, principalmente em épocas de escoamento da safra de grãos (URI/AMM, 2008).

Cabe ainda considerar, que apesar de a região das Missões possuir rotas ferroviárias ativas, grande parte de sua malha encontra-se desativada e subutilizada, com elevado grau de sucateamento. Os motivos para a justificativa de tal realidade são a falta de investimentos, de manutenção neste setor e, o monopólio existente sobre o sistema ferroviário regional (concessões referentes a contratos públicos federais), que acabam por diminuir a competitividade agropecuária regional.

**Figura 19 - Mapa da Infraestrutura de Transportes do COREDE Missões.**



Fonte: Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a, p. 20).

Na região localizam-se importantes rotas rodoviárias: BR 285, BR 392, RS 168, RS 561, RS 165, RS 536, RS 344 e RS 472 num total de 342,57 quilômetros de rodovias estaduais, das quais 250,97 quilômetros são pavimentadas.

**Tabela 23 – Relação de Obras para Conclusão de Acesso Asfáltico da Região do COREDE Missões.**

Município	Situação	Rodovia	Extensão	Ano do Contrato
Garruchos	Paralisada	RS-176	57 Km	1998
Pirapó	Paralisada	RS-550	10,97 Km	1998
Rolador	Em andamento	RS-165	12,66 Km	2012
Ubiretama	Em andamento	BS-392	7,87 Km	2010
<b>Total</b>	-	-	<b>88,5 Km</b>	-

Fonte: Adaptado de Polacinski *et al.* (2014, p. 299).

Atualmente a região possui quatro municípios sem acessos asfálticos: Pirapó, Garruchos, Rolador e Ubiretama, necessitando de aproximadamente 89 quilômetros para complementar os acessos, assim interligando todos os municípios. Na Tabela 23, apresenta-se os quatro municípios missioneiros que não possuem acessos asfálticos.

Outra demanda infraestrutural importante da região missioneira, trata-se da ponte internacional de Porto Xavier (Brasil) - San Javier (Argentina), sobre o Rio Uruguai, que interligaria a rodovia BR 392 a Argentina. Atualmente, o único acesso existente entre a região das Missões e a Argentina se dá por balsa, no município de Porto Xavier. Destaca-se que Garruchos, São Nicolau, Pirapó e Roque Gonzáles também são municípios limítrofes ao país vizinho, mas, no entanto, não possuem qualquer tipo de ligação por ponte ou por balsa.

Além da ponte internacional de Porto Xavier (BRA) - San Javier (ARG), existe a demanda de outros quatro pontos de acesso/travessia, interligando municípios do COREDE Missões, cruzando os Rios Ijuí e Piratini. No rio Ijuí, os pontos são: Pirapó (acesso ao município); Guarani das Missões-Mato Queimado, e; Rolador-São Pedro do Butiá. E, no rio Piratini o ponto entre Garruchos-São Nicolau.

Já o modal aéreo é composto por um aeroporto regional, que esteve desativado por quatro anos e no primeiro semestre de 2017 foi reativado para o trânsito de aeronaves de pequeno porte não comercial. O funcionamento comercial está previsto para o início do segundo semestre de 2017 (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, 2016).

**Figura 20 - Imagem Aérea do Aeroporto Sepé Tiarajú – Santo Ângelo.**



Fonte: Secretaria dos Transportes em Jornal do Comércio (2016).

Na remodelação do aeroporto regional foi investido cerca de R\$ 5 milhões, (a reforma incluiu recuperação e reforço da pavimentação da extensão de 1.625 metros para pousos e decolagens e da taxiway). Após essas adequações o aeroporto foi promovido a nível 3, tendo capacidade de operar voos regionais e nacionais de caráter comercial, comportando aeronaves com mais de 100 assentos. A Figura 20 demonstra a imagem aérea da infraestrutura do aeroporto Sepé Tiarajú.

Desta forma, a região do COREDE Missões no que concerne a sua infraestrutura logística e de transportes, apresenta especificidades por conta de sua grande área territorial, que acaba por dificultar a trafegabilidade de pessoas e o escoamento da produção agropecuária.

#### **6.4.2 Aspectos Habitacionais**

A Tabela 24 apresenta o diagnóstico técnico sobre a habitação na região das Missões. Os municípios com maior representatividade no número de domicílios permanentes, em 2010 (FEE, 2016), são: Santo Ângelo (25.734), São Luiz Gonzaga (11.858) e Giruá (5.758).

Além disso, nota-se, que a região das Missões tem, em sua maioria, domicílios urbanos, no entanto, alguns municípios ainda são essencialmente rurais. Esta tendência verifica-se nos municípios de Garruchos, Mato Queimado, Pirapó, Roque Gonzales, Salvador das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

Observa-se ainda que, entre 2000 e 2010, há redução dos domicílios permanentes rurais, que passou de 26.794 domicílios em 2000, para 23.842 domicílios em 2010, representando uma queda de 11%, ou aproximadamente, 3 mil domicílios rurais a menos.

Tal dado reforça tendência ao esvaziamento da população rural, por fatores como: concentração fundiária, dificuldade em estabelecer a sucessão familiar rural, envelhecimento populacional rural (migração para os ambientes urbanos), queda da taxa de natalidade, disponibilidade infraestrutural rural (energia e telecomunicações).

**Tabela 24** - Número de Domicílios Particulares conforme localização, na Região das Missões - 2010-2015.

Municípios	Domicílios Particulares Permanentes					
	Urbana		Rural		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Bossoroca	1.160	1.282	1.030	1.100	2.190	2.382
Caibaté	909	981	1.235	739	2.144	1.720
Cerro Largo	2.828	3.587	904	841	3.732	4.428
Dez. de Novembro	199	251	789	741	988	992
Entre-Ijuís	1.313	1.647	1.570	1.414	2.883	3.061
Eugênio de Castro	368	578	659	446	1.027	1.024
Garruchos	331	367	715	723	1.046	1.090
Giruá	3.953	4.368	1.545	1.390	5.498	5.758
Guarani das Missões	1.488	1.719	1.081	978	2.569	2.697
Mato Queimado	-	179	-	441	-	620
Pirapó	225	279	748	683	973	962
Porto Xavier	1.691	1.802	1.652	1.807	3.343	3.609
Rolador	-	218	-	653	-	871
Roque Gonzales	836	1.073	1.415	1.310	2.251	2.383
Salv. das Missões	250	385	507	507	757	892
Santo Ângelo	19.802	24.179	3.383	1.555	23.185	25.734
S. A. das Missões	2.109	2.311	1.619	1.508	3.728	3.819
São Luiz Gonzaga	9.853	10.604	1.928	1.254	11.781	11.858
São M. das Missões	882	1.308	1.295	1.212	2.177	2.520
São Nicolau	1.236	1.319	680	687	1.916	2.006
São P. das Missões	606	760	1.367	1.283	1.973	2.043
São Pedro do Butiá	297	414	518	532	815	946
Sete de Setembro	117	169	566	533	683	702
Ubiretama	145	165	597	561	742	726
Vitória das Missões	184	245	991	944	1.175	1.189
<b>COREDE Missões</b>	<b>50.782</b>	<b>60.190</b>	<b>26.794</b>	<b>23.842</b>	<b>77.576</b>	<b>84.032</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Por consequência, há uma elevação do número de domicílios urbanos, no mesmo período em análise, evidenciando tal tendência de esvaziamento do rural. Para ter-se ideia, a região das Missões teve um incremento na ordem de 18,3%, ou 9.804 domicílios permanentes urbanos.

Nota-se que, em relação ao total dos domicílios urbanos do COREDE Missões, em 2010, o número alcançou um total de 84.032 domicílios, contra 77.576 em 2000, representando um crescimento de 8,3% no número de residências permanentes totais da região.

### 6.4.3 Abastecimento de Água e Destino de Lixo

Na Tabela 25, apresenta-se o número de domicílios permanentes conforme tipo de abastecimento de água no COREDE Missões.

**Tabela 25** - Número de Domicílios Permanentes conforme Tipo de Abastecimento de Água no COREDE Missões – 2000 e 2010.

Municípios	Domicílios Particulares Permanentes por abastecimento de água					
	Poço ou nascente		Rede Geral		Outra forma	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Bossoroca	876	549	1.277	1.826	37	7
Caibaté	341	39	1.791	1.673	12	8
Cerro Largo	163	112	3.552	4.295	17	21
Dez. de Novembro	134	27	842	963	12	2
Entre-Ijuís	832	677	1.985	2.374	66	10
Eugênio de Castro	301	137	702	885	24	2
Garruchos	402	134	334	953	310	3
Giruá	1.108	981	4.280	4.768	110	9
Guarani das Missões	271	62	2.268	2.630	30	5
Mato Queimado	-	19	-	601	-	-
Pirapó	79	26	888	929	6	7
Porto Xavier	581	265	2.611	3.332	151	12
Rolador	-	72	-	796	-	3
Roque Gonzales	335	91	1.902	2.286	14	6
Salvador das Missões	20	18	737	874	-	-
Santo Ângelo	2.049	1.101	20.517	24.573	619	60
Santo A. das Missões	1.345	866	2.310	2.942	73	11
São Luiz Gonzaga	1.569	793	9.844	11.026	368	39
São M. das Missões	803	864	1.356	1.647	18	9
São Nicolau	127	118	1.756	1.879	33	9
São P. das Missões	533	93	1.421	1.943	19	7
São Pedro do Butiá	33	46	782	899	-	1
Sete de Setembro	186	33	475	669	22	-
Ubiretama	290	50	382	676	70	-
Vitória das Missões	184	44	983	1.144	8	1
<b>COREDE Missões</b>	<b>23.907</b>	<b>13.846</b>	<b>122.922</b>	<b>149.667</b>	<b>3.989</b>	<b>449</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Verifica-se que no período entre 2000 e 2010, houve uma significativa diminuição do abastecimento de água por poços e nascentes em domicílios permanentes do COREDE Missões. Esta redução representou 42% do total das residências que deixaram de utilizar este tipo de abastecimento de água. Por outro lado, o número de domicílios que são abastecidos pela rede geral, no mesmo período, aumentou aproximadamente 22%, passando de 122.922 para 149.667 residências. Sobre outras formas de abastecimento, a Tabela 25 demonstra dados sobre a redução de um número de 3.989 domicílios particulares permanentes, em 2000, para 449, em 2010. Tais dados apresentam uma melhora nas condições de abastecimento de água, no que tange aos aspectos ambientais envolvidos.

Quanto ao abastecimento de água no meio rural, especificamente em relação a irrigação da produção agropecuária, percebe-se um aumento substancial nas licenças nos últimos anos, o que pode se transformar, em períodos de estiagem prolongada, em uma ameaça ao abastecimento de água regional.

Destaca-se ainda a contaminação da água por dejetos provenientes de atividades agrícolas, industriais e por esgotos domésticos (principalmente nos rios Ijuí, Comandá, Piratini e Uruguai).

Com respeito ao tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, alguns municípios da região das Missões vêm desenvolvendo atividades de coleta seletiva de resíduos, inclusive organizando estruturas de consórcio intermunicipal regional.

Alguns destes municípios também registram a presença de trabalhadores organizados na forma de cooperativas e/ou associações de catadores e/ou recicladores. Quanto a coleta de resíduos no meio rural, apenas os municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Mato Queimado e Vitória das Missões disponibilizam tal serviço.

Quanto ao destino de lixo, verifica-se um aumento no número de domicílios que são beneficiados pelos serviços de coleta e destinação de resíduos, no período entre 2000 e 2010, na região missioneira.

Os dados referentes ao destino do lixo por domicílios da região das Missões são representados na Tabela 26.

**Tabela 26** - Destino do lixo por domicílios particulares permanentes dos municípios do COREDE Missões – 2000-2010.

Municípios	Domicílios Particulares Permanentes por destino do lixo									
	Coletado		Enterrado		Jogado		Outro destino		Queimado	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Bossoroca	999	1.424	225	386	168	20	26	34	772	518
Caibaté	965	1.142	193	98	101	10	100	226	785	244
Cerro Largo	3.039	4.210	161	44	37	7	35	16	460	151
Dezesseis de Novembro	175	701	71	53	145	16	35	24	562	198
Entre-Ijuís	1.279	1.786	392	402	165	28	36	137	1.011	708
Eugênio de Castro	432	587	110	132	101	10	59	30	325	265
Garruchos	298	483	190	162	38	11	19	12	501	422
Giruá	3.841	4.322	287	392	107	10	75	58	1.188	976
Guarani das Missões	1.414	1.776	200	202	105	35	75	41	775	643
Mato Queimado	-	274	-	89	-	-	-	5	-	252
Pirapó	230	547	99	149	92	6	10	4	542	256
Porto Xavier	1.754	2.523	276	46	166	13	72	16	1.075	1.011
Rolador	-	247	-	179	-	17	-	22	-	406
Roque Gonzales	883	1.491	174	155	151	29	129	14	914	694
Salvador das Missões	288	732	56	34	51	11	9	-	353	115
Santo Ângelo	20.308	24.432	525	376	269	59	158	94	1.925	773
Santo Antônio das Missões	1.796	2.236	315	567	196	32	78	137	1.343	847
São Luiz Gonzaga	8.612	10.760	364	194	364	41	165	90	2.276	773
São Miguel das Missões	714	1.435	323	224	176	20	27	28	937	813
São Nicolau	978	1.353	78	146	164	22	22	3	674	482
São Paulo das Missões	639	1.077	154	104	213	19	118	29	849	814
São Pedro do Butiá	256	839	112	11	31	1	26	1	390	94
Sete de Setembro	106	420	55	71	51	31	85	-	386	180
Ubiretama	111	162	119	89	65	9	11	4	436	462
Vitória das Missões	164	266	286	206	183	21	32	66	510	630
<b>COREDE Missões</b>	<b>49.281</b>	<b>65.225</b>	<b>4.765</b>	<b>4.511</b>	<b>3.139</b>	<b>478</b>	<b>1.402</b>	<b>1.091</b>	<b>18.989</b>	<b>12.727</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

O saneamento básico da região do COREDE Missões, entre os períodos de 2000 e 2010, apresenta-se na Tabela 27 a seguir.

**Tabela 27 – Esgotamento Sanitário por Domicílios Particulares Permanentes dos Municípios do COREDE Missões – 2000-2010.**

Municípios	Domicílios Particulares Permanentes por esgotamento sanitário													
	Fossa séptica		Fossa rudimentar		Rede geral		Rio, lago e mar		Sem banheiro		Vala		Outro escoadouro	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Bossoroca	30	503	1.880	1.724	45	101	5	2	162	12	52	31	16	9
Caibaté	84	313	1.892	1.283	16	68	3	1	70	17	57	8	22	30
Cerro Largo	399	846	2.161	2.362	841	1.024	149	111	43	9	76	33	63	43
D. Novembro	2	170	725	743	-	6	9	-	78	12	132	49	42	12
Entre-Ijuís	68	279	2.484	2.447	55	145	116	63	51	22	94	28	15	77
E. de Castro	23	109	822	885	1	3	2	-	37	7	24	11	118	9
Garruchos	28	56	975	950	4	3	2	-	27	14	6	50	4	17
Giruá	58	752	5.229	4.853	14	63	6	4	49	13	124	65	18	8
G. das Missões	146	72	2.211	2.447	19	36	1	1	66	11	111	67	15	63
M. Queimado	-	190	-	407	-	2	-	-	-	2	-	10	-	9
Pirapó	401	331	386	576	-	8	-	-	121	35	32	3	33	9
Porto Xavier	337	537	2.144	1.542	459	1.241	4	3	256	49	130	148	13	89
Rolador	-	508	-	297	-	13	-	1	-	13	-	29	-	10
R. Gonzales	204	483	1.604	1.652	3	133	10	-	185	35	195	43	50	37
S. das Missões	113	394	547	475	6	3	1	6	32	1	47	12	11	1
Santo Ângelo	2.171	2.495	14.950	16.598	4.868	5.444	543	857	265	72	273	162	115	106
S. A. Missões	242	402	3.263	3.267	2	30	-	-	143	22	78	41	-	57
S. L. Gonzaga	367	3.058	7.037	4.275	3.243	3.897	93	26	354	45	586	380	101	177
S. M. Missões	104	697	1.898	1.742	7	3	3	8	81	51	55	9	29	10
São Nicolau	140	460	1.620	1.453	7	16	2	3	108	16	13	49	26	9
S. P. Missões	75	280	1.362	1.596	10	20	20	12	151	31	196	82	159	22
S. P. do Butiá	26	291	705	636	2	5	7	1	19	1	47	5	9	7
S. Setembro	9	144	367	474	-	9	24	1	195	10	60	44	28	20
Ubiretama	6	91	570	551	-	5	7	1	24	-	116	58	19	20
V. das Missões	25	296	960	781	1	8	6	2	109	14	69	46	5	42
<b>COREDE</b>	<b>5.058</b>	<b>13.757</b>	<b>55.792</b>	<b>54.016</b>	<b>9.603</b>	<b>12.286</b>	<b>1.013</b>	<b>1.103</b>	<b>2.626</b>	<b>514</b>	<b>2.573</b>	<b>1.463</b>	<b>911</b>	<b>893</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Destaca-se que os domicílios particulares permanentes da região das Missões, em 2010, têm a sua destinação sanitária, em maior parte, feita por fossas rudimentares (54.016 domicílios). Em seguida, aparece a destinação por fossas sépticas, com 13.757 e, por rede geral, em 12.286 domicílios. Além disso, verifica-se que, um grande número de residências ainda tem como destino final de esgoto, os rios e lagos (1.103 domicílios), valas (1.463 domicílios) e outros escoamentos (893 domicílios). Vale ressaltar que 514 domicílios particulares permanentes da região missioneira ainda não possuem banheiro.

### 6.4.4 Energia e Comunicações

Em relação à infraestrutura de energia elétrica, a região das Missões faz parte da rede básica de transmissão de responsabilidade da CEEE e é servida pelas distribuidoras RGE e AES Sul (ambas pertencentes ao grupo CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz), através de usinas hidrelétricas de diferentes portes que estão em operação desde a década de 1950. Dentre elas destaca-se a do Ijuzinho no município de Entre-Ijuís e no município de Garruchos, um complexo formado por duas conversoras de energia, Garabi I e Garabi II com cerca de 5 quilômetros distante da Fronteira do Brasil com a Argentina e ocupa uma área de 600.000 m<sup>2</sup> (COREDE MISSÕES, 2010).

Faz-se salientar que, quanto ao fornecimento de energia elétrica, há uma acentuada falha destes serviços, visto a pequena capacidade estrutural e precariedade de rede, na região. Boa parte destes problemas estruturais, se referem a falta de investimentos, a sua extensa área territorial, a intempéries climáticas, ao baixo número de habitantes e, por consequência de consumo de energia (principalmente nos municípios com baixa densidade demográfica) e a dificuldade de acesso aos municípios missioneiros (estradas rurais de má qualidade).

O Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (SEPLAN, 2015a), demonstra que o Balanço Energético de 2013 da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), indica que o COREDE Missões é o décimo quinto na escala de consumo de energia elétrica no Estado, representando 1,61% do total. O relatório indica que em termos de consumo regional as cidades com maior consumo são: Santo Ângelo, com 39,00% do total da região, São Luiz Gonzaga, com 19,31%, e Cerro Largo, com 13,92%.

Dito isto, em termos de consumo total de energia elétrica, a região do COREDE Missões e sua RFP 7 apresentaram os seguintes dados na Tabela 28.

**Tabela 28 - Consumo Total de Energia Elétrica do Estado e da RFP 7 – 2000-2015.**

Região	Consumo de Energia Elétrica - MWh - 2000-2015		
	2000	2010	2015
Estado do RS	19.454.597	23.045.223	25.348.425
COREDE Fronteira Noroeste	292.045	348.059	410.502
COREDE Missões	277.650	384.258	416.226
COREDE Noroeste Colonial	367.566	235.281	387.703
COREDE Celeiro	-	171.687	223.564

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

A análise dos dados da Tabela 28, demonstra que - exceto o COREDE Celeiro<sup>20</sup> - os COREDE's apresentaram aumento do consumo, sendo que esta evolução foi maior que o percentual estadual (30,29%). A região com o maior consumo, em 2015, é a das Missões (416.226 MWh), seguida pelas regiões Fronteira Noroeste (410.502 MWh), Noroeste Colonial (387.703 MWh) e Celeiro (223.564 MWh). Já os maiores crescimentos de consumo, no período entre 2000 e 2015, foram no COREDE Missões, com 49,91% e Fronteira Noroeste com 40,56%.

Por sua vez, no que tange ao consumo de energia e sua natureza, apresentam-se os seguintes dados na Tabela 29.

**Tabela 29** - Consumo de Energia Elétrica Rural e Residencial - MWh – do Estado do RS e da RFP 7 – 2000-2015.

Região	Consumo Rural – MWh			Consumo Residencial – MWh		
	2000	2010	2015	2000	2010	2015
Estado do RS	1.953.654	2.523.413	2.627.788	5.337.086	6.601.702	7.936.299
COREDE Fronteira Noroeste	71.037	63.929	73.864	77.197	96.746	130.776
COREDE Missões	78.999	58.730	36.334	84.643	103.778	133.364
COREDE Noroeste Colonial	122.106	6.644	3.407	48.410	11.616	15.205
COREDE Celeiro	-	51.745	55.950	-	49.534	68.286

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Importante salientar que o consumo de energia elétrica rural diminuiu em grande proporção na região das Missões (mais de 50% de queda) e no Noroeste Colonial (queda extremamente elevada). Esta redução no consumo de energia elétrica, no período entre 2000 e 2015, pode ser justificado pelo esvaziamento rural destas regiões e pela não implementação de tecnologias na produção agropecuária.

**Tabela 30** - Consumo de Energia Elétrica Comercial e Industrial - MWh – do Estado do RS e da RFP 7 – 2000-2015.

Região	Consumo Comercial – MWh			Consumo Industrial – MWh		
	2000	2010	2015	2000	2010	2015
Estado do RS	1.953.654	2.523.413	2.627.788	7.367.526	6.896.231	7.448.694
COREDE Fronteira Noroeste	35.399	56.751	72.853	74.711	102.928	110.928
COREDE Missões	38.023	53.131	64.803	39.652	95.848	84.947
COREDE Noroeste Colonial	22.640	6.310	7.607	32.821	1.522	794
COREDE Celeiro	-	28.305	35.307	-	16.185	40.074

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados da FEE (2016).

Quanto ao consumo comercial e industrial, de acordo com a Tabela 30, verifica-se que o COREDE Missões praticamente dobrou o seu consumo de energia elétrica, no período entre 2000 e 2015.

<sup>20</sup> O COREDE Celeiro, no ano 2000, ainda era pertencente ao COREDE Noroeste Colonial.

Em relação a infraestrutura de comunicações, a região das Missões apresenta uma grande falta de cobertura destes serviços, tanto para o ambiente urbano quanto para o ambiente rural. Analisando-se os serviços telefônicos, observa-se que a maioria dos municípios pertencentes ao COREDE Missões possuem torres de operadoras de telecomunicação, no entanto, estes serviços detêm uma maior qualidade apenas nos ambientes urbanos. Nos ambientes rurais, estes serviços são de muito baixa qualidade e inclusive inoperantes, o que acaba por dificultar a comunicação da população essencialmente rural.

Quando se refere ao acesso e disponibilidade dos serviços de internet, a análise é ainda mais preocupante, pois, a maioria dos municípios não dispõe de serviços de internet (de fibra óptica). Esta falha estrutural é entendida como um grande entrave no desenvolvimento econômico e social homogêneo do território missioneiro.

Tais informações reportam à relevância da ampliação destes serviços básicos (energia elétrica e de comunicações) na região do COREDE Missões, nos ambientes urbanos e, principalmente, nos rurais (pois em sua maior parte, o território missioneiro, ainda é essencialmente rural).

#### **6.4.5 Urbanismo e Mobilidade**

A rede urbana das Missões apresenta uma hierarquia verticalizada, possuindo um pólo - Santo Ângelo, que é a maior cidade. O município concentra 29,55% da população regional e exerce centralidade e influência principalmente nas atividades ligadas ao setor terciário. Polariza as atividades comerciais (atacadista e varejista) e os serviços (educacionais, médicos, financeiros, contábeis, jurídicos e tecnológicos). Santo Ângelo faz parte de um eixo de desenvolvimento que ultrapassa a região e se desenvolve entre a cidade de Panambi e Horizontina. Nesse sistema, a cidade de São Luiz Gonzaga também se sobressai, seguida de Giruá e Cerro Largo. Os demais municípios são de pequeno porte, e a maioria possui um perfil populacional rural (IBGE, 2016).

Os municípios de Ijuí e Santa Rosa, que fazem parte do COREDE Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste respectivamente, exercem centralidade sobre algumas das cidades das Missões, pois essas estabelecem relações de complementaridade e/ou de dependência com a mesma, quer seja na área comercial ou da saúde.

Nos municípios da Região Missões estão instaladas 20 representações estaduais, sendo que destas unidades organizacionais, dezessete (17) estão localizados em Santo Ângelo: 7º Procuradoria Geral Estado, 13ª Delegacia

Regional da Polícia Civil, 10º Batalhão da Brigada Militar, 7º Regimento de Polícia Montada, DML/DI, 3ª SUSEPE, 10º STCAS, 9º SEFAZ, 14ª Coordenadoria Regional de Educação, 14º SOPS, 12ª SSMA, DETRAN, Agencia Regional do IPERGS, Superintendência do BANRISUL- Noroeste, CORSAN Missões, PROCERGS e 12ª DPE; e três (3) em São Luiz Gonzaga: 27º Delegacia Regional Polícia Civil, CR SAA e 32ª Coordenadoria Regional de Educação, o que demonstra a hierarquia da rede urbana (COREDE MISSÕES, 2010).

As áreas urbanas das Missões apresentam vários problemas como a deposição irregular de lixo, lançamento in natura de esgotos nos rios e arroios, erosão e assoreamento dos cursos d'água, contaminação por agrotóxicos, pouca valorização pelo patrimônio arquitetônico, histórico e cultural, precariedade de infraestrutura, de serviços e de espaços comuns que propiciem o encontro e a socialização da população. Outro problema urbano que se apresenta com intensidade é a carência de moradia, principalmente para a população de baixa renda. Esse problema é resultante das poucas alternativas de trabalho e renda para a população, da falta de políticas públicas e da ação do mercado imobiliário privado, que é excludente e restrito a poucos.

Pela Constituição Federal de 1988, os municípios com mais de 20.000 habitantes são obrigados a elaborar um Plano Diretor Municipal Participativo que, segundo o Estatuto da Cidade<sup>21</sup> deverá englobar as áreas urbanas e rurais. Nas Missões, os municípios que se apresentam nestas condições são Santo Ângelo (plano elaborado em 2008) e São Luiz Gonzaga (plano elaborado em 2002) que possuem o seu Plano Diretor. Santo Ângelo cujo plano foi elaborado em 2008, e São Luiz Gonzaga que teve seu plano aprovado em 2002. O Estatuto prevê também a obrigatoriedade de Planos Diretores para municípios de especial interesse turístico, característica presente na região, razão pela qual o município de São Miguel das Missões também possui plano diretor. Os demais municípios devem incorporar as diretrizes gerais de ocupação do território de acordo com a constituição, além de considerar os instrumentos contidos no Estatuto, ao elaborar suas legislações específicas (COREDE MISSÕES, 2010).

<sup>21</sup> Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 estabelece as diretrizes gerais da política urbana, tendo como objetivo principalmente o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, a garantia ao direito a cidades sustentáveis, visando com isso preservar o bem coletivo da população (ESTATUTO DA CIDADE, 2004).

No processo que visa promover o desenvolvimento de uma região, o urbano deve ser visto como parte integrante, ou seja, é preciso ter uma visão que interligue centro e periferia, urbano e rural, capital e interior, levando em conta também as variáveis sociais, ambientais, econômicas, políticas, demográficas, culturais e tecnológicas, contando permanentemente com a participação da sociedade, sendo que esta última será tratada na dimensão institucional.

## 6.5 DIMENSÃO TURÍSTICA

A dimensão turística da região que compreende o COREDE Missões é pujante em termos de recursos, destacando-se o conjunto de atrativos ligados as Reduções Jesuíticas Guaranis.

Segundo o IPHAN (2016), estas reduções representam sistema de bens culturais transfronteiriços envolvendo o Brasil e a Argentina e, compõem um conjunto de cinco remanescentes dos povoados implantados em território originalmente ocupado por indígenas, durante o processo de evangelização promovido pela Companhia de Jesus nas colônias da coroa espanhola na América, durante os séculos XVII e XVIII, denominado de Missões Jesuíticas Guaranis.

**Figura 21 - Reduções Jesuítico Guaranis de São Miguel Arcanjo – São Miguel das Missões.**



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Agência Preview (2016).

Localizado no município de São Miguel das Missões, encontra-se o principal atrativo desse conjunto histórico, as Ruínas de São Miguel das Missões, também conhecida como Ruínas de São Miguel Arcanjo. A instalação de São Miguel das Missões no sítio atual data de 1687, mas teve origem em 1632, com um aldeamento de catequizados que os padres jesuítas fundaram em Itaiacecó, na margem direita do rio Ibicuí, aos pés da serra de São Pedro. Sua fundação é atribuída aos padres missionários Cristobal de Mendoza e Paulo Benevides (IPHAN, 2016).

Em São Miguel das Missões, a legibilidade e o entendimento da configuração espacial do sítio, capaz de expressar o cotidiano da redução, podem ser atestados por documentos que descrevem sua implantação e organização. A sua autenticidade física está mantida pelos materiais e técnicas construtivas originais. As intervenções ocorridas ao longo dos anos datadas desde a época de funcionamento da redução foram executadas para manter a estabilidade estrutural do bem. Em 1938, esse sítio arqueológico foi tombado como patrimônio nacional, dando sequência a criação do Museu das Missões, destinado ao recolhimento e para a guarda estatutária da Igreja de São Miguel. O mais importante reconhecimento da importância histórica e cultural ocorreu em 1983, quando São Miguel das Missões foi declarada Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco (IPHAN, 2016).

**Figura 22 - Mapa de Atrativos Turístico do Conjunto Histórico dos Sete Povos Guaranis.**



Fonte: Adaptado Site Fenamilho (2016).

Contudo, o conjunto histórico de São Miguel das Missões não é único, e representa apenas um dos sete grupos jesuítico-guaranis catequizados, todos situados a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

As outras reduções dessa região se transformaram em cidades ou, simplesmente, desapareceram: São Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Lourenço (1691), São João Batista (1697) e Santo Ângelo (1706), que representam também importante conjunto de atrativos turísticos Jesuíticos Guaranis, como podem ser visualizados na Figura 22, que apresenta o conjunto de atrativos turísticos ligados ao aspecto histórico e cultural da região e do país.

Desse conjunto arquitetônico, cultural e histórico formataram-se vários programas e roteiros turísticos regionais (Rota Missões<sup>22</sup>, Caminho das Origens<sup>23</sup>, Caminho das Missões) e sua inserção em projetos internacionais (Iguassu-Misiones, Circuito Internacional das Missões, Projeto 30 Povos Guaranis), todos com intuito desenvolver o turismo na região do COREDE Missões.

Adicionalmente os recursos naturais, étnicos e culturais da região tornam-se elementos significativos para o desenvolvimento do turismo, dos quais se destacam na Tabela 31.

<sup>22</sup> Projeto Turístico criado pela Associação dos Municípios das Missões, visando desenvolver o turismo nos vinte e cinco municípios das Missões (AMM, 2016).

<sup>23</sup> Constitui-se em um Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Caminho das Origens concentra-se nas regiões do COREDE Missões e COREDE Vale do Jaguari, representando o centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul. A Rota Caminho das Origens é a prática do Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional. A ideia de integrar os referidos municípios nasceu da necessidade de encontrarem um denominador comum que sirva de vetor para o desenvolvimento e como alternativa viável para dinamizar a economia regional. A união dos municípios se encontra de maneira que cada município possa demonstrar suas atrações turísticas.

**Tabela 31 - Atrações turísticas dos municípios do COREDE Missões**

Pontos Turísticos dos Municípios do COREDE Missões		
Municípios	Principais Atrativos	Lema do Município
Bossoroca	Casa de Pedra - Senzala; Sítio Arq. Estância do Sobrado – Estância Velha; Pq. Ambiental Guarani; Cemitério dos Cativos; Memorial Noel Guarany, Rota Caminho das Origens.	"Buena Terra Missioneira"
Caibaté	Santuário do Caaró; Romaria do Caaró.	"Terra dos Santos Mártires"
Cerro Largo	Oktoberfest Missões; Casarios em estilo Enxaimel Germânico; Catedral; Museu Municipal.	"Capital Missioneira da Cultura"
Dezesseis de Novembro	Cascata do Salto Pirapó; Morro dos Cabritos.	"Capital Regional da Alfafa"
Entre-Ijuis	Sítio Arq. São João Batista; Usina Cermiões; Vinícola Finn; Balneário Parque das Fontes; Rio Ijuí, Santuário de Nossa Senhora AltoEting; Ponte de Ferro.	"Portal das Missões"
Eugênio de Castro	Usina Hidrelétrica do Ijuizinho.	"Terra da Hospitalidade"
Garruchos	Rio Uruguai; Festival de Pesca.	"Paraíso dos Dourados"
Giruí	Cachoeira do Comandã; Parque Elson Pilau; Trilha dos Amores; Expo-Giruí; Vale dos Butiazais.	"Capital da Produtividade"
Guarani das Missões	Santuário e Romaria Nossa Senhora Czestochowa; Casa de Pedra em estilo Sueco; Polfest; Monumento João Paulo II.	"A Capital Polonesa dos Gaúchos"
Mato Queimado	Rio Ijuí; ExpoMaq; Tronco de Canafistula.	"Trabalho e Transparência"
Pirapó	Casas em estilo Enxaimel Germânico; Ilhas Rio Ijuí e Uruguai; Máquina a Vapor.	"Salto do Peixe"
Porto Xavier	Rio Uruguai (Ilhas); Morro do Mirante; Festa dos Navegantes; Circuito Internacional de Pesca Esportiva; Rodeio Internacional.	"Caminho Aberto para o Mercosul"
Rolador	Ponte Via Férrea; Cavalgada Turística; Rio Ijuí.	"Terra Fértil Missioneira"
Roque Gonzales	Sant. Assunção Ijuí; Salto Pirapó; Cerro Inhacurutum; Trilha Santos Mártires; Barragem/Camping; Casa de Cultura/Museu.	"Terra e Sangue das Missões"
Salvador das Missões	Áreas de Camping e Balneário; Barragem; Rio Ijuí; Museu; ExpoSalM.	Não Consta
Santo Ângelo	Catedral Angelopolitana; Museu Arqueológico; Memorial Coluna Prestes; Rio Ijuí; Fenamilo Internacional; Festival Canto Missioneiro, Festival Cidade dos Anjos, Cidade das Tortas.	"Capital das Missões"
Santo Antônio das Missões	Figueira Grande; Rios Piratini e Icamauã; Festa de Santo Antônio; Museu Monsenhor Estanislau Wolski.	"Fé e Arte Missioneira"
São Luiz Gonzaga	Sítio Arq. São Lourenço; Rios Piratini e Ijuí; Instituto Histórico e Geográfico; Museu Sen. Pinheiro Machado; Estatuária Missioneira-Igreja Matriz; Gruta Nossa Senhora de Lourdes.	"Capital da Música Missioneira"
São Miguel das Missões	Sítio Arq. São Miguel Arcaño; Espetáculo Som e Luz; Aldeia Índ. Guarani; Tur. Rural; Fonte Missioneira; Museu Missões.	"Palco de Grandes Eventos"
São Nicolau	Sítio Arq. São Nicolau; Sobrado Família Silva; Adega Jesuíta; Festa Café de Cambona; Imagens Sacras; Casa de Pedra; Passo do Padre-Santo Izidro; Trilha Santos Mártires.	"Primeira Querência do Rio Grande"
São Paulo das Missões	Balneário e Trilha Ecológica Cerro Grande; Kerbfest; Igreja São Paulo - estilo Suíço	"Cantão Suíço das Missões"
São Pedro do Butiá	Centro Germânico Missioneiro; Rio Ijuí; Expo-Butiá, Kerbfest e Dezembrofest; Cabana do Geraldo; Cruz Missioneira; Sítio das Capivaras.	"Jardim Missioneiro"
Sete de Setembro	Cachoeira das Pedras-Rio Comandã; Capela São Roque; Balneários; Esporte de Aventura.	"Berço das Águas"
Ubiretama	Trilhas de Jeep Cross; Cascata do Rio Laranjeiras; Rio Comandã.	"Terra da Unidade"
Vitória das Missões	Museu Municipal; Rios Ijuí e Ijuizinho; Atividades Culturais de Canto e Tradicionalistas.	Não Consta

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira (IPHAN/URI SANTO ANGELO, 2016).

Apesar de todo esse conjunto de recursos, a região ainda necessita aprofundar seu sentimento de pertencimento em relação a suas raízes históricas e profissionalizar sua vocação turística. Em pesquisa aos sites dos municípios da região do COREDE Missões, verificou-se que apenas nove municípios divulgam em seus sites suas potencialidades turísticas (são eles: Bossoroca, Entre-Ijuís, Giruá, Salvador das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, Sete de Setembro e Ubiretama).

O potencial turístico na região é pouco explorado, pois segundo a Secretaria Municipal do Turismo de São Miguel das Missões, o sítio arqueológico da referida cidade teria capacidade para atender cerca de 200 mil turistas por ano, e atualmente atende cerca de 80.000<sup>24</sup>, que de certa forma, demonstra a fragilidade da cadeia turística regional.

## 6.6 DIMENSÃO ECONÔMICA

O aspecto econômico irá considerar a estrutura por setor da região do COREDE Missões, com base no Valor Adicionado Bruto<sup>25</sup> (VAB), de modo a identificar a evolução dos setores agropecuário, industrial e de comércio e serviços. Além disso, buscará comparar sua dinâmica e trajetória, com o desempenho da RFP 7 e ao do Estado do Rio Grande do Sul. Cabe salientar que, a região missioneira é caracterizada por ser altamente dependente do setor agropecuário e, portanto, suscetível a oscilações de produção (intempéries climáticas) e de preços internacionais. Posteriormente serão considerados, como base de análise, o Produto Interno Bruto<sup>26</sup> (PIB) e o Produto Interno Bruto per capita<sup>27</sup> (PIB per capita).

A região do COREDE Missões, em 2013, alcançou um VAB total de R\$ 5,89 bilhões, ou seja, um crescimento absoluto de 56,36% em relação ao ano de 2010. No mesmo período, a variação absoluta de crescimento da RFP 7 e do Estado, foram respectivamente, de 58,12% e 38,71% (ver Tabela 32).

<sup>24</sup> Informações prestadas diretamente com a Secretaria Municipal de turismo de São Miguel das Missões.

<sup>25</sup> Valor da riqueza gerada por uma região ou país, em um determinado período. A definição de VAB é dada pela diferença entre o Valor Bruto de Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI). Isto é, o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas..

<sup>26</sup> É a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um país ou região, em um determinado ano ou exercício.

<sup>27</sup> É a razão (divisão) entre o produto interno bruto e a população de um determinado país ou região, em um determinado ano ou exercício.

Destaca-se ainda, que, em 2012, a região foi atingida por um revés econômico, proveniente de uma quebra de safra agrícola, proporcionada por um período de estiagem, e, conseqüente redução de seu VAB total, comparado ao ano de 2011 (R\$ 4,30 bilhões), na ordem de -6,55%, totalizando R\$ 4,02 bilhões, em 2012. Quando comparado à região funcional, percebe-se que esta tendência negativa foi em menor proporção, alcançando -1,75%. E, em relação ao Estado, houve no mesmo período (2011/12) um crescimento de 8,25%, o que demonstra uma menor dependência do VAB agropecuário no desempenho global de sua economia.

**Tabela 32 - Valor Adicionado Bruto Total – em R\$ – Variação Percentual (%) dos Municípios do COREDE Missões – 2010 a 2013.**

Valor Adicionado Bruto Total (R\$ mil) - Variação Percentual dos Municípios - 2010-2013								
Município/ano	2010	Var. 10/11 (%)	2011	Var. 11/12 (%)	2012	Var. 12/13 (%)	2013	Var. 10/13 (%)
Bossoroca	130.241	6,67	138.926	(17,38)	114.784	80,11	206.736	58,73
Caibaté	64.817	24,15	80.472	(12,82)	70.154	69,72	119.063	83,69
Cerro Largo	310.965	8,51	337.414	17,53	396.558	20,97	479.731	54,27
D. de Novembro	22.104	3,65	22.911	(3,16)	22.188	28,70	28.556	29,19
Entre-Ijuís	131.119	24,14	162.767	(31,41)	111.645	121,02	246.761	88,20
E. de Castro	86.232	26,31	108.918	(16,60)	90.838	69,55	154.013	78,60
Garruchos	57.822	8,53	62.752	(10,13)	56.398	67,10	94.241	62,98
Giruá	342.870	18,11	404.953	(16,83)	336.814	50,75	507.737	48,08
G. das Missões	143.079	9,48	156.644	0,46	157.363	37,44	216.279	51,16
Mato Queimado	26.820	16,49	31.243	(16,60)	26.058	77,82	46.336	72,77
Pirapó	27.323	11,85	30.562	0,05	30.576	31,46	40.196	47,11
Porto Xavier	85.472	1,22	86.514	4,81	90.677	30,72	118.536	38,68
Rolador	42.976	22,82	52.782	(28,12)	37.941	96,24	74.454	73,25
R. Gonzales	73.983	13,38	83.885	(8,71)	76.577	36,81	104.765	41,61
S. das Missões	53.418	14,58	61.204	4,96	64.240	20,51	77.415	44,92
Santo Ângelo	1.089.597	13,04	1.231.718	4,36	1.285.457	23,57	1.588.490	45,79
St. A. Missões	141.867	8,58	154.043	(19,63)	123.804	73,79	215.159	51,66
São L. Gonzaga	482.478	18,66	572.518	(7,27)	530.889	54,33	819.298	69,81
S. M. das Missões	182.003	18,86	216.322	(41,82)	125.860	174,55	345.552	89,86
São Nicolau	57.499	9,82	63.147	(0,15)	63.054	41,87	89.456	55,58
S. P. das Missões	71.937	8,05	77.731	0,87	78.406	35,97	106.609	48,20
São P. do Butiá	47.263	9,93	51.957	(7,07)	48.283	33,34	64.379	36,21
S. de Setembro	33.422	9,76	36.683	(30,98)	25.318	95,37	49.465	48,00
Ubiretama	27.276	16,65	31.817	(10,69)	28.416	51,53	43.060	57,87
V. das Missões	40.010	14,64	45.866	(35,61)	29.535	111,85	62.569	56,38
<b>COREDE</b>	<b>3.772.607</b>	<b>14,08</b>	<b>4.303.761</b>	<b>(6,55)</b>	<b>4.021.843</b>	<b>46,67</b>	<b>5.898.867</b>	<b>56,36</b>
<b>RFP 7</b>	<b>12.784.483</b>	<b>16,78</b>	<b>14.929.097</b>	<b>(1,75)</b>	<b>14.668.497</b>	<b>37,81</b>	<b>20.214.500</b>	<b>58,12</b>
<b>ESTADO</b>	<b>205.807.793</b>	<b>9,95</b>	<b>226.285.448</b>	<b>8,25</b>	<b>244.953.795</b>	<b>16,55</b>	<b>285.483.671</b>	<b>38,71</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

No entanto, em 2013, há uma retomada de crescimento, proporcionado por uma safra cheia, com uma elevação do VAB total regional, em termos absolutos, de 46,67% (R\$ 5,89 bilhões), contra um crescimento de 37,81% da RFP 7 e 16,55% do Estado.

Considerando a análise por município pertencente à região missioneira, de acordo com a Tabela 32, constata-se que houve maior crescimento absoluto do VAB, de 2010 a 2013, em São Miguel das Missões (89,86%), Entre-Ijuís (88,20%), Caibaté (83,69%), Eugênio de Castro (78,60%), Rolador (73,25%), Mato Queimado (72,77%) e São Luiz Gonzaga (69,81%).

**Tabela 33 - Valor Adicionado Bruto Total – em R\$ – Participação dos Municípios (%) em Relação ao COREDE Missões – 2010 a 2013.**

Valor Adicionado Bruto Total (R\$ mil) - Participação dos Municípios em relação ao COREDE Missões - 2010-2013								
Município/ano	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Bossoroca	130.241	3,45	138.926	3,23	114.784	2,85	206.736	3,50
Caibaté	64.817	1,72	80.472	1,87	70.154	1,74	119.063	2,02
Cerro Largo	310.965	8,24	337.414	7,84	396.558	9,86	479.731	8,13
D. de Novembro	22.104	0,59	22.911	0,53	22.188	0,55	28.556	0,48
Entre-Ijuís	131.119	3,48	162.767	3,78	111.645	2,78	246.761	4,18
E. de Castro	86.232	2,29	108.918	2,53	90.838	2,26	154.013	2,61
Garruchos	57.822	1,53	62.752	1,46	56.398	1,40	94.241	1,60
Giruá	342.870	9,09	404.953	9,41	336.814	8,37	507.737	8,61
G. das Missões	143.079	3,79	156.644	3,64	157.363	3,91	216.279	3,67
Mato Queimado	26.820	0,71	31.243	0,73	26.058	0,65	46.336	0,79
Pirapó	27.323	0,72	30.562	0,71	30.576	0,76	40.196	0,68
Porto Xavier	85.472	2,27	86.514	2,01	90.677	2,25	118.536	2,01
Rolador	42.976	1,14	52.782	1,23	37.941	0,94	74.454	1,26
R. Gonzales	73.983	1,96	83.885	1,95	76.577	1,90	104.765	1,78
S. das Missões	53.418	1,42	61.204	1,42	64.240	1,60	77.415	1,31
Santo Ângelo	1.089.597	28,88	1.231.718	28,62	1.285.457	31,96	1.588.490	26,93
S. A. das Missões	141.867	3,76	154.043	3,58	123.804	3,08	215.159	3,65
São L. Gonzaga	482.478	12,79	572.518	13,30	530.889	13,20	819.298	13,89
S. M. Missões	182.003	4,82	216.322	5,03	125.860	3,13	345.552	5,86
São Nicolau	57.499	1,52	63.147	1,47	63.054	1,57	89.456	1,52
S. P. Missões	71.937	1,91	77.731	1,81	78.406	1,95	106.609	1,81
S. P. do Butiá	47.263	1,25	51.957	1,21	48.283	1,20	64.379	1,09
S. Setembro	33.422	0,89	36.683	0,85	25.318	0,63	49.465	0,84
Ubiretama	27.276	0,72	31.817	0,74	28.416	0,71	43.060	0,73
V. Missões	40.010	1,06	45.866	1,07	29.535	0,73	62.569	1,06
<b>COREDE</b>	<b>3.772.607</b>	<b>100,00</b>	<b>4.303.761</b>	<b>100,00</b>	<b>4.021.843</b>	<b>100,00</b>	<b>5.898.867</b>	<b>100,00</b>
<b>RFP 7</b>	<b>12.784.483</b>	<b>29,51</b>	<b>14.929.097</b>	<b>28,83</b>	<b>14.668.497</b>	<b>27,42</b>	<b>20.214.500</b>	<b>29,18</b>
<b>ESTADO</b>	<b>205.807.793</b>	<b>1,83</b>	<b>226.285.448</b>	<b>1,90</b>	<b>244.953.795</b>	<b>1,64</b>	<b>285.483.671</b>	<b>2,07</b>

Fonte: Fundação de Economia Estatística – FEE (2016).

Quanto à participação dos municípios em relação ao COREDE Missões em 2013 (ver Tabela 33), Santo Ângelo correspondeu por 26,93% do VAB total das Missões, ou R\$ 1,58 bilhão, de um total gerado pela região de R\$ 5,89 bilhões. Os municípios de São Luiz Gonzaga, Giruá e Cerro Largo, corresponderam respectivamente, a 13,89%, 8,61% e 8,13% do VAB. Isto implica dizer que, as quatro economias mais fortes da região, representam 57,56% da riqueza gerada pela região missioneira, ou R\$ 3,39 bilhões. Os demais vinte e um municípios variam entre 1% e 5% de participação do VAB total regional, representando um montante levemente superior a R\$ 2,50 bilhões (42,44% do VAB total da região).

Com relação ao VAB total gerado pelo COREDE Missões-considerando a participação na RFP 7- nota-se que o COREDE vem perdendo importância, passando de 29,51% em 2010, para 29,18% em 2013. No entanto, em relação ao Estado, a região das missões apresentou ganho de representatividade econômica, com uma evolução de 1,83% em 2010, para 2,07% em 2013.

**Tabela 34 - Valor Adicionado Bruto Total – em R\$ - do COREDE Missões – variação percentual (%) por setor – 2010 a 2013.**

Valor Adicionado Bruto Total do COREDE Missões (R\$ mil) - Variação Percentual Regional - 2010-2013								
Sector/ano	2010	VAR 10/11 (%)	2011	VAR 11/12 (%)	2012	VAR 12/13 (%)	2013	VAR 10/13 (%)
Agropecuária	965.091	18,55	1.144.089	(46,10)	616.676	183,67	1.749.322	81,26
Indústria	414.917	23,36	511.837	8,32	554.428	7,09	593.750	43,10
Serviços	2.392.598	10,67	2.647.833	7,66	2.850.738	24,73	3.555.794	48,62
<b>COREDE</b>	<b>3.772.607</b>	<b>14,08</b>	<b>4.303.761</b>	<b>(6,55)</b>	<b>4.021.843</b>	<b>46,67</b>	<b>5.898.867</b>	<b>56,36</b>
<b>RFP 7</b>	<b>12.784.483</b>	<b>16,78</b>	<b>14.929.097</b>	<b>(1,75)</b>	<b>14.668.497</b>	<b>37,81</b>	<b>20.214.500</b>	<b>58,12</b>
<b>ESTADO</b>	<b>205.807.793</b>	<b>9,95</b>	<b>226.285.448</b>	<b>8,25</b>	<b>244.953.795</b>	<b>16,55</b>	<b>285.483.671</b>	<b>38,71</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Em 2013, o VAB total do COREDE missioneiro foi de R\$ 5,89 bilhões, dividido em três setores econômicos, que são a agropecuária, indústria e serviços. Deste modo, o VAB agropecuário total representa R\$ 1,74 bilhão do valor gerado regional, enquanto que o VAB industrial e o VAB de serviços, respectivamente, atingiram um montante de R\$ 0,59 bilhão e R\$ 3,55 bilhões (Tabela 34).

Quando analisado o crescimento absoluto destes setores entre 2010 e 2013, o maior crescimento ocorreu no setor agropecuário, que apresentou uma variação positiva de 81,26%. Já o setor de serviços cresceu 48,62% e o industrial 43,10%. Por sua vez, o VAB total do COREDE, cresceu no mesmo período 56,36%, enquanto que, o desempenho da RFP 7 e do Estado gaúcho apresentou respectivamente, um crescimento de 58,12% e 38,71%.

O valor adicionado bruto e sua estrutura por setores, do COREDE Missões, entre 2010 e 2013 (Tabela 35 e Figura 23), demonstra que o setor que detém maior importância na composição total é o de serviços, que representou em 2013, 60,28% do VAB total regional, seguido pela agropecuária com 29,66% e 10,07% da indústria.

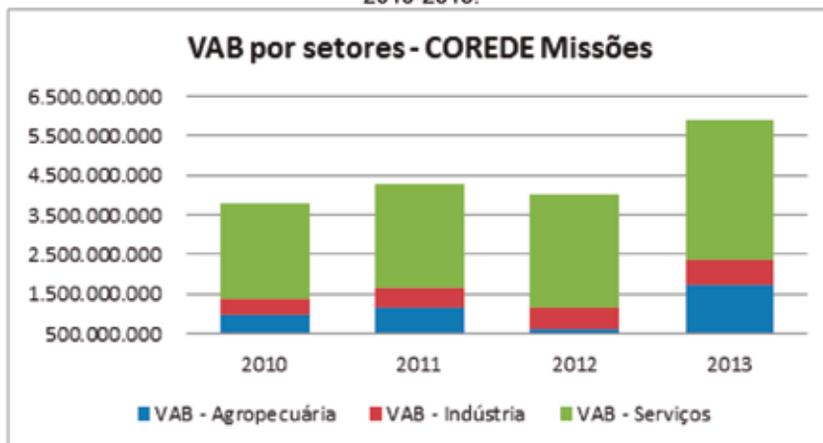
**Tabela 35** - Valor Adicionado Bruto Total – em R\$ - do COREDE Missões – estrutura (%) por setor – 2010 a 2013.

Valor Adicionado Bruto Total do COREDE Missões (R\$ mil) - Estrutura por Setores - 2010-2013								
Setor/ano	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Agropecuária	965.091	25,58	1.144.089	26,58	616.676	15,33	1.749.322	29,66
Indústria	414.917	11,00	511.837	11,89	554.428	13,79	593.750	10,07
Serviços	2.392.598	63,42	2.647.833	61,52	2.850.738	70,88	3.555.794	60,28
<b>COREDE</b>	<b>3.772.607</b>	<b>100,00</b>	<b>4.303.761</b>	<b>100,00</b>	<b>4.021.843</b>	<b>100,00</b>	<b>5.898.867</b>	<b>100,00</b>
RFP 7	12.784.483	29,51	14.929.097	28,83	14.668.497	27,42	20.214.500	29,18
ESTADO	205.807.793	1,83	226.285.448	1,90	244.953.795	1,64	285.483.671	2,07

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Cabe destacar que, a participação da agropecuária na composição total do VAB vem crescendo no período analisado, evidenciando a importância deste setor para o desempenho da economia regional. Por outro lado, o setor industrial e de serviços, no mesmo período, perdeu representatividade na composição do VAB total.

**Figura 23** - Evolução do Valor Agregado Bruto por setores da Região das Missões - 2010-2013.



Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Além disto, deve-se ainda considerar que, em 2012, houve um efeito negativo de uma estiagem sobre o desempenho econômico regional, mais especificamente sobre a produção e geração de valor da agropecuária, e, portanto, por ser altamente dependente deste produto, acabou por apresentar decréscimo em seu VAB total, de 2011 para 2012.

**Tabela 36 - Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto Per Capita – em R\$ – COREDE Missões – 2013.**

Municípios/COREDE/RFP/Estado	PIB R\$	% do COREDE	% do Estado	PIB per capita	
				R\$	Posição Estado
Bossoroca	218.126.538,00	3,41%	0,07%	33.367,99	127
Caibaté	126.366.701,00	1,97%	0,04%	23.323,50	211
Cerro Largo	590.236.748,00	9,21%	0,18%	42.910,71	46
Dezesseis de Novembro	29.474.583,00	0,46%	0,01%	10.448,27	497
Entre-Ijuís	261.819.537,00	4,09%	0,08%	28.369,22	152
Eugênio de Castro	162.233.690,00	2,53%	0,05%	56.039,27	16
Garruchos	97.516.737,00	1,52%	0,03%	31.275,41	142
Giruí	552.580.675,00	8,63%	0,17%	32.091,33	123
Guarani das Missões	237.869.021,00	3,71%	0,07%	28.331,23	151
Mato Queimado	47.141.862,00	0,74%	0,01%	25.718,42	197
Pirapó	41.462.992,00	0,65%	0,01%	15.379,45	436
Porto Xavier	127.744.873,00	1,99%	0,04%	12.105,08	492
Rolador	76.447.825,00	1,19%	0,02%	30.554,69	145
Roque Gonzales	109.121.566,00	1,70%	0,03%	15.356,26	441
Salvador das Missões	84.610.899,00	1,32%	0,03%	30.767,60	136
Santo Ângelo	1.744.119.409,00	27,23%	0,53%	21.932,26	262
Santo Antônio das Missões	225.999.679,00	3,53%	0,07%	20.121,05	306
São Luiz Gonzaga	884.852.961,00	13,81%	0,27%	24.749,05	209
São Miguel das Missões	358.295.853,00	5,59%	0,11%	47.519,34	34
São Nicolau	92.987.593,00	1,45%	0,03%	16.551,73	408
São Paulo das Missões	110.660.798,00	1,73%	0,03%	17.506,85	384
São Pedro do Butiá	66.495.987,00	1,04%	0,02%	23.438,84	256
Sete de Setembro	50.506.091,00	0,79%	0,02%	24.879,85	233
Ubiretama	44.624.893,00	0,70%	0,01%	19.461,36	318
Vitória das Missões	64.176.439,00	1,00%	0,02%	18.847,71	349
<b>COREDE</b>	<b>6.405.473.950,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,93%</b>	<b>25.280,11</b>	<b>16</b>
<b>RFP 7</b>	<b>22.291.818.450,00</b>	<b>-</b>	<b>6,73%</b>	<b>28.455,36</b>	<b>5</b>
<b>ESTADO</b>	<b>331.095.182.854,00</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>	<b>29.657,28</b>	<b>-</b>

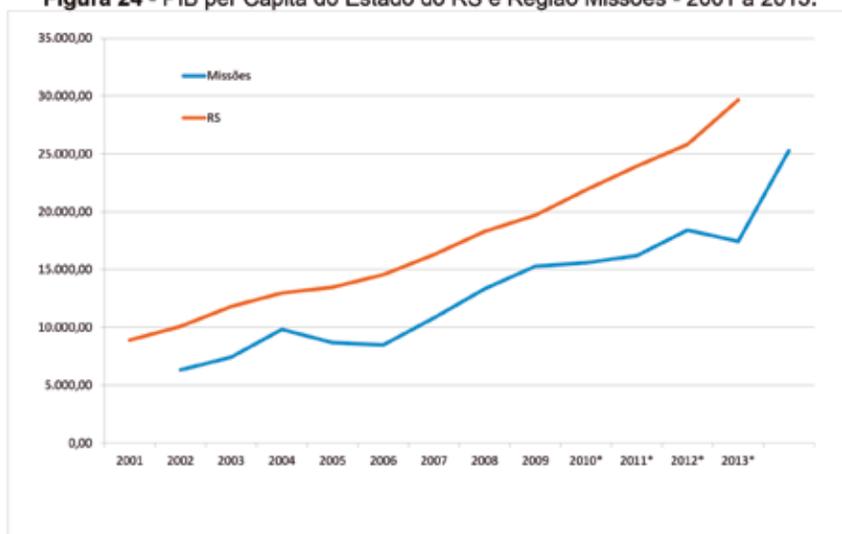
Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

De acordo com a Tabela 36, a região do COREDE Missões, em 2013, possui um Produto Interno Bruto (PIB) equivalente a R\$ 6,40 bilhões. Este número corresponde a 1,93% do PIB estadual e 6,73% da RFP 7, que em números absolutos, atingiram respectivamente, R\$ 331,09 bilhões e R\$ 22,29 bilhões.

Quanto ao PIB per capita, que é a razão entre o PIB total e população total (ver Tabela 36), o COREDE Missões apresenta em média a percepção de R\$ 25.280,11 por habitante (16º COREDE, de um total de 28 COREDE's), enquanto que a média percebida por habitante na RFP 7 equivale a R\$ 28.455,36 (5ª RFP, de um total de 9 RFP's). Cabe salientar, que a renda média recebida por habitante do COREDE Missões é inferior a recebida pela RFP 7 e, do Estado, que é equivalente a R\$ 29.657,28 por habitante.

A seguir, na Figura 24, apresenta-se a evolução do PIB per capita do Rio Grande do Sul, em comparativo com a região das Missões.

**Figura 24 - PIB per Capita do Estado do RS e Região Missões - 2001 a 2013.**



Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Os municípios que possuem o maior PIB per capita da região missioneira são, em ordem decrescente<sup>28</sup>: Eugênio de Castro, São Miguel das Missões, Cerro Largo, Bossoroca, Giruá, Garruchos, Salvador das Missões e Rolador. Todos estes municípios situam-se acima do valor médio recebido por habitante no Estado. Tais municípios apresentam valores elevados de renda por habitante, e, são em sua maioria, caracterizados pelo seu potencial produtivo agropecuário (Eugênio de Castro, São Miguel, Bossoroca, Garruchos e Rolador), e baixa população residente, com forte concentração

<sup>28</sup> Maior PIB per capita do COREDE Missões: Eugênio de Castro (R\$ 56.039,27), São Miguel das Missões (R\$ 47.519,34), Cerro Largo (R\$ 42.910,71), Bossoroca (R\$ 33.367,99), Giruá (R\$ 32.091,33), Garruchos (R\$ 31.275,41), Salvador das Missões (R\$ 30.767,60) e Rolador (R\$ 30.554,69).

fundiária e, por consequência, de renda. E, os municípios de Cerro Largo, Giruá e Salvador das Missões, são detentores de uma maior complexidade econômica, com relevância nos setores de educação, de saúde e de geração de emprego e renda, através da indústria e prestação de serviços.

Já os municípios com menor PIB per capita da região das Missões são, em ordem crescente<sup>29</sup>: Dezesseis de Novembro, Porto Xavier, Roque Gonzales, Pirapó, São Nicolau e São Paulo das Missões. Seus níveis médios de renda variam entre R\$ 10.448,27 e R\$ 17.506,85 por habitante. Situam-se na encosta do Rio Uruguai, com condições geográficas e de relevo distintas da realidade regional, e por consequência, com maiores níveis de vulnerabilidade social.

Municípios	Potencial de Consumo urbano por classe de rendimento - 2016 (em R\$ milhões)						Total da cidade
	A	B1	B2	C1	C2	D/E	
Bossoroca	14,00	8,00	11,00	12,00	11,00	10,00	R\$ 66 milhões
Caibaté	10,00	6,00	13,00	14,00	8,00	8,00	R\$ 60 milhões
Cerro Largo	32,00	28,00	81,00	51,00	34,00	21,00	R\$ 266 milhões
Dezesseis de Novembro	2,00	1,00	2,00	2,00	2,00	2,00	R\$ 11 milhões
Entre-Ijuís	16,00	13,00	16,00	19,00	13,00	15,00	R\$ 92 milhões
Eugênio de Castro	3,00	4,00	7,00	5,00	4,00	5,00	R\$ 29 milhões
Garruchos	3,00	2,00	4,00	3,00	3,00	3,00	R\$ 19 milhões
Giruá	32,00	46,00	42,00	64,00	44,00	28,00	R\$ 255 milhões
Guarani das Missões	14,00	8,00	19,00	18,00	14,00	17,00	R\$ 90 milhões
Mato Queimado	1,00	1,00	3,00	2,00	2,00	1,00	R\$ 10 milhões
Pirapó	2,00	1,00	4,00	4,00	2,00	2,00	R\$ 15 milhões
Porto Xavier	20,00	13,00	22,00	18,00	19,00	10,00	R\$ 102 milhões
Rolador	1,00	1,00	2,00	2,00	2,00	2,00	R\$ 9 milhões
Roque Gonzales	8,00	7,00	14,00	13,00	9,00	10,00	R\$ 60 milhões
Salvador das Missões	3,00	5,00	8,00	5,00	4,00	2,00	R\$ 26 milhões
Santo Ângelo	200,00	261,00	494,00	323,00	215,00	210,00	R\$ 1.703 milhões
Santo Antônio das Missões	6,00	14,00	27,00	23,00	20,00	19,00	R\$ 108 milhões
São Luiz Gonzaga	65,00	78,00	132,00	112,00	110,00	66,00	R\$ 564 milhões
São Miguel das Missões	8,00	13,00	21,00	15,00	11,00	8,00	R\$ 75 milhões
São Nicolau	8,00	8,00	17,00	13,00	10,00	11,00	R\$ 67 milhões
São Paulo das Missões	2,00	4,00	15,00	11,00	6,00	5,00	R\$ 42 milhões
São Pedro do Butiá	3,00	4,00	11,00	9,00	3,00	2,00	R\$ 31 milhões
Sete de Setembro	1,00	1,00	3,00	2,00	2,00	1,00	R\$ 9 milhões
Ubiretama	2,00	1,00	3,00	3,00	1,00	1,00	R\$ 10 milhões
Vitória das Missões	2,00	1,00	4,00	3,00	2,00	2,00	R\$ 14 milhões
<b>TOTAL</b>	<b>458,00</b>	<b>529,00</b>	<b>975,00</b>	<b>746,00</b>	<b>551,00</b>	<b>461,00</b>	<b>3.720,00</b>

**Quadro 06** - Potencial de Consumo Municipal da Região das Missões, por Classe de Rendimento - 2016.

Fonte: SEBRAE RS (2016).

O Quadro 06 demonstra a importância do município de Santo Ângelo, que representa aproximadamente 50% do potencial de consumo de toda a região do COREDE Missões. A maior classe representativa, no potencial de consumo, é a classe B2, com R\$ 975 milhões.

<sup>29</sup> Menor PIB per capita do COREDE Missões: Dezesseis de Novembro (R\$ 10.448,27), Porto Xavier (R\$ 12.105,08), Roque Gonzales (R\$ 15.356,26), Pirapó (R\$ 15.379,45), São Nicolau (R\$ 16.551,73) e São Paulo das Missões (R\$ 17.506,85).

Nas próximas subseções, apresenta-se a dinâmica econômica da região das Missões considerando os setores agropecuário, agroindustrial familiar, industrial e de serviços, além das finanças públicas, através de dados relativos ao valor adicionado bruto (VAB), volume de produção, valor bruto de produção (VBP) e efetivo de rebanhos, bem como a participação e evolução destes parâmetros nos municípios do território missioneiro.

### 6.6.1 Setor Agropecuário

Esta subseção trata sobre o valor gerado e a quantidade produzida dos principais produtos agropecuários da região do COREDE Missões. A Tabela 37 demonstra a evolução do VAB agropecuário regional, entre 2010 e 2013. Cabe salientar que a região, no período considerado, apresentou um incremento absoluto de 81,26% na geração de valor agropecuário, alcançando em 2013, um montante de R\$ 1,74 bilhão. Ainda, convém ressaltar que o desempenho da RFP 7 e do Estado, no mesmo período, ficou aquém do resultado regional.

**Tabela 37 - Valor Adicionado Bruto Agropecuário – em R\$ mil – variação % dos municípios do COREDE Missões – 2010 a 2013.**

Valor Adicionado Bruto Agropecuário (R\$ mil) - Variação Percentual dos Municípios - 2010-2013								
Município/ano	2010	Var. 10/11 (%)	2011	Var. 11/12 (%)	2012	Var. 12/13 (%)	2013	Var. 10/13 (%)
Bossoroca	57.409	7,38	61.646	(32,86)	41.391	153,73	105.021	82,93
Caibaté	22.669	36,19	30.873	(48,72)	15.832	212,35	49.452	118,15
Cerro Largo	23.860	18,11	28.180	(20,76)	22.329	81,40	40.504	69,76
D. de Novembro	7.318	(3,44)	7.066	(22,01)	5.511	70,50	9.396	28,40
Entre-Ijuís	52.215	26,88	66.248	(66,77)	22.012	403,96	110.931	112,45
Eugênio de Castro	42.467	39,45	59.220	(69,30)	18.181	370,38	85.520	101,38
Garruchos	30.955	3,62	32.077	(24,53)	24.209	115,29	52.119	68,37
Giruá	100.092	27,12	127.238	(54,12)	58.376	191,10	169.932	69,78
Guarani das Missões	34.462	18,58	40.865	(41,01)	24.105	152,29	60.815	76,47
Mato Queimado	15.273	18,31	18.070	(29,26)	12.782	127,70	29.105	90,57
Pirapó	11.495	10,83	12.740	(8,19)	11.697	51,53	17.725	54,20
Porto Xavier	11.175	6,33	11.882	(24,33)	8.991	69,70	15.258	36,54
Rolador	25.559	24,30	31.770	(37,87)	19.740	138,89	47.156	84,50
Roque Gonzales	26.281	18,68	31.191	(34,35)	20.476	104,49	41.872	59,32
Salvador das Missões	16.712	15,29	19.268	(20,28)	15.361	57,67	24.219	44,92
Santo Ângelo	73.630	23,44	90.886	(53,28)	42.460	232,54	141.196	91,76
S. A. Missões	69.640	(4,45)	66.541	(29,99)	46.587	129,65	106.987	53,63
São L. Gonzaga	109.762	23,20	135.230	(55,16)	60.631	266,71	222.341	102,57
S. M. das Missões	108.870	19,49	130.086	(62,98)	48.153	349,55	216.472	98,84
São Nicolau	22.325	16,67	26.046	(20,85)	20.615	94,19	40.033	79,32
São P. das Missões	26.109	12,70	29.424	(19,23)	23.765	88,09	44.699	71,20
São P. do Butiá	24.094	10,09	26.526	(18,86)	21.523	57,89	33.983	41,04
Sete de Setembro	18.784	10,50	20.756	(47,58)	10.880	163,95	28.718	52,89
Ubiretama	12.726	22,66	15.610	(30,29)	10.881	92,76	20.974	64,81
Vitória das Missões	21.198	16,22	24.636	(58,71)	10.173	242,92	34.885	64,57
<b>COREDE Missões</b>	<b>965.091</b>	<b>18,55</b>	<b>1.144.089</b>	<b>(46,10)</b>	<b>616.676</b>	<b>183,67</b>	<b>1.749.322</b>	<b>81,26</b>
<b>RFP 7</b>	<b>2.702.805</b>	<b>20,93</b>	<b>3.268.446</b>	<b>(39,04)</b>	<b>1.992.528</b>	<b>144,32</b>	<b>4.868.145</b>	<b>80,11</b>
<b>ESTADO</b>	<b>17.162.698</b>	<b>10,01</b>	<b>18.881.459</b>	<b>(13,68)</b>	<b>16.297.941</b>	<b>76,70</b>	<b>28.798.796</b>	<b>67,80</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Além disso, a grande oscilação do setor agropecuário no período, principalmente no ano de 2012, proporcionou uma redução de -46,10% em seu valor adicionado bruto, comparado ao ano de 2011, devido à quebra de safra (produtividade), proporcionada pela estiagem<sup>30</sup>. Esta queda de produtividade, quando comparada ao desempenho do VAB agropecuário da RFP 7 e do Estado, foi maior, pois apresentaram, respectivamente, -39,04% e -13,68%.

**Tabela 38 - Valor Adicionado Bruto Agropecuário – em R\$ mil – participação dos municípios em relação ao COREDE Missões – 2010 a 2013.**

Valor Adicionado Bruto Agropecuário (R\$ mil) - Participação dos Municípios em relação ao COREDE Missões - 2010-2013								
Município/ano	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Bossoroca	57.409	5,95	61.646	5,39	41.391	6,71	105.021	6,00
Caibatê	22.669	2,35	30.873	2,70	15.832	2,57	49.452	2,83
Cerro Largo	23.860	2,47	28.180	2,46	22.329	3,62	40.504	2,32
Dezesseis de Novembro	7.318	0,76	7.066	0,62	5.511	0,89	9.396	0,54
Entre-Ijuís	52.215	5,41	66.248	5,79	22.012	3,57	110.931	6,34
Eugênio de Castro	42.467	4,40	59.220	5,18	18.181	2,95	85.520	4,89
Garruchos	30.955	3,21	32.077	2,80	24.209	3,93	52.119	2,98
Giruí	100.092	10,37	127.238	11,12	58.376	9,47	169.932	9,71
Guarani das Missões	34.462	3,57	40.865	3,57	24.105	3,91	60.815	3,48
Mato Queimado	15.273	1,58	18.070	1,58	12.782	2,07	29.105	1,66
Pirapó	11.495	1,19	12.740	1,11	11.697	1,90	17.725	1,01
Porto Xavier	11.175	1,16	11.882	1,04	8.991	1,46	15.258	0,87
Rolador	25.559	2,65	31.770	2,78	19.740	3,20	47.156	2,70
Roque Gonzales	26.281	2,72	31.191	2,73	20.476	3,32	41.872	2,39
Salvador das Missões	16.712	1,73	19.268	1,68	15.361	2,49	24.219	1,38
Santo Ângelo	73.630	7,63	90.886	7,94	42.460	6,89	141.196	8,07
Santo Antônio das Missões	69.640	7,22	66.541	5,82	46.587	7,55	106.987	6,12
São Luiz Gonzaga	109.762	11,37	135.230	11,82	60.631	9,83	222.341	12,71
São Miguel das Missões	108.870	11,28	130.086	11,37	48.153	7,81	216.472	12,37
São Nicolau	22.325	2,31	26.046	2,28	20.615	3,34	40.033	2,29
São Paulo das Missões	26.109	2,71	29.424	2,57	23.765	3,85	44.699	2,56
São Pedro do Butiá	24.094	2,50	26.526	2,32	21.523	3,49	33.983	1,94
Sete de Setembro	18.784	1,95	20.756	1,81	10.880	1,76	28.718	1,64
Ubiretama	12.726	1,32	15.610	1,36	10.881	1,76	20.974	1,20
Vitória das Missões	21.198	2,20	24.636	2,15	10.173	1,65	34.885	1,99
<b>COREDE</b>	<b>965.091</b>	<b>100,00</b>	<b>1.144.089</b>	<b>100,00</b>	<b>616.676</b>	<b>100,00</b>	<b>1.749.322</b>	<b>100,00</b>
<b>RFP 7</b>	<b>2.702.805</b>	<b>35,71</b>	<b>3.268.446</b>	<b>35,00</b>	<b>1.992.528</b>	<b>30,95</b>	<b>4.868.145</b>	<b>35,93</b>
<b>ESTADO</b>	<b>17.162.698</b>	<b>5,62</b>	<b>18.881.459</b>	<b>6,06</b>	<b>16.297.941</b>	<b>3,78</b>	<b>28.798.796</b>	<b>6,07</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

<sup>30</sup> Este panorama agravou também o desempenho de crescimento do setor industrial e de serviços, pois a economia da região ainda é dependente do setor e da dinâmica agropecuária. Para se ter ideia desta dependência, o VAB total do COREDE Missões foi negativo na ordem de 6,55% (2011/12), evidenciando o revés econômico na cadeia do agronegócio, que acabou interferindo diretamente na dinâmica de crescimento regional.

Os municípios que apresentaram maior peso na composição do VAB agropecuário na região das Missões, em 2013, conforme Tabela 38 foram São Luiz Gonzaga (12,71%), São Miguel das Missões (12,37%) e Giruá (9,71%). Tais municípios são caracterizados pela expertise na produção de grãos (soja, trigo e milho), estando localizados no sul e oeste do COREDE. Quanto a participação da região missioneira em relação à RFP 7 e ao Rio Grande do Sul, evidencia-se que a mesma vem aumentando sua produção, chegando a representar 35,93% da região funcional e 6,07% do Estado.

Na Tabela 39, evidencia-se o volume de produção (em toneladas e milhões de litros), no ano de 2014, dos principais produtos agropecuários da região das Missões. Verifica-se que a soja é responsável por uma produção de 1,197 milhão de toneladas, totalizando mais de 40% do que é produzido na RFP 7, e, aproximadamente 10% do total estadual. Já a produção de milho tem uma representatividade de 29% da RFP 7 e 6% do Estado, com um montante de produção na ordem de 332 mil toneladas. Por sua vez, o trigo tem um volume de produção de 253 mil toneladas, contra 558 mil toneladas da RFP 7 (45%) e 1,670 milhão estadual (15%), enquanto que a produção de cana-de-açúcar (174 mil toneladas) e o leite (250 milhões de litros) tem uma representatividade, respectivamente, de 56% e 20% do total produzido na RFP 7, e, 17% e 5% do montante do Estado gaúcho.

**Tabela 39 - Produção (produtos selecionados) – em toneladas e milhões de litros – municípios do COREDE Missões – 2014.**

Produção (produtos selecionados) - COREDE Missões - em Toneladas e Milhões de Litros - 2014										
Municípios	Milho (ton.)	% COR.	Soja (ton.)	% COR.	Trigo (ton.)	% COR.	Cana (ton.)	% COR.	Leite (l)	% COR.
Bossoroca	7.500	2,26	90.450	7,56	19.440	7,67	2.550	1,47	4.344	1,74
Caibaté	16.500	4,97	33.738	2,82	7.680	3,03	1.050	0,60	7.500	3,00
Cerro Largo	11.880	3,58	11.856	0,99	2.475	0,98	4.800	2,76	20.731	8,29
D. Novembro	4.637	1,40	2.413	0,20	384	0,15	2.240	1,29	1.700	0,68
Entre-Ijuís	17.445	5,25	83.487	6,97	19.800	7,81	600	0,35	24.000	9,60
Eugênio de Castro	14.400	4,33	57.262	4,78	15.000	5,92	900	0,52	10.000	4,00
Garruchos	3.444	1,04	34.487	2,88	8.820	3,48	2.750	1,58	2.767	1,11
Giruá	34.800	10,47	169.200	14,13	42.000	16,58	2.500	1,44	18.500	7,40
Guarani das Missões	18.200	5,48	40.950	3,42	6.480	2,56	5.000	2,88	11.000	4,40
Mato Queimado	9.720	2,93	17.006	1,42	3.600	1,42	175	0,10	8.500	3,40
Pirapó	5.100	1,53	9.030	0,75	3.780	1,49	4.500	2,59	3.767	1,51
Porto Xavier	3.450	1,04	2.808	0,23	240	0,09	42.700	24,56	4.020	1,61
Rolador	7.200	2,17	36.750	3,07	7.980	3,15	900	0,52	5.000	2,00
Roque Gonzales.	6.555	1,97	18.144	1,52	3.600	1,42	71.500	41,12	10.080	4,03
Salvador das Missões	5.280	1,59	7.350	0,61	1.662	0,66	2.500	1,44	12.293	4,92
Santo Ângelo	25.350	7,63	88.350	7,38	14.700	5,80	1.200	0,69	17.000	6,80
S. Ant. das Missões	17.680	5,32	54.480	4,55	18.000	7,10	2.375	1,37	8.914	3,57
S. Luiz Gonzaga	34.200	10,29	172.017	14,37	36.480	14,40	5.000	2,88	6.000	2,40
S. Miguel das Missões	37.080	11,16	175.830	14,69	25.920	10,23	1.500	0,86	11.000	4,40
São Nicolau	3.360	1,01	23.100	1,93	6.000	2,37	1.800	1,04	4.091	1,64
S. Paulo das Missões	20.000	6,02	8.100	0,68	900	0,36	6.000	3,45	19.975	7,99
S. Pedro do Butiá	13.860	4,17	8.820	0,74	1.440	0,57	1.750	1,01	13.720	5,49
Sete de Setembro	4.080	1,23	15.120	1,26	2.400	0,95	600	0,35	6.000	2,40
Ubiretama	1.500	0,45	12.240	1,02	1.008	0,40	8.000	4,60	12.577	5,03
V. das Missões	9.060	2,73	24.150	2,02	3.600	1,42	1.000	0,58	6.500	2,60
<b>COREDE Missões</b>	<b>332.281</b>	<b>100,0</b>	<b>1.197.138</b>	<b>100,0</b>	<b>253.389</b>	<b>100,0</b>	<b>173.890</b>	<b>100,0</b>	<b>249.979</b>	<b>100,0</b>
<b>RFP 7</b>	<b>1.145.123</b>	<b>29,02</b>	<b>2.972.028</b>	<b>40,28</b>	<b>558.047</b>	<b>45,41</b>	<b>309.390</b>	<b>56,20</b>	<b>1.258.172</b>	<b>19,87</b>
<b>ESTADO</b>	<b>5.389.520</b>	<b>6,17</b>	<b>13.041.720</b>	<b>9,18</b>	<b>1.670.623</b>	<b>15,17</b>	<b>1.043.336</b>	<b>16,67</b>	<b>4.684.959</b>	<b>5,34</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

No entanto, em relação ao valor bruto de produção dos produtos considerados, em 2014, visualiza-se que o principal produto em termos de geração de renda para a região do COREDE Missões é proveniente da soja. Neste sentido, tal produção gerou o equivalente a R\$ 943,18 milhões, representando 32% do total gerado pela RFP 7 e 6,8% do Estado. Importante salientar que, conforme Tabela 40, aproximadamente 40% da renda regional da soja, foram geradas nos municípios de São Miguel das Missões e São Luiz Gonzaga, caracterizados por serem detentores de extensa área territorial, com a presença de médias e grandes propriedades rurais, com alta produtividade.

Logo após a produção de soja, aparece a renda gerada pela produção leiteira. Destaca-se que esta produção segue uma tendência inversa de produção de soja, ou seja, caracterizada por pequenas propriedades rurais em municípios com áreas territoriais menores (produção intensiva), basicamente por

produtores oriundos da agricultura familiar. A rentabilidade (VBP) gerada pela bovinocultura leiteira, em 2014, alcançou R\$ 221,52 milhões, representando aproximadamente 20% da RFP 7 e, pouco mais de 5% da renda estadual deste produto. Os municípios com maior rentabilidade na produção são Entre-Ijuís, Cerro Largo e São Paulo das Missões.

Quanto a renda gerada pelos produtos milho e trigo, constata-se que, em 2014, respectivamente alcançaram um montante de R\$ 105,67 milhões (25% da RFP 7 e 5% do Estado) e R\$ 60,58 milhões (30% da RFP 7 e 9% da renda estadual do trigo). Por fim, em relação às divisas geradas pela produção de cana-de-açúcar, verifica-se que a renda proveniente está concentrada nos municípios de Roque Gonzales (34,11%), Porto Xavier (20,77%) e Santo Antônio das Missões (15,79%). O montante equivalente regional é de R\$ 10,63 milhões, contra R\$ 18,16 milhões da RFP 7 e R\$ 108,25 milhões da renda estadual do produto.

**Tabela 40** - Valor Bruto da Produção (produtos selecionados) – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2014.

Municípios	Valor Bruto da Produção (produtos selecionados) - COREDE Missões - em R\$ mil - 2014									
	Milho	% COR.	Soja	% COR.	Trigo	% COR.	Cana	% COR.	Leite	% COR.
Bossoroca	3.148	2,98	95.334	10,11	8.344	13,77	102	0,96	3.736	1,69
Caibaté	6.131	5,80	36.325	3,85	3.072	5,07	84	0,79	6.450	2,91
Cerro Largo	4.403	4,17	12.435	1,32	854	1,41	241	2,27	19.279	8,70
Dezesseis de Novembro	1.726	1,63	2.534	0,27	154	0,25	179	1,68	1.462	0,66
Entre-Ijuís	2.791	2,64	18.755	1,99	239	0,39	27	0,25	20.640	9,32
Eugênio de Castro	2.147	2,03	42.625	4,52	1.654	2,73	13	0,12	8.600	3,88
Garruchos	832	0,79	-	-	-	-	-	-	2.296	1,04
Giruá	4.973	4,71	51.274	5,44	1.575	2,60	-	-	15.910	7,18
Guarani das Missões	7.712	7,30	9.540	1,01	277	0,46	277	2,60	9.460	4,27
Mato Queimado	3.646	3,45	18.306	1,94	1.440	2,38	14	0,13	7.310	3,30
Pirapó	1.837	1,74	9.331	0,99	1.305	2,15	226	2,12	3.504	1,58
Porto Xavier	1.271	1,20	2.941	0,31	83	0,14	2.210	20,77	3.739	1,69
Rolador	2.711	2,57	39.690	4,21	3.192	5,27	72	0,68	4.300	1,94
Roque Gonzales	2.347	2,22	18.749	1,99	1.275	2,10	3.629	34,11	9.374	4,23
Salvador das Missões	1.950	1,85	7.706	0,82	574	0,95	125	1,17	11.432	5,16
Santo Ângelo	9.280	8,78	95.074	10,08	5.883	9,71	96	0,90	14.620	6,60
Santo Antônio das Missões	3.500	3,31	11.624	1,23	-	-	1.680	15,79	7.577	3,42
São Luiz Gonzaga	12.519	11,85	185.130	19,63	14.599	24,10	400	3,76	5.160	2,33
São Miguel das Missões	13.555	12,83	189.158	20,06	10.368	17,11	120	1,13	9.460	4,27
São Nicolau	1.203	1,14	23.870	2,53	2.071	3,42	90	0,85	3.804	1,72
São Paulo das Missões	7.454	7,05	8.493	0,90	311	0,51	300	2,82	18.577	8,39
São Pedro do Butiá	4.962	4,70	9.114	0,97	497	0,82	88	0,83	12.760	5,76
Sete de Setembro	1.513	1,43	16.330	1,73	961	1,59	48	0,45	5.160	2,33
Ubiretama	618	0,58	12.828	1,36	416	0,69	538	5,06	11.320	5,11
Vitória das Missões	3.447	3,26	26.019	2,76	1.440	2,38	80	0,75	5.590	2,52
<b>COREDE Missões</b>	<b>105.676</b>	<b>100,0</b>	<b>943.185</b>	<b>100,0</b>	<b>60.584</b>	<b>100,0</b>	<b>10.639</b>	<b>100,0</b>	<b>221.520</b>	<b>100,0</b>
<b>RFP 7</b>	<b>416.828</b>	<b>25,35</b>	<b>2.927.988</b>	<b>32,21</b>	<b>199.218</b>	<b>30,41</b>	<b>18.167</b>	<b>58,56</b>	<b>1.128.446</b>	<b>19,63</b>
<b>ESTADO</b>	<b>2.170.667</b>	<b>4,87</b>	<b>13.870.898</b>	<b>6,80</b>	<b>676.117</b>	<b>8,96</b>	<b>108.252</b>	<b>9,83</b>	<b>4.299.047</b>	<b>5,15</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

A seguir apresenta-se a evolução da produção e o valor bruto de produção (VBP), entre 2008 e 2014, das principais culturas agropecuárias, que compõe a economia do COREDE Missões, que é altamente dependente deste setor.

A produção de milho, no COREDE Missões, apresentou um incremento de produtividade na ordem de 26,86%, chegando equivalentemente a produção de 332 mil toneladas (2014). No mesmo período, houve um incremento de 45,27% da RFP 7 e 3,01% do Estado gaúcho. Os maiores produtores são os municípios de São Miguel das Missões, Giruá e São Luiz Gonzaga, conforme pode-se visualizar na Tabela 41.

**Tabela 41** - Produção de Milho – em toneladas – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.

Municípios	Produção de Milho - COREDE Missões - em toneladas - 2008 a 2014							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	10.500	1.800	10.650	1.440	1.080	7.452	7.500	(28,57)
Caibaté	15.000	2.072	14.700	12.600	2.905	9.800	16.500	10,00
Cerro Largo	10.800	8.100	17.640	15.200	8.400	16.800	11.880	10,00
Dezesseis de Novembro	3.060	864	2.520	2.184	195	2.304	4.637	51,54
Entre-Ijuís	7.500	7.426	12.600	12.600	3.900	9.990	17.445	132,60
Eugênio de Castro	10.500	3.267	14.700	16.200	3.504	8.160	14.400	37,14
Garruchos	12.000	2.520	8.400	2.880	2.268	1.353	3.444	(71,30)
Giruá	14.964	6.900	27.000	18.900	10.800	22.800	34.800	132,56
Guarani das Missões	14.100	2.700	21.000	21.000	5.250	13.500	18.200	29,08
Mato Queimado	11.340	5.040	10.836	10.140	6.948	12.636	9.720	(14,29)
Pirapó	4.320	1.650	3.240	2.700	1.200	3.642	5.100	18,06
Porto Xavier	3.247	1.014	4.800	3.600	1.440	3.150	3.450	6,25
Rolador	13.500	7.812	8.100	8.640	3.225	8.100	7.200	(46,67)
Roque Gonzales	8.100	3.225	16.401	13.530	4.158	12.600	6.555	(19,07)
Salvador das Missões	5.100	5.676	10.560	9.000	4.800	8.640	5.280	3,53
Santo Ângelo	19.600	15.960	35.400	24.966	6.774	18.600	25.350	29,34
Santo Antônio das Missões	4.007	1.200	3.000	2.100	7.470	7.275	17.680	341,23
São Luiz Gonzaga	28.080	13.764	32.480	19.950	12.420	30.000	34.200	21,79
São Miguel das Missões	13.500	5.094	22.954	20.880	20.940	30.402	37.080	174,67
São Nicolau	7.560	1.560	4.500	3.600	1.020	3.375	3.360	(55,56)
São Paulo das Missões	15.000	12.600	25.200	19.500	5.850	28.000	20.000	33,33
São Pedro do Butiá	13.500	9.240	16.800	14.700	6.300	18.045	13.860	2,67
Sete de Setembro	5.760	2.025	10.500	9.000	300	2.976	4.080	(29,17)
Ubiretama	2.482	1.860	8.400	8.400	3.375	9.000	1.500	(39,56)
Vitória das Missões	8.400	1.134	10.200	5.400	1.564	5.940	9.060	7,86
<b>COREDE Missões</b>	<b>261.920</b>	<b>124.503</b>	<b>352.581</b>	<b>279.110</b>	<b>126.086</b>	<b>294.540</b>	<b>332.281</b>	<b>26,86</b>
<b>RFP 7</b>	<b>788.241</b>	<b>574.154</b>	<b>1.073.758</b>	<b>1.038.898</b>	<b>610.712</b>	<b>1.095.681</b>	<b>1.145.123</b>	<b>45,27</b>
<b>ESTADO</b>	<b>5.231.885</b>	<b>4.186.862</b>	<b>5.633.912</b>	<b>5.772.422</b>	<b>3.155.061</b>	<b>5.419.780</b>	<b>5.389.520</b>	<b>3,01</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Quanto ao valor bruto de produção gerado pelo milho na região das Missões, também se constatou ganhos, chegando a um montante de R\$ 105,67 milhões (12,26%). Já os ganhos da RFP 7 e do Estado, evoluíram, respectivamente, 44,39% e 6,63%.

**Tabela 42** - Valor Bruto da Produção de Milho – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.

Municípios	Valor Bruto de Produção do Milho - COREDE Missões - em R\$ mil - 2008 a 2014							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	4.075	571	3.155	573	459	3.396	3.148	(22,75)
Caibaté	5.130	613	3.837	5.418	1.242	4.241	6.131	19,51
Cerro Largo	4.217	2.584	5.204	5.963	3.580	7.340	4.403	4,41
Dezesseis de Novembro	1.047	256	658	939	84	1.037	1.726	64,85
Entre-Ijuís	2.565	2.197	3.289	5.418	1.677	4.475	2.791	8,81
Eugênio de Castro	3.591	966	3.837	6.966	1.507	3.632	2.147	(40,21)
Garruchos	4.605	852	2.638	1.167	969	614	832	(81,93)
Giruá	5.118	2.041	7.047	8.127	4.644	10.189	4.973	(2,83)
Guarani das Missões	4.822	799	5.481	9.030	2.258	5.847	7.712	59,93
Mato Queimado	3.878	1.489	2.828	4.360	2.962	5.503	3.646	(5,98)
Pirapó	1.687	526	956	1.059	505	1.587	1.837	8,89
Porto Xavier	1.268	323	1.416	1.415	616	1.330	1.271	0,24
Rolador	4.617	2.311	2.114	3.715	1.387	3.807	2.711	(41,28)
Roque Gonzales	3.162	1.029	4.838	5.315	1.771	5.432	2.347	(25,77)
Salvador das Missões	1.991	1.811	3.115	3.535	2.042	3.775	1.950	(2,06)
Santo Ângelo	6.703	4.721	9.239	10.735	2.899	8.326	9.280	38,45
Santo Antônio das Missões	1.549	383	969	821	3.086	3.389	3.500	125,95
São Luiz Gonzaga	9.603	4.071	8.477	8.579	5.298	13.618	12.519	30,37
São Miguel das Missões	4.617	1.507	5.991	8.978	9.004	13.870	13.555	193,59
São Nicolau	2.952	498	1.328	1.416	431	1.527	1.203	(59,25)
São Paulo das Missões	5.856	4.019	7.434	7.650	2.489	12.256	7.454	27,29
São Pedro do Butiá	5.271	2.948	4.956	5.779	2.676	7.810	4.962	(5,86)
Sete de Setembro	1.970	1.582	2.741	3.870	129	1.310	1.513	(23,20)
Ubiratama	972	593	2.217	3.323	1.496	3.600	618	(36,42)
Vitória das Missões	2.873	335	2.662	2.322	668	2.578	3.447	19,98
<b>COREDE Missões</b>	<b>94.139</b>	<b>39.025</b>	<b>96.427</b>	<b>116.473</b>	<b>53.879</b>	<b>130.489</b>	<b>105.676</b>	<b>12,26</b>
<b>RFP 7</b>	<b>288.686</b>	<b>176.490</b>	<b>307.589</b>	<b>418.382</b>	<b>264.092</b>	<b>470.720</b>	<b>416.828</b>	<b>44,39</b>
<b>ESTADO</b>	<b>2.035.605</b>	<b>1.302.447</b>	<b>1.705.891</b>	<b>2.333.428</b>	<b>1.386.009</b>	<b>2.362.544</b>	<b>2.170.667</b>	<b>6,63</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

A soja é o principal produto agropecuário produzido pela região missioneira, e desta forma, o volume de produção da região das Missões é apresentada na Tabela 43.

**Tabela 43 - Produção de Soja – em toneladas – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.**

Municípios	Produção de Soja - COREDE Missões - em toneladas - 2008 a 2014							Var. % - 2008/14
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Bossoroca	52.500	37.800	81.180	75.480	25.908	77.688	90.450	72,29
Caibaté	19.140	13.230	29.700	31.750	4.830	32.250	33.738	76,27
Cerro Largo	6.300	7.020	9.870	12.960	3.456	11.400	11.856	88,19
Dezesseis de Novembro	1.344	1.020	2.580	2.160	527	2.217	2.413	79,54
Entre-Ijuís	54.000	50.400	76.800	84.500	3.600	83.487	83.487	54,61
Eugênio de Castro	52.500	57.500	64.500	75.000	2.430	65.160	57.262	9,07
Garruchos	18.000	18.900	36.000	31.500	13.560	37.230	34.487	91,59
Giruá	78.660	95.760	139.200	162.400	26.100	125.280	169.200	115,10
Guarani das Missões	25.500	35.700	40.950	42.000	9.300	40.250	40.950	60,59
Mato Queimado	6.836	6.975	15.660	14.964	3.372	15.525	17.006	148,77
Pirapó	4.800	3.750	7.308	7.440	4.752	7.200	9.030	88,13
Porto Xavier	1.350	1.080	2.160	2.160	504	2.340	2.808	108,00
Rolador	20.160	17.820	30.240	33.120	10.920	31.890	36.750	82,29
Roque Gonzales	6.909	3.780	14.616	16.002	3.264	16.188	18.144	162,61
Salvador das Missões	5.916	6.615	9.520	11.340	4.410	7.350	7.350	24,24
Santo Ângelo	56.000	58.800	93.600	100.188	10.740	94.956	88.350	57,77
Santo Antônio das Missões	31.500	27.600	62.400	54.600	9.320	71.070	54.480	72,95
São Luiz Gonzaga	109.440	87.480	147.060	162.000	17.010	166.130	172.017	57,18
São Miguel das Missões	102.600	118.440	170.100	175.500	11.760	180.900	175.830	71,37
São Nicolau	11.088	10.800	22.680	22.200	10.530	25.200	23.100	108,33
São Paulo das Missões	6.000	6.750	9.450	10.800	4.950	8.550	8.100	35,00
São Pedro do Butiá	5.040	3.375	8.100	9.504	2.970	7.350	8.820	75,00
Sete de Setembro	7.140	13.440	14.700	14.700	420	15.960	15.120	111,76
Ubiretama	3.625	6.552	9.120	10.560	2.142	8.568	12.240	237,66
Vitória das Missões	14.250	14.250	26.460	29.700	2.640	26.220	24.150	69,47
<b>COREDE Missões</b>	<b>700.598</b>	<b>704.837</b>	<b>1.123.954</b>	<b>1.192.528</b>	<b>189.415</b>	<b>1.160.359</b>	<b>1.197.138</b>	<b>70,87</b>
<b>RFP 7</b>	<b>1.911.782</b>	<b>2.067.228</b>	<b>2.915.134</b>	<b>3.228.751</b>	<b>792.163</b>	<b>3.008.100</b>	<b>2.972.028</b>	<b>55,45</b>
<b>ESTADO</b>	<b>7.679.939</b>	<b>8.025.322</b>	<b>10.480.026</b>	<b>11.717.548</b>	<b>5.945.243</b>	<b>12.756.577</b>	<b>13.041.720</b>	<b>69,81</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Constata-se que, entre 2008 e 2014, o volume de produção da oleaginosa cresceu 70,87%, em relação a 55,45% da RFP 7 e 69,81% do Estado. Os municípios que detém a maior produção regional de soja, em 2014, são listados a seguir: São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga e Giruá, enquanto que o conjunto dos municípios do COREDE Missões é responsável pelo volume produtivo de 1,197 milhão de toneladas do grão.

Quando se refere ao VBP gerado pela soja, visualiza-se na Tabela 44 que a região das Missões demonstrou um acréscimo menor do que o evidenciado na RFP 7 e Estado gaúcho. Respectivamente, houve incremento de 91,92%, 115,62% e 152,34%. No ano de 2014, o VBP alcançou o montante de R\$ 943,18 milhões.

**Tabela 44 - Valor Bruto da Produção de Soja – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.**

Municípios	Valor Bruto de Produção da Soja - COREDE Missões - em R\$ mil - 2008 a 2014							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	36.726	28.688	43.918	50.598	23.294	69.747	95.334	159,58
Caibaté	13.360	9.624	17.888	22.754	4.226	29.548	36.325	171,89
Cerro Largo	4.693	5.356	5.725	9.235	3.103	10.259	12.435	164,97
Dezesseis de Novembro	938	742	1.554	1.548	461	2.014	2.534	170,15
Entre-Ijuis	37.692	36.662	46.257	60.558	3.150	76.649	18.755	(50,24)
Eugênio de Castro	36.845	41.827	38.848	53.750	2.126	59.862	42.625	16,32
Garruchos	12.341	14.232	19.944	21.417	12.084	33.015	-	167,52*
Giruá	54.905	69.659	83.840	116.386	22.838	113.792	51.274	(6,61)
Guarani das Missões	17.799	25.969	24.664	30.100	8.138	36.877	9.540	(46,40)
Mato Queimado	4.772	5.074	9.432	10.724	2.951	14.224	18.306	283,61
Pirapó	3.576	2.861	4.239	5.306	4.308	6.510	9.331	160,93
Porto Xavier	1.006	824	1.253	1.540	448	2.099	2.941	192,35
Rolador	14.072	12.963	18.214	23.736	9.555	28.966	39.690	182,05
Roque Gonzales	5.147	2.884	8.477	11.412	2.970	14.521	18.749	264,27
Salvador das Missões	4.407	5.047	5.522	8.080	3.975	6.593	7.706	74,86
Santo Ângelo	39.088	42.773	56.375	71.801	9.398	86.548	95.074	143,23
Santo Antônio das Missões	22.219	20.968	35.443	36.915	8.233	63.533	11.624	(47,68)
São Luiz Gonzaga	76.389	63.636	88.574	116.099	14.884	152.359	185.130	142,35
São Miguel das Missões	71.615	86.157	102.451	125.774	10.290	164.311	189.158	164,13
São Nicolau	8.260	8.305	13.154	15.831	9.724	22.786	23.870	188,98
São Paulo das Missões	4.470	5.150	5.481	7.687	4.445	7.669	8.493	90,00
São Pedro do Butiá	3.754	2.575	4.698	6.775	2.693	6.646	9.114	142,78
Sete de Setembro	4.984	3.976	8.854	10.535	368	14.496	16.330	227,65
Ubiretama	2.650	4.999	4.934	7.140	1.911	7.426	12.828	384,08
Vitória das Missões	9.947	10.366	15.937	21.285	2.310	24.023	26.019	161,58
<b>COREDE Missões</b>	<b>491.455</b>	<b>511.317</b>	<b>665.676</b>	<b>846.986</b>	<b>167.883</b>	<b>1.054.473</b>	<b>943.185</b>	<b>91,92</b>
<b>RFP 7</b>	<b>1.357.963</b>	<b>1.497.894</b>	<b>1.700.436</b>	<b>2.252.915</b>	<b>672.481</b>	<b>2.677.393</b>	<b>2.927.988</b>	<b>115,62</b>
<b>ESTADO</b>	<b>5.496.851</b>	<b>5.898.648</b>	<b>6.331.732</b>	<b>8.105.387</b>	<b>5.325.685</b>	<b>11.540.797</b>	<b>13.870.898</b>	<b>152,34</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

\*Variação do VBP de 2010 a 2013.

Por sua vez, a produção de trigo no COREDE Missões seguiu uma tendência contrária às culturas de milho e de soja. A variação produtiva do cereal, apresentou um recuo de -24,26% na região missioneira, -33,59% na RFP 7 e -24,02% no Estado do Rio Grande do Sul.

**Tabela 45 - Produção de Trigo – em toneladas – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.**

Municípios	Produção de Trigo - COREDE Missões - em toneladas - 2008 a 2014							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	13.500	17.640	15.400	20.160	18.240	32.400	19.440	44,00
Caibatê	3.600	2.700	3.240	19.800	15.750	27.000	7.680	113,33
Cerro Largo	4.800	3.240	5.000	6.048	5.290	7.500	2.475	(48,44)
Dezesseis de Novembro	660	1.320	1.160	2.205	1.152	1.008	384	(41,82)
Entre-Ijuís	13.680	13.320	16.800	32.400	25.200	59.160	19.800	44,74
Eugênio de Castro	18.000	18.000	18.000	39.000	27.200	49.500	15.000	(16,67)
Garruchos	14.850	9.576	12.000	16.464	9.072	15.120	8.820	(40,61)
Giruá	66.000	47.250	52.440	75.600	58.200	81.000	42.000	(36,36)
Guarani das Missões	8.400	6.300	7.350	12.150	15.600	17.940	6.480	(22,86)
Mato Queimado	1.680	2.310	3.000	8.250	7.560	11.160	3.600	114,29
Pirapó	3.600	3.360	3.780	4.032	3.780	5.076	3.780	5,00
Porto Xavier	270	315	240	405	252	288	240	(11,11)
Rolador	9.600	11.340	12.150	19.716	13.200	19.800	7.980	(16,88)
Roque Gonzales	2.730	1.500	4.800	12.690	9.600	10.800	3.600	31,87
Salvador das Missões	3.024	2.520	3.406	4.032	3.443	4.050	1.662	(45,04)
Santo Ângelo	17.028	11.130	14.310	40.500	32.550	59.658	14.700	(13,67)
Santo Antônio das Missões	29.700	28.320	21.660	28.800	25.080	19.800	18.000	(39,39)
São Luiz Gonzaga	59.400	63.480	62.100	100.800	72.000	118.560	36.480	(38,59)
São Miguel das Missões	43.200	39.000	42.300	64.680	52.800	83.868	25.920	(40,00)
São Nicolau	7.560	7.680	7.560	12.400	9.600	10.560	6.000	(20,63)
São Paulo das Missões	525	630	720	810	960	1.650	900	71,43
São Pedro do Butiá	2.016	1.344	2.700	4.860	3.780	5.400	1.440	(28,57)
Sete de Setembro	4.620	3.240	3.150	4.800	3.360	4.800	2.400	(48,05)
Ubiretama	1.800	840	1.260	2.280	1.680	2.400	1.008	(44,00)
Vitória das Missões	4.320	3.780	3.600	5.760	5.376	9.486	3.600	(16,67)
<b>COREDE Missões</b>	<b>334.563</b>	<b>300.135</b>	<b>318.126</b>	<b>538.642</b>	<b>420.725</b>	<b>657.984</b>	<b>253.389</b>	<b>(24,26)</b>
<b>RFP 7</b>	<b>840.376</b>	<b>760.175</b>	<b>853.372</b>	<b>1.202.064</b>	<b>839.579</b>	<b>1.445.920</b>	<b>558.047</b>	<b>(33,59)</b>
<b>ESTADO</b>	<b>2.198.902</b>	<b>1.912.138</b>	<b>2.116.952</b>	<b>2.744.936</b>	<b>1.866.254</b>	<b>3.351.150</b>	<b>1.670.623</b>	<b>(24,02)</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Um dos motivos para a redução de produção de trigo pode ser justificado pela baixa cotação do preço internacional do cereal, acarretando em uma perda de rentabilidade e, por consequência, em um desestímulo à sua produção. Em 2014, de acordo com a Tabela 46, o VBP do trigo na região das Missões alcançou R\$ 60,58 milhões, representando uma perda de rentabilidade de -57,65% em relação ao ano de 2008 (R\$ 143,07 milhões).

**Tabela 46 - Valor Bruto da Produção do Trigo – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.**

Valor Bruto de Produção do Trigo - COREDE Missões - em R\$ mil - 2008 a 2014								
Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	5.354	6.759	5.513	8.047	9.022	20.347	8.344	55,85
Caibaté	1.570	990	1.225	7.722	9.187	15.309	3.072	95,67
Cerro Largo	1.985	1.188	1.860	2.419	2.817	4.373	854	(56,98)
Dezesseis de Novembro	288	444	439	860	672	572	154	(46,53)
Entre-Ijuís	5.964	4.882	6.352	12.636	14.692	33.544	239	(95,99)
Eugênio de Castro	7.848	6.598	6.806	15.210	15.858	28.067	1.654	(78,92)
Garruchos	5.925	3.706	4.467	6.544	4.440	8.718	-	47,13*
Giruá	28.776	17.319	19.828	29.484	33.931	45.927	1.575	(94,53)
Guarani das Missões	3.662	2.309	2.779	4.739	9.095	10.172	277	(92,44)
Mato Queimado	732	777	1.134	3.218	4.410	6.328	1.440	96,72
Pirapó	1.489	1.232	1.406	1.613	2.002	2.959	1.305	(12,36)
Porto Xavier	112	115	89	162	130	168	83	(25,89)
Rolador	4.186	4.156	4.594	7.689	7.700	11.227	3.192	(23,75)
Roque Gonzales	1.129	550	1.786	5.076	5.102	6.296	1.275	12,93
Salvador das Missões	1.251	924	1.267	1.613	1.810	2.361	574	(54,12)
Santo Ângelo	7.424	4.079	5.409	15.795	18.987	33.826	5.883	(20,76)
Santo Antônio das Missões	11.837	10.974	8.083	11.513	12.433	11.265	-	(4,83)*
São Luiz Gonzaga	25.898	23.267	23.480	39.312	42.000	67.224	14.599	(43,63)
São Miguel das Missões	18.835	14.295	15.989	25.225	30.800	47.553	10.368	(44,95)
São Nicolau	3.127	2.811	2.812	4.960	4.862	6.156	2.071	(33,77)
São Paulo das Missões	217	231	268	324	508	962	311	43,32
São Pedro do Butiá	834	493	1.004	1.944	2.016	3.148	497	(40,41)
Sete de Setembro	2.014	1.188	1.191	1.872	1.959	2.722	961	(52,28)
Ubiretama	730	238	469	1.064	792	1.400	416	(43,01)
Vitória das Missões	1.884	1.385	1.361	2.246	3.136	5.379	1.440	(23,57)
<b>COREDE Missões</b>	<b>143.071</b>	<b>110.910</b>	<b>119.611</b>	<b>211.287</b>	<b>238.361</b>	<b>376.003</b>	<b>60.584</b>	<b>(57,65)</b>
<b>RFP 7</b>	<b>339.535</b>	<b>271.543</b>	<b>319.070</b>	<b>487.455</b>	<b>423.563</b>	<b>854.370</b>	<b>199.218</b>	<b>(41,32)</b>
<b>ESTADO</b>	<b>880.401</b>	<b>716.277</b>	<b>811.811</b>	<b>1.105.034</b>	<b>914.257</b>	<b>2.003.225</b>	<b>676.117</b>	<b>(23,20)</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

\*Variação do VBP de 2010 a 2013.

Além da produção de grãos, a região missioneira também é caracterizada pela produção de cana-de-açúcar e por sua bacia leiteira. Nesse sentido, o volume regional produtivo de cana-de-açúcar, em 2014, é o equivalente a 173 mil toneladas, representando mais da metade da produção da RFP 7 (309 mil toneladas) e mais de 15% da produção estadual (1,043 milhão de toneladas). No entanto, no período considerado, esta cultura vem perdendo volume na produção regional, recuando 39,81%, o que entretanto não representa uma exclusividade do COREDE Missões, pois a RFP 7 e o Rio Grande do Sul, perderam, respectivamente, 32,84% e 27,09 da produção de cana-de-açúcar, o que constata-se na Tabela 47.

Tal resultado pode ser explicado, parcialmente, pelo esvaziamento da política pública nacional voltada à produção de biocombustíveis alternativos (etanol), proveniente da cana-de-açúcar e a cotação de preços do produto no mercado interno.

**Tabela 47** - Produção de Cana-de-açúcar – em toneladas – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.

Municípios	Produção de Cana de Açúcar - COREDE Missões - em toneladas - 2008 a 2014							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	2.660	2.940	3.080	3.360	2.850	2.700	2.550	(4,14)
Caibatê	1.050	1.050	1.050	1.050	1.050	1.050	1.050	-
Cerro Largo	4.050	1.800	9.000	6.000	2.400	4.800	4.800	18,52
Dezesseis de Novembro	6.000	6.000	7.500	2.400	2.240	2.240	2.240	(62,67)
Entre-Ijuís	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	600	(80,00)
Eugênio de Castro	1.200	1.200	1.200	1.200	1.800	900	900	(25,00)
Garruchos	4.160	3.900	4.290	4.160	3.080	3.000	2.750	(33,89)
Giruí	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	2.500	(50,00)
Guarani das Missões	7.500	7.500	7.500	7.500	4.500	4.500	5.000	(33,33)
Mato Queimado	700	700	700	700	700	700	175	(75,00)
Pirapó	2.550	1.800	4.500	4.500	2.250	4.500	4.500	76,47
Porto Xavier	60.000	33.600	70.200	49.600	11.900	42.000	42.700	(28,83)
Rolador	3.000	2.500	3.000	3.000	3.000	2.700	900	(70,00)
Roque Gonzales	132.000	77.000	120.000	97.500	28.000	66.000	71.500	(45,83)
Salvador das Missões	1.680	1.440	2.400	2.400	960	2.000	2.500	48,81
Santo Ângelo	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	1.200	(90,00)
Santo Antônio das Missões	2.600	2.730	2.860	3.120	2.925	2.875	2.375	(8,65)
São Luiz Gonzaga	18.000	18.000	25.000	25.000	6.000	6.000	5.000	(72,22)
São Miguel das Missões	1.000	1.000	4.000	4.000	4.000	4.000	1.500	50,00
São Nicolau	2.280	1.520	1.800	1.800	675	1.800	1.800	(21,05)
São Paulo das Missões	3.600	2.000	7.500	6.000	2.250	6.000	6.000	66,67
São Pedro do Butiá	4.250	2.550	5.100	4.250	1.600	1.750	1.750	(58,82)
Sete de Setembro	1.800	1.800	108	1.800	1.500	1.500	600	(66,67)
Ubiretama	4.800	4.800	4.800	4.800	4.800	4.800	8.000	66,67
Vitória das Missões	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	1.000	1.000	(75,00)
<b>COREDE Missões</b>	<b>288.880</b>	<b>199.830</b>	<b>309.588</b>	<b>258.140</b>	<b>112.480</b>	<b>186.815</b>	<b>173.890</b>	<b>(39,81)</b>
<b>RFP 7</b>	<b>460.720</b>	<b>326.302</b>	<b>501.008</b>	<b>444.020</b>	<b>212.233</b>	<b>328.700</b>	<b>309.390</b>	<b>(32,84)</b>
<b>ESTADO</b>	<b>1.431.081</b>	<b>1.254.475</b>	<b>1.503.000</b>	<b>1.384.967</b>	<b>981.594</b>	<b>1.126.122</b>	<b>1.043.336</b>	<b>(27,09)</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Importante destacar que, a produção de cana-de-açúcar está concentrada nos municípios de Roque Gonzales e Porto Xavier. Respectivamente, são responsáveis pela produção de 71,5 mil toneladas e 42,7 mil toneladas, em 2014. Em relação ao valor bruto de produção gerado pela cana-de-açúcar, verifica-se que o território missioneiro apresentou perda de rentabilidade, totalizando, em 2014, um montante de R\$ 10,63 milhões, contra R\$ 15,95 milhões, em 2008 (queda de 33,31%).

**Tabela 48 - Valor Bruto da Produção da Cana-de-açúcar – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.**

Valor Bruto de Produção da Cana de Açúcar - COREDE Missões - em R\$ mil - 2008 a 2014								
Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	226	259	271	259	231	232	102	(54,87)
Caibaté	137	146	172	134	84	89	84	(38,69)
Cerro Largo	126	56	297	235	96	240	241	91,27
Dezesseis de Novembro	780	835	1.230	307	179	190	179	(77,05)
Entre-Ijuís	390	417	492	384	240	255	27	(93,08)
Eugênio de Castro	156	167	197	154	144	77	13	(91,67)
Garruchos	333	335	378	324	255	270	-	(18,92)*
Giruí	650	695	820	640	400	425	-	(34,62)*
Guarani das Missões	975	1.043	1.230	960	360	383	277	(71,59)
Mato Queimado	91	97	115	90	56	60	14	(84,62)
Pirapó	79	56	149	176	90	225	226	186,08
Porto Xavier	1.860	1.042	2.317	1.942	476	2.100	2.210	18,82
Rolador	390	348	492	384	240	230	72	(81,54)
Roque Gonzales	4.092	2.387	3.960	3.816	1.120	3.300	3.629	(11,31)
Salvador das Missões	52	45	79	94	38	100	125	140,38
Santo Ângelo	1.560	1.669	1.968	1.536	960	1.020	96	(93,85)
Santo Antônio das Missões	208	240	252	231	248	253	1.680	707,69
São Luiz Gonzaga	2.340	2.504	4.100	3.200	480	510	400	(82,91)
São Miguel das Missões	130	139	656	512	320	340	120	(7,69)
São Nicolau	71	47	59	71	27	90	90	26,76
São Paulo das Missões	112	62	248	235	90	300	300	167,86
São Pedro do Butiá	132	79	168	167	64	88	88	(33,33)
Sete de Setembro	234	250	18	230	120	128	48	(79,49)
Ubiretama	308	318	288	325	384	384	538	74,68
Vitória das Missões	520	556	1.116	512	320	85	80	(84,62)
<b>COREDE Missões</b>	<b>15.952</b>	<b>13.792</b>	<b>21.072</b>	<b>16.918</b>	<b>7.022</b>	<b>11.374</b>	<b>10.639</b>	<b>(33,31)</b>
<b>RFP 7</b>	<b>26.084</b>	<b>21.738</b>	<b>33.546</b>	<b>27.313</b>	<b>13.340</b>	<b>20.432</b>	<b>18.167</b>	<b>(30,35)</b>
<b>ESTADO</b>	<b>112.747</b>	<b>114.789</b>	<b>142.586</b>	<b>127.641</b>	<b>106.884</b>	<b>122.611</b>	<b>108.252</b>	<b>(3,98)</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

\*Variação do VBP de 2010 a 2013.

Já a bacia leiteira do COREDE Missões, no período em análise, demonstrou crescente evolução. Em 2014, a região foi responsável pela produção de, aproximadamente, 250 milhões de litros de leite, evidenciando um crescimento de 40,6% em relação ao ano de 2008 (177 milhões de litros), enquanto que a RFP 7 e o Estado, tiveram um incremento na ordem de 50,92% e 41,34%, respectivamente. Os municípios da região das Missões que detém a maior produção leiteira são Entre-Ijuís, Cerro Largo e São Paulo das Missões.

**Tabela 49 - Produção de Leite – em milhões de litros – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.**

Municípios	Produção de Leite - COREDE Missões - em milhões de litros - 2008 a 2014							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	3.206	3.278	3.674	4.046	3.874	4.175	4.344	35,50
Caibaté	4.930	4.953	4.984	5.079	5.110	6.000	7.500	52,13
Cerro Largo	16.300	16.911	16.840	17.530	17.812	19.658	20.731	27,18
Dezesseis de Novembro	1.920	2.302	2.299	2.300	2.395	2.700	1.700	(11,46)
Entre-Ijuís	7.700	7.474	7.539	7.510	7.510	9.000	24000	211,69
Eugênio de Castro	4.308	4.334	4.559	4.542	4.580	5200	10000	132,13
Garruchos	2.189	2.166	2.295	2.574	2.651	2.494	2.767	26,40
Giruá	13.120	12.905	12.942	12.996	13.040	15.000	18.500	41,01
Guarani das Missões	9.060	9.022	9.038	8.971	9.101	10.500	11.000	21,41
Mato Queimado	5980	6747	6766	6693	6810	8000	8500	42,14
Pirapó	3.111	3.415	3.311	3.441	3.380	3.631	3.767	21,09
Porto Xavier	3.131	3.331	3.301	3.360	3.285	3.597	4.020	28,39
Rolador	2.890	3.083	3.091	3.050	3.064	3.500	5000	73,01
Roque Gonzales	9.561	9.641	9.581	9.840	8.800	9.100	10.080	5,43
Salvador das Missões	11.780	11.431	11.221	11.661	11871	11.950	12.293	4,35
Santo Ângelo	12.800	14.311	14.350	14.810	14.830	17.000	17.000	32,81
Santo Antônio das Missões	6.265	6.268	6.632	7.293	6.782	7.136	8.914	42,28
São Luiz Gonzaga	4.076	4.849	4.670	4.681	4.830	5.500	6.000	47,20
São Miguel das Missões	6.040	6.444	6.460	6.490	6.661	7.500	11.000	82,12
São Nicolau	3.101	3.005	3.101	3.361	3850	3.921	4.091	31,93
São Paulo das Missões	15.060	15.871	15.801	16.920	18.851	19.551	19.975	32,64
São Pedro do Butiá	12.034	12.270	12.480	12.451	13.500	13.600	13.720	14,01
Sete de Setembro	4.030	3.899	3911	3.930	3.919	4.500	6000	48,88
Ubiretama	11.442	12.014	10.900	11.345	11.629	12.036	12.577	9,92
Vitória das Missões	3.760	3.434	3.482	3.498	3.489	4.000	6.500	72,87
<b>COREDE Missões</b>	<b>177.794</b>	<b>183.358</b>	<b>183.228</b>	<b>188.372</b>	<b>191.624</b>	<b>209.249</b>	<b>249.979</b>	<b>40,60</b>
<b>RFP 7</b>	<b>833.691</b>	<b>878.014</b>	<b>970.437</b>	<b>1.088.467</b>	<b>1.111.822</b>	<b>1.185.531</b>	<b>1.258.172</b>	<b>50,92</b>
<b>ESTADO</b>	<b>3.314.586</b>	<b>3.400.189</b>	<b>3.633.836</b>	<b>3.879.461</b>	<b>4.049.495</b>	<b>4.508.528</b>	<b>4.684.959</b>	<b>41,34</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

O VBP gerado pela produção de leite, visualizado na Tabela 50, destaca uma significativa alta de rentabilidade, tanto em consideração a região missioneira (R\$ 221,52 milhões), quanto em relação a RFP 7 e ao Estado. Respectivamente, houve um crescimento de 150,87%, 153,06% e 132,98%. Tal dado representa um ganho de significância desta produção, na composição da renda gerada no setor agropecuário.

**Tabela 50** - Valor Bruto da Produção do Leite – em R\$ mil – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.

Municípios	Valor Bruto de Produção do Leite - COREDE Missões - em R\$ mil - 2008 a 2014							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	1.539	1.737	2.241	2.589	2.712	3.423	3.736	142,76
Caibaté	1.972	3.219	3.339	3.555	4.088	5.340	6.450	227,08
Cerro Largo	9.780	10.992	11.283	13.498	14.250	17.495	19.279	97,13
Dezesseis de Novembro	768	1.497	1.540	1.610	1.916	2.403	1.462	90,36
Entre-Ijuís	3.080	4.858	5.051	5.257	6.008	8.010	20.640	570,13
Eugênio de Castro	1.723	2.817	3.054	3.179	3.664	4.628	8.600	399,13
Garruchos	1.051	1.126	1.354	1.622	1.909	1.995	2.296	118,46
Giruí	5.248	8.388	8.671	9.097	10.432	13.350	15.910	203,16
Guarani das Missões	3.624	5.864	6.056	6.279	7.280	9.345	9.460	161,04
Mato Queimado	2.392	4.386	4.533	4.685	5.448	7.120	7.310	205,60
Pirapó	1.866	2.220	2.218	2.649	2.704	3.231	3.504	87,78
Porto Xavier	1.878	2.165	2.212	2.587	2.628	3.201	3.739	99,09
Rolador	1.156	2.004	2.071	2.135	2.451	3.115	4.300	271,97
Roque Gonzales	5.736	6.266	6.419	7.577	7.040	8.099	9.374	63,42
Salvador das Missões	7.068	7.430	7.518	8.979	9.496	10.636	11.432	61,74
Santo Ângelo	5.120	9.302	9.615	10.367	11.864	15.130	14.620	185,55
Santo Antônio das Missões	3.070	3.447	3.979	4.667	5.019	5.851	7.577	146,81
São Luiz Gonzaga	1.630	3.152	3.129	3.277	3.864	4.895	5.160	216,56
São Miguel das Missões	2.416	4.189	4.326	4.543	5.329	6.675	9.460	291,56
São Nicolau	1.860	1.953	2.077	2.588	3.080	3.489	3.804	104,52
São Paulo das Missões	9.036	10.316	10.587	13.029	15.080	17.400	18.577	105,59
São Pedro do Butiá	7.221	7.976	8.362	9.587	10.800	12.104	12.760	76,71
Sete de Setembro	1.612	2.534	2.620	2.751	3.135	4.005	5.160	220,10
Ubiretama	5.950	7.209	7.303	8.395	9.303	10.592	11.320	90,25
Vitória das Missões	1.504	2.232	2.333	2.449	2.791	3.560	5.590	271,68
<b>COREDE Missões</b>	<b>88.300</b>	<b>117.279</b>	<b>121.893</b>	<b>136.951</b>	<b>152.291</b>	<b>185.092</b>	<b>221.520</b>	<b>150,87</b>
<b>RFP 7</b>	<b>445.912</b>	<b>515.156</b>	<b>628.599</b>	<b>774.214</b>	<b>862.109</b>	<b>1.026.914</b>	<b>1.128.446</b>	<b>153,06</b>
<b>ESTADO</b>	<b>1.845.228</b>	<b>1.963.726</b>	<b>2.291.329</b>	<b>2.739.706</b>	<b>3.088.238</b>	<b>4.012.937</b>	<b>4.299.047</b>	<b>132,98</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

A partir desta análise mais específica, referente ao setor agropecuário (grãos, cana-de-açúcar e pecuária leiteira), é importante analisar também a composição do rebanho missioneiro (ver Tabela 51). Deste modo, o rebanho total da região do COREDE Missões está distribuído, em sua maior parte entre os rebanhos avícolas, bovinos (corte e leiteiro), suínos e ovinos. A pecuária está espalhada por todos os municípios da região, constituindo-se em um importante fator gerador e agregador de renda.

Quanto à criação de bovinos, a mesma está concentrada na região sul das Missões, que conta com áreas territoriais maiores e com a presença de vegetação com características do Bioma Pampa, ou seja, região de campos e pastagens naturais. O rebanho bovino regional alcançou, em 2014, um montante na ordem de 786.560 cabeças, enquanto que este total,

é correspondente a 52,37% do rebanho da RFP 7 e, 5,64% do rebanho bovino do Estado do Rio Grande do Sul. Os municípios de Santo Antônio das Missões, Bossoroca, Garruchos, São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões representam um montante de 438.590 cabeças de gado bovino, ou 55,76% do total do COREDE Missões. Importante salientar que esta produção, é dividida entre a bovinocultura de corte e leiteira.

Quando considerada esta divisão (bovinocultura de corte e leiteira), há novamente ponderações e destaques que precisam ser abordados, no que tange a heterogeneidade do território missioneiro. A bovinocultura de corte está mais concentrada na região sul, onde encontram-se os maiores rebanhos e áreas territoriais, e, a bovinocultura leiteira está concentrada no centro-leste e centro-norte das Missões, representadas por uma característica de pequenas propriedades rurais, basicamente oriundas da agricultura familiar, porém, com uma significativa produção e geração de renda. Essa produção está presente em maior proporção, nos municípios de Entre-Ijuís (24,0 milhões de litros/ano), Cerro Largo (20,7 milhões de litros/ano) e São Paulo das Missões (19,9 milhões de litros/ano) – em 2014.

Quanto ao rebanho avícola, o COREDE Missões detém, em 2014, um total de 630.319 cabeças. Este dado, representa 23,8% do total do rebanho da RFP 7 e 0,43% do rebanho avícola estadual. Os municípios missioneiros com maior produção são Santo Ângelo, Guarani das Missões, São Paulo das Missões, Porto Xavier e Entre-Ijuís. Já o rebanho suíno é equivalente a 319.050 cabeças, sendo que tal número representa 23,56% da produção da RFP 7 e, 5,22% da produção suínica estadual. Os maiores produtores de suínos são os municípios de São Pedro do Butiá, Santo Ângelo, Cerro Largo, São Paulo das Missões, Roque Gonzales e Salvador das Missões. Ambos rebanhos são caracterizados por uma produção intensiva.

Já em relação ao rebanho ovino, o mesmo está concentrado - assim como a produção de bovinos - na região sul do COREDE Missões, por aspectos competitivos já anteriormente mencionados, como área territorial (produção extensiva) e campos nativos (Bioma Pampa). A região conta com um rebanho ovino na ordem de 176.317 cabeças, o que corresponde a 81,79% da produção da RFP 7 e, 4,17% do rebanho ovino estadual. Os maiores produtores de ovinos são os municípios de Bossoroca e Santo Antônio das Missões, que juntos somam 116.073 cabeças e representam 65,83% do total regional. Os dados referentes ao efetivo de rebanho e a sua evolução, entre 2008 e 2014, dos municípios que compõem o COREDE Missões encontram-se em Anexo.

**Tabela 51 - Efetivo de Rebanho – cabeças – municípios e COREDE Missões – 2014.**

Efetivo de Rebanhos COREDE Missões - cabeças – 2014								
Municípios	Aves	% COREDE	Bovinos	% COREDE	Suínos	% COREDE	Ovinos	% COREDE
Bossoroca	17.514	2,78	115.331	14,66	9.338	2,93	73.353	41,60
Caibaté	14.000	2,22	11.500	1,46	1.700	0,53	1.800	1,02
Cerro Largo	31.800	5,05	12.920	1,64	44.500	13,95	880	0,50
Dezesseis de Novembro	16.000	2,54	18.000	2,29	1.600	0,50	2.900	1,64
Entre-Ijuís	40.000	6,35	23.000	2,92	4.000	1,25	3.500	1,99
Eugênio de Castro	7.000	1,11	13.500	1,72	300	0,09	1.800	1,02
Garruchos	8.885	1,41	61.137	7,77	295	0,09	11.002	6,24
Girúá	31.000	4,92	21.000	2,67	14.000	4,39	2.000	1,13
Guarani das Missões	50.000	7,93	16.000	2,03	9.000	2,82	450	0,26
Mato Queimado	10.000	1,59	7.600	0,97	2.500	0,78	300	0,17
Pirapó	22.100	3,51	23.910	3,04	1.940	0,61	3.580	2,03
Porto Xavier	43.250	6,86	24.170	3,07	7.150	2,24	1.520	0,86
Rolador	13.000	2,06	13.200	1,68	8.500	2,66	1.400	0,79
Roque Gonzales	36.200	5,74	29.980	3,81	29.500	9,25	1.032	0,59
Salvador das Missões	15.400	2,44	8.160	1,04	23.500	7,37	84	0,05
Santo Ângelo	55.000	8,73	25.000	3,18	45.000	14,10	1.600	0,91
Santo Antônio das Missões	7.670	1,22	152.122	19,34	629	0,20	42.720	24,23
São Luiz Gonzaga	38.000	6,03	58.000	7,37	8.500	2,66	9.000	5,10
São Miguel das Missões	21.000	3,33	52.000	6,61	3.000	0,94	9.000	5,10
São Nicolau	22.400	3,55	35.780	4,55	5.600	1,76	7.200	4,08
São Paulo das Missões	48.200	7,65	23.690	3,01	35.200	11,03	70	0,04
São Pedro do Butiá	31.500	5,00	8.820	1,12	53.000	16,61	168	0,10
Sete de Setembro	14.000	2,22	7.000	0,89	6.000	1,88	200	0,11
Ubiretama	13.400	2,13	10.240	1,30	2.498	0,78	158	0,09
Vitória das Missões	23.000	3,65	14.500	1,84	1.800	0,56	600	0,34
<b>COREDE</b>	<b>630.319</b>	<b>100,0</b>	<b>786.560</b>	<b>100,0</b>	<b>319.050</b>	<b>100,0</b>	<b>176.317</b>	<b>100,0</b>
<b>RFP 7</b>	<b>2.648.779</b>	<b>23,80</b>	<b>1.502.037</b>	<b>52,37</b>	<b>1.353.976</b>	<b>23,56</b>	<b>215.575</b>	<b>81,79</b>
<b>ESTADO</b>	<b>146.094.185</b>	<b>0,43</b>	<b>13.956.953</b>	<b>5,64</b>	<b>6.108.876</b>	<b>5,22</b>	<b>4.223.266</b>	<b>4,17</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

A próxima subseção abordará os aspectos referentes ao processo de agroindustrialização da produção, como importante fator agregador de renda para os produtores rurais.

## 6.6.2 Agroindústria Familiar

A Agroindústria Familiar torna-se um significativo setor no apoio ao desenvolvimento econômico regional, tornando-se instrumento de melhoria econômica e social.

Prezotto (2002, p. 138) argumenta que:

“[...] o processo de agroindustrialização familiar rural além de ser um instrumento de promoção da “re-inclusão” social e econômica com capacidade de reversão do processo de modernização da agricultura (que penaliza a agricultura familiar), possui a capacidade de promover o desenvolvimento rural sustentável, através do “reinício da construção da cidadania, bem como da oportunidade de resgate de valores e saberes”.

Não menos importante, é o caráter de inclusão social das minorias que a Agroindústria Familiar permite, nesse intuito, exalta Bianchini (2015) o fortalecimento do fenômeno de inclusão que a mesma representa. A autora lembra o papel de inclusão da mão de obra feminina, dos idosos e da juventude que as agroindústrias possuem, conferindo-lhes importância ímpar tanto nas etapas de produção - dados os saberes culturais herdados, incorporados e repassados - como também no processo de comercialização, que incorpora os nexos de uma sociedade moderna incorporada pelos jovens.

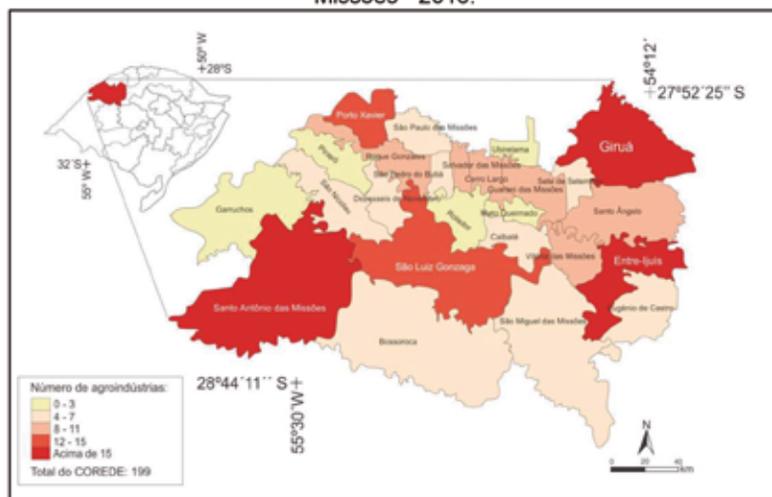
A região do COREDE através do Programa de Economia da Cooperação do Governo do Estado do RS, construiu conjuntamente com sua população, o Arranjo Produtivo Local da Agroindústria Familiar (APL-AF), justificando-se pela tradição agrícola do seu processo de colonização regional, através da produção de produtos utilizados na sobrevivência e manutenção da família e dos saberes acumulados ao longo do tempo. Essa opção de agregar valor ao produto primário nas últimas décadas, torna-se uma orientação com viés mercadológico, capaz de apoiar estratégias de desenvolvimento regional, através dos sistemas de produção e comercialização de cadeias curtas, com caráter endógeno.

Polacinski et al. (2014), ressalta que em uma área com baixo grau de desenvolvimento, a agroindústria familiar torna-se um significativo potencial de desenvolvimento com amplo impacto no combate à pobreza da região. O autor ainda evidencia que a tradição agrícola da região pode ser o ponto de partida para o desenvolvimento de empreendimentos voltados para a agregação de valor aos produtos primários, destacando a produção de subprodutos do leite, da soja, dos farináceos, e da crescente procura no mercado nacional e

internacional, dos subprodutos da cana-de-açúcar (álcool, melado, bebidas).

Outro aspecto relevante considerado por Polacinski et al. (2014), é o estabelecimento de mecanismos de comercialização dos produtos agrícolas e agroindustriais que possuem a capacidade de ampliar a renda dos pequenos agricultores, reduzir os custos e aumentar a qualidade da alimentação nas áreas urbanas, além de ampliar o dinamismo econômico da região. Além disso, há um grande potencial de comercialização de produtos orgânicos, constituindo-se em um nicho de mercado pouco explorado em termos regionais.

**Figura 25 – Distribuição do Número de Agroindústrias por Municípios do COREDE Missões - 2016.**



Fonte: Adaptado pelos autores, com base em dados do Programa Estadual de Agricultura Familiar-PEAF (2016).

A Figura 25 demonstra a significativa disparidade na distribuição de agroindústrias por municípios do COREDE Missões, indicando que 72% do número total de municípios da região possuem até 10 agroindústrias, e, 20% possuem entre 11 a 20 agroindústrias. Destacam-se ainda, positiva e negativamente, respectivamente, os municípios de Entre-Ijuís e Pirapó. O primeiro é o único município que conta com mais de 20 agroindústrias e, o segundo, não possui nenhuma atividade agroindustrial.

Atualmente na região das Missões o número de agroindústrias formais da agricultura familiar é inferior a 200 unidades, demonstrando que esse número vem se reduzindo. Comparativamente ao período de 2013, houve uma redução de aproximadamente 25% no número de agroindústrias.

Conforme dados da PEA(2016), dezenove (19) municípios (do universo de 25 municípios) da região das Missões registraram redução do número de unidades de transformação de produtos; em um (1) município o

número manteve-se constante, e; em cinco (5) municipalidades a quantidade de agroindústrias se elevou.

Segundo os dados do Programa Estadual de Agricultura Familiar (PEAF, 2016)<sup>31</sup> embora a região noroeste do Rio Grande do Sul seja um dos territórios com maior número de agroindústrias, o mesmo apresenta um dos cinco menores percentuais de formalização das agroindústrias, demonstrando que apenas 38% do total de agroindústrias são formalizadas.

A importância da formalização das agroindústrias, amplia as possibilidades de comercialização da unidade produtiva, além das fronteiras municipais e regionais, elevando o potencial de agregação e geração de emprego e renda.

### **6.6.3 Setor Industrial**

O valor adicionado bruto do setor industrial da região do COREDE Missões está representado nas Tabelas 52 e 53. Convém destacar que a estrutura industrial da região está além dos setores agropecuários e de serviços. No entanto, é extremamente importante na agregação de valor dos produtos agropecuários (beneficiamento, processamento e transformação) e na geração de emprego e renda. Em 2013, o VAB industrial regional foi de R\$ 593,75 milhões. No período entre 2010 e 2013, o crescimento absoluto deste setor na região das Missões foi de 43,10%, contra 53,70% da RFP 7 e 20,87% da estadual. Outro aspecto importante faz-se referência ao ano de 2012, onde a região foi acometida por uma quebra de safra, mas, no entanto, o desempenho industrial não refletiu o revés evidenciado no setor agropecuário em sua geração de valor, demonstrando um crescimento de 8,32%.

<sup>31</sup> Estes dados estão disponíveis no Programa Estadual de Agricultura Familiar- PEAF (2016).

**Tabela 52 - Valor Adicionado Bruto Industrial – em R\$ mil – variação % dos municípios do COREDE Missões – 2010 a 2013.**

Valor Adicionado Bruto Industrial (R\$ mil) - Variação Percentual dos Municípios - 2010-2013								
Município/ano	2010	Var. 10/11 (%)	2011	Var. 11/12 (%)	2012	Var. 12/13 (%)	2013	Var. 10/13 (%)
Bossoroca	5.274	7,58	5.674	(5,57)	5.358	53,30	8.214	55,75
Caibaté	3.544	24,01	4.395	23,19	5.414	26,43	6.845	93,14
Cerro Largo	36.715	15,40	42.370	3,67	43.923	10,32	48.454	31,97
D. de Novembro	794	(0,50)	790	(4,94)	751	(5,33)	711	(10,45)
Entre-Ijuís	6.781	11,77	7.579	11,82	8.475	45,13	12.300	81,39
Eugênio de Castro	6.108	19,84	7.320	14,18	8.358	29,01	10.783	76,54
Garruchos	2.403	20,81	2.903	(17,36)	2.399	54,98	3.718	54,72
Giruá	51.973	13,85	59.169	(2,46)	57.716	(3,19)	55.875	7,51
Guarani das Missões	31.437	9,48	34.417	25,14	43.071	7,45	46.278	47,21
Mato Queimado	999	19,62	1.195	(12,05)	1.051	56,04	1.640	64,16
Pirapó	901	53,61	1.384	(24,13)	1.050	10,19	1.157	28,41
Porto Xavier	6.097	(17,68)	5.019	2,03	5.121	3,34	5.292	(13,20)
Rolador	1.490	24,09	1.849	(24,39)	1.398	82,26	2.548	71,01
Roque Gonzales	4.017	24,77	5.012	(23,14)	3.852	21,88	4.695	16,88
Salvador das Missões	8.906	19,16	10.612	25,30	13.297	(20,62)	10.555	18,52
Santo Ângelo	173.903	34,29	233.539	6,99	249.874	(2,32)	244.076	40,35
S. A. das Missões	6.475	7,80	6.980	(11,68)	6.165	73,71	10.709	65,39
São L. Gonzaga	43.777	25,76	55.053	32,27	72.817	16,84	85.081	94,35
São M. das Missões	7.269	16,73	8.485	(40,37)	5.060	174,49	13.889	91,07
São Nicolau	2.339	9,45	2.560	8,63	2.781	25,17	3.481	48,82
São P. das Missões	6.238	17,15	7.308	18,42	8.654	(9,37)	7.843	25,73
São Pedro do Butiá	3.182	21,97	3.881	13,79	4.416	(7,77)	4.073	28,00
Sele de Setembro	2.020	(11,78)	1.782	(11,00)	1.586	38,08	2.190	8,42
Ubiretama	759	20,95	918	(4,47)	877	40,36	1.231	62,19
Vitória das Missões	1.504	8,44	1.631	(41,57)	953	120,36	2.100	39,63
<b>COREDE</b>	<b>414.917</b>	<b>23,36</b>	<b>511.837</b>	<b>8,32</b>	<b>554.428</b>	<b>7,09</b>	<b>593.750</b>	<b>43,10</b>
<b>RFP 7</b>	<b>2.362.969</b>	<b>15,26</b>	<b>2.723.604</b>	<b>6,89</b>	<b>2.911.355</b>	<b>24,75</b>	<b>3.631.897</b>	<b>53,70</b>
<b>ESTADO</b>	<b>57.499.409</b>	<b>6,86</b>	<b>61.446.640</b>	<b>6,42</b>	<b>65.393.614</b>	<b>6,28</b>	<b>69.500.269</b>	<b>20,87</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Em 2013, como podem ser visualizados na Tabela 52, os municípios da região do COREDE Missões que detêm o maior potencial industrial são: Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá, Cerro Largo e Guarani das Missões. Por outro lado, os municípios que apresentaram maior crescimento absoluto, entre 2010 e 2013, foram São Luiz Gonzaga (94,35%), Caibaté (93,14%), São Miguel das Missões (91,07%) e Entre-Ijuís (81,39%).

Quando a análise se remete a participação do setor industrial da região das Missões, frente à RFP7 e Estado, evidencia-se que no período de 2010 a 2013, houve uma perda de participação na primeira e, um ganho de representatividade na segunda, correspondendo, respectivamente, a 16,35% e 0,85%, em 2013.

Os municípios que possuem a maior representatividade regional no VAB industrial são Santo Ângelo (41,11%), São Luiz Gonzaga (14,33%), Giruá (9,41%), Cerro Largo (8,16%) e Guarani das Missões (7,79%), no ano de 2013. Conjuntamente, estes municípios são correspondentes a 80,79% ou R\$ 479,69 milhões do valor gerado no setor industrial regional.

**Tabela 53 - Valor Adicionado Bruto Industrial – em R\$ mil – participação dos municípios em relação ao COREDE Missões – 2010 a 2013.**

Valor Adicionado Bruto Industrial (R\$ mil) - Participação dos Municípios em relação ao COREDE Missões - 2010-2013								
Município/ano	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Bossoroca	5.274	1,27	5.674	1,11	5.358	0,97	8.214	1,38
Caibaté	3.544	0,85	4.395	0,86	5.414	0,98	6.845	1,15
Cerro Largo	36.715	8,85	42.370	8,28	43.923	7,92	48.454	8,16
Dezesseis de Novembro	794	0,19	790	0,15	751	0,14	711	0,12
Entre-Ijuís	6.781	1,63	7.579	1,48	8.475	1,53	12.300	2,07
Eugênio de Castro	6.108	1,47	7.320	1,43	8.358	1,51	10.783	1,82
Garruchos	2.403	0,58	2.903	0,57	2.399	0,43	3.718	0,63
Giruá	51.973	12,53	59.169	11,56	57.716	10,41	55.875	9,41
Guarani das Missões	31.437	7,58	34.417	6,72	43.071	7,77	46.278	7,79
Mato Queimado	999	0,24	1.195	0,23	1.051	0,19	1.640	0,28
Pirapó	901	0,22	1.384	0,27	1.050	0,19	1.157	0,19
Porto Xavier	6.097	1,47	5.019	0,98	5.121	0,92	5.292	0,89
Rolador	1.490	0,36	1.849	0,36	1.398	0,25	2.548	0,43
Roque Gonzales	4.017	0,97	5.012	0,98	3.852	0,69	4.695	0,79
Salvador das Missões	8.906	2,15	10.612	2,07	13.297	2,40	10.555	1,78
Santo Ângelo	173.903	41,91	233.539	45,63	249.874	45,07	244.076	41,11
Santo Antônio das Missões	6.475	1,56	6.980	1,36	6.165	1,11	10.709	1,80
São Luiz Gonzaga	43.777	10,55	55.053	10,76	72.817	13,13	85.081	14,33
São Miguel das Missões	7.269	1,75	8.485	1,66	5.060	0,91	13.889	2,34
São Nicolau	2.339	0,56	2.560	0,50	2.781	0,50	3.481	0,59
São Paulo das Missões	6.238	1,50	7.308	1,43	8.654	1,56	7.843	1,32
São Pedro do Butiá	3.182	0,77	3.881	0,76	4.416	0,80	4.073	0,69
Sete de Setembro	2.020	0,49	1.782	0,35	1.586	0,29	2.190	0,37
Ubiretama	759	0,18	918	0,18	877	0,16	1.231	0,21
Vitória das Missões	1.504	0,36	1.631	0,32	953	0,17	2.100	0,35
<b>COREDE</b>	<b>414.917</b>	<b>100,00</b>	<b>511.837</b>	<b>100,00</b>	<b>554.428</b>	<b>100,00</b>	<b>593.750</b>	<b>100,00</b>
<b>RFP 7</b>	<b>2.362.969</b>	<b>17,56</b>	<b>2.723.604</b>	<b>18,79</b>	<b>2.911.355</b>	<b>19,04</b>	<b>3.631.897</b>	<b>16,35</b>
<b>ESTADO</b>	<b>57.499.409</b>	<b>0,72</b>	<b>61.446.640</b>	<b>0,83</b>	<b>65.393.614</b>	<b>0,85</b>	<b>69.500.269</b>	<b>0,85</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Há de se considerar que, as atividades industriais da região do COREDE Missões estão concentradas nos municípios que detém as maiores populações regionais, visto as condições de infraestrutura, rede de serviços e de qualificação de mão de obra, que estão disponíveis nestes locais.

A próxima subseção irá abordar a participação e relevância do setor de comércio e serviços, no território missioneiro.

## 6.6.4 Setor de Serviços

O setor de serviços da região das Missões é o eixo econômico que possui a maior representatividade na geração de valor, quando comparado aos setores agropecuário, agroindustrial e industrial. No entanto, é necessário ressaltar que a complexidade e dinamicidade do setor de serviços são provenientes, em grande parte, dos resultados agropecuário, agroindustriais e industriais, considerando a perspectiva transversal do agronegócio.

No período de 2010 a 2013, o crescimento absoluto do VAB de serviços chegou a 48,62%, representando um montante regional de R\$ 3,55 bilhões (2013 – ver Tabela 54). Assim como no VAB industrial, o de serviços não refletiu o revés da quebra de safra do setor agropecuário no ano de 2012, apresentando aumento absoluto de 7,66%. Os municípios que demonstraram maior crescimento neste setor foram São Miguel das Missões (74,89%), Entre-Ijuís (71,28%) e Caibaté (62,59%).

**Tabela 54 - Valor Adicionado Bruto de Serviços – em R\$ mil – variação % dos municípios do COREDE Missões – 2010 a 2013.**

Valor Adicionado Bruto Serviços (R\$ mil) - Variação Percentual dos Municípios - 2010-2013								
Município/ano	2010	Var. 10/11 (%)	2011	Var. 11/12 (%)	2012	Var. 12/13 (%)	2013	Var. 10/13 (%)
Bossoroca	67.557	5,99	71.604	(4,99)	68.034	37,43	93.500	38,40
Caibaté	38.604	17,09	45.203	8,20	48.908	28,33	62.765	62,59
Cerro Largo	250.389	6,58	266.862	23,77	330.305	18,31	390.772	56,07
D. de Novembro	13.991	7,60	15.054	5,79	15.925	15,84	18.448	31,86
Entre-Ijuís	72.123	23,31	88.938	(8,75)	81.157	52,21	123.529	71,28
E. de Castro	37.657	12,53	42.377	51,73	64.298	(10,25)	57.709	53,25
Garruchos	24.463	13,52	27.771	7,26	29.788	28,92	38.403	56,98
Giruá	190.804	14,54	218.544	1,00	220.721	27,73	281.929	47,76
G. das Missões	77.179	5,42	81.361	10,85	90.186	21,07	109.185	41,47
Mato Queimado	10.547	13,56	11.977	2,05	12.223	27,55	15.590	47,81
Pirapó	14.925	10,12	16.436	8,48	17.829	19,55	21.314	42,81
Porto Xavier	68.200	2,07	69.612	9,99	76.563	27,98	97.985	43,67
Rolador	15.926	20,32	19.162	(12,32)	16.802	47,30	24.750	55,41
R. Gonzales	43.684	9,15	47.681	9,58	52.248	11,39	58.197	33,22
S. das Missões	27.800	12,67	31.323	13,59	35.581	19,84	42.641	53,38
Santo Ângelo	842.063	7,75	907.292	9,46	993.122	21,16	1.203.217	42,89
S. A. Missões	65.751	22,46	80.521	(11,76)	71.051	37,17	97.462	48,23
S. L. Gonzaga	328.938	16,20	382.234	3,98	397.440	28,79	511.876	55,61
S. M. Missões	65.862	18,05	77.750	(6,56)	72.646	58,56	115.189	74,89
São Nicolau	32.834	5,20	34.541	14,81	39.656	15,85	45.941	39,92
S. P. Missões	39.589	3,56	40.998	12,17	45.986	17,57	54.066	36,57
São P. do Butiá	19.986	7,83	21.550	3,68	22.342	17,81	26.321	31,70
S. de Setembro	12.616	12,11	14.144	(9,15)	12.850	44,40	18.556	47,08
Ubiretama	13.790	10,86	15.288	8,95	16.657	25,20	20.855	51,23
V. das Missões	17.308	13,23	19.597	(6,07)	18.408	38,98	25.583	47,81
<b>COREDE</b>	<b>2.392.598</b>	<b>10,67</b>	<b>2.647.833</b>	<b>7,66</b>	<b>2.850.738</b>	<b>24,73</b>	<b>3.555.794</b>	<b>48,62</b>
<b>RFP 7</b>	<b>7.718.707</b>	<b>15,78</b>	<b>8.937.045</b>	<b>9,26</b>	<b>9.764.613</b>	<b>19,97</b>	<b>11.714.458</b>	<b>51,77</b>
<b>ESTADO</b>	<b>131.145.685</b>	<b>11,29</b>	<b>145.957.348</b>	<b>11,86</b>	<b>163.262.240</b>	<b>14,65</b>	<b>187.184.605</b>	<b>42,73</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

De acordo com a Tabela 55, o VAB de serviços do COREDE Missões, em 2013, representou 30,35% do montante total gerado na RFP 7 e 1,9% do Estado. Os municípios da região das Missões que detêm uma maior complexidade e peso da cadeia de comércio e serviços são: Santo Ângelo (33,84%), São Luiz Gonzaga (14,40%) e Cerro Largo (10,99%). Tal predomínio destas economias justifica-se por serem cidade pólo em saúde, educação e geração de emprego e renda, que de certo modo, proporciona a atração da população dos municípios arredores que não possuem dinamicidade na cadeia de serviços.

**Tabela 55 - Valor Adicionado Bruto de Serviços – em R\$ mil – participação dos municípios em relação ao COREDE Missões – 2010 a 2013.**

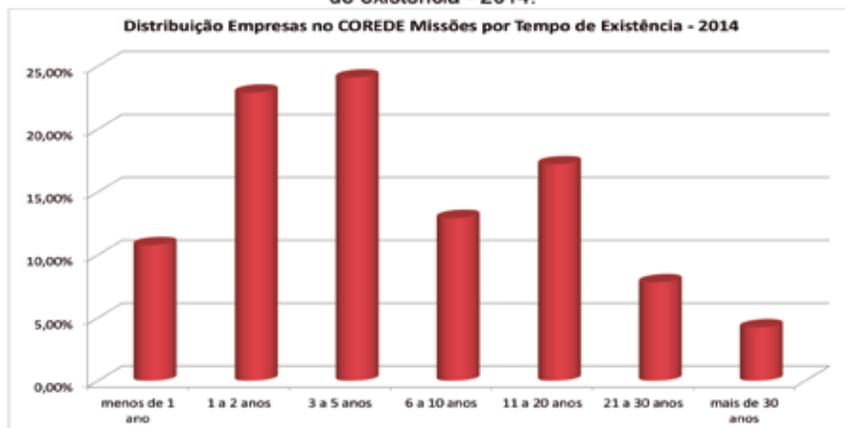
Valor Adicionado Bruto Serviços (R\$ mil) - Participação dos Municípios em relação ao COREDE Missões - 2010-2013								
Município/ano	2010	Part. (%)	2011	Part. (%)	2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
Bossoroca	67.557	2,82	71.604	2,70	68.034	2,39	93.500	2,63
Caibaté	38.604	1,61	45.203	1,71	48.908	1,72	62.765	1,77
Cerro Largo	250.389	10,47	266.862	10,08	330.305	11,59	390.772	10,99
Dezesseis de Novembro	13.991	0,58	15.054	0,57	15.925	0,56	18.448	0,52
Entre-Ijuís	72.123	3,01	88.938	3,36	81.157	2,85	123.529	3,47
Eugênio de Castro	37.657	1,57	42.377	1,60	64.298	2,26	57.709	1,62
Garruchos	24.463	1,02	27.771	1,05	29.788	1,04	38.403	1,08
Giruá	190.804	7,97	218.544	8,25	220.721	7,74	281.929	7,93
Guarani das Missões	77.179	3,23	81.361	3,07	90.186	3,16	109.185	3,07
Mato Queimado	10.547	0,44	11.977	0,45	12.223	0,43	15.590	0,44
Pirapó	14.925	0,62	16.436	0,62	17.829	0,63	21.314	0,60
Porto Xavier	68.200	2,85	69.612	2,63	76.563	2,69	97.985	2,76
Rolador	15.926	0,67	19.162	0,72	16.802	0,59	24.750	0,70
Roque Gonzales	43.684	1,83	47.681	1,80	52.248	1,83	58.197	1,64
Salvador das Missões	27.800	1,16	31.323	1,18	35.581	1,25	42.641	1,20
Santo Ângelo	842.063	35,19	907.292	34,27	993.122	34,84	1.203.217	33,84
Santo Antônio das Missões	65.751	2,75	80.521	3,04	71.051	2,49	97.462	2,74
São Luiz Gonzaga	328.938	13,75	382.234	14,44	397.440	13,94	511.876	14,40
São Miguel das Missões	65.862	2,75	77.750	2,94	72.646	2,55	115.189	3,24
São Nicolau	32.834	1,37	34.541	1,30	39.656	1,39	45.941	1,29
São Paulo das Missões	39.589	1,65	40.998	1,55	45.986	1,61	54.066	1,52
São Pedro do Butiá	19.986	0,84	21.550	0,81	22.342	0,78	26.321	0,74
Sete de Setembro	12.616	0,53	14.144	0,53	12.850	0,45	18.556	0,52
Ubiratama	13.790	0,58	15.288	0,58	16.657	0,58	20.855	0,59
Vitória das Missões	17.308	0,72	19.597	0,74	18.408	0,65	25.583	0,72
<b>COREDE</b>	<b>2.392.598</b>	<b>100,00</b>	<b>2.647.833</b>	<b>100,00</b>	<b>2.850.738</b>	<b>100,00</b>	<b>3.555.794</b>	<b>100,00</b>
<b>RFP 7</b>	<b>7.718.707</b>	<b>31,00</b>	<b>8.937.045</b>	<b>29,63</b>	<b>9.764.613</b>	<b>29,19</b>	<b>11.714.458</b>	<b>30,35</b>
<b>ESTADO</b>	<b>131.145.685</b>	<b>1,82</b>	<b>145.957.348</b>	<b>1,81</b>	<b>163.262.240</b>	<b>1,75</b>	<b>187.184.605</b>	<b>1,90</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Conforme dados do diagnóstico sobre o perfil dos municípios gaúchos elaborado pelo do SEBRAE RS (2016), a região das Missões

apresenta uma carência em relação ao tempo de existência de empresas. Na Figura 26, apresenta-se este perfil, verificando-se que mais de 57,8% das empresas possui até cinco anos de atuação; 17,22% das empresas têm entre 11 e 21 anos de existência, e; apenas 4,24% das empresas possuem mais de trinta anos de existência.

**Figura 26 - Distribuição percentual de empresas da região das Missões, por tempo de existência - 2014.**



Fonte: SEBRAE RS (2016).

Guardadas as devidas proporções, pode-se verificar com base nas informações supramencionadas, um baixo grau de empreendedorismo na região missioneira, o que por sua vez, pode parcialmente explicar a baixa geração de riqueza, quando comparada com outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

Na subseção seguinte, apresenta-se brevemente os aspectos relativos as finanças públicas da região do COREDE Missões.

### 6.6.5 Finanças Públicas

A análise da gestão pública dos municípios integrantes da região das Missões foi realizada pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal- IFGF (2016b). Esta ferramenta de controle social que tem por objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, possibilitando maior aprimoramento da gestão fiscal dos municípios, bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos.

Esse índice de uma maneira global demonstra que para o período em análise, de 2006 a 2013 (ver Quadro 07), a região das Missões teve uma tendência decrescente, com melhor desempenho comparativo até 2012. Já no ano de 2013, o índice torna-se inferior ao estadual.

IFGF								
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Estado do RS	0,49891	0,49734	0,53415	0,46991	0,51042	0,50972	0,50794	0,54487
Missões	0,55916	0,55367	0,5987	0,53246	0,56178	0,54503	0,5249	0,4843

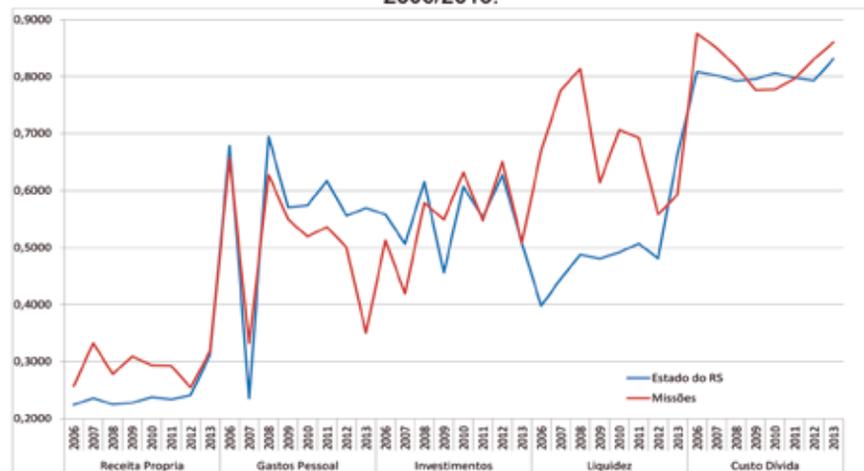
**Quadro 07** - Índice Firjan de Gestão Fiscal, para regiões selecionadas, no período 2006-2013.

Fonte: Elaborado pelos autores, baseados em dados da FIRJAN (2016b).

Quando se aprofunda esse debate, para entender quais os fatores desta oscilação, apresentam-se os elementos que compõem o IFGF, que são: Receita Própria, Gastos de Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo de Dívidas, que podem ser visualizados na Figura 27.

Através dessa breve análise, verifica-se que as quedas mais significativas, comprometendo os resultados da região, são oriundas da redução dos indicadores investimentos e gastos com pessoal dos municípios do COREDE Missões. Os demais indicadores tornam-se, relativamente, inferiores ao indicador estadual, no entanto, não por fator negativo, mas pela melhora dos indicadores estaduais em relação aos índices dos municípios da região missioneira.

**Figura 27** - Desempenho do IFGF, Região das Missões e Rio Grande do Sul – 2006/2013.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados em dados da FIRJAN (2016b).

O próximo aspecto do território missioneiro a ser investigada trata-se da dimensão institucional, analisada a seguir.

## 6.7 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Esse tópico visa apresentar os principais atores sociais nas suas formas de atuação e integração, em prol do fortalecimento do capital social da região das Missões. Adicionalmente, apresentam-se os dados relativos a consulta popular da referida região.

Dentre as diversas instituições que participam do processo de governança territorial, destacam-se:

a) Associações: Associação dos Municípios das Missões (AMM); Conselho Regional dos Secretários Municipais da Agricultura das Missões (CRESMA); Associação Regional de desenvolvimento e pesquisa (AREDE);

b) Universidades: URI – Campus Santo Ângelo; URI – Campus Cerro Largo; UFFS – Campus Cerro Largo; URI – São Luiz Gonzaga; UERGS – Unidade São Luiz Gonzaga, IFFAR Campus Santo Ângelo;

c) Centro Tecnológico URI/Santo Ângelo: Parque Científico e Tecnológico das Missões; Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – URINOVA; Núcleo de Inovação e Transferência Tecnológica – NITT; Pólo de Modernização Tecnológica das Missões;

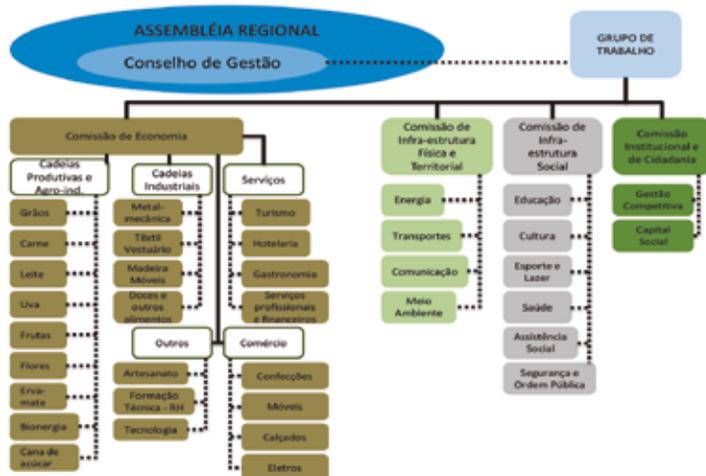
d) Sindicatos, Fundações e demais entidades: Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO); EMATER/RS – ASCAR Regional Missões; FETAG – Unidade I e II;

e) Rede Missioneira de Agricultura Familiar – REMAF;

f) Instituições de ensino profissionalizante: Escola Técnica Guaramano de Guarani das Missões; Escola Técnica Cruzeiro do Sul de São Luiz Gonzaga; Escola Técnica Aquilino de Santis de Santo Antônio das Missões;

g) Outros: Secretaria de Desenvolvimento Rural – Coordenadoria Regional Missões/Fronteira Noroeste; Secretaria Estadual de Saúde; Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – Coordenadoria Estadual de Inspeção Veterinária e Exótica (SEAPPA); Secretaria Municipal da Agricultura da Região das Missões; CODETER Missões/MDA; MST – Regional Missões; Poderes Legislativos e Executivos Municipais; COMUDES – Conselhos Municipais de Desenvolvimento.

**Figura 28 - Estrutura de Governança do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) do COREDE MISSÕES**



Fonte: COREDE Missões (2010, p. 11).

A estrutura de gestão do plano estratégico de desenvolvimento regional (PEDR) foi definida em reunião colegiada com os representantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Econômico (COMUDE's) e demais entidades e instituições sociais dos diversos segmentos da comunidade regional, no mês de maio de 2016, no auditório do prédio cinco (5) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Campus de Santo Ângelo, durante encontro para debater a respeito das questões da Consulta Popular. Nesta reunião formaram-se as comissões por eixos temáticos e foi constituída a estrutura de governança, bem como, definiu-se pela realização das reuniões municipais que debateriam sobre o PEDR.

Em seu propósito, a gestão do planejamento visa atingir as estratégias propostas e o monitoramento das ações a serem executadas nos programas e projetos regionais, cuja estrutura organizacional se dará via:

- Associação dos Municípios das Missões – AMM;
- Poder Legislativo Municipais;
- Presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios;
- Órgãos dos Poderes Executivos e Judiciários;
- COMUDE's – Conselhos Municipais de Desenvolvimento;
- Associações Comerciais, Clubes de Dirigentes Lojistas;
- Sindicatos Patronais;
- Sindicatos dos Trabalhadores;
- Cooperativas Regionais;

- Universidades, Faculdades e Centros de Ensino;
- EMATER/ASCAR;
- Coordenadorias Regionais dos Governos Estadual e Federal;
- Arranjo Produtivo Local - APL Missões.

A região das Missões em termos de governança, possui uma rede de coordenação bem estruturada, sendo que além das instituições de abrangência regional, conta também com uma articulação em escala municipal através dos COMUDEs. Tais conselhos municipais, são atuantes nos vinte e cinco (25) municípios, compreendendo a integralidade da região do COREDE Missões.

Além disto, tratar-se-á da participação missioneira na consulta popular, na busca de elementos que possam ajudar a entender as institucionalidades e (des)articulações geradas no território regional. Deste modo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) torna-se um instrumento fundamental para a região das Missões estruturar seu planejamento territorial.

Conforme Ortiz (2016) o desafio do planejamento territorial, precisa ser compreendido, não apenas em torno de uma racionalidade e uma técnica, mas também pensado como produto social e histórico, sujeito a circunstâncias territoriais e contingências próprias ao contexto econômico, social e cultural, onde está ou será desenvolvido. Ou seja, é preciso uma reflexão sobre o que, e quem o constrói, bem como quem controla a técnica do projeto, e, para que objetivo ou finalidade se utiliza.

A compreensão dessa construção envolve a dinâmica do desenvolvimento regional, a qual é alimentada por distintos processos que incidem e interagem no território para melhor entenderem as realidades e necessidades daquele local. Requer, como lembram Fernández e Brandão (2010), considerar na análise, a articulação das distintas escalas espaciais através das quais diferentes atores que se relacionam, dos distintos níveis de decisão que são tomados, e variados níveis de organização espacial que são promovidos.

Só assim se permite identificar e compreender as particularidades do desenvolvimento que ocorre em cada região ou como é requerido em cada parcela do território, em sua relação com os outros níveis escalares, promovendo verdadeiras arenas de discussões entre aqueles que pertencem e formam o seu território.

Córdoba (2010) explica que o desafio é repensar um conjunto de procedimentos, práticas sociais e políticas de planejamento territorial, a partir de bases mais horizontais – mais participativas e com perspectivas de ação e de avaliação que busquem integrar aos diferentes segmentos sociais e os distintos níveis escalares de gestão territorial, para que se consiga avançar em torno de um desenvolvimento regional.

Para tanto a participação efetiva da sociedade através de processos democráticos participativos é fundamental no processo de planejamento territorial, pois como Boisier (1995) nos ensina:

“[...] sin la participación de la región, como un verdadero ente social, la planificación regional solo consiste – como por lo demás prueba la experiencia histórica – en un procedimiento de arriba hacia abajo para asignar recursos financeiros o de outra índole entre espacios arbitraria o erróneamente llamados ‘regiones’” (BOISIER, 1995, p. 29).

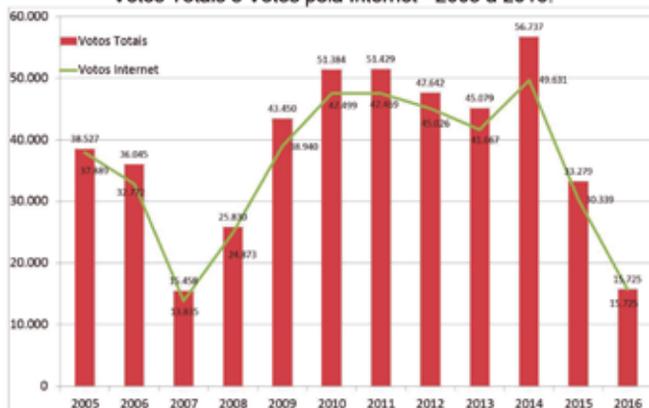
Para o exercício da chamada governança territorial, a atuação e interação dos diferentes atores da sociedade, oriundos das redes de poder socioterritorial constituídas a partir de interesses grupais de diferentes órgãos e corporações, é primaz a participação ativa dos atores locais. Para tanto, o exercício da governança territorial, efetiva-se nos processos de concertação social, pela elaboração dos consensos grupais ou corporativos, constituindo-se numa das condições básicas para que se efetive uma gestão territorial do tipo societária – explica-se a importância da participação popular (ORTIZ, 2016).

Fleury (2004) acrescenta que uma democracia participativa facilita a livre argumentação entre cidadãos iguais, contudo, é indispensável que se criem espaços públicos de representação, negociação e concertação, assim como, um redesenho do papel do Estado.

Dito isto, a região do COREDE Missões possui 196.783 eleitores, de um total de 8.392.033 do Rio Grande do Sul, perfazendo uma representatividade eleitoral estadual de 2,34%. Em termos de participação na consulta popular, a região das Missões, até 2015, apresentou uma taxa média da crescimento de aproximadamente 6% ao ano<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> O ano de 2016, torna-se atípico pela troca de governo no âmbito estadual, o qual implementou uma nova sistemática de voto, abolindo o voto físico, ocorrendo apenas com votos pela Internet ou SMS (tecnologia da informação), prejudicando o comparativo intertemporal.

**Figura 29 – Participação da Região do COREDE Missões na Consulta Popular, Votos Totais e Votos pela Internet - 2005 a 2016.**



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do Perfil Socioeconômico do COREDE Missões (2016).

A Figura 29 demonstra a significativa volatilidade na participação da população na consulta popular, no qual a maior participação ocorreu em 2014, com 56.737 votos e, a menor participação popular, em 2013, com 15.458. Muitas são as possíveis explicações para essa excessiva volatilidade, que navegam desde o descrédito da consulta popular em função dos passivos não pagos a municípios e regiões em períodos passados, bem como ao argumento da utilização deste instrumento como promessas políticas, entre outras.

Fator importante a ser analisado, quando realiza-se a referência da consulta popular no processo de gestão social, os dados sintéticos demonstram que os municípios com maior nível de participação<sup>33</sup> são os aqueles que não estão relacionados com maior número de habitantes (ORTIZ, 2016).

A utilização da internet mostrou-se uma importante ferramenta de participação popular. Aspecto importante a ser ressaltado é que na votação da consulta popular de 2016, foi disponibilizado somente o registro de voto pela internet, assumindo uma representatividade de 100% de votos por esta ferramenta.

Da mesma forma do referendado no antepenúltimo parágrafo, as municipalidades com maior grau de utilização da internet ou das tecnologias de informação e comunicação (TIC), não ocorreu nos municípios com maior número de habitantes, refutando argumentos que atribuem às TIC's um processo de assimetrias sociais, econômicas e culturais reforçadas por barreiras digitais, assim como verificado na teoria de Sanchez (1999), da estratificação digita<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> Relação entre votos e eleitores. Ver mais em Ortiz (2016).

<sup>34</sup> Estratificação digital, essa entendida como sendo as desigualdades de acesso físico ao aparato tecnológico ou à conexão telefônica, à habilidade pessoal (repleta de significação) de utilizar este aparato e à capacidade de adaptação psicológica e cultural às tecnologias, que algumas pessoas e regiões possuem em relação à outras.



## 7 DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

Neste capítulo, são apresentadas as matrizes FOFA's, visando a atualização do Plano Estratégico Desenvolvimento Regional (PEDR). Como resultado da construção das matrizes FOFA's municipais e setoriais, conforme suas dimensões, resultaram em diretrizes estratégicas regionais correspondentes.

### 7.1 MATRIZ FOFA

O Planejamento Regional, utilizou-se da matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), para diagnosticar os problemas e potencialidades do setor produtivo e da dinâmica social da região, bem como, apresentar de forma sintética e objetiva as dificuldades e as facilidades existentes, dando ênfase às questões cruciais para a mobilização produtiva do território (COREDE MISSÕES, 2010, p. 59).

A orientação metodológica adotada pelo Fórum dos COREDE's em relação à implementação dessa matriz FOFA, em cada região, foi no sentido de que se tentasse:

[...] elaborar a matriz, isto é, definir potencialidades, limitações, riscos e desafios, num primeiro estágio, a partir de percepções locais e setoriais, para que, num segundo estágio, fosse sistematizada a FOFA regional-setorial. Tal exercício requer, por um lado, o correto dimensionamento das potencialidades, limitações, riscos e desafios locais num patamar regional representativo, pois nem todas as potencialidades, limitações, riscos ou desafios locais são, necessariamente, significativos na ou representativos para a região como um todo (SIEDENBERG et al., 2009, p. 43).

A construção da matriz FOFA permite observar e identificar semelhanças e diferenças, em relação ao desenvolvimento do PEDR. Assim, realizou-se o diagnóstico técnico e situacional, componentes da matriz FOFA, para orientar a definição de diretrizes estratégicas regionais.

Na região das Missões, a Matriz FOFA foi elaborada pelo conjunto

dos participantes – conselhos municipais de desenvolvimento (COMUDE's), secretarias municipais, associações comerciais, sindicatos, associações, entidades de classe e população em geral. Durante as plenárias de direcionamento estratégico realizadas em todos os municípios da região das Missões, foram reunidos atores sociais que puderam expressar sua visão quanto às dimensões das FOFA's municipais com enfoque no desenvolvimento do território regional. De forma sistematizada, apresenta-se o detalhamento de ações demonstradas na Tabela 56.

Além das plenárias municipais de direcionamento estratégico, foram realizadas plenárias setoriais, visando à construção da matriz FOFA regional de desenvolvimento.

**Tabela 56** - Total de participantes das plenárias municipais de direcionamento estratégico do COREDE Missões – 2016.

Municípios	Dia	Número de Participantes
Bossoroca	06/06/2016	23
Caibaté	18/05/2016	18
Cerro Largo	04/08/2016	8
Cerro Largo	14/06/2016	16
Dezesseis de Novembro	08/06/2016	8
Entre-Ijuis	10/06/2016	25
Eugênio de Castro	10/06/2016	15
Garruchos	16/06/2016	16
Giruá	01/06/2016	30
Giruá	02/08/2016	35
Guarani das Missões	21/06/2016	21
Mato Queimado	18/05/2016	18
Pirapó	09/06/2016	7
Porto Xavier	23/06/2016	35
Rolador	18/05/2016	13
Roque Gonzales	08/06/2016	7
Salvador das Missões	23/06/2016	7
Santo Ângelo	02/08/2016	45
Santo Antônio das Missões	24/06/2016	37
São Luiz Gonzaga	09/08/2016	16
São Miguel das Missões	22/06/2016	17
São Nicolau	09/06/2016	13
São Paulo das Missões	22/06/2016	10
São Pedro do Butiá	14/06/2016	12
Sete de Setembro	24/05/2016	24
Ubiretama	06/06/2016	9
Vitória das Missões	07/06/2016	20
<b>Total - COREDE Missões</b>		<b>505</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais.

As plenárias - setoriais regionais - foram realizadas nos municípios de Giruá, São Luiz Gonzaga, Cerro Largo, Guarani das Missões, Santo Ângelo (2), São Miguel das Missões e Porto Xavier, ao longo do mês de setembro de 2016, considerando as dimensões infraestruturais, socioculturais, turísticas, econômicas, ambientais e institucionais para a construção das matrizes FOFA's regionais, com suas respectivas diretrizes estratégicas, que serão apresentadas na subseção 7.2.

## 7.2 MATRIZES FOFA'S E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS POR DIMENSÃO

As matrizes estratégicas do COREDE Missões estão classificadas em seis dimensões. Estas dimensões consideram os aspectos infraestruturais, socioculturais, turísticos, econômicos, ambientais e institucionais da região do COREDE Missões, bem como as diretrizes estratégicas regionais de cada eixo.

Apresenta-se, primeiramente, a matriz FOFA elaborada a partir dos aspectos levantados (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças) em cada dimensão, seguida das diretrizes estratégicas da região das Missões, resultantes de cada dimensão.

### 7.2.1 Dimensão Infraestrutural

Fortalezas (fatores internos)	Oportunidades (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• MALHA FERROVIÁRIA;</li> <li>• ATERRO SANITÁRIO REGIONAL – EM GIRUÁ;</li> <li>• ESTRUTURAS AGROINDUSTRIAIS;</li> <li>• LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA - CORREDORES RODOVIÁRIOS DE EXPORTAÇÃO – BR 285 E BR 392;</li> <li>• AEROPORTO REGIONAL – SANTO ÂNGELO;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• RODOVIA MISSÕES X SANTA MARIA – BR 392;</li> <li>• RODOVIA COSTANEIRA AO RIO URUGUAI;</li> <li>• PONTE INTERNACIONAL DE PORTO XAVIER – BRASIL X ARGENTINA – BR 392;</li> <li>• PONTE DO RIO PIRATINI – GARRUCHOS X SÃO NICOLAU – BR 472;</li> <li>• TRANSPORTE HIDROVIÁRIO – RIO URUGUAI;</li> <li>• ACESSO ASFÁLTICO AOS MUNICÍPIOS DE UBIRETAMA, PIRAPÓ, ROLADOR E GARRUCHOS;</li> <li>• ACESSO ASFÁLTICO AO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO LOURENÇO;</li> <li>• IRRIGAÇÃO PARA A AGROPECUÁRIA;</li> <li>• APROVEITAMENTO DO POTENCIAL FERROVIÁRIO;</li> <li>• ENERGIA FOTOVOLTAICA (SOLAR);</li> <li>• ENERGIA EÓLICA;</li> <li>• ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL – CERRO LARGO;</li> <li>• DISTRITO AGROINDUSTRIAL;</li> </ul>

Fraquezas (fatores internos)	Ameaças (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA URBANA E RURAL;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL;</li> <li>• ACESSO ASFÁLTICO AOS MUNICÍPIOS DE UBIRETAMA, PIRAPÓ, ROLADOR E GARRUCHOS;</li> <li>• PONTE INTERNACIONAL DE PORTO XAVIER – BRASIL X ARGENTINA – BR 392;</li> <li>• COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS URBANOS;</li> <li>• PONTE DO RIO PIRATINI – LIGANDO GARRUCHOS X SÃO NICOLAU – BR 472;</li> <li>• PONTE DE ACESSO A PIRAPÓ – RIO IJUÍ</li> <li>• PONTE DE LIGAÇÃO ENTRE GUARANI DAS MISSÕES E MATO QUEIMADO – RIO IJUÍ;</li> <li>• PONTE DE LIGAÇÃO ENTRE ROLADOR E SÃO PEDRO DO BUTIÁ – RIO IJUÍ;</li> <li>• INTERNET FIBRA ÓPTICA URBANA E RURAL;</li> <li>• DÉFICIT HABITACIONAL URBANO E RURAL;</li> <li>• SINALIZAÇÃO TURÍSTICA – CAMINHO DAS ORIGENS, ROTA MISSÕES; 30 POVOS MISSIONEIROS;</li> <li>• ADUANA PORTO XAVIER;</li> <li>• COMUNICAÇÃO - TELEFONIA RURAL;</li> <li>• LIGAÇÃO HIDROVIÁRIA (BALSA) – BRASIL X ARGENTINA – GARRUCHOS, SÃO NICOLAU, ROQUE GONZALES, PIRAPÓ;</li> <li>• ACESSO ASFÁLTICO AO ATERRO SANITÁRIO REGIONAL – GIRUÁ;</li> <li>• ACESSIBILIDADE;</li> <li>• PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA;</li> <li>• MÁ CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA;</li> <li>• SUCATEAMENTO E SUBUTILIZAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA;</li> <li>• INFRAESTRUTURA TURÍSTICA;</li> <li>• HIDROVIA – SUBAPROVEITAMENTO DO RIO URUGUAI;</li> <li>• DESPEJO DE EFLUENTES NOS RIOS IJUÍ-IJUIZINHO;</li> <li>• ESTRADAS VICINAIS;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MONOPÓLIO DO SISTEMA FERROVIÁRIO;</li> <li>• ACESSO A MUNICÍPIOS LÍMITROFES SOMENTE POR BALSA – RIO IJUÍ;</li> <li>• ENCHENTES E ALAGAMENTOS;</li> <li>• INEXISTÊNCIA DE SISTEMAS DE ALERTAS A CHEIAS E ABERTURA DE BARRAGENS;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA URBANA E RURAL;</li> <li>• ACESSO INEXISTENTE A ARGENTINA – BALSA RIO URUGUAI – GARRUCHOS, SÃO NICOLAU, PIRAPÓ E ROQUE GONZALES;</li> <li>• ACESSO A INTERNET E COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL;</li> <li>• ACESSIBILIDADE;</li> </ul>

**Quadro 08** – Matriz FOFA – Dimensão Infraestrutural – COREDE Missões.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais

**Tabela 57 - Diretrizes Estratégicas Infraestruturais (INFRA) – COREDE Missões**

DIRETRIZ	ESTRATÉGIA REGIONAL INFRAESTRUTURAL - PEDR COREDE MISSÕES
Diretriz INFRA 1	Ponte Internacional de Porto Xavier – Brasil x San Javier – Argentina – BR 392.
Diretriz INFRA 2	Ligação Hidroviária Brasil x Argentina – Balsas: Garruchos, Pirapó, São Nicolau, Roque Gonzales.
Diretriz INFRA 3	Acessos Asfálticos aos municípios de Rolador, Pirapó, Ubiretama, Garruchos e Rodovia Missões x Santa Maria – BR 392.
Diretriz INFRA 4	Pontes de Ligações entre: Guarani das Missões x Mato Queimado; Acesso a Pirapó; Garruchos x São Nicolau e Rolador x São Pedro do Butiá.
Diretriz INFRA 5	Projeto de Ampliação da Aduana da Receita Federal – Porto Xavier.
Diretriz INFRA 6	Sinalização Turística – Rota Missões, Caminho das Origens e 30 Povos Missioneiros.
Diretriz INFRA 7	Melhorias Qualitativa e Quantitativa no Sistema de Comunicação – Telefonia Móvel e Internet nos meios Urbanos e Rurais – principalmente em municípios periféricos da região.
Diretriz INFRA 8	Criação de Distritos Agroindustriais – Fomento as Cadeias Curtas de Produção.
Diretriz INFRA 9	Plano de Saneamento Básico Urbano e Rural.
Diretriz INFRA 10	Aproveitamento da Malha Ferroviária para escoamento da Produção Agropecuária.
Diretriz INFRA 11	Sistema Integrado de Alerta de Cheias e Enchentes para os Rios Ijuí e Uruguai.
Diretriz INFRA 12	Projeto Energético de Melhoria da Qualidade e capacidade de Fornecimento Regional

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

## 7.2.2 Dimensão Sociocultural

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CULTURA MISSIONEIRA;</li> <li>• SAÚDE – BAIXA COMPLEXIDADE: REDE DE ATENÇÃO BÁSICA E PRONTO ATENDIMENTO;</li> <li>• HOSPITALIDADE;</li> <li>• ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO;</li> <li>• SAÚDE - MÉDIA COMPLEXIDADE;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O CAMPO – EMPREENDEDORISMO RURAL;</li> <li>• EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O TURISMO;</li> <li>• FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA;</li> <li>• FEIRAS DE EMPREENDEDORISMO;</li> <li>• CURSOS TÉCNICOS;</li> <li>• CURSO DE MEDICINA;</li> <li>• CASAS DE APOIO OU DE CONVIVÊNCIA PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE LAZER;</li> <li>• AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE REGIONAL;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA;</li> <li>• REDUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS – URBANO E RURAL;</li> <li>• REDE DE ATENDIMENTO A IDOSOS;</li> <li>• COMODISMO E CONSERVADORISMO;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENVELHECIMENTO DO MEIO RURAL;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DO GÊNERO FEMININO DO MEIO RURAL;</li> <li>• PARADIGMA CULTURAL NO MEIO RURAL – SUCESSÃO FAMILIAR;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• VULNERABILIDADE SOCIAL;</li> <li>• DROGADIÇÃO E VIOLÊNCIA;</li> <li>• INVESTIMENTO EM ESPORTE, CULTURA E LAZER;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS;</li> <li>• ATENDIMENTO PRECÁRIO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA;</li> <li>• INDIVIDUALISMO;</li> <li>• CONSCIÊNCIA SOBRE O POTENCIAL TURÍSTICO;</li> <li>• RECURSOS ESCASSOS PARA A SAÚDE;</li> <li>• MUNICÍPIOS COM ACESSO SOMENTE AO ATENDIMENTO BÁSICO DE SAÚDE;</li> <li>• ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL AS MARGENS DO RIO IJUÍ E URUGUAI;</li> <li>• SEGURANÇA PÚBLICA NO MEIO RURAL – PATRULHA AGRÍCOLA;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• REDUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO URBANAS E RURAIS;</li> <li>• PROGRAMA PARA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL;</li> <li>• DEFASAGENS DE VERBAS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR;</li> <li>• USO NÃO CONSCIENTE DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO;</li> <li>• DOENÇAS VINCULADAS AO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• DEFASAGENS NAS TABELAS DE PAGAMENTOS E DE EXAMES DO SUS;</li> <li>• SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE;</li> <li>• REDUÇÃO DE SERVIÇOS DO SUS – HOSPITALAR E LABORATORIAL;</li> <li>• FECHAMENTO DO HOSPITAL SÃO LUIZ – SÃO LUIZ GONZAGA;</li> <li>• ALTO GRAU DE DEPENDÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS;</li> <li>• DROGADIÇÃO DE JOVENS NO MEIO URBANO E RURAL;</li> <li>• TRÁFICO DE ARMAS E DE DROGAS NA FRONTEIRA – BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• ALTERAÇÕES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NACIONAL;</li> </ul>
--	--

**Quadro 09 – Matriz FOFA – Dimensão Sociocultural – COREDE Missões.**

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

**Tabela 58 - Diretrizes Estratégicas Socioculturais (SOCIO) – COREDE Missões**

DIRETRIZ	ESTRATÉGIA REGIONAL SOCIOCULTURAL - PEDR COREDE MISSÕES
Diretriz SOCIO 1	Fomento ao Empreendedorismo – Educação Empreendedora, Feiras de Empreendedorismo, Incubadoras Sociais e Sala do Empreendedor.
Diretriz SOCIO 2	Fortalecimento e Ampliação do Atendimento da Saúde de Média Complexidade Regional.
Diretriz SOCIO 3	Rede de Atendimento a Idosos: Casas de Apoio e de Convivência.
Diretriz SOCIO 4	Planos de Educação voltados para o Campo (Empreendedorismo Rural) e o Turismo.
Diretriz SOCIO 5	Plano de Conscientização para Combate ao Uso Inadequado de Agroquímicos.
Diretriz SOCIO 6	Programa de Assistência Social a Processos de Sucessão Familiar.
Diretriz SOCIO 7	Programa de Prevenção a Drogadição e Vulnerabilidade Social.
Diretriz SOCIO 8	Programa de Assistência Social a população Ribeirinha (Rios Ijuí e Uruguai).
Diretriz SOCIO 9	Plano Integrado de Fortalecimento do SUS e dos Hospitais Regionais.
Diretriz SOCIO 10	Programa Regional de Pertencimento Turístico e Cultural – Missões.
Diretriz SOCIO 11	Programa de Fortalecimento das Comunidades Rurais.
Diretriz SOCIO 12	Programa Regional Integrado de Segurança no Meio Rural.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

### 7.2.3 Dimensão Turística

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS/REDUÇÕES JESUÍTICAS – 7 POVOS DAS MISSÕES;</li> <li>• ROTA 30 POVOS JESUÍTICOS GUARANIS;</li> <li>• ROTA MISSÕES;</li> <li>• ROTA CAMINHO DAS ORIGENS;</li> <li>• TURISMO RELIGIOSO – SANTUÁRIO CAARÓ;</li> <li>• CORREDOR RODOVIÁRIO INTERNACIONAL – BR 285 E BR 392 – BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• CENTRO GERMÂNICO MISSIONEIRO – SÃO PEDRO DO BUTIÁ;</li> <li>• RIO URUGUAI E RIO IJUÍ;</li> <li>• BARRAGENS E RIOS – ESPORTES AQUÁTICOS E LAZER;</li> <li>• EVENTOS CULTURAIS MISSIONEIRO;</li> <li>• CULTURA HISTÓRICA;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CIRCUITO CULTURAL BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• APROVEITAMENTO DAS RIQUEZAS NATURAIS;</li> <li>• CERRO DO INHACURUTUM;</li> <li>• BARRAGENS, BALNEÁRIOS E PARQUES AQUÁTICOS;</li> <li>• TURISMO RELIGIOSO – SANTUÁRIO DO CAARÓ;</li> <li>• AEROPORTO REGIONAL - ATRAÇÃO E RETENÇÃO DOS TURISTAS;</li> <li>• FLUXO RODOVIÁRIO BR 285 E BR 392 – ATRAÇÃO E RETENÇÃO DOS TURISTAS;</li> <li>• ESTÍMULO A CADEIA TURÍSTICA E AO TURISMO INTERNO REGIONAL;</li> <li>• PESCA ESPORTIVA E LAZER – RIOS IJUÍ E URUGUAI;</li> <li>• TURISMO RURAL E DE AVENTURA;</li> <li>• CRIAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS – PACOTES TURÍSTICOS;</li> <li>• TURISMO DE NEGÓCIOS;</li> <li>• TURISMO GASTRONÔMICO;</li> <li>• INSTITUTO REGIONAL DE TURISMO DAS MISSÕES;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ACESSOS ALFÁTICOS A SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS JESUÍTICOS;</li> <li>• PLACAS DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA;</li> <li>• NÃO RETENÇÃO E ATRAÇÃO DE TURISTAS;</li> <li>• APROVEITAMENTO DO POTENCIAL DISPONÍVEL – RECURSOS NATURAIS;</li> <li>• INFRAESTRUTURA PARA SUPORTE AO TURISMO;</li> <li>• REDE HOTELEIRA FRAGMENTADA;</li> <li>• SUBAPROVEITAMENTO DO POTENCIAL DO RIO URUGUAI – PESCA E LAZER;</li> <li>• PERTENCIMENTO TURÍSTICO E CULTURAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CAPACIDADE ESTRUTURAL PARA O TURISMO;</li> <li>• ACESSOS NÃO PAVIMENTADOS A SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS JESUÍTICOS;</li> <li>• FALTA DE INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES TURÍSTICAS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO REGIONAL PARA O TURISMO;</li> <li>• PERTENCIMENTO TURÍSTICO E CULTURAL REGIONAL;</li> <li>• PONTE INTERNACIONAL DE PORTO XAVIER – BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• PROFISSIONALIZAÇÃO DA CADEIA DO TURISMO;</li> </ul>

**Quadro 10 – Matriz FOFA – Dimensão Turística – COREDE Missões.**

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

**Tabela 59 - Diretrizes Estratégicas Turísticas (TUR) – COREDE Missões**

DIRETRIZ	ESTRATÉGIA REGIONAL TURÍSTICA - PEDR COREDE MISSÕES
Diretriz TUR 1	Plano Turístico de Marketing das Missões.
Diretriz TUR 2	Sistema Integrado Regional de Sinalização e Orientação Turística.
Diretriz TUR 3	Programa de Pertencimento Cultural voltado ao Turismo Regional.
Diretriz TUR 4	Programa de Profissionalização de Agentes do Turismo.
Diretriz TUR 5	Formação do Instituto Regional de Turismo das Missões.
Diretriz TUR 6	Pavimentação aos Sítios Arqueológicos Jesuíticos.
Diretriz TUR 7	Homogeneização das Informações sobre Atrativos Turísticos nos Sites das Prefeituras Municipais.
Diretriz TUR 8	Plano de Educação Empreendedora voltada para o Turismo.
Diretriz TUR 9	Conversão do Aeroporto Regional para Aeroporto Internacional.
Diretriz TUR 10	Estruturação e Consolidação do Calendário Integrado de Eventos Regionais.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

### 7.2.4 Dimensão Econômica

Fortalezas (fatores internos)	Oportunidades (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• EXPERTISE NA PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• EXPERTISE NA PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• EXPERTISE NA PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• PRODUÇÃO CANAVIEIRA;</li> <li>• PRODUTIVIDADE DA TERRA;</li> <li>• ESTRUTURA FUNDIÁRIA – AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• MALHA FERROVIÁRIA;</li> <li>• INDÚSTRIA DE ALCOOL;</li> <li>• DISTRITOS INDUSTRIAIS;</li> <li>• RECURSOS HÍDRICOS – RIOS E BARRAGENS;</li> <li>• INFRAESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO;</li> <li>• PARQUE E PÓLO TECNOLÓGICO REGIONAL;</li> <li>• FRONTEIRA COM ARGENTINA - MERCOSUL;</li> <li>• INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E TECNOLÓGICO;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENERGIAS RENOVÁVEIS (FOTOVOLTAICA E EÓLICA);</li> <li>• DEMANDA CRESCENTE POR ALIMENTOS;</li> <li>• FORMAÇÃO DE REDES PRODUTIVAS NO AGRONEGÓCIO;</li> <li>• INSTITUTO DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – AGROPECUÁRIA;</li> <li>• QUALIFICAÇÃO RURAL AGROINDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• AGREGAÇÃO DE VALOR DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS;</li> <li>• FORTALECIMENTO DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• DISTRITOS AGROINDUSTRIAIS;</li> <li>• SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA GRANDES CENTROS;</li> <li>• MELHORAMENTO GENÉTICO DE RAÇAS;</li> <li>• MANEJO DE PASTAGENS;</li> <li>• PESCA;</li> <li>• SUINOCULTURA;</li> <li>• AVICULTURA COLONIAL;</li> <li>• ALFAFA;</li> <li>• FRUTICULTURA;</li> <li>• CONSÓRCIOS MUNICIPAIS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA;</li> <li>• FINANCIAMENTO BANCÁRIO – SELO SABOR GAÚCHO;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DIFERENCIAÇÃO DE PRODUTOS – INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E DENOMINAÇÃO DE ORIGEM;</li> <li>• APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – PAA E PNAE;</li> <li>• FREE-SHOPP – PORTO XAVIER;</li> <li>• REDE DE CONVIVÊNCIA PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• MERCADO CONSUMIDOR DA 3ª IDADE;</li> <li>• APROVEITAMENTO DAS RIQUEZAS NATURAIS – TURISMO AVENTURA, RELIGIOSO, CULTURAL;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• LOGÍSTICA FERROVIÁRIA;</li> <li>• PONTE INTERNACIONAL DE PORTO XAVIER – BRASIL X SAN JAVIER - ARGENTINA – BR 392;</li> <li>• LOGÍSTICA A MUNICÍPIOS SEM ACESSO ASFÁLTICO;</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR NA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS – EMPREGO-RENDAS;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA – COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA – URBANA E RURAL;</li> <li>• AGREGAÇÃO DE VALOR – INDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• CADEIAS CURTAS DE PRODUÇÃO NÃO ESTRUTURADAS;</li> <li>• SUBUTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA AGROINDUSTRIAL;</li> <li>• QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA – AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• CRÉDITO RURAL PARA AQUISIÇÃO DE TERRAS;</li> <li>• CULTURA ORGANIZACIONAL – AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• INFORMALIDADE NA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• OFERTA DE PRODUÇÃO AGROALIMENTAR;</li> <li>• GESTÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• PARTICIPAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR EM MERCADOS INSTITUCIONAIS;</li> <li>• FALTA DE INVESTIDORES/INVESTIMENTOS;</li> <li>• RETORNO FISCAL DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;</li> <li>• CAPACIDADE FINANCEIRA PÚBLICA;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS PARA CENTROS DINÂMICOS;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA PARA TRABALHO NO CAMPO;</li> <li>• BAIXA QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA;</li> <li>• CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE CRÉDITO;</li> <li>• OSCILAÇÃO DA ÁGUA NOS RIOS – BARRAGENS – IMPACTO NA PESCA;</li> <li>• CRÉDITO FUNDIÁRIO – ACESSO A TERRA;</li> <li>• CAPITAL DE GIRO E INVESTIMENTO;</li> <li>• AVANÇO DA TECNOLOGIA PARA OS PEQUENOS PRODUTORES;</li> <li>• FEIRAS ITINERANTES DE VAREJO;</li> <li>• PRECARIEDADE NO AMBIENTE DE FOMENTO AO CAPITAL SOCIAL;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li> <li>• CADEIA TURÍSTICA NÃO ESTRUTURADA;</li> </ul>	

**Quadro 11 – Matriz FOFA – Dimensão Econômica – COREDE Missões.**

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

**Tabela 60 - Diretrizes Estratégicas Econômicas (ECO) – COREDE Missões**

DIRETRIZ	ESTRATÉGIA REGIONAL ECONÔMICA - PEDR COREDE MISSÕES
Diretriz ECO 1	Projetos Municipais de Formação de Distritos Agroindustriais.
Diretriz ECO 2	Estruturação de Consórcio Regional Integrado de Inspeção Sanitária.
Diretriz ECO 3	Programa de Empreendedorismo voltado ao Turismo.
Diretriz ECO 4	Programa de Empreendedorismo Rural e Agroindustrial.
Diretriz ECO 5	Fortalecimento de Distritos Industriais.
Diretriz ECO 6	Programa de Fortalecimento de Incubadoras Empresariais.
Diretriz ECO 7	Plano para Atração de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento da Agropecuária.
Diretriz ECO 8	Conversão do Aeroporto Regional Sepé Tiarajú em Aeroporto Internacional.
Diretriz ECO 9	Projeto Regional de Melhoramento Genético e Manejo – Pecuária de Corte e Leiteira.
Diretriz ECO 10	Projeto para Obtenção de Indicação Geográfica e Denominação de Origem de Produtos Regionais.
Diretriz ECO 11	Formação da Agência Regional de Desenvolvimento.
Diretriz ECO 12	Pólo Regional de Desenvolvimento de Energias Alternativas.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

## 7.2.5 Dimensão Ambiental

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DISPONIBILIDADE RECURSOS HÍDRICOS – RIOS E BARRAGENS;</li> <li>• MICROCLIMA ADEQUADO PARA A PECUÁRIA DE CORTE – BIOMA PAMPA – PASTAGENS NATURAIS;</li> <li>• PRODUTIVIDADE DA TERRA – PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• RECURSOS NATURAIS;</li> <li>• BIODIVERSIDADE;</li> <li>• ATERRO SANITÁRIO REGIONAL;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENERGIAS RENOVÁVEIS E ALTERNATIVAS – EÓLICA, FOTOVOLTAICA, BIOMASSA, BIOGÁS;</li> <li>• CONSCIENTIZAÇÃO ECOLÓGICA E AMBIENTAL;</li> <li>• ATERRO SANITÁRIO – TRIBUTOS SOBRE O PASSIVO AMBIENTAL GERADO;</li> <li>• ATERRO SANITÁRIO – GERAÇÃO DE ENERGIA;</li> <li>• SISTEMAS DE ALERTA CONTRA INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS, ENCHENTES;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GESTÃO DE RESÍDUOS AGRÍCOLAS;</li> <li>• CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS;</li> <li>• GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS;</li> <li>• IMPACTO AMBIENTAL DAS BARRAGENS;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• USO INDISCRIMINANDO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• LICENCIAMENTO AMBIENTAL INFLEXÍVEL;</li> <li>• NÃO CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – APP'S, CAMPOS NATURAIS, BIOMAS, MATAS CILIARES;</li> <li>• PRODUTIVIDADE – CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO;</li> <li>• IMPACTO AMBIENTAL - BARRAGENS;</li> <li>• INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS – DESASTRES NATURAIS;</li> <li>• ENCHENTES E ALAGAMENTOS – RIOS E BARRAGENS;</li> <li>• DEPENDÊNCIA A ATERROS SANITÁRIOS REGIONALIZADOS;</li> <li>• PASSIVO AMBIENTAL DO ATERRO SANITÁRIO REGIONAL;</li> <li>• BAIXO ÍNDICE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS E RURAIS;</li> </ul>

**Quadro 12 – Matriz FOFA – Dimensão Ambiental – COREDE Missões.**

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

**Tabela 61 - Diretrizes Estratégicas Ambientais (AMB) – COREDE Missões**

DIRETRIZ	ESTRATÉGIA REGIONAL AMBIENTAL - PEDR COREDE MISSÕES
Diretriz AMB 1	Programa de uso Racional de Recursos Agroquímicos.
Diretriz AMB 2	Fortalecimento do Sistema de Fiscalização do Código Florestal.
Diretriz AMB 3	Programa Regional de Produção Orgânica e Agroecológica.
Diretriz AMB 4	Sistema de Alerta Regional Integrado de Intempéries Climáticas.
Diretriz AMB 5	Programa de Preservação do Bioma Mata Atlântica e do Bioma Pampa.
Diretriz AMB 6	Plano de Fortalecimento de Gestão de Recursos Hídricos – Bacias Hidrográficas.
Diretriz AMB 7	Sistema de Monitoramento Regional de Aterros Sanitários.
Diretriz AMB 8	Programa Regional de Desenvolvimento de Energias Alternativas e Renováveis.
Diretriz AMB 9	Plano Regional de Saneamento Básico para Populações Ribeirinhas.
Diretriz AMB 10	Programa Regional de Coleta, Classificação e Tratamento de Resíduos.
Diretriz AMB 11	Plano de Viabilidade para Implementação de Imposto Ambiental para Sustentabilidade de Aterros Sanitários.
Diretriz AMB 12	Projeto Regional de Incentivos a Construções Sustentáveis.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

## 7.2.6 Dimensão Institucional

Fortalezas (fatores internos)	Oportunidades (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>• CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS;</li> <li>• CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO – COMUDE'S;</li> <li>• CONSULTA POPULAR;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• FORTALECER A GESTÃO COMPARTILHADA – MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• REACTUAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS COM EMPRESAS DE TURISMO;</li> <li>• INCUBADORAS DE EMPRESAS E SALA DO EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>

Fraquezas (fatores internos)	Ameaças (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS EM UMA PERSPECTIVA MULTIESCALAR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• RETORNO FISCAL SOBRE A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X MUNICÍPIOS;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X EMPRESAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• TRANSPARÊNCIA FISCAL DOS MUNICÍPIOS;</li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> <li>• BAIXA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NA CONSULTA POPULAR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• CONFLITO ENTRE ASPECTOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO POUCO PARTICIPATIVOS;</li> <li>• ISENÇÃO FISCAL PARA EMPRESAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA;</li> <li>• FEDERALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS;</li> <li>• REDUÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DA CONSULTA POPULAR;</li> </ul>

**Quadro 13 – Matriz FOFA – Dimensão Institucional – COREDE Missões.**

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

**Tabela 62 - Diretrizes Estratégicas Institucionais (INST) – COREDE Missões**

DIRETRIZ	ESTRATÉGIA REGIONAL INSTITUCIONAL - PEDR COREDE MISSÕES
Diretriz INST 1	Fortalecimento do Programa de Compra Pública Local e Regional pelas Prefeituras.
Diretriz INST 2	Programa de Elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Municipal.
Diretriz INST 3	Programa de Formação, Fortalecimento e Suporte a Lideranças.
Diretriz INST 4	Plano de Fortalecimento Institucional da Consulta Popular.
Diretriz INST 5	Política Intermunicipal de Gestão e Compartilhamento de Bens Públicos.
Diretriz INST 6	Articulação Regional para o Desenvolvimento do Turismo.
Diretriz INST 7	Articulação Regional para Ampliação dos Recursos Públicos Federais.
Diretriz INST 8	Formação de um Órgão Fiscalizador da Transparência Pública Municipal.
Diretriz INST 9	Programa de Fortalecimento aos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento.
Diretriz INST 10	Políticas Públicas voltadas aos Jovens e a Terceira Idade.
Diretriz INST 11	Fortalecimento de Programas Sociais e Educacionais entre Entidades Públicas e Privadas.
Diretriz INST 12	Criação do Fundo de Investimentos para Políticas de Desenvolvimento Regional.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em plenárias municipais e setoriais.

## 7.3 MATRIZ FOFA REGIONAL E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Nesta subseção apresenta-se a Matriz FOFA regional e as Diretrizes Estratégicas Regionais do PEDR do COREDE Missões, elaboradas com base nas plenárias municipais e setoriais, considerando os seis (6) eixos temáticos anteriormente apresentados e convencionados na construção do plano.

A matriz FOFA regional é resultante de um processo de triagem e seleção dos fatores (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) coletados junto aos atores sociais e que expressaram maior representatividade no plano territorial.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• EXPERTISE NA PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• EXPERTISE NA PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• EXPERTISE NA PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• PRODUTIVIDADE DA TERRA;</li> <li>• MALHA FERROVIÁRIA;</li> <li>• RECURSOS HÍDRICOS - RIOS;</li> <li>• PARQUE E PÓLO TECNOLÓGICO;</li> <li>• ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR;</li> <li>• AEROPORTO REGIONAL;</li> <li>• CORREDORES DE EXPORTAÇÃO – BR 285 E BR 392 – BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA HUMANIDADE – UNESCO;</li> <li>• SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS;</li> <li>• TURISMO RELIGIOSO;</li> <li>• BIODIVERSIDADE;</li> <li>• ATENDIMENTO BÁSICO DE SAÚDE;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DEMANDA CRESCENTE POR PRODUTOS AGROALIMENTARES;</li> <li>• QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA URBANA E RURAL;</li> <li>• AGREGAÇÃO DE VALOR DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• AGREGAÇÃO DE VALOR ATRAVÉS DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PARA GRANDES CENTROS;</li> <li>• CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS E REGIONAIS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA;</li> <li>• PONTE INTERNACIONAL DE PORTO XAVIER – BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O CAMPO E PARA O TURISMO;</li> <li>• FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO – EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA;</li> <li>• APROVEITAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• CASAS DE APOIO E DE CONVIVÊNCIA PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• INVESTIMENTOS NA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA;</li> <li>• ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE LAZER;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR RURAL E AGROINDUSTRIAL;</li> <li>• CADEIAS CURTAS NÃO CONSOLIDADAS;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENFRAQUECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> </ul>

<p>ELÉTRICA;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CULTURA TURÍSTICA;</li> <li>• VULNERABILIDADE SOCIAL;</li> <li>• ACESSO ASFÁLTICO;</li> <li>• REDE DE ATENÇÃO A IDOSOS;</li> <li>• ATRATIVIDADE E RETENÇÃO DE TURISTAS;</li> <li>• SANEAMENTO URBANO E RURAL;</li> <li>• FALTA DE ESPÍRITO DE PERTENCIMENTO REGIONAL;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• GESTÃO DE RESÍDUOS AGRÍCOLAS;</li> <li>• GESTÃO RURAL E AGROINDUSTRIAL;</li> <li>• EVASÃO ESCOLAR DO MEIO URBANO E RURAL;</li> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS PARA CENTROS DINÂMICOS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA;</li> <li>• COMUNICAÇÃO – TELEFONIA E INTERNET NO MEIO RURAL;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL;</li> <li>• ATENDIMENTO PRECÁRIO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM SAÚDE;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• ALTERNATIVAS NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li> <li>• GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS;</li> <li>• ESTRADAS VICINAIS;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• USO INDISCRIMINANDO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• REDUÇÃO DAS MATRÍCULAS ESCOLARES URBANAS E RURAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS;</li> <li>• ALTERAÇÕES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• ENVELHECIMENTO DO MEIO RURAL;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• DOENÇAS VINCULADAS AO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• CRÉDITO RURAL – ACESSO A TERRA;</li> <li>• DESARTICULAÇÃO REGIONAL;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO E FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO;</li> <li>• INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS – DESASTRES NATURAIS;</li> </ul>
---	---

**Quadro 14 - Matriz FOFA Regional – COREDE Missões.**

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 63 - Diretrizes Estratégicas Regionais (MISSÕES) – COREDE Missões**

DIRETRIZ	ESTRATÉGIA REGIONAL - PEDR COREDE MISSÕES
Diretriz MISSÕES 1	Ponte Internacional de Porto Xavier – Brasil x San Javier – Argentina – BR 392.
Diretriz MISSÕES 2	Acessos Asfálticos aos municípios de Rolador, Pirapó, Ubiretama, Garruchos.
Diretriz MISSÕES 3	Conversão do Aeroporto Regional/Nacional para Aeroporto Internacional.
Diretriz MISSÕES 4	Pavimentação aos Sítios Arqueológicos Jesuíticos.
Diretriz MISSÕES 5	Plano Turístico de Marketing das Missões.
Diretriz MISSÕES 6	Projetos Municipais de Formação de Distritos Agroindustriais.
Diretriz MISSÕES 7	Estruturação de Consórcio Regional Integrado de Inspeção Sanitária.
Diretriz MISSÕES 8	Programa de Empreendedorismo Rural e Agroindustrial.
Diretriz MISSÕES 9	Plano para Atração de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento da Agropecuária.
Diretriz MISSÕES 10	Plano Regional de Saneamento Básico para Populações Ribeirinhas.
Diretriz MISSÕES 11	Plano de Fortalecimento Institucional da Consulta Popular.
Diretriz MISSÕES 12	Programa de Elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Municipal.

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 8 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS: VISÃO, VOCAÇÃO E VALORES

Esta seção busca estabelecer a vocação, a visão e os valores regionais, com base na percepção dos agentes de desenvolvimento pertencentes a Região do COREDE Missões/RS.

A vocação, a visão e os valores regionais devem considerar as especificidades do território, pois a região é o resultado de como o território se organiza e a regionalização é a construção do próprio processo e das particularidades na interação com a totalidade. Sendo que a totalidade é objeto de interação/construção, considerando as suas especificidades históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas, geográficas e ambientais (ETGES, 2005).

Nestas condições, o desenvolvimento regional se dá a partir de planos e/ou das ações nos territórios construídos, apropriados pela sociedade, ou seja, é no território que se constroem regiões ou lugares. Segundo Etges (2005), é nesse processo de apropriação e pertencimento que as regiões e os territórios emergem.

De acordo com tal prerrogativa, foram definidas a partir das reuniões e assembleias, a vocação, a visão e os valores regionais. Deste modo, a visão estratégica deve considerar a perspectiva de futuro regional, ou seja, “a identificação das principais características que a sociedade gostaria de alcançar ou prospectar no futuro” (SIEDENBERG, 2009, p. 46).

A **VISÃO** do COREDE Missões, consolidada junto a sociedade é de: **“Ser reconhecida até 2030 como uma região de alta atratividade turística, agregadora de valor na produção agropecuária, apoiadora do empreendedorismo e da inovação, considerando a valorização de suas vocações e territorialidades, articulada e engajada com os princípios da sustentabilidade”**.

Por outro lado, a vocação deve ser estabelecida de acordo com as suas potencialidades, especificidades e fortalezas regionais. De acordo com Siedenberg (2009), a vocação pode e deve ser entendida como as aptidões e o saber-fazer regional, com base em suas heterogeneidades. Ela irá depender principalmente, da capacidade instalada e da apropriação dela pelos seus agentes de desenvolvimento (pessoas, instituições, entes

públicos e privados, etc...).

A **VOCAÇÃO** percebida pelos integrantes do COREDE Missões está vinculada e caracterizada por ser uma: **“Região produtora de alimentos com suas bases ramificadas na prestação de serviços, na agroindustrialização, no turismo e na sua diversidade de recursos culturais e naturais, com sustentabilidade social, econômica e ambiental”**.

E, os **VALORES** ou princípios identificados pela sociedade missioneira, que devem estar conectados com o conjunto de regras formais e informais, credos e costumes regionais, vinculam-se aos aspectos de: **a) diversidade regional; b) pertencimento cultural regional; c) comprometimento, cooperação e participação regional; d) sustentabilidade econômica e social; e) patrimônio histórico-cultural; f) qualidade de vida e bem estar social; e, g) geração de capital social.**

## 9 ESTRATÉGIA DE HIERARQUIZAÇÃO E CARTEIRA DE PROJETOS

Para a construção da carteira de projetos, foi definido como referencial metodológico – para o processo de hierarquização das problemáticas e priorização dos projetos de investimentos regionais e macrorregionais – a Metodologia de Vester. Tal metodologia considerou as Fraquezas e Ameaças oriundas da elaboração da matriz FOFA Regional por dimensão.

### 9.1. METODOLOGIA DA MATRIZ DE VESTER - MARCO TEÓRICO

Conforme Rodriguez (2008, p. 32) a ferramenta “Matriz de Vester foi desenvolvida pelo alemão Frederic Vester, em 1983, como uma técnica que facilita a identificação e determinação das causas e consequências de uma situação problema”.

Uma boa identificação de problemas garante a formulação de objetivos, de forma clara e precisa, e por sua vez, facilita o planejamento de alternativas para atingi-los. A vantagem da Matriz de Vester [...] está no fato de aportar os elementos suficientes para estabelecer relações de causa-efeito entre os problemas analisados. Isso permite chegar à determinação dos problemas críticos e ativos, os quais requerem maior atenção e uma rápida formulação de alternativas de correção, prevenção e controle (RODRIGUEZ, 2008, p. 32).

Deste modo, evidenciados os principais problemas atuantes no desenvolvimento de uma determinada região deve-se, de forma consensuada, contemplar as inter-relações existentes entre eles, buscando estabelecer as relações de causalidade, que de certa forma, possam ajudar explicar os entraves diagnosticados. De acordo com Rodriguez (2008, p. 32) “uma matriz é uma série de linhas e colunas, sendo as primeiras horizontais e as segundas verticais”. Colocam-se problemas identificados nos dois sentidos (ativos e passivos) e, em uma mesma ordem, previamente identificada.

Depois de estruturada, a matriz deve ser preenchida, considerando

uma escala de valoração, com grau de causalidade entre as variáveis. Este grau de causalidade é representado pelas seguintes valorações: a) 0 = não é causa; b) 1 = é causa indireta; c) 2 = é causa medianamente direta; e, d) 3 = é causa muito direta (RODRIGUEZ, 2008, p. 32).

Problemas	Prob. 1.	Prob. 2.	Prob. 3.	Prob. 4.	Prob. 5.	Prob. 6.	Total Ativos
Prob. 1.		2	3	1	2	1	9
Prob. 2.	0		3	1	2	2	8
Prob. 3.	2	3		2	0	2	9
Prob. 4.	3	2	1		0	1	7
Prob. 5.	2	1	3	1		1	8
Prob. 6.	1	1	3	0	1		6
<b>Total Passivos</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>47</b>

**Quadro 15** - Matriz de Vester.

Fonte: Adaptado de Rodriguez (2008, p. 34).

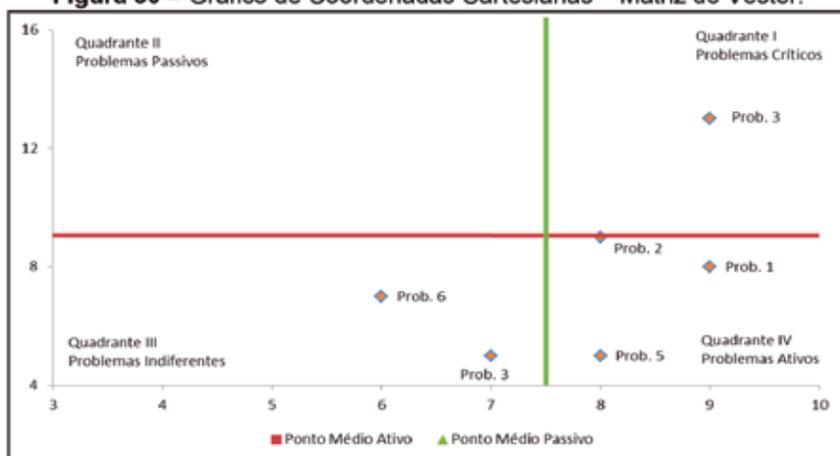
Segundo Rodriguez (2008, p. 33) para preencher a matriz, deve se fazer a seguinte relação: “que grau de causalidade tem o problema 1 sobre o problema 2?; que grau de causalidade tem o problema 1 sobre o problema 3?; que grau de causalidade tem o problema 1 sobre o problema n?”. Assim, “este processo de preenchimento realiza-se, horizontalmente, partindo da primeira linha, e assim sucessivamente, até preencher todas as linhas da matriz com os respectivos valores” (RODRIGUEZ, 2008, p. 33). Além disto, nota-se que há células vazias na matriz, pois não pode haver relação de causalidade de um problema, com ele mesmo.

Conforme explicitado no Quadro 15, a relação de causalidade elaborada na matriz de Vester apresenta o cálculo de ativos e passivos. Na soma das linhas horizontais encontram-se o total de ativos de cada problema e, na soma vertical, o total de passivos respectivos a cada problema. A partir da elaboração da matriz, a próxima etapa é referente à classificação dos problemas, com a construção do gráfico de coordenadas cartesianas, divididos em dois eixos (no eixo horizontal, o total ativo e, no eixo vertical, o total passivo), com quatro quadrantes: 1) quadrante superior direito – problemas críticos; 2) quadrante superior esquerdo – problemas passivos; 3) quadrante inferior esquerdo – problemas indiferentes; 4) quadrante inferior direito – problemas ativos (RODRIGUEZ, 2008).

De acordo com Rodriguez (2008, p. 36), os problemas críticos possuem um valor total alto de ativos e de passivos, apresentando muitas causas e consequências, e deles dependem os resultados finais; os problemas ativos têm um valor em ativos alto e um total de passivos baixo,

representando uma alta influência causal sobre a maioria dos restantes, mas, no entanto, não são causados por outros – são pontos chaves, e deste modo, requerem atenção e manejo cruciais. Os problemas passivos são aqueles que apresentam um total passivo alto e um total ativo baixo, o que significa que tem pouca influência causal – utilizam-se como indicadores de mudança e de eficiência da intervenção de problemas ativos e, por fim os problemas indiferentes possuem um total de ativos e de passivos de baixo valor, e, portanto, detém uma baixa prioridade dentro da análise.

**Figura 30 – Gráfico de Coordenadas Cartesianas – Matriz de Vester.**



Fonte: Adaptado de Rodriguez (2008, p. 35).

### 9.1.1 Matriz de Vester por Dimensão – COREDE Missões/RS

A seguir são apresentados os quadros referentes às dimensões infraestruturais, socioculturais, econômicas, turísticas, ambientais e institucionais da região do COREDE Missões. Os problemas específicos de cada dimensão – resultantes das aplicações das matrizes FOFA's municipais e regionais – identificados pela metodologia da Matriz de Vester, estabeleceram a hierarquização das fraquezas e ameaças, para a formulação das estratégias e seus respectivos projetos de desenvolvimento regional. No que tange a presente pesquisa, são apresentados os problemas de cada dimensão, classificadas nos quadrantes I e IV das Matrizes de Vester, ou seja, problemas críticos e ativos que interferem no desenvolvimento da região missioneira.

Dimensão Infraestrutural		
Problema	Tipo	Classificação
Problema 1.	Qualidade de Energia	Crítico
Problema 2.	Infraestrutura Logística	Crítico
Problema 3.	Infraestrutura Logística Internacional	Crítico
Problema 4.	Acesso Asfáltico	Crítico
Problema 5.	Aeroporto Internacional Sepé Tiarajú	Crítico
Problema 6.	Sinalização Turística	Crítico
Problema 7.	Ligação Interna – Rodoviário	Crítico
Problema 8.	Comunicação: Telefonia e Internet	Ativo
Problema 9.	Sistema de Alerta: Cheias e Alagamentos	Indiferente
Problema 10.	Malha Ferroviária	Indiferente
Problema 11.	Coleta Seletiva de Resíduos	Indiferente
Problema 12.	Saneamento Básico	Indiferente

**Quadro 16** - Classificação dos Problemas Infraestruturais do COREDE Missões.  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Dimensão Sociocultural		
Problema	Tipo	Classificação
Problema 1.	Educação Empreendedora	Crítico
Problema 2.	Redução Número Escolas Rurais	Crítico
Problema 3.	Taxa Analfabetismo	Crítico
Problema 4.	Liderança entre Jovens	Crítico
Problema 5.	Investimentos Esporte, Cultura e Lazer	Crítico
Problema 6.	Vulnerabilidade Social	Crítico
Problema 7.	Drogadição e Violência	Crítico
Problema 8.	Comodismo e Conservadorismo	Crítico
Problema 9.	Cultura Turística	Passivo
Problema 10.	Rede Atendimento a Idosos	Indiferente
Problema 11.	Atendimento Média Complexidade – Saúde	Indiferente
Problema 12.	Segurança Pública Meio Rural	Indiferente

**Quadro 17** - Classificação dos Problemas Socioculturais do COREDE Missões.  
Fonte: Elaborado pelos autores.

<b>Dimensão Turística</b>		
<b>Problema</b>	<b>Tipo</b>	<b>Classificação</b>
Problema 1.	<b>Aeroporto Regional Sepé Tiarajú</b>	<b>Crítico</b>
Problema 2.	<b>Ponte Internacional Porto Xavier</b>	<b>Crítico</b>
Problema 3.	<b>Acesso Asfáltico aos Sítios Arqueológicos</b>	<b>Crítico</b>
Problema 4.	<b>Não Retenção/Atração de Turistas</b>	<b>Crítico</b>
Problema 5.	<b>Profissionalização Cadeia Turística</b>	<b>Crítico</b>
Problema 6.	<b>Placas de Sinalização Turística</b>	<b>Ativo</b>
Problema 7.	<b>Pertencimento Turístico e Cultural</b>	<b>Ativo</b>
Problema 8.	<b>Aproveitamento Recursos Naturais</b>	<b>Ativo</b>
Problema 9.	<b>Articulação Institucional para Eventos</b>	<b>Ativo</b>
Problema 10.	<b>Rede Hoteleira</b>	<b>Passivo</b>
Problema 11.	<b>Subaproveitamento do Rio Uruguai</b>	<b>Passivo</b>
Problema 12.	<b>Infraestrutura de Suporte/Apoio</b>	<b>Passivo</b>

**Quadro 18** - Classificação dos Problemas Turísticos do COREDE Missões.

Fonte: Elaborado pelos autores.

<b>Dimensão Econômica - Comércio, Indústria e Serviços</b>		
<b>Problema</b>	<b>Tipo</b>	<b>Classificação</b>
Problema 1.	<b>Agregação de Valor Prod. Regionais</b>	<b>Crítico</b>
Problema 2.	<b>Perfil Empreendedor</b>	<b>Crítico</b>
Problema 3.	<b>Migração Jovens</b>	<b>Crítico</b>
Problema 4.	<b>Qualificação Mão de Obra</b>	<b>Crítico</b>
Problema 5.	<b>Geração de Emprego e Renda</b>	<b>Crítico</b>
Problema 6.	<b>Logística Rodoviária</b>	<b>Ativo</b>
Problema 7.	<b>Parceria Universidades/Empresas</b>	<b>Ativo</b>
Problema 8.	<b>Feiras Itinerantes de Varejo</b>	<b>Ativo</b>
Problema 9.	<b>Logística Ferroviária</b>	<b>Ativo</b>
Problema 10.	<b>Capacidade Financeira Pública</b>	<b>Passivo</b>
Problema 11.	<b>Falta de Investidores-Investimentos</b>	<b>Indiferente</b>

**Quadro 19** - Classificação dos Problemas Econômicos – Comércio, Indústria e Serviços – do COREDE Missões.

Fonte: Elaborado pelos autores.

<b>Dimensão Econômica – Agropecuária</b>		
<b>Problema</b>	<b>Tipo</b>	<b>Classificação</b>
Problema 1.	<b>Sucessão Familiar Agricultura</b>	<b>Crítico</b>
Problema 2.	<b>Estruturação Cadeias Curtas de Produção</b>	<b>Crítico</b>
Problema 3.	<b>Crédito Rural Aquisição Terras Agric. Familiar</b>	<b>Crítico</b>
Problema 4.	<b>Gestão Agroindústrias</b>	<b>Crítico</b>
Problema 5.	<b>Sistema de Fiscalização Agroindústrias</b>	<b>Crítico</b>
Problema 6.	<b>Acesso Mercados Institucionais pela Agr. Familiar</b>	<b>Crítico</b>
Problema 7.	<b>Qualificação Mão-de-Obra</b>	<b>Crítico</b>
Problema 8.	<b>Distritos Agroindustriais</b>	<b>Crítico</b>
Problema 9.	<b>Parceria Universidades/Empresas</b>	<b>Crítico</b>
Problema 10.	<b>Industrialização de Commodities</b>	<b>Ativo</b>
Problema 11.	<b>Institutos Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico</b>	<b>Indiferente</b>
Problema 12.	<b>Retorno Fiscal – Geração de Energia</b>	<b>Indiferente</b>

**Quadro 20** - Classificação dos Problemas Econômicos – Agropecuária – do COREDE Missões.

Fonte: Elaborado pelos autores.

<b>Dimensão Institucional</b>		
<b>Problema</b>	<b>Tipo</b>	<b>Classificação</b>
Problema 1.	<b>Articulação Regional</b>	<b>Crítico</b>
Problema 2.	<b>Participação Consulta Popular</b>	<b>Crítico</b>
Problema 3.	<b>Baixa Capacidade Financeira Municipal</b>	<b>Crítico</b>
Problema 4.	<b>Falta de Lideranças</b>	<b>Ativo</b>
Problema 5.	<b>Coesão Territorial</b>	<b>Ativo</b>
Problema 6.	<b>Políticas Públicas Descontinuadas</b>	<b>Ativo</b>
Problema 7.	<b>Conselhos Municipais de Desenvolvimento</b>	<b>Ativo</b>
Problema 8.	<b>Repactuação Recursos Fiscais</b>	<b>Ativo</b>
Problema 9.	<b>Formalização Agroindústrias</b>	<b>Passivo</b>
Problema 10.	<b>Políticas Públicas ao Jovem Rural</b>	<b>Passivo</b>
Problema 11.	<b>Transparência Fiscal dos Municípios</b>	<b>Indiferente</b>
Problema 12.	<b>Políticas Públicas para a Terceira Idade</b>	<b>Indiferente</b>

**Quadro 21** - Classificação dos Problemas Institucionais do COREDE Missões.

Fonte: Elaborado pelos autores.

<b>Dimensão Ambiental</b>		
<b>Problema</b>	<b>Tipo</b>	<b>Classificação</b>
Problema 1.	Coleta Seletiva de Resíduos	<b>Crítico</b>
Problema 2.	Degradação Ambiental	<b>Crítico</b>
Problema 3.	Passivo Ambiental – Aterro Sanitário Regional	<b>Crítico</b>
Problema 4.	Desastres Naturais	<b>Ativo</b>
Problema 5.	Tratamento de Resíduos Sólidos	<b>Ativo</b>
Problema 6.	Uso de Agroquímicos	<b>Ativo</b>
Problema 7.	Gestão Recursos Hídricos	<b>Ativo</b>
Problema 8.	Produtividade Solo	<b>Passivo</b>
Problema 9.	Licenciamento Ambiental	<b>Passivo</b>
Problema 10.	Despejo de Efluentes	<b>Passivo</b>
Problema 11.	Aterros Sanitários	<b>Passivo</b>
Problema 12.	Impacto Ambiental – Barragens	<b>Indiferente</b>

**Quadro 22** - Classificação dos Problemas Ambientais do COREDE Missões.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a escala de prioridade estabelecida- de acordo com a metodologia da Matriz de Vester- serão consideradas para a elaboração das estratégias regionais e, por consequência, a construção de projetos de desenvolvimento, referentes a cada dimensão supracitada do COREDE Missões.

No Quadro 23, é apresentada a síntese total de problemas ativos e críticos, por dimensão, da região do COREDE Missões. Os esforços referentes à elaboração e construção dos projetos de desenvolvimento regional estarão direcionados sobre os cinquenta e três (53) gargalos e respectivas potencialidades, em diferentes dimensões do PEDR.

<b>TOTAL POR DIMENSÃO – PROBLEMAS CRÍTICOS E ATIVOS</b>		
<b>DIMENSÃO</b>	<b>PROBLEMA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
Infraestrutural	Qualidade de Energia	Crítico
Infraestrutural	Infraestrutura Logística	Crítico
Infraestrutural	Infraestrutura Logística Internacional	Crítico
Infraestrutural	Comunicação: Telefonia e Internet	Ativo
Infraestrutural	Acesso Asfáltico	Crítico
Infraestrutural	Ligação Interna – Rodoviário	Crítico
Infraestrutural	Sinalização Turística	Crítico
Infraestrutural	Aeroporto Internacional Sepé Tiarajú	Crítico
Sociocultural	Educação Empreendedora	Crítico
Sociocultural	Redução Número Escolas Rurais	Crítico
Sociocultural	Taxa Analfabetismo	Crítico
Sociocultural	Liderança entre Jovens	Crítico
Sociocultural	Vulnerabilidade Social	Crítico
Sociocultural	Drogadição e Violência	Crítico
Sociocultural	Comodismo e Conservadorismo	Crítico
Sociocultural	Investimentos Esporte, Cultura e Lazer	Crítico
Turística	Placas de Sinalização Turística	Ativo
Turística	Não Retenção/Atração de Turistas	Crítico
Turística	Infraestrutura de Suporte/Apoio	Crítico
Turística	Pertencimento Turístico e Cultural	Ativo
Turística	Articulação Institucional para Eventos	Ativo
Turística	Ponte Internacional Porto Xavier	Crítico
Turística	Profissionalização Cadeia Turística	Crítico
Turística	Aproveitamento Recursos Naturais	Crítico
Econômica	Sucessão Familiar Agricultura	Crítico
Econômica	Estruturação Cadeias Curtas de Produção	Crítico
Econômica	Créd. Rural Aq. Terras Agric. Familiar	Crítico
Econômica	Gestão Agroindústrias	Crítico
Econômica	Sistema de Fiscalização Agroindústrias	Crítico
Econômica	Industrialização de Commodities	Ativo
Econômica	Acesso Mercados Inst. pela Agr. Familiar	Crítico
Econômica	Distritos Agroindustriais	Crítico
Econômica	Parceria Universidades/Empresas	Ativo
Econômica	Perfil Empreendedor	Crítico
Econômica	Migração Jovens	Crítico
Econômica	Qualificação da Mão de Obra	Crítico
Econômica	Falta de Investidores-Investimentos	Crítico
Econômica	Agregação Valor Produtos Regionais	Crítico
Econômica	Estruturação Cadeia Turística	Crítico
Institucional	Articulação Regional	Crítico
Institucional	Falta de Lideranças	Ativo
Institucional	Coesão Territorial	Ativo
Institucional	Participação Consulta Popular	Crítico
Institucional	Políticas Públicas Descontinuadas	Ativo
Institucional	Baixa Capacidade Financeira Municipal	Crítico
Institucional	Conselhos Municipais de Desenv.	Ativo
Institucional	Repactuação Recursos Fiscais	Ativo
Ambiental	Uso de Agroquímicos	Ativo
Ambiental	Degradação Ambiental	Crítico
Ambiental	Coleta Seletiva de Resíduos	Crítico
Ambiental	Tratamento de Resíduos Sólidos	Ativo
Ambiental	Gestão Recursos Hídricos	Ativo
Ambiental	Desastres Naturais	Ativo
	<b>PROBLEMAS CRÍTICOS</b>	<b>40</b>
	<b>PROBLEMAS ATIVOS</b>	<b>13</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>53</b>

**Quadro 23** – Total de Problemas Críticos e Ativos – por Dimensão – COREDE Missões.

Fonte: Elaborado pelos autores.

## **10 ESTRATÉGIAS E PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS DO COREDE MISSÕES/RS**

A definição das estratégias que abrangem o processo de construção do PEDR do COREDE Missões, pautou-se em circunscrever as áreas que apresentam carências latentes, capturadas através da metodologia Vester, capazes de influenciar no processo de melhoria da qualidade de vida da população da referida região, considerando a sua realidade, delineada por meio da interpretação dos dados no diagnóstico técnico<sup>35</sup>. Além das problemáticas (Fraquezas e Ameaças) também foram estabelecidos projetos e ações que contemplassem as potencialidades da região (Fortalezas e Oportunidades).

A construção das ações que visam atender as carências e potencialidades referendadas pela sociedade, transitam entre as diferentes dimensões anteriormente estabelecidas, exigindo estabelecê-las em quatro grandes estratégias: 1) Infraestrutural; 2) Sociocultural; 3) Competitividade e Sustentabilidade Ambiental das Cadeias Produtivas; e, 4) Articulação, Governança e Planejamento Territorial.

O projetos elaborados a partir das estratégias, tiveram o envolvimento da sociedade regional, representadas por instituições e organizações, sendo ouvidas entidades de classes, conselhos representativos, sindicatos, instituições de ensino superior, os poderes executivo e legislativo.

<sup>35</sup> Para a definição das problemáticas regionais utilizou-se o diagnóstico técnico, mais especificamente a matriz FOFA regional por dimensão (infraestrutural, sociocultural, turística, ambiental, econômica e institucional). Assim, a partir desta, utilizou-se a metodologia de Vester (relação de causalidade – por priorização), que destacou os principais problemas regionais, no que tange as suas mais latentes fraquezas e ameaças para o desenvolvimento da região. Portanto, as estratégias, as ações e os anteprojetos regionais terão o foco concentrado nestas problemáticas, no sentido de minimizar as fraquezas e ameaças identificadas pela sociedade.

O processo de hierarquização obedeceu os princípios do método Vester, de modo que as demandas que apresentaram maior pontuação foram as que determinaram projetos tidos com maior grau de priorização, conforme segue.

## 10.1 ESTRATÉGIA 1 – INFRAESTRUTURAL DA REGIÃO DO COREDE MISSÕES/RS

A estratégia 1 do COREDE Missões está relacionada com a dimensão infraestrutural do diagnóstico técnico do PEDR Missões. É importante considerar tal estratégia para dimensionar o grau de apoio à competitividade nos setores econômicos e sociais. A infraestrutura possui relação direta aos investimentos, com significativa interferência no desempenho econômico regional.

No que tange as principais demandas regionais em relação aos aspectos infraestruturais, a logística ainda é a principal reivindicação regional. Tal posicionamento justifica-se pelo fato de haverem graves problemas estruturais de interligação rodoviária regional, bem como para o escoamento da produção agropecuária (logística nacional e internacional), para o suporte e apoio ao desenvolvimento dos setores produtivos regionais (telecomunicações, energia e saneamento) e para o setor turístico regional (infraestrutura de apoio ao turista, acessos aos sítios arqueológicos, aeroporto regional e sinalização turística). Além disto, deve-se ainda considerar a localização geográfica, a qual está inserida em uma região de faixa de fronteira (Brasil x Argentina) e distante dos grandes centros consumidores.

As ações e respectivos projetos tratam das reivindicações indicadas pelos atores sociais na elaboração da matriz FOFA e, hierarquizadas pela metodologia de Vester, as quais são apresentadas a seguir.

<b>PRIORIDADE</b>	<b>PROJETO</b>
1º	Ponte Internacional – Porto Xavier (BRA) x San Javier (ARG)
2º	Aeroporto Regional
3º	Acesso Asfáltico Municípios
4º	Confiabilidade Energia Elétrica
5º	Qualidade Telecomunicações
6º	Energias Alternativas
7º	Integra Missões
8º	Duplicação da BR 285
9º	Duplicação da RS 344
10º	Saneamento Básico Móvel
11º	Anel Rodoviário – Santo Ângelo x Entre-Ijuís
12º	Acesso Sítios Arqueológicos
13º	Sinalização Turística
14º	Acesso ao Santuário do Caaró – Caibaté
15º	Revitalização do Santuário do Caaró
16º	Mirante Cerro Inhacurutum
17º	Ampliação da Aduana – Porto Xavier
18º	Ampliação Estacionamento Aduana – P. Xavier
19º	Nova Aduana – Porto Xavier
20º	Trevo – Fenamilho Santo Ângelo
21º	Prainha e Praça – Barragem/Roque Gonzales
<b>TOTAL</b>	<b>21 PROJETOS</b>

**Quadro 24** – Projetos Hierarquizados da Estratégia Infraestrutural do COREDE Missões, 2017.

Fonte: Elaboração dos Autores.

## 10.2 ESTRATÉGIA 2 – SOCIOCULTURAL DA REGIÃO DO COREDE MISSÕES

A estratégia sociocultural da região do COREDE Missões está relacionada com a dimensão sociocultural do diagnóstico técnico do PEDR Missões. Neste sentido, trata das demandas regionais identificadas pelos atores, e que estão relacionadas aos aspectos de saúde, educação, cultura e vulnerabilidade social. Tais aspectos estão diretamente ligados ao bem-estar social dos atores, no que tange a qualidade e disponibilidade dos serviços regionais.

Com base no diagnóstico técnico, evidencia-se que o perfil regional quanto aos seus índices de desenvolvimento, encontram-se abaixo dos níveis estaduais e de outros COREDE's. Deste modo, são necessárias ações que visem galgar a região à patamares maiores, considerando suas particularidades e especificidades regionais.

De acordo com as reivindicações coletadas, a estratégia sociocultural contempla a ampliação do Hospital de Caridade de Santo Ângelo (HSA) e a

criação de uma Unidade de Alta Complexidade em Oncologia, no que se refere a saúde; sistema de alerta climático, monitoramento de fronteira, economia solidária, observatório social, conscientização do uso de agroquímicos e sucessão familiar, em relação a vulnerabilidade social e cultural; e, capacitação de gestores escolares, curso de medicina, cursos superiores e profissionais, em relação ao aspecto educacional.

Essas ações estão focadas sobre as demandas indicadas na matriz FOFA e hierarquizadas pela matriz de Vester sociocultural, que são apresentadas a seguir.

<b>PRIORIDADE</b>	<b>PROJETO</b>
1º	Ampliação Hospital Regional – HSA
2º	UNACON
3º	Conscientização do Uso de Agroquímicos
4º	Sucessão Familiar
5º	Curso de Medicina
6º	Guias de Turismo
7º	Sistema de Alerta – Clima
8º	Monitoramento de Fronteira – Remoto
9º	Economia Solidária
10º	Observatório Social
11º	Meu Chão, Minhas Raízes
12º	Capacitação e Qualificação Conselhos Escolares
13º	Ampliação Oferta de Cursos Técnicos
14º	Comitê de Bacia Hidrográfica
<b>TOTAL</b>	<b>14 PROJETOS</b>

**Quadro 25** – Projetos Hierarquizados da Estratégia Sociocultural do COREDE Missões, 2017.

Fonte: Elaboração dos Autores.

### 10.3 ESTRATÉGIA 3 – COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO COREDE MISSÕES

Os elementos que compõem essa estratégia aliam aspectos das dimensões: econômica (agropecuária e comércio, indústria e serviços), turismo e ambiental do diagnóstico técnico regional.

Concomitantemente com tais pretensões, a elaboração dos respectivos projetos justificam-se pela queda expressiva do número de empregos gerados e os baixos índices de desempenho econômico da região, os quais demonstraram que a Região das Missões declinou da 14º posição estadual em geração de riqueza – Produto Interno Bruto (PIB) - em 2007, para a 18º posição, em 2013 (FEE, 2016).

<b>PRIORIDADE</b>	<b>PROJETO</b>
1º	Projeto de Apoio a Gestão das Agroindústrias das Missões
2º	Construção do Consórcio Regional de Inspecção Sanitária Integrada (SIM Missões)
3º	Fomento ao Empreendedorismo
4º	Missões - Minha Terra
5º	Agenda Missioneira
6º	Missões Alimenta a Fé
7º	Plano de Marketing Turismo Regional
8º	Centro para Qualificação de Agroindústrias
9º	Fortalecimento e Diferenciação da Pecuária de Corte da Região das Missões – “Buena Carne Missioneira”
10º	Projeto + Leite: Gestão, Governança e Alternativas de Agroindustrialização da Pecuária Leiteira
11º	Fortalecimento da Produção de Grãos da Região das Missões
12º	Redes de Cooperação
13º	Centro Tecnológico de Pesquisa e Inovação das Missões
14º	Parque Tecnológico Interinstitucional de Energias Renováveis e Biotecnologia
15º	Tarifa Proteção Ambiental – Aterro Regional Sanitário
16º	Articulação 30 Povos e Ruta Jesuítica Internacional
<b>TOTAL</b>	<b>16 PROJETOS</b>

**Quadro 26** – Projetos Hierarquizados da Estratégia Competitividade e Sustentabilidade Ambiental das Cadeias Produtivas do COREDE Missões, 2017.  
Fonte: Elaboração Autores.

#### 10.4 ESTRATÉGIA 4 – ARTICULAÇÃO, GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO COREDE MISSÕES.

A estratégia de articulação, governança e planejamento territorial aborda aspectos ligados a dimensão institucional, a qual pretende apresentar projetos que contribuam para o fortalecimento e aprimoramento das instituições.

O diagnóstico técnico evidenciou que a participação democrática da população e a articulação na promoção da construção de lideranças é uma carência significativa, que é agravada com a crise migratória da população jovem, demonstrada por Zuanazzi (2015) e pelos dados da FEE (2016), que impactam sobre o nível de governança e investimentos regionais.

Contudo, a simples elaboração de projetos que visem o desenvolvimento territorial, por si só, não é suficiente para promover tal dinâmica. É essencial o destaque evidenciado pela sociedade, no que tange a construção de organizações para acompanhar, monitorar, fiscalizar e promover as atualizações necessárias, afim de que tais projetos tornem-se efetivos instrumentos de promoção do território.

Diante disso, apresenta-se cinco (5) projetos que visam atender tais demandas regionais, priorizadas pela metodologia de Vester.

<b>PRIORIDADE</b>	<b>PROJETO</b>
1º	Lideranças Fortes – Território Forte
2º	Nosso Chão
3º	Agência de Desenvolvimento Regional
4º	Centro Regional de Informações Econômicas – CRIES
5º	Comitê Gestor dos PEDR's - (RFP 7)
<b>TOTAL</b>	<b>5 PROJETOS</b>

**Quadro 27** - Projetos Hierarquizados da Estratégia Articulação, Governança e Planejamento Territorial do COREDE Missões, 2017

A próxima seção apresenta os projetos referentes as estratégias já deliberadas, de forma contínua, para melhor entendimento dos leitores.

## 11 CARTEIRA DE PROJETOS DO COREDE MISSÕES/RS

Nessa seção são apresentados cinquenta e seis (56) projetos, referentes as quatro (4) estratégias do COREDE Missões, apresentadas na seção anterior.

### 11.1 ESTRATÉGIA: INFRAESTRUTURAL DO PEDR MISSÕES

#### 11.1.1 Ponte Internacional de Porto Xavier (BRA) x San Javier (ARG)

##### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 1

**Título:** Ponte Internacional de Porto Xavier (BRA) x San Javier (ARG)

##### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:**

Propiciar um meio de ligação direta entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, hoje, existente na região somente por balsa;  
Facilitar o processo de internacionalização da região, pelo acesso direto/rodoviário, como corredor de exportação/importação do Mercosul;  
Facilitar os trâmites aduaneiros, de circulação de pessoas, de veículos e de mercadorias;  
Ganhos logísticos e de competitividade.

**Justificativa:**

A execução de tal obra beneficiará diretamente um montante de 250 mil habitantes (IBGE, 2016), distribuídos nos 25 municípios da região do COREDE Missões;  
Propiciar um meio de ligação direta entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, hoje, existente na região somente por balsa;  
Facilitar os trâmites aduaneiros, de circulação de pessoas, de veículos e de mercadorias;  
Propiciar uma maior integração, como corredor de exportação/importação do Bloco Econômico do Mercosul, e aos centros consumidores do bloco;  
O projeto potencializará a oportunidade da região se estabelecer com mais atrativos para o turismo, principalmente o turismo jesuítico – 30 Povos das Missões, Caminhos das Missões, Caminho das Origens – e corredor do Mercosul para o litoral brasileiro;  
A futura ponte facilitará o acesso de turistas argentinos ao Brasil, principalmente no que concerne como entrada para acesso as praias gaúchas e catarinenses, possibilitando aos turistas da região de Misiones uma redução de quase 40% no trajeto rodoviário.  
O projeto potencializa uma futura rota comercial para escoamento da produção agrícola dos dois países, tanto por meio rodoviário, quanto ferroviário – malha ferroviária entre São Luiz Gonzaga e Porto de Rio Grande. Ganhos logísticos e de competitividade, inseridos nas rotas de exportação/importação para a compra de mercadorias, insumos e escoamento da produção.  
Outro elemento seria a proximidade ao Aeroporto Regional de Santo Ângelo, que possibilitaria a conexão dessas duas regiões com os grandes centros econômicos e consumidores do Brasil, facilitando o turismo binacional – Região das Missões (BR) e Misiones (ARG);

##### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Ponte Internacional de Porto Xavier (BRA) x San Javier (ARG).

**Meta:** Construção da ponte em 4 anos.

**Custo:** US\$ 15.000. 000,00

<b>Prazo:</b> 48 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> US\$ 15.000.000,00

### 11.1.2 Internacionalização do Aeroporto Santo Ângelo

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 2</b>
<b>Título:</b> Internacionalização do Aeroporto Santo Ângelo.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Criar Infraestrutura para Voos Internacionais no Aeroporto Sepé Tiarajú.
<b>Justificativa:</b> <p>O governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria dos Transportes inauguraram, no domingo (22.05.16), a nova pista do aeroporto Sepé Tiarajú de Santo Ângelo, marcando uma nova etapa de desenvolvimento para a Região Noroeste do estado, que a partir de setembro também contará com voos para Porto Alegre.</p> <p>Iniciada em 2013 e muito aguardada pelos municípios missioneiros, a conclusão da obra de reforço do pavimento da pista foi definida como uma das prioridades da Secretaria dos Transportes. A obra da pista do Aeroporto de Santo Ângelo contou com um investimento de R\$ 6 milhões, com recursos provenientes do Estado e da União, por meio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa) A retomada das operações do aeroporto Sepé Tiarajú em Santo Ângelo pode ser considerada um dos resultados efetivos da diretriz adotada pela Secretaria dos Transportes de fomentar a aviação regional. A operação dos voos da linha Porto Alegre/Santo Ângelo a partir de setembro foi incentivada pelo Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR-RS), dentro do Programa de Investimento em Logística –PIL lançado em 2015 para promover o desenvolvimento econômico, social e turístico do estado com a ampliação das rotas de voos regulares nos aeroportos regionais (Assembleia Legislativa Rio Grande do Sul, 2015b).</p> <p>O PIL Aeroportos visa melhorar a qualidade dos serviços e a infraestrutura aeroportuária para os usuários, ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira (sendo que os voos regionais são em média 31% mais caros que os voos entre capitais) e reconstruir a rede de aviação regional. (Fonte: Secretaria Aviação Civil, 2015).</p> <p>O PDAR-RS, objetiva que todos os municípios gaúchos tenham, até 2017, um aeroporto operando voos regulares em até 180 quilômetros. O aeroporto de Santo Ângelo faz parte dessa rota e a operação dos voos no município fomentará a economia, a indústria, o agronegócio e a cultura e o turismo na região, que entre suas inúmeras belezas abriga um dos patrimônios da humanidade – as Ruínas de São Miguel das Missões.</p> <p>Concomitantemente a nível federal, em 2015 houve o início do programa de democratização da do transporte aéreo, onde através de investimentos na ordem de R\$45Bi pretende levar o acesso a esse tipo de transporte, a cerca de 21% da população brasileira que possui capacidade de consumo, mas que atualmente está desassistida (Fonte: Secretaria Aviação Civil, 2015).</p> <p>Tal programa denominado Programa Nacional de Aviação Regional - PNAR pretende saltar dos atuais de 80 aeroportos regionais recebem voos regulares para uma magnitude 270.aeroportos regionais. Pretende o PNAR atender os cerca de 40 milhões de brasileiros (21% da população) não tem acesso a um aeroporto a até 100 km de distância de sua residência e satisfazer os quase 43% da população do</p>

interior do país quer viajar, mas não tem como fazê-lo devido aos elevados custos (Fonte: Secretaria Aviação Civil, 2015)

Para o caso específico do Aeroporto de Santo Ângelo o programa já tem pré-aprovado um investimento de R\$ 73 milhões, dentro de um investimento estadual na ordem de R\$ 310 milhões.

O Projeto de Ampliação prevê a transformação do aeroporto para a categoria 3C, o que possibilitará os pousos e decolagens de aeronaves com capacidade para 134 passageiros podendo atender voos internacionais

Através do Programa de Aviação Regional, está prevista para o Aeroporto de Santo Ângelo a construção de um novo terminal de passageiros climatizado e mobiliado com 1.210 metros quadrados, pátio de estacionamento de aeronaves com 25.636 metros quadrados e pista com 1.670 metros de extensão por 30 metros de largura, instalação de um centro de controle e ampliação e reforma da seção anti-incêndio com 412 metros quadrados de área.

A importância dessa transformação afetará significativamente a dimensão econômica e turística da região, que poderá receber com maior conforto e comodidade os visitantes das Reduções Jesuíticas Guaranis, de onde se encontram em número de sete, sendo que a de São Miguel das Missões é considerada Patrimônio da Humanidade.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Construção de Infraestrutura de Atendimentos a usuários – Padrão Aeroporto Internacional.

**Meta:** Edificações e Infraestrutura.

**Custo:** R\$ 23.000.000,00

**Prazo:** 36 meses.

**Produto 2:** Adequação Pista do Aeroporto Sepé Tiarajú para Voos Internacionais.

**Meta:** Aquisição Equipamentos e Obras de Conformidade Pista.

**Custo:** R\$ 50.000.000,00

**Prazo:** 36 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 73.000.000,00

#### **11.1.3 Acesso Asfáltico aos Municípios das Missões**

##### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 3**

**Título:** Acesso Asfáltico aos Municípios das Missões.

##### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

**Objetivo:** Propiciar acesso asfáltico aos municípios da Região do COREDE Missões que ainda não possuem, sob forma de infraestrutura básica para tais municípios e região;

Tais obras podem contribuir para a retenção/permanência do jovem nestes municípios;

Ganhos logísticos e competitividade, principalmente no setor agropecuário – escoamento da produção.

##### **Justificativa:**

Conforme o relatório da Comissão Especial dos Municípios sem Acesso Asfáltico do Estado do Rio Grande do Sul (2016, p. 08-09):

“acesso asfáltico não é luxo, é necessidade, é requisito fundamental para levar o desenvolvimento aos municípios e, principalmente, para a manutenção das pessoas nas cidades. Quer-se evitar que os filhos saiam das cidades para estudar e não queiram mais voltar. Asfalto é geração de

<p>emprego e renda, é melhoria da qualidade de vida e também é dignidade, autoestima e respeito para com as comunidades”.</p> <p>A execução de tais obras beneficiarão diretamente um montante de 13.631 habitantes (IBGE, 2016), distribuídos nos municípios de Eugênio de Castro, Garruchos, Pirapó, Rolador e Ubiretama.</p> <p>Além disso, podem propiciar ganhos logísticos e competitividade a produção destes municípios, principalmente no setor agropecuário, para a compra de insumos e escoamento da produção.</p>
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1:</b> Acesso Asfáltico a Eugênio de Castro.  <b>Meta:</b> 22,50 km.  <b>Custo:</b> R\$ 18.408.001,53  <b>Prazo:</b> 36 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Acesso Asfáltico a Garruchos.  <b>Meta:</b> 57,30 km.  <b>Custo:</b> R\$ 33.902.543,00  <b>Prazo:</b> 48 meses</p>
<p><b>Produto 3:</b> Acesso Asfáltico a Pirapó.  <b>Meta:</b> 10,96 km.  <b>Custo:</b> R\$ 12.927.150,75  <b>Prazo:</b> 36 meses.</p>
<p><b>Produto 4:</b> Acesso Asfáltico a Rolador.  <b>Meta:</b> 23,82 km  <b>Custo:</b> R\$ 14.347.057,37  <b>Prazo:</b> 36 meses.</p>
<p><b>Produto 5:</b> Acesso Asfáltico a Ubiretama.  <b>Meta:</b> 7,87 km.  <b>Custo:</b> R\$ 6.231.908,67  <b>Prazo:</b> 24 meses.</p>
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 85.816.661,32

#### 11.1.4 Melhorias na Confiabilidade (Qualidade) e Ampliação do Fornecimento de Energia na Região do COREDE Missões

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 4</b>
<b>Título:</b> Melhorias na Confiabilidade (Qualidade) e Ampliação do Fornecimento de Energia na Região do COREDE Missões.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Aumento da confiabilidade, qualidade e do fornecimento de energia elétrica urbana e rural da Região do COREDE Missões.
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A Região do COREDE Missões detém uma ampla extensão territorial e está localizada em uma região de fronteira com a Argentina. O processo de eletrificação urbana e rural passou por diversas fases de desenvolvimento. A área urbana, pelas unidades consumidoras e o potencial de consumo presente pelo processo de industrialização em meados da segunda metade do século XX, teve um volume maior de investimentos em sua infraestrutura. Porém, nas áreas rurais, este abastecimento aconteceu a partir dos anos 1970. Em programas inseridos na modernização da agricultura gaúcha, foram criadas inúmeras cooperativas de eletrificação rural no estado. Estas entidades foram responsáveis</p>

pela implantação de um grande programa de eletrificação rural.

No entanto, com a evolução das tecnologias, a energia elétrica passou a ser um insumo fundamental na maior parte dos processos produtivos, tanto urbano quanto rurais.

Portanto, com o aumento do potencial de consumo regional, proporcionado pelo avanço tecnológico, são necessários investimentos na ampliação da capacidade instalada, bem como em melhorias na rede de energia e na qualidade do serviço prestado. A falta desta capacidade energética tornou-se um gargalo em muitas atividades produtivas regionais, urbanas e rurais.

Assim, é essencial a ampliação e a aumento da confiabilidade do fornecimento de energia elétrica na Região do COREDE Missões, visto ser um insumo fundamental para o desenvolvimento e crescimento sustentável da região missioneira.

Enfim, a implantação de um programa de ampliação da rede e de confiabilidade no fornecimento de energia elétrica é uma das prioridades regionais identificados pela sociedade missioneira.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Aumento da Capacidade/Disponibilidade de energia elétrica na Região das Missões.

**Meta:** Construção de uma subestação de Energia Elétrica no município de Eugênio de Castro.

**Custo:** R\$ 15.000.000,00

**Prazo:** 24 meses.

**Produto 2:** Confiabilidade do fornecimento de energia elétrica na Região das Missões.

**Meta:** Aumentar a confiabilidade e a extensão da rede, visando incremento de qualidade no fornecimento de energia elétrica na Região do COREDE Missões.

**Custo:** R\$ 4.800.000,00

**Prazo:** 36 meses.

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 19.800.000,00

## 11.1.5 Qualidade do Sistema de Telecomunicações – Serviços de Internet e Telefonia Móvel e Fixa

### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 5

**Título:** Qualidade do Sistema de Telecomunicações – Serviços de Internet e Telefonia Móvel e Fixa.

### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

#### Objetivo:

Proporcionar acesso e qualidade a população da Região do COREDE Missões, no que tange as tecnologias da informação (serviços de telefonia móvel, fixa e de internet).

#### Justificativa:

A execução de tal projeto poderá beneficiar diretamente um montante de 250 mil habitantes (IBGE, 2016), distribuídos nos 25 municípios da região do COREDE Missões.

Em relação a infraestrutura de comunicações, a região das Missões apresenta uma grande falta de cobertura destes serviços, tanto para o ambiente urbano quanto para o ambiente rural. Analisando-se os serviços telefônicos, observa-se que a maioria dos municípios pertencentes ao COREDE Missões possuem torres de

operadoras de telecomunicação, no entanto, estes serviços detêm uma maior qualidade apenas nos ambientes urbanos. Nos ambientes rurais, estes serviços são de muito baixa qualidade e inclusive inoperantes, o que acaba por dificultar a comunicação da população essencialmente rural.

Quando se refere ao acesso e disponibilidade dos serviços de internet, a análise é ainda mais preocupante, pois, a maioria dos municípios não dispõe de serviços de internet (de fibra óptica e de radiofrequência). Esta falha estrutural é entendida como um grande entrave no desenvolvimento econômico e social homogêneo do território missioneiro.

Para tanto, há a necessidade de ampliar os serviços deste setor e melhorar a qualidade, em relação a utilização da telefonia móvel, através da melhoria da potência e abrangência do sinal telefônico, bem como também em relação aos serviços de internet. Tais problemáticas elevam a dificuldade de comunicação e a circulação de informações para o desenvolvimento de atividades produtivas, comerciais, industriais, de saúde e educacionais.

A ampliação e as melhorias da qualidade das redes físicas (telefonia móvel e fixa) e da estrutura para serviços de internet são fundamentais para a sustentabilidade do desenvolvimento da região missioneira.

Deste modo, tais informações reportam à relevância da ampliação destes serviços básicos (telecomunicações) na região do COREDE Missões, nos ambientes urbanos e, principalmente, nos rurais (pois em sua maior parte, o território missioneiro, ainda é essencialmente rural).

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Levantamento dos investimentos necessários para a melhoria da qualidade e ampliação dos serviços de telecomunicação da Região do COREDE Missões.

**Meta:** Elaborar um estudo de viabilidade para mensuração dos investimentos necessários para implementação de um programa de ampliação e melhoria dos serviços de telecomunicação na Região das Missões.

**Custo:** R\$ 1.200.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 2:** Infraestrutura básica de telecomunicação necessária para a Região do COREDE Missões.

**Meta:** Proporcionar a população urbana e rural 100% de cobertura dos serviços de telecomunicação (telefonia fixa, móvel e internet).

**Custo:** R\$ 8.700.000,00

**Prazo:** 120 meses.

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 9.900.000,00

## 11.1.6 Estímulo a Produção de Energias Alternativas e Renováveis – Biomassa, Eólica e Fotovoltaica

### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 6

**Título:** Estímulo a Produção de Energias Alternativas e Renováveis – Biomassa, Eólica e Fotovoltaica.

### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Fomentar, incentivar e desenvolver projetos e programas que visem a produção/geração de energias alternativas e renováveis através da pesquisa de novas tecnologias, com a instituição de parcerias entre os poderes públicos e privados na Região do COREDE Missões.

**Justificativa:**

A execução de tal projeto poderá beneficiar diretamente um montante de 250 mil habitantes (IBGE, 2016), distribuídos nos 25 municípios da região do COREDE Missões, como uma estratégia inovadora e rentável em nível regional, empregando os conceitos de sustentabilidade econômica e ambiental.

Dentre as possibilidades para a produção/geração de energias alternativas, emergem a proveniente de placas fotovoltaicas (energia solar), energia eólica (ventos), biodigestores (biogás – metano), biomassa (oriundos da produção agropecuária) e hídrica (pequenas centrais hidrelétricas).

Para tanto, a região detém uma vasta extensão territorial, com disponibilidade hídrica, com incidência de ventos e de raios solares, e principalmente, com sobras na produção agropecuária, que podem ser transformadas em energias alternativas, como nos casos do biogás (animais) e da biomassa. No entanto, estas alternativas precisam ser melhor investigadas e identificadas, para averiguar se possuem potencial produtivo e principalmente viabilidade na sua produção/geração.

Enfim, estes mecanismos visam o desenvolvimento sustentável na produção/geração de energia, de modo a aproveitar o potencial, as oportunidades e as especificidades regionais, através do estabelecimento de parcerias público/privadas, visando o desenvolvimento da Região do COREDE Missões.

**3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Levantamento dos investimentos necessários referentes a produção/geração de energias alternativas e renováveis (eólica, biomassa, fotovoltaica...) na Região.

**Meta:** Elaborar um estudo de viabilidade para mensuração dos investimentos necessários para a produção/geração de energias alternativas na Região das Missões.

**Custo:** R\$ 500.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 2:** Pesquisa, desenvolvimento e incentivos à produção/geração de energias alternativas e renováveis a partir do potencial regional.

**Meta:** Elaborar projetos pilotos, visando o desenvolvimento de programas em parcerias com entidades públicas, privadas e comunitárias, no que tange a geração/produção de energias alternativas em grande escala.

**Custo:** R\$ 15.500.000,00

**Prazo:** 96 meses.

**Produto 3:** Implantação de indústria de ponta – produção de energia alternativa e renovável.

**Meta:** Construção de bases industriais para a produção de energia alternativa e renovável em grande escala.

**Custo:** R\$ 30.500.000,00

**Prazo:** 36 meses.

**Produto 4:** Geração e distribuição de energia elétrica.

**Meta:** Construção de infraestrutura (subestações e conversores) para geração e distribuição de energia elétrica em grande escala aos consumidores finais.

**Custo:** R\$ 15.500.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 62.000.000,00

### 11.1.7 Integra Missões

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 7</b>
<b>Título:</b> Integra Missões – Ligações Internas.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Construir pontes sobre o Rio Ijuí (2 Pontes) e Rio Piratini (1 Ponte), facilitando a logística terrestre da população da Região das Missões
<b>Justificativa:</b> A principal justificativa de tal projeto refere-se aos ganhos logísticos e competitividade a produção destes municípios, principalmente no setor agropecuário, para a compra de insumos e escoamento da produção. Atualmente a ligação entre os mesmos ocorre por Balsas, as quais não funcionam diuturnamente, prejudicando o deslocamento de doentes, enfermos, estudantes, etc. O atual acesso entre Mato Queimado e Guarani (um dos principais municípios no recebimento de grão e significativo potencial na produção de suínos) ocorre via Entre-Ijuís, o qual requer um deslocamento de 137km, quando com a existência da ponte, representaria um deslocamento de aproximadamente 20km. No caso da ponte que ligaria Garruchos a São Nicolau, atualmente o percurso é de 132km, e com a ponte poderia ser reduzido em 25Km, facilitando transporte de doentes e enfermos até São Luiz Gonzaga. No caso de Pirapó, o acesso ao município (sem a utilização de balsa) é dado por XVI de Novembro o que aumenta o percurso em 30 km. Todas essas construções reduziriam o custo logístico das mercadorias bem como fomentaria o turismo da região.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Projeto de Engenharia + Construção Ponte de Ligação entre Mato Queimado – Guarani das Missões. <b>Meta:</b> Construção Ponte de 160m². <b>Custo:</b> R\$ 12.000.000,00 <b>Prazo:</b> 12(doze) meses.
<b>Produto 2:</b> Projeto de Engenharia + Construção Ponte de Ligação entre Garruchos e São Nicolau. <b>Meta:</b> Construção Ponte de 150m². <b>Custo:</b> R\$ 12.000.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>Produto 3:</b> Projeto de Engenharia + Construção Ponte de Ligação entre Garruchos e São Nicolau. <b>Meta:</b> Construção Ponte de 100m². <b>Custo:</b> R\$ 8.000.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 30.500.000,00

### 11.1.8 Construção e Manutenção de Terceira Pista BR 285

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 8</b>
<b>Título:</b> Construção e Manutenção de Terceira Pista BR 285.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Construir a terceira pista na BR285, no trecho entre Ijuí (trevo da BR 285

com RS 342) e São Luiz Gonzaga (Trevo da BR 285 e RS 168); Manutenção dos trechos de terceira pista na BR 285, no trecho entre Ijuí e Entre-Ijuís.
<b>Justificativa:</b> A dependência do país da matriz logística pelas redes rodoviárias, é plenamente conhecida e reconhecida nacionalmente. A região das Missões entre 2007 e 2015 teve uma ampliação de aproximadamente 35% do número de condutores e com um crescimento médio anual de 7,2%. Os mesmos dados do DETRAN/RS (2016), demonstram que a BR 285 é a segunda rodovia do Rio Grande do Sul que mais matou em 2016. Foram 38 mortes no trecho que apresentou 28 acidentes com vítimas fatais. Quando analisado o número de acidentes nesse número entre 2008 e 2012 se elevou em 87%, perfazendo o número de 227 acidentes Considerando que a frota no Brasil entre 2010 e 2015 se elevou cerca de 70% e que a malha rodoviária não acompanhou esse crescimento, a necessidade de ampliar ou atualizar a malha rodoviária faz-se necessário. Esse corredor logístico torna-se rota de exportação, pois segundo o IPARDES 2010, as exportações que em 2000 eram de aproximadamente 3mil toneladas, passou para mais de 40.000 toneladas em 2010. Para agravar a situação, esse trecho percorre seis perímetros urbanos, que ampliam a periculosidade do trecho.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto: R\$ 6.240.000,00</b>

### 11.1.9 Construção e Manutenção de Terceira Pista RS 344

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 9</b>
<b>Título:</b> Construção e Manutenção de Terceira Pista RS 344.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Construção Terceira Pista do trecho asfáltico da RS 344 entre Ponte Rio Ijuí (Entre-Ijuís) e Trevo Acesso a BR 472(Santa Rosa); Manutenção dos referido trajeto asfáltico.
<b>Justificativa:</b> A dependência do país da matriz logística pelas redes rodoviárias é plenamente conhecida e reconhecida nacionalmente. A região das Missões entre 2007 e 2015 teve uma ampliação de aproximadamente 35% do número de condutores e com um crescimento médio anual de 7,2%. Considerando que a frota no Brasil entre 2010 e 2015 se elevou cerca de 70% e que a malha rodoviária não acompanhou esse crescimento, a necessidade de ampliar ou atualizar a malha rodoviária faz-se necessário. Esse corredor logístico rodoviário é significativo no de exportação e importação de mercadorias e do turismo com a Argentina. Segundo dados da Associação de Transportadores de Porto Xavier, 80% das cargas de cebola entram no Brasil por Porto Xavier. Produzida no Sul da Argentina, na província de Buenos Aires, a cebola tem como destino os diversos estados brasileiros neste período de entressafra nacional. A travessia nesse trajeto contabiliza o movimento de cerca de 100 caminhões e mais de 200 carros por dia. Embora o trajeto esteja em plena condição de tráfego, as condições desse trajeto já não representam o volume de veículos que circula nessa região.

Adicionalmente o fluxo de mercadorias e pessoas tem se ampliado dado que os municípios de Santo Ângelo, Giruá e Santa Rosa têm se apresentado como polos de saúde regional de média complexidade, o que amplia a circulação de veículos nesse trajeto.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Estudo de Engenharia da Construção. <b>Meta:</b> Elaboração do Estudo de Engenharia da Construção. <b>Custo:</b> R\$ 200.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Construção e Manutenção da Terceira Pista da RS 344. <b>Meta:</b> Construção e Manutenção da Terceira Pista da RS 344. <b>Custo:</b> R\$ 3.600.000,00 <b>Prazo:</b> 18 meses
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 3.800.000,00

#### 11.1.10 Sistema Móvel para tratamento de esgoto sanitário da Região das Missões

##### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 10

**Título:** Sistema Móvel para tratamento de esgoto sanitário da Região das Missões.

##### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Tratar os efluentes constituídos essencialmente de despejos domésticos, uma parcela de águas pluviais e, eventualmente.

- Universalização do acesso ao Esgotamento Sanitário.
- Alcançar os padrões estabelecidos pela legislação ambiental,
- Atender ao acelerado crescimento das cidades, tanto no aspecto qualitativo como no quantitativo.

##### **Justificativa:**

O acesso universal ao saneamento básico foi assumida como um compromisso de toda a sociedade brasileira, conforme a Lei 11.445/2007, (Brasil, 2007) que monitora o esforço das três esferas de governo no sentido de melhorar a prestação de serviços de saneamento. Nesse sentido é fundamental para o alcance da qualidade de vida e a conservação do meio ambiente, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, cujo foco principal é contribuir para o acesso ao saneamento básico.

Entre os principais problemas ambientais relacionados ao saneamento básico, temos a falta de tratamento de esgoto, que impacta nocivamente na bacia hidrográfica da região e nos lençóis freáticos

O chamado tratamento descentralizado: de esgotos tem se apresentado como uma estratégia alternativa, caracterizado pela coleta, tratamento e disposição final/reuso dos efluentes gerados em residências, bairros, comunidades isoladas, indústrias ou instituições (CRITES e TCHOBANOGLIOUS, 1998).

A utilização atual de sistemas centralizadores para apaziguar essa problemática, tem se apresentando inviável pela ótica econômica em decorrência da construção de sistemas de coleta e distribuição, o transporte dos esgotos por grandes percursos, a implantação e os custos de operação para a recuperação da cota (estações elevatórias), além de um controle sanitário para que a água e os efluentes, ao longo de seu percurso.

A gestão ambiental impõe a adoção de mecanismos modernos e eficazes no atendimento das necessidades da regionais, dada as limitações decorrentes da escassez de recursos e, quando isso não é possível, estabelece os critérios de

prevalência.

De acordo com os registros das plenárias municipais e regionais o COREDE das Missões e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí, as atividades econômicas da região estão cada vez afetando os recursos hídricos da região, potencializando a ocorrência de, passivos ambientais relacionados com a exploração desse tipo de recursos.

A atividade agrícola sem utilização de práticas de conservação dos solos, sem a conservação das áreas verdes, de proteção ambiental e de preservação permanente, refletindo na existência das queimadas e no desmatamento intenso, principalmente ao longo dos cursos d'água (matas ciliares).

Outra preocupação em relação à dimensão ambiental está relacionada à precariedade no sistema de saneamento básico, da dificuldade de abastecimento de água de uso doméstico, agrícola e industrial, de destino inadequado dos resíduos sólidos, na descarga de esgotos sem tratamento nos corpos hídricos; altas cargas de efluentes de dejetos de aves e suínos e de efluentes industriais sem tratamento; no uso indiscriminado de agrotóxicos; nos graves processos erosivos, assoreamento dos mananciais hídricos e contaminação por agrotóxicos; no desequilíbrio natural pela drenagem das zonas úmidas; na perfuração de poços profundos, sem pesquisa, sem licenciamento e sem a avaliação do potencial dos aquíferos; na disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, limitações técnicas dos municípios e dos demais órgãos ambientais na fiscalização quanto ao lançamento do esgoto sanitário nos rios e afluentes.

Dada esta relevância, o COREDE Missões, busca uma estratégia de atendimento a essa ameaça, orientada em um processo de desenvolvimento que propicie a experimentação de novas técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra e o desenvolvimento regional com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, importantes para a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais.

Um dos mais importantes desafios para o COREDE Missões, neste sentido, é a adequação das legislações municipais referentes às questões ambientais; a falta de infraestrutura física e humana; e a carência de um Centro Tecnológico Regional de pesquisa que qualifique e alinhe as questões ambientais com as estratégias de negócios para projetos regionais, ampliando a sempre a qualificação da mão de obra técnica e a fiscalização. É preciso capacitar a sociedade no sentido de proteger o bem comum para a presente e as futuras gerações, incentivando a busca e a disseminação do conhecimento, a implantação de tecnologias orientadas para uso eficiente de recursos naturais e a proteção da natureza.

Neste processo, segundo o Pró-RS V(2014): Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018), são proposições dos COREDE's para este tema:

- implementar a política de gestão de resíduos sólidos, em especial estimular ações que visem à educação ambiental, ao incremento da coleta seletiva, compostagem, reciclagem e à efetiva implantação da logística reversa;
- implantar os planos de saneamento nos municípios: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e controle de pragas;
- adequar os sistemas de licenciamento ambiental e as necessidades exigidas à dinâmica da sociedade atual, inclusive com a padronização de critérios e exigência de estrutura mínima para que os municípios executem os licenciamentos ambientais;
- otimizar os processos de outorgas pelo uso da água, adequando os às necessidades dos usuários e sistemas de controle e gerenciamento;

- instrumentalizar e institucionalizar os Comitês de Bacia Hidrográfica para o efetivo cumprimento de seu papel (normativos, deliberativos e consultivos), considerando-os como um ente de Estado, com poder delegado e que tem o papel de discutir e definir políticas públicas de recursos hídricos no nível de bacia hidrográfica.

No que tange ao tema sustentabilidade, defendem que o conceito sistêmico de sustentabilidade do desenvolvimento (ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito) deve estar presente em todas as políticas públicas, não ser tratado como uma questão setorial ou departamental, motivando e interagindo em todas as áreas, projetos e ações.

Quanto ao meio ambiente, o Pró-RS V (2014) destaca como propostas:

1. estruturar uma política estadual de recompensa por serviços ambientais aos agricultores e empresas que preservarem áreas para fins ambientais além dos limites legais;

2. acelerar a universalização do abastecimento de água tratada no meio rural da coleta e manejo de resíduos sólidos, incentivando o manejo e o uso adequado dos dejetos suínos, bovinos e de aves;

3. adequar a legislação ambiental às peculiaridades regionais com vistas à produção sustentável de alimentos;

4. promover políticas para a redução e racionalização do uso de agrotóxicos na agropecuária;

5. fazer da qualidade do solo a base para a qualidade ambiental.

Apesar da acentuada resistência às novas políticas ambientais, o COREDE Missões em parceria com os demais COREDE's, instituições de ensino, empresas e organizações buscam incorporar novas práticas de controle ambiental, adequando gradualmente seus processos, insumos e rotinas de operação à nova realidade. O processo na Região é ainda muito incipiente, mas o desafio está lançado: transformar passivos ambientais em ativos econômicos através de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), que é um instrumento poderoso para aquisição de tecnologias mais produtivas e limpas e seu fundamento é tornar novas cadeias de produção viáveis.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Sistema móvel para tratamento de efluentes.

**Meta:** Tratar os efluentes em nível de reuso industrial nos 21 municípios.

**Custo:** R\$ 10.000.000,00.

**Prazo:** 36 meses.

**Produto 2:** Adequação das Leis Municipais.

**Meta:** 100% dos municípios.

**Custo:** R\$ 0,00

**Prazo:** 36 Meses.

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 10.000.000,00

#### 11.1.11 Anel Rodoviário de Santo Ângelo

##### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 11

**Título:** Anel Rodoviário de Santo Ângelo.

##### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:**

Construção de Anel Rodoviário ligando a RS 344 a RS 218 e BR 285, interligando os municípios de Santo Ângelo e Entre-Ijuís;

Construção de trevos nos respectivos entroncamentos;

Construção de Ponte sobre o Rio Ijuí.

**Justificativa:**

A dependência do país da matriz logística pelas redes rodoviárias é plenamente conhecida e reconhecida nacionalmente.

A região das Missões entre 2007 e 2015 teve uma ampliação de aproximadamente 35% do número de condutores e com um crescimento médio anual de 7,2%.

Considerando que a frota no Brasil entre 2010 e 2015 se elevou cerca de 70% e que a malha rodoviária não acompanhou esse crescimento, a necessidade de ampliar ou atualizar a malha rodoviária faz-se necessário.

Esse corredor logístico rodoviário é significativo no de exportação e importação de mercadorias e do turismo com a Argentina. Segundo dados da Associação de Transportadores de Porto Xavier, 80% das cargas de cebola entram no Brasil por Porto Xavier. Produzida no Sul da Argentina, na província de Buenos Aires, a cebola tem como destino os diversos estados brasileiros neste período de entressafra nacional. A travessia nesse trajeto contabiliza o movimento de cerca de 100 caminhões e mais de 200 carros por dia.

Embora o trajeto esteja em plena condição de tráfego, as condições desse trajeto já não representam o volume de veículos que circula nessa região.

Adicionalmente o fluxo de mercadorias e pessoas tem se ampliado dado que os municípios de Santo Ângelo, Giruá e Santa Rosa têm se apresentado como polos de saúde regional de média complexidade, o que amplia a circulação de veículos nesse trajeto.

A rota que necessita passar pelo centro da cidade de Entre-Ijuís torna-se um gargalo para todo o fluxo de veículos que transita no coração das Missões, bem como nos acessos a Fronteira Noroeste, precisa de uma alternativa que permita um fluxo mais fluído.

Adicionalmente a rota pensada para o anel rodoviário, ligando a RS344 a RS 218 e BR285 torna-se uma via alternativa para todos aqueles que pretendem ter acesso ao aeroporto regional (e futuramente de abrangência nacional), que retoma suas atividades em maio de 2017 sem que haja necessidade de adentrar na cidade de Santo Ângelo.

Da mesma forma todo o transporte de cargas com destino a cidade de Santo Ângelo, mais especificamente ao Distrito Industrial da área leste do município, descartaria a necessidade de enfrentar o tráfego, contribuindo para a melhoria no processo de mobilidade de Santo Ângelo.

No que tange ao transporte de cargas essa seria uma alternativa interessante para todos os veículos que partem da região fronteira das Missões em direção ao centro do Estado e do País.

**3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Estudo de Engenharia da Construção.

**Meta:** Elaboração do Estudo de Engenharia da Construção.

**Custo:** R\$ 200.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 2:** Desapropriação e Indenização de Propriedades para Construção.

**Meta:** Desapropriação de terras.

**Custo:** R\$ 4.600.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 3:** Trecho RS 344 e RS 218.

**Meta:** Construção e trecho asfáltico pista simples.

**Custo:** R\$ 3.600.000,00

**Prazo:** 24 meses.

**Produto 4:** Construção trecho RS 218 e BR 285.

<b>Meta:</b> Construção e trecho asfáltico pista simples.
<b>Custo:</b> R\$ 4.200.000,00
<b>Prazo:</b> 24 meses
<b>Produto 5:</b> Ponte sobre o Rio Ijuí – Ligação RS 218 e BR 285.
<b>Meta:</b> Construção da Ponte sobre o Rio Ijuí.
<b>Custo:</b> R\$ 10.000.000,00
<b>Prazo:</b> 30 meses
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 22.600.000,00

### 11.1.12 Acesso Asfáltico aos Sítios Arqueológicos

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 12</b>
<b>Título:</b> Acesso Asfáltico aos Sítios Arqueológicos.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b> Propiciar acesso asfáltico aos sítios arqueológicos da Região do COREDE Missões que ainda não possuem, sob forma de infraestrutura básica para tais municípios e região;</p> <p>Obra de acesso asfáltico, de Dez (10) quilômetros à Redução Jesuítica de São Lourenço, no município de São Luiz Gonzaga;</p> <p>Obra de acesso asfáltico, de Oito (08) quilômetros à Redução Jesuítica de São João Batista, no município de Entre Ijuís;</p> <p>Potencializar o turismo na região das Missões, facilitando o acesso as reduções jesuíticas;</p> <p>Criar opções turísticas para ampliar a atração e retenção de turistas na região.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A execução de tal projeto poderá beneficiar diretamente um montante de 250 mil habitantes (IBGE, 2016), distribuídos nos 25 municípios da região do COREDE Missões, como uma estratégia de atração turística, visando uma alternativa de geração de emprego e renda;</p> <p>Oportunidade de se estabelecer como uma região atrativa para o turismo – Rota Missões, Caminho das Origens, Caminho das Missões, 30 Povos das Missões (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai) – e corredor do Mercosul para o litoral brasileiro;</p> <p>O potencial turístico na região é pouco explorado, pois, como exemplo, o sítio arqueológico de São Miguel das Missões, teria capacidade para atender cerca de 200 mil turistas por ano, e atualmente atende cerca de 80.000 (SMTUR de São Miguel das Missões - 2016) que demonstra a fragilidade da cadeia turística regional;</p> <p>Embora não existam dados efetivos do número de turistas que visitam as Reduções Jesuíticas, estima-se via Secretaria do Turismo de São Miguel das Missões que aproximadamente 70.000 turistas por ano, enquanto que as mesmas reduções localizadas em San Ignacio (Argentina) recebe anualmente, mais de 200.000 turistas.</p> <p>A oportunidade que poderá alavancar o turismo para tal projeto ainda recai sobre a sinalização do Banco Interamericano de Desenvolvimento que aprovou verba de USD 100 milhões para a elaboração da Rota Turística do 30 Povos Guarantica, que envolverá Argentina, Paraguai, Brasil, Bolívia e Uruguai. Segundo depoimento do Ministro Argentino (veiculado na Revista Isto É Dinheiro de Janeiro de 2017), a Rota que inclui 30 povoados, que segundo as estimativas teriam dobrar a atual capacidade de atração de 250.000 por ano, turistas curiosos por ver as ruínas das missões católicas estabelecidas pela Companhia de Jesus nos séculos XVII e</p>

<p>XVIII. Salienta a ministra paraguaia Marcela Bacigalupo, na mesma revista, que um dos objetivos da rota será o desenvolvimento rural, de forma que “o turismo não se concentre somente nas grandes capitais, mas que o efeito permeie esses mais de trinta povoados tão distantes das grandes capitais”.</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1:</b> Estudo de Engenharia e Impacto Ambiental para Acesso Asfáltico das Reduções Jesuíticas de São Lourenço e São Luiz Gonzaga.  <b>Meta:</b> Elaboração do Projeto.  <b>Custo:</b> R\$ 50.000,00  <b>Prazo:</b> 6 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Acesso Asfáltico a Redução Jesuítica de São João Batista – Entre-Ijuís.  <b>Meta:</b> 7,50 km  <b>Custo:</b> R\$ 5.000.000,00  <b>Prazo:</b> 18 meses</p>
<p><b>Produto 3:</b> Acesso Asfáltico a Redução Jesuítica de São Lourenço – São Luiz Gonzaga.  <b>Meta:</b> 10 km  <b>Custo:</b> R\$ 7.700.000,00  <b>Prazo:</b> 18 meses</p>
<p><b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 12.750.000,00</p>

#### 11.1.13 Sinalização Turística – Rota Missões

<p><b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 13</b></p>
<p><b>Título:</b> Sinalização Turística – Rota Missões.</p>
<p><b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b></p>
<p><b>Objetivo:</b> Criar uma identidade regional para o turismo das Missões, englobando todos os 25 municípios do COREDE;  Sinalizar e orientar turistas e viajantes sobre o potencial turístico regional, através de placas, outdoors e material de divulgação;  Estimular a cadeia turística regional;  Fornecer infraestrutura mínima de orientação e sinalização dos principais pontos turísticos regionais;  Atrair potenciais turistas de outras regiões do Brasil e do Mundo.</p>
<p><b>Justificativa:</b>  A execução de tal projeto poderá beneficiar diretamente um montante de 250 mil habitantes (IBGE, 2016), distribuídos nos 25 municípios da região do COREDE Missões, como uma estratégia de atração turística, visando uma alternativa de geração de emprego e renda;  Oportunidade de se estabelecer como uma região atrativa para o turismo – Rota Missões, Caminho das Origens, Caminho das Missões, 30 Povos das Missões (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai) – e corredor do Mercosul para o litoral brasileiro;  O potencial turístico na região é pouco explorado, pois, como exemplo, o sítio arqueológico de São Miguel das Missões, teria capacidade para atender cerca de 200 mil turistas por ano, e atualmente atende cerca de 80.000 (SMTUR de São Miguel das Missões - 2016) que demonstra a fragilidade da cadeia turística regional;  Além disto, a fragilidade infraestrutural é latente para o desenvolvimento da região e do turismo regional, sendo que a falta de uma identidade e unidade regional para a atração de turistas é um dos principais gargalos (plano de marketing, placas de sinalização, materiais de orientações e estratégias de divulgação da Região das</p>

Missões).
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1:</b> Sinalização e orientação regional do turismo das Missões – Rota Missões.  <b>Meta:</b> Elaborar um plano de marketing/design regional de sinalização turística - placas de sinalização turística, de orientação e outdoors dos potenciais turísticos regionais.  <b>Custo:</b> R\$ 50.000,00  <b>Prazo:</b> 3 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Identificação e sinalização turística de trânsito nos principais acessos, trevos e atrativos turísticos da Região das Missões.  <b>Meta:</b> Produção e instalação de 150 placas de sinalização de trânsito.  <b>Custo:</b> R\$ 52.500,00  <b>Prazo:</b> 3 meses.</p>
<p><b>Produto 3:</b> Orientação turística da Região das Missões.  <b>Meta:</b> produção e instalação de 45 placas de orientação turística.  <b>Custo:</b> R\$ 135.000,00  <b>Prazo:</b> 3 meses.</p>
<p><b>Produto 4:</b> Divulgação dos potenciais turísticos regionais – Rota Missões.  <b>Meta:</b> Produção e instalação de 6 outdoors dos principais atrativos turístico regionais, nos principais corredores de acesso à Região das Missões.  <b>Custo:</b> R\$ 90.000,00  <b>Prazo:</b> 3 meses.</p>
<p><b>Produto 5:</b> Material de divulgação e orientação dos potenciais turísticos regionais – Rota Missões.  <b>Meta:</b> Produção de folders e mapas de orientação dos principais atrativos turístico regionais para disponibilizar aos turistas e potenciais visitantes da Região das Missões.  <b>Custo:</b> R\$ 50.000,00  <b>Prazo:</b> 3 meses.</p>
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 377.500,00

#### 11.1.14 Acesso Asfáltico ao Santuário do Caaró

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 14</b>
<b>Título:</b> Acesso Asfáltico ao Santuário do Caaró – Caibaté.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b> Propiciar ao turista melhoria no acesso ao Santuário do Caaró com a extensão de dois quilômetros.</p>
<p><b>Justificativa:</b>  O Santuário do Caaró, é um ponto turístico religioso de reconhecimento internacional, sendo também um local importante para milhares de católicos e uma tradição das missões no Rio Grande do Sul. A Romaria reverencia a memória dos três Santos Mártires: Padre Roque Gonzales, Padre Afonso Rodriguez e Padre, João.  Santuário do Caaró no RS mantém viva memória e testemunho de três padres mártires.  O Santuário de Caaró, em Caibaté, mantém viva a memória e o testemunho dos primeiros missionários do estado, os santos mártires Roque González, Afonso Rodrigues e João de Castilhos, mortos em 1628.</p>

Anualmente uma romaria reúne anualmente cerca de 15.000 de fiéis que peregrinam ao lugar do martírio desses três padres 'missioneiros'.

A Diocese de Santo Ângelo realiza anualmente a romaria, denominada "Romaria dos Mártires das Missões", que acontece à 83ª edição, onde os católicos celebram a história da vida e morte dos três primeiros padres 'missioneiros'.

A Romaria Diocesana ao Santuário de Caaró constitui um acontecimento significativo de celebração de nossa vida de Igreja. Somos Igreja peregrina, estamos a caminho do Reino. Somos romeiros (as) com os olhos fixos no horizonte de nossa fé. Caminhamos motivados pela esperança de salvação. Buscamos fortalecer nossas disposições de viver o amor fraterno. A Romaria representa uma oportunidade de crescimento de comunhão de Igreja", destaca nota da diocese.

Conjuntamente a Romaria marca o encerramento da Trilha dos Santos Mártires, que realiza o trajeto com a saída da Cruz do Passo do Padre, Santo Isidro, São Nicolau, primeira redução jesuíta no Rio Grande do Sul.

Os Santos Mártires Roque, Afonso e João foram os primeiros evangelizadores nas terras do Sul do Brasil. Exerceram seu trabalho missionário junto aos índios Guaranis, no noroeste do Rio Grande do Sul. Padre Roque era do Paraguai e os padres Afonso Rodrigues e João de Castilho vieram como missionários da Espanha. Depois de fundar numerosas comunidades cristãs, chamadas Reduções, entre os índios no Paraguai e região missioneira da Argentina, entraram em terras do atual Rio Grande do Sul, onde a 3 de maio de 1626 celebraram a primeira missa em terras gaúchas, na localidade de São Nicolau. Depois de dois anos e meio de intenso trabalho missionário, foram mortos por um grupo de índios rebeldes à evangelização, liderados pelo cacique-pagé Nheçu. Os padres Roque e Afonso, foram mortos na recém fundada redução de Caaró, no dia 15 de novembro de 1628, e o padre João dois dias mais tarde, em Assunção do Ijuí.

Em 1934, o Papa Pio XI declarou a beatificação dos Três Mártires das Missões, e no dia 16 de maio de 1988, o Papa João Paulo II canonizou-os, declarando-os Santos oficialmente. Sempre é bom lembrar que os Santos são reconhecidos como do local onde são mortos.

Os santos mártires foram canonizados pelo então Papa João Paulo II, em 1988. O local embora possua uma igreja e uma infraestrutura para acolhimento dos turistas e romeiros, possui um acesso asfáltico precário que prejudica o recebimento de turistas.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Estudo de Engenharia de melhoria/atualização acesso entre a BR 285 e o Santuário do Caaró, que perfaz um trajeto de dois (02) Km.

**Meta:** Projeto.

**Custo:** R\$ 5.000,00

**Prazo:** 02 meses.

**Produto 2:** Melhoria/Atualização do acesso asfáltico ao Santuário do Caaró, trajeto de dois (02) Km.

**Meta:** 02 km.

**Custo:** R\$ 295.000,00

**Prazo:** 06 meses

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 300.000,00

### 11.1.15 Revitalização do Santuário do Caaró em Caibaté

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 15</b>
<b>Título:</b> Revitalização do Santuário do Caaró em Caibaté.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Propiciar ao turista melhoria na infraestrutura de atendimento a turistas ao Santuário do Caaró.
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>O Santuário do Caaró é um ponto turístico religioso de reconhecimento internacional, sendo também um local importante para milhares de católicos e uma tradição das missões no Rio Grande do Sul. A Romaria reverencia a memória dos três Santos Mártires: Padre Roque Gonzales, Padre Afonso Rodriguez e Padre João de Castilhos.</p> <p>O Santuário de Caaró, em Caibaté, mantém viva a memória e o testemunho dos primeiros missionários do estado, os santos mártires Roque González, Afonso Rodrigues e João de Castilhos, mortos em 1628. Anualmente uma romaria reúne anualmente cerca de 15.000 de fiéis que peregrinam ao lugar do martírio desses três padres 'missioneiros'.</p> <p>A Diocese de Santo Ângelo realiza anualmente a romaria, denominada "Romaria dos Mártires das Missões", que acontece à 83ª edições, onde os católicos celebram a história da vida e morte dos três primeiros padres 'missioneiros'.</p> <p>A Romaria Diocesana ao Santuário de Caaró constitui um acontecimento significativo de celebração de nossa vida de Igreja. Somos Igreja peregrina, estamos a caminho do Reino. Somos romeiros (as) com os olhos fixos no horizonte de nossa fé. Caminhamos motivados pela esperança de salvação. Buscamos fortalecer nossas disposições de viver o amor fraterno. A Romaria representa uma oportunidade de crescimento de comunhão de Igreja", destaca nota da diocese.</p> <p>Conjuntamente a Romaria marca o encerramento da Trilha dos Santos Mártires, que realiza o trajeto com a saída da Cruz do Passo do Padre, Santo Isidro, São Nicolau, primeira redução jesuíta no Rio Grande do Sul.</p> <p>Os Santos Mártires, Roque, Afonso e João foram os primeiros evangelizadores nas terras do Sul do Brasil. Exerceram seu trabalho missionário junto aos índios Guaranis, no noroeste do Rio Grande do Sul. Padre Roque era do Paraguai e os padres Afonso Rodrigues e João de Castilho vieram como missionários da Espanha. Depois de fundar numerosas comunidades cristãs, chamadas Reduções, entre os índios no Paraguai e região missioneira da Argentina, entraram em terras do atual Rio Grande do Sul, onde a 3 de maio de 1626 celebraram a primeira missa em terras gaúchas, na localidade de São Nicolau. Depois de dois anos e meio de intenso trabalho missionário, foram mortos por um grupo de índios rebeldes à evangelização, liderados pelo cacique-pagé Nheçu. Os padres Roque e Afonso foram mortos na recém fundada redução de Caaró, no dia 15 de novembro de 1628, e o padre João dois dias mais tarde, em Assunção do Ijuí.</p> <p>Em 1934, o Papa Pio XI declarou a beatificação dos Três Mártires das Missões, e no dia 16 de maio de 1988, o Papa João Paulo II canonizou-os, declarando-os Santos oficialmente. Sempre é bom lembrar que os Santos são reconhecidos como do local onde são mortos.</p> <p>Os santos mártires foram canonizados pelo então Papa João Paulo II, em 1988.</p> <p>O local embora possua uma igreja e uma infraestrutura para acolhimento dos turistas e romeiros, possui um acesso asfáltico precário que prejudica o recebimento de turistas.</p>
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Projeto de Engenharia para Revitalização do Conjunto Arquitetônico, Projeto de Acessibilidade do Santuário e Projeto de melhorias na infraestrutura de Apoio aos Turistas.
<b>Meta:</b> Projeto Engenharia e Projeto Arquitetônico.

<b>Custo:</b> R\$ 50.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Obras de Revitalização e Melhorias na Infraestrutura de Apoio ao turista no Santuário do Caaró. <b>Meta:</b> Construção de infraestrutura de apoio ao turista. <b>Custo:</b> R\$ 750.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 800.000,00

### 11.1.16 Turismo no Cerro do Inhacurutum

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 16</b>
<b>Título:</b> Turismo no Cerro do Inhacurutum.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Propiciar ao turista infraestrutura básica ao turista; Obra de acesso asfáltico/pavimentado de (10,8) quilômetros entre a BR 392 e o Cerro do Inhacurutum – Roque Gonzáles; Obra de revitalização do Mirante do Cerro do Inhacurutum; Construção de Infraestrutura de Apoio – Edícula com sanitários masculino e feminino; Construção de Edificação para Comercialização de Produtos Locais e Artesanato.
<b>Justificativa:</b> O Cerro do Inhacurutum é o acidente geográfico de 743,15 metros de altura ao nível do mar e 176,20 metros de altura medida no local (dados GPS), sendo este ponto a elevação máxima encontrada no município de Roque Gonzales. A sua importância se dá devido a ele ter sido o ponto de resistência do povo guarani, na pessoa do cacique Nheçu que, resistindo à incursão das forças jesuíticas cristianadoras, seria historicamente tido como responsável pelo assassinato dos padres Roque Gonzalez de Santa Cruz (i.e. Roque Gonzales), Afonso Rodrigues, e Juan del Castillo (i.e. João de Castilho). Atualmente o Cerro do Inhacurutum possui um baixo grau de atratividade turística, mas em função do seu cunho histórico e religioso motiva visitas ao território. A curiosidade do turista de perfil secular está aumentando juntamente com o desenvolvimento da indústria turística regional pelas administrações municipais (por exemplo, a criação da Rota Missões). Guias acompanhados ao topo do cerro existem e podem ser agendados no local. A sua importância histórica está calcada na primeira fase da entrada dos Jesuítas no Rio Grande do Sul. Nas redondezas do Cerro estavam sediados os índios Guarani da etnia Mbya. Esse período representou o tempo de glória indígena foi sob o reinado do Cacique Nheçu. Nheçu foi o primeiro chefe indígena que ousou se opor à mudança de seus costumes ancestrais, trazida pelos padres da Companhia de Jesus, os quais, ardilosamente, buscavam enfraquecer o poderio dos caciques, simbolizado pela união com outras famílias, através dos vários casamentos do cacique com diversas esposas, dando uma prova de sua influência tribal pela união com estas famílias...As tribos Guarani variavam até um máximo de 300 índios e a de Nheçu estava baseada nas proximidades do Cerro do Inhacurutum - o arroio da coruja, proximidades com o Rio Ijuí (o meio de transporte era a canoa) e ao excelente ponto de observação representado pelo Cerro, que é a maior elevação das Missões. No topo do Cerro, Nheçu postava sentinelas de aguçado olhar, que lhe informavam sobre a movimentação do invasor espanhol, em terras hoje argentinas,

até que os jesuítas começaram a ultrapassar o Rio Uruguai e a invadir o Território Nheçuan dali foi que o chefe guarani Cacique Nheçú comandou a resistência à entrada dos padres jesuítas colonizadores. Conta a lenda que a tribo era pujante em curandeiros e

Conforme nos informa a história, Cacique Nheçú foi responsável pelo assassinato dos chamados Três Mártires das Missões: Roque Gonzales (paraguaio filho de mãe índia guarani cristã e pai espanhol de linhagem nobre; Afonso Rodrigues; e Júlio de Castilhos).

O Cerro tornou-se representativo na história indígena, pois foi ali que o Cacique reuniu as diversas tribos para se opor o processo de envagelização dos jesuítas (de um lado) e de carnificina dos Bandeirantes (de outro lado).

Foi do alto do Cerro do Inhacurutum que o cacique Nheçu construiu uma fomalha de pedra e pediu que mantivessem o fogo aceso para orientar e sinalizar para a reunião dos Guaranis. Relata a lenda que o fogo ardeu durante cinco dias, nenhum vento soprou e o mormaço se fez presente, à noite quando a lua cheia surgiu fazendo seu trajeto noturno cruzou por cima do risco de fumaça que se erguia para o céu como uma lança, como se a fogueira tocasse a lua. E foi assim que os caciques e Nheçu interpretaram o sinal, que se erguia do alto do Inhacurutum;

Como o Cerro fica em uma posição geográfica privilegiada, a 10 km da BR 392, um dos principais corredores logísticos entre Brasil e Argentina (Balsa Porto Xavier-San Javier) e significativo ponto de entrada de argentinos para acesso ao litoral gaúcho e catarinense, segundo dados da Polícia Federal do Brasil, o crescimento de entrada de turistas argentinos tem crescido a taxas superiores a 20% ao ano, o potencial turístico dessa beleza natural é significativo.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Estudo de Engenharia de acesso da BR 392 e o Cerro do Inhacurutum, trajeto de 10,8 Km.

**Meta:** Projeto de engenharia.

**Custo:** R\$ 20.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 2:** Acesso asfáltico ao Cerro do Inhacurutum, trajeto de 10,8 km.

**Meta:** Pavimentação asfáltica de 10,8 km.

**Custo:** R\$ 6.000.000,00

**Prazo:** 24 meses

**Produto 3:** Construção de sanitários e local para exploração comercial.

**Meta:** Construção Predial e Projeto de marketing comercial.

**Custo:** R\$ 150.000,00

**Prazo:** 12 meses

**Produto 4:** Manufatura e Instalação de Sinalização Turística.

**Meta:** Colocação de placas de orientação turística.

**Custo:** R\$ 10.000,00

**Prazo:** 6 meses

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 6.180.000,00

#### 11.1.17 Ampliação e Acessibilidade da Aduana Porto Xavier

##### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 17

**Título:** Ampliação e Acessibilidade da Aduana Porto Xavier.

##### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:**

Ampliação de Estrutura Física Aduaneira;  
Adequação das Normas de Acessibilidade.

<p><b>Justificativa:</b></p> <p>O volume de turistas e comércio entre a Argentina e Brasil, utilizando como acesso ao município de Porto Xavier tem crescido significativamente nos últimos anos.</p> <p>Segundo dados da Polícia Federal e Receita Federal o número de turistas tem crescido a uma taxa de 15% ao ano e o volume de comércio a uma expansão de 7% ao ano, nos últimos cinco anos.</p> <p>O número de turistas tende a se elevar nos próximos anos em função de um Programa Transnacional de Turismo financiado pelo BIRD, que promoverá o Turismo dos 30 Povos Guaranis.</p> <p>Na esfera econômica a importância de tal projeto recai sobre a definição do local da construção da Ponte Internacional Brasil-Argentina, que deverá ocorrer em Porto Xavier, gerando a necessidade legal, mas também a necessidade econômica, dado a ampliação e fortalecimento das relações comerciais entre os dois países.</p> <p>A esfera logística, considera-se ainda a potencialidade de exportação de cereais, via porto de Santaana (ARG), que deverá começar a operar no primeiro semestre de 2018, o qual poderá tornar-se uma alternativa econômica para as exportações de grãos, pois reduziria a distância comparativa ao Porto de Rio Grande em cerca de 400Km.</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1:</b> Ampliação da Área Coberta Atendimento ao Turista.  <b>Meta:</b> Construção.  <b>Custo:</b> R\$ 350.000,00  <b>Prazo:</b> 12 meses</p>
<p><b>Produto 2:</b> Construção de Infraestrutura de Apoio ao Turista e Suporte Atividades Administrativas.  <b>Meta:</b> Construção.  <b>Custo:</b> R\$ 250.000,00  <b>Prazo:</b> 12 meses</p>
<p><b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 600.000,00</p>

#### 11.1.18 Nova Infra Caminhoneiros Aduana Porto Xavier

<p><b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL – PRIORIDADE 18</b></p>
<p><b>Título:</b> Nova Infra Caminhoneiros Aduana Porto Xavier.</p>
<p><b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b></p>
<p><b>Objetivo:</b></p> <p>Atualização Infraestrutura de Atendimento a Caminhoneiros.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>O porto de Porto Xavier é uma das principais rotas de exportação e importação entre o Brasil e Argentina, resultante da sua posição geográfica, que facilita as exportações/importações à/da região de Misiones, bem como aos benefícios logísticos para os demais países do Mercosul.</p> <p>Na esfera econômica a importância de tal projeto recai sobre a definição do local da construção da Ponte Internacional Brasil-Argentina, que deverá ocorrer em Porto Xavier, gerando a necessidade legal, mas também a necessidade econômica, dado a ampliação e fortalecimento das relações comerciais entre os dois países.</p> <p>Atualmente, a Aduana de Porto Xavier atende diariamente a cerca de trinta carretas que pernoitam na mesma na dependência dos desembarques burocráticos. Em épocas de “alta temporada” nas trocas comerciais a Aduana chega a registrar o</p>

pernoite de 50 caminhões, sendo que um número significativo de veículos, fica a descoberto no lado argentino, por não possuir infraestrutura de apoio a essa categoria.

Adicionalmente a esse cenário, considera-se ainda a potencialidade de exportação de cereais, via porto de Santa Ana (ARG), que deverá começar a operar no primeiro semestre de 2018, o qual poderá tornar-se uma alternativa econômica para as exportações de grãos, pois reduziria a distância comparativa ao Porto de Rio Grande em cerca de 400Km.

As atuais dependências foram construídas a mais de 20 anos e foram efetivadas para atender 15 caminhões diários. Nas atuais dependências, o estacionamento é de “chão batido”, banheiros em condições insalubres entre outras deficiências.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Ampliação do Estacionamento para Caminhões.

**Meta:** Ampliação Pátio.

**Custo:** R\$ 100.000,00

**Prazo:** 3 meses.

**Produto 2:** Pavimentação do Estacionamento para Caminhões.

**Meta:** Pavimento.

**Custo:** R\$ 80.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 2:** Atualização, Ampliação da Infraestrutura de Apoio a Caminhoneiros no Estacionamento para Caminhões da Aduana.

**Meta:** Edificações.

**Custo:** R\$ 420.000,00

**Prazo:** 12 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 12.000.000,00

## **11.1.19 Bem-Vindo 2 – Nova Aduana Porto Xavier**

### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 19**

**Título:** Bem Vindo 2 – Nova Aduana Porto Xavier.

### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

**Objetivo:**

Construção de Estrutura Física Aduaneira.

**Justificativa:**

O volume de turistas e comércio entre a Argentina e Brasil, utilizando como acesso o município de Porto Xavier tem crescido significativamente nos últimos anos.

Segundo dados da Polícia Federal e Receita Federal o número de turistas tem crescido a uma taxa de 15% ao ano e o volume de comércio a uma expansão de 7% ao ano, nos últimos cinco anos.

O número de turistas tende a se elevar nos próximos anos em função de um Programa Transnacional de Turismo financiado pelo BIRD, que promoverá o Turismo dos 30 Povos Guaranis.

Na esfera econômica a importância de tal projeto recai sobre a definição do local da construção da Ponte Internacional Brasil-Argentina, que deverá ocorrer em Porto Xavier, gerando a necessidade legal, mas também a necessidade econômica, dado a ampliação e fortalecimento das relações comerciais entre os dois países.

A esfera logística, considera-se ainda a potencialidade de exportação de cereais, via porto de Santaana (ARG), que deverá começar a operar no primeiro

semestre de 2018, o qual poderá tornar-se uma alternativa econômica para as exportações de grãos, pois reduziria a distância comparativa ao Porto de Rio Grande em cerca de 400Km.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Estudo de Engenharia e Impacto Ambiental para Construção Nova Aduana. <b>Meta:</b> Projeto. <b>Custo:</b> R\$ 200.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>Produto 2:</b> Nova Aduana da Receita Federal com 8.000m <sup>2</sup> . <b>Meta:</b> 7,50 km. <b>Custo:</b> R\$ 11.800.000,00 <b>Prazo:</b> 24 meses
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 12.000.000,00

### 11.1.20 Reforma Trevo Fenamilho e Trevo Perimetral Norte

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 20</b>
<b>Título:</b> Reforma Trevo Fenamilho e Trevo Perimetral Norte.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Reestruturação dos Trevos de acesso ao município de Santo Ângelo – Trevo Fenamilho e Trevo Perimetral Norte; Manutenção dos referido trajeto asfáltico.
<b>Justificativa:</b> A RS 344 é a principal ligação entre os municípios de Entre Ijuí a Porto Mauá, importante rota rodoviária de acesso dos turistas argentinos ao Brasil, canal de escoamento da soja da região Noroeste do RS ao porto de Rio Grande, principal fonte de escoamento da produção agrícola da região e importante malha rodoviária. que abrange os municípios entre Entre-Ijuís e Santa Rosa, o que compreende uma população de 200.000 habitantes. O diagnóstico atual demonstra que a região das Missões entre 2007 e 2015 teve uma ampliação de aproximadamente 35% do número de condutores e com um crescimento médio anual de 7,2% no mesmo período. No entanto o número de registro de acidentes nos trevos de acesso ao município de Santo Ângelo (segundo dados da Brigada Militar), principalmente nos Trevos da “Fenamilho” e no Trevo de Acesso a Perimetral Norte, tem aumentado progressivamente. Só no ano de 2016 foram cerca de 25 acidentes, sendo eles 60% com ferimentos graves, 35% com ferimentos leves e 5% com registro de apenas danos materiais. Com a futura construção da Ponte Internacional em Porto Xavier, o fluxo nesse trecho rodoviário tenderá a aumentar, elevando a potencialidade de futuros acidentes, justificando os investimentos no referido projeto.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Estudo de Engenharia da Construção. <b>Meta:</b> Elaboração do Estudo de Engenharia da Construção. <b>Custo:</b> R\$ 50.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Trevo da Fenamilho – RS 344 – Santo Ângelo. <b>Meta:</b> Construção e Manutenção da Terceira Pista da BR 285.

<b>Custo:</b> R\$ 400.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses
<b>Produto 3:</b> Trevo da Perimetral Norte – Acesso a RS 344. <b>Meta:</b> Construção do Trevo da perimetral norte – Santo Ângelo <b>Custo:</b> R\$ 400.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 850.000,00

### 11.1.21 Infraestrutura Geral da Prainha e do Parque Municipal de Roque Gonzáles

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 21</b>
<b>Título:</b> Infraestrutura Geral da Prainha e do Parque Municipal de Roque Gonzales.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Implantar Infraestrutura turística no Lago da Represa, para formação da "Prainha Municipal" de Roque Gonzales, bem como do Parque Municipal visando promover o fortalecimento do turismo local e regional, fomentando o comércio local e regional.
<b>Justificativa:</b> <p>Roque Gonzales é município localizado no COREDE Missões, situado nas proximidades da BR 392 a qual é a principal rota de acesso de turistas Argentinos (oriundos da Província de Misiones) ao território das Missões, vindos de Porto Xavier. A distância entre a rota de acesso dos turistas no Brasil e Roque Gonzales é de apenas três quilômetros.</p> <p>A construção do Projeto Turístico denominado Rota Internacional Jesuítica integrando Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai entre outros.</p> <p>Essa Rota abrange no (a):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Brasil as reduções jesuíticas dos 7 povos mais sítios arqueológicos vinculados ao complexo das estancias);</li> <li>b) Argentina abrange a província de Misiones com seus sítios arqueológicos dos 11 povos guaranis e mais seus 15 sítios arqueológicos de povos guaranis transitórios); bem como na província de Corrientes (5 povos mais os sítios arqueológicos do complexo de estancias do Río Aguapey e as vilas de Iberá) e na província de Córdoba (Complexo de estancias da Companhia de Jesus);</li> <li>d) Paraguai (sítios arqueológicos dos 8 povos);</li> <li>e) Uruguai (sítios arqueológicos vinculados al complexo de estancias);</li> <li>f) Bolivia (missões de Chiquitos), e;</li> <li>g) Chile (Igrejas jesuíticas de Chiloé).</li> </ol> <p>Essa rota encontra-se dentro da agenda de investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o qual disponibilizou um volume de recursos na ordem de US\$100 milhões, onde na Argentina em Misiones já alocou US\$2,6 milhões no Centro de Estudos Misioneiros. Esse centro visa contar a história dos Jesuítas nos referidos países.</p> <p>Esse projeto do BID visa transformar o patrimônio jesuítico no Sul da América em um produto turístico integrado, competitivo e de qualidade, com sustentabilidade social, cultural e natural.</p> <p>O que se pretende com essa rota é demonstrar a maneira como o povo guarani resistiu as tropas legalistas e como os jesuítas conviveram em harmonia com os guaranis abrindo as portas para o novo mundo.</p> <p>A partir dessa oportunidade e da proximidade com essa rota, o potencial</p>

turístico de Roque Gonzales torna-se significativa atrativo.

Inclui-se também no rol de oportunidades, o fato que o DNIT, estabeleceu Porto Xavier, como sendo a localização geográfica mais adequada para a construção da Ponte Internacional, facilitando a promoção do turismo regional.

Roque Gonzales situa-se em ponto estratégico, pois está entre o Cerro do Inhacurutum (ponto turístico que trata das tradições e lendas guaraníticas) o Parque de Tradições Germânicas de São Pedro das Missões, possuindo então potencial para consolidar-se referência turística.

As tradições Germânicas de Roque Gonzales, estabelecem uma forte ligação com a gastronomia cultural, o que pode amparar o aproveitamento turístico do local.

Atualmente o Lago possui 20,96 km<sup>2</sup> de área alagada, com volume de 102 milhões de m<sup>3</sup>. Junto a referida área existe uma infraestrutura incipiente de 700m<sup>2</sup> para a promoção do turismo, onde são realizadas provas náuticas de cunho estadual e nacional, contudo a infraestrutura de amparo ao turista é incipiente, necessitando de significativas melhorias.

Os atrativos turísticos também recorrem a produtos de passeio náuticos, pesca esportiva além de uma rede hoteleira formada por conjunto de pousadas que possuem acesso ao Lago.

Dessa forma, busca-se com o presente projeto a estruturação adicional de uma faixa de 1.000m<sup>2</sup> para potencializar o turismo no local.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Implantação da Prainha Municipal (Infraestrutura Geral).

**Meta:** Infraestrutura de lazer ao longo da barragem de São João (churrasqueiras, quiosques, banheiros, iluminação, quadras de esportes, área de camping...) – com uma extensão de aproximadamente 4,9 hectares.

**Custo:** R\$ 7.000.000,00.

**Prazo:** 24 meses.

**Produto 2:** Implantação do Parque Municipal (Infraestrutura Geral).

**Meta:** Infraestrutura de lazer referente ao parque municipal de Roque Gonzales (praça, banheiros, quadras de esportes, iluminação, arborização...) – com uma extensão de aproximadamente 14 hectares.

**Custo:** R\$ 3.000.000,00.

**Prazo:** 48 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 10.000.000,00

## 11.2 ESTRATÉGIA: SOCIOCULTURAL DO PEDR MISSÕES

### 11.2.1 Ampliação dos Serviços – Hospital Regional de Caridade de Santo Ângelo

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 1</b>
<b>Título:</b> Ampliação dos Serviços – Hospital Regional Caridade de Santo Ângelo.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b> Modernizar e ampliar os serviços prestados pelo Hospital Regional Caridade de Santo Ângelo, beneficiando todos os 25 municípios do COREDE Missões;</p> <p>Construção de nova unidade hospitalar; Tornar-se um Hospital Geral de Urgência/Emergência de média e alta complexidade (traumatologia/ortopedia e neurologia), com mais de 300 leitos, voltados para o atendimento da população macrorregional; Descentralizar e ampliar a oferta de serviços em saúde (internações – UTI e semi-intensivo – diagnóstico por imagem) para atenção as necessidades de cirurgias eletivas, ambulatoriais e de urgência/emergência.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>O Hospital de Caridade de Santo Ângelo localiza-se no município de Santo Ângelo, região do COREDE Missões, pertencendo a 12ª Coordenadoria Regional de Saúde composta de 25 municípios, totalizando uma população de abrangência de mais de 250 mil habitantes. Fazem parte da macrorregião noroeste, quatro coordenadorias regionais de saúde: a 9ª CRS, com sede em Cruz Alta; a 12ª CRS, com sede em Santo Ângelo; a 14ª CRS, com sede em Santa Rosa; e, a 17ª CRS, com sede em Ijuí, perfazendo uma abrangência total de 79 municípios, com população aproximada de 1,2 milhão de pessoas.</p> <p>O sistema de saúde do Estado do Rio Grande do Sul vivenciou nos últimos anos a expansão da atenção básica de saúde. Houve um crescimento no número de equipes e universalização do acesso aos serviços de saúde. No entanto, há preocupação na adoção de medidas que garantam o acesso da população aos serviços de média e alta complexidade, até mesmo pela demanda gerada pela maior efetividade do sistema de saúde.</p> <p>De acordo com o Hospital de Caridade de Santo Ângelo, estudos epidemiológicos demonstram um agravamento no nível de saúde da população, no que tange ao aumento de doenças não transmissíveis, tais como: doenças do aparelho circulatório, câncer e traumas. Este cenário exige do sistema de saúde uma reorganização da rede de serviços, fortalecendo a oferta de procedimentos especializados em unidades de saúde que atendam a patologias e agravos em crescimento epidemiológico.</p> <p>O HSA tem uma média mensal, em atendimentos do SUS, de 680 internações, de 6 mil atendimentos de urgência e emergência, 190 cirurgias, 90 atendimentos obstétricos e mais de 10 mil exames. O hospital suporta todo o atendimento hospitalar do SUS do município de Santo Ângelo e todos os atendimentos de maior complexidade da Região do COREDE Missões.</p> <p>Neste aspecto, é importante que se atendam a demanda reprimida por leitos de internação clínica, cirúrgicas e de UTI, bem como o esforço de ampliar e descentralizar a oferta de serviços de saúde de alta e média complexidade na Macrorregião Noroeste do Rio Grande do Sul. Tais demandas prioridades, conjuntamente com a precarização do atendimento em saúde nos centros de referência é umas das ameaças e fraquezas identificadas pela sociedade regional.</p> <p>Portanto, é indispensável a modernização e ampliação dos serviços</p>

prestados pelo Hospital Regional de Santo Ângelo – HSA – em relação a construção de uma nova unidade hospitalar de média e alta complexidade, com aumento do número de leitos (internação, de UTI e semi-intensivos), de cirurgias eletivas, ambulatoriais, e de urgência e emergência, no que tange as especialidades de traumatologia, ortopedia e neurologia, além de outros atendimentos especializados.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Projeto de ampliação e modernização do Hospital Regional de Caridade de Santo Ângelo - HSA. <b>Meta:</b> Elaborar o projeto de ampliação e modernização do Hospital Regional de Caridade de Santo Ângelo. <b>Custo:</b> R\$ 100.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Ampliação e modernização do Hospital Regional de Caridade de Santo Ângelo - HSA. <b>Meta:</b> Modernização da antiga unidade hospitalar – reforma de telhado, pintura, pisos, louças e metais, lavanderia, instalações hidráulicas, elétrica, telefônicas, sanitárias, mecânicas – e construção de uma nova unidade hospitalar de média e alta complexidade, de urgência e emergência – criação de 110 leitos – distribuídos entre internação cirúrgica, internação clínica, retaguarda da emergência, UTI's, semi-intensiva e recuperação pós-anestésica, totalizando uma área construída de 7.141,20 m <sup>2</sup> . <b>Custo:</b> R\$ 28.964.800,00 <b>Prazo:</b> 78 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 29.064.800,00

### 11.2.2 UNACON – Unidade de Alta Complexidade em Oncologia

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 2</b>
<b>Título:</b> UNACON – Unidade de Alta Complexidade em Oncologia.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Constituir-se em uma Unidade de Alta Complexidade em Oncologia, beneficiando toda a região missioneira e a macrorregião Noroeste de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul; Aquisição de um acelerador linear; Descentralizar e ampliar a oferta de serviços em saúde na área oncológica para a Região das Missões e toda a Macrorregião Noroeste de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.
<b>Justificativa:</b> O Hospital de Caridade de Santo Ângelo localiza-se no município de Santo Ângelo, região do COREDE Missões, pertencendo a 12ª Coordenadoria Regional de Saúde composta de 25 municípios, totalizando uma população de abrangência de mais de 250 mil habitantes. Fazem parte da macrorregião noroeste, quatro coordenadorias regionais de saúde: a 9ª CRS, com sede em Cruz Alta; a 12ª CRS, com sede em Santo Ângelo; a 14ª CRS, com sede em Santa Rosa; e, a 17ª CRS, com sede em Ijuí, perfazendo uma abrangência total de 79 municípios, com população aproximada de 1,2 milhão de pessoas. De acordo com o Hospital de Caridade de Santo Ângelo, estudos epidemiológicos demonstram um agravamento no nível de saúde da população, no que tange ao aumento de doenças não transmissíveis, tais como: doenças do aparelho circulatório, câncer e traumas. Este cenário exige do sistema de saúde uma reorganização da rede de serviços, fortalecendo a oferta de procedimentos

especializados em unidades de saúde que atendam a patologias e agravos em crescimento epidemiológico.

Conforme dados a Abrasco (2010), na safra gaúcha de 2009/2010, houve um consumo de 85 milhões de litros de agroquímicos, representando uma média de 8,3 litros por pessoa/ano. Este consumo per capita é superior ao nacional, que em 2011 foi de 4,5 litros por pessoa/ano. Na região das Missões, estima-se que o consumo per capita chegue a, aproximadamente, 25 litros por pessoa/ano.

Assim, é extremamente importante a implementação de uma unidade de alta complexidade em oncologia, de modo a atender a ocorrência crescente de casos epidemiológicos de câncer na região das Missões e, da região funcional de planejamento 7, que pode estar relacionado a utilização de agroquímicos nas lavouras da região. Além disto, cabe ainda o esforço de ampliar e descentralizar a oferta de serviços de saúde de alta e média complexidade na Macrorregião Noroeste do Rio Grande do Sul. Tais demandas prioridades, conjuntamente com a precarização do atendimento em saúde nos centros de referência é umas das ameaças e fraquezas identificadas pela sociedade regional. Portanto, é indispensável a ampliação dos serviços prestados em saúde na Região das Missões, e da macrorregião de abrangência Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Unidade de Alta Complexidade em Oncologia - Infraestrutura.

**Meta:** Infraestrutura de apoio – Gaiola (raios gama) e elaboração do projeto.

**Custo:** R\$ 1.500.000,00

**Prazo:** 18 meses.

**Produto 2:** Unidade de Alta Complexidade em Oncologia - Aquisição de equipamentos.

**Meta:** Aquisição do acelerador linear.

**Custo:** R\$ 7.000.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 3:** Unidade de Alta Complexidade em Oncologia - Suporte e Apoio – Recursos humanos.

**Meta:** Preparação e contratação de equipe técnica de suporte e apoio para operacionalização da unidade.

**Custo:** R\$ 500.000,00

**Prazo:** 6 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 9.000.000,00

## **11.2.3 Conscientização do Uso de Agroquímicos na Região do COREDE Missões**

### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 3**

**Título:** Conscientização do Uso de Agroquímicos na Região do COREDE Missões.

### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

**Objetivo:** Conscientizar, capacitar e treinar os produtores e os trabalhadores rurais no que tange ao uso de agroquímicos nas unidades produtivas na Região do COREDE Missões.

**Justificativa:**

A execução de tal projeto poderá beneficiar diretamente um montante de 250 mil habitantes (IBGE, 2010), distribuídos nos 25 municípios da região do COREDE Missões. A capacitação e o treinamento na utilização de recursos agroquímicos são essenciais para o desenvolvimento sustentável da região, no que tange os aspectos

de poluição e descarte dos detritos provenientes basicamente da atividade agrícola. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o uso de agroquímicos no Brasil é a segunda maior causa de contaminação dos rios. Além disto, o setor agropecuário (grande consumidor de agroquímicos) é a atividade que mais consome água doce no país, gerando sérios problemas para a saúde humana, transformando-se em uma grave ameaça ambiental no Brasil, e, principalmente nas principais regiões produtoras agrícolas (PEREIRA, 2014).

Atualmente o Brasil é o maior consumidor de agroquímicos do mundo. Mais de 99% dos venenos aplicados nas lavouras não atingem a praga alvo, portanto, atingindo rios, solo, ar e mananciais de água (PEREIRA, 2014).

Segundo Pereira (2014, p. 14), na safra gaúcha de 2009/2010, houve um consumo de 85 milhões de litros de agroquímicos, representando uma média de 8,3 litros por pessoa/ano. Este consumo per capita é superior ao nacional, que em 2011 foi de 4,5 litros por pessoa/ano – dados da ABRASCO, de 2010. Na região das Missões, estima-se que o consumo per capita chegue a, aproximadamente, 25 litros por pessoa/ano.

Verifica-se que a maioria das regiões classificadas como críticas localizam-se na região funcional 7 do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que as principais atividades econômicas desenvolvidas por ela é a agropecuária, com destaque para a cultura de milho, trigo e, principalmente de soja (utilização intensiva do solo). Assim, entende-se a alta utilização destes agroquímicos nesta região, pois são muito utilizados na produção destes grãos – o glifosato é usado, em grande escala, como secante no plantio direto da soja (PEREIRA, 2014).

A região das Missões apresenta uma média de uso de agroquímicos críticos de 147,73 litros/km<sup>2</sup>/ano (a sexta maior do Estado). Para o uso de agroquímicos em geral a média é de 490,30 litros/km<sup>2</sup>/ano. Dentre os agroquímicos críticos mais utilizados na região, “destacam-se: glifosato, acefato, diflubenzuron, carbofurano, cipermetrina e metamidofós” (PEREIRA, 2014, p. 65).

Desta forma, é imprescindível que os produtores e os trabalhadores rurais sejam conscientizados, treinados e capacitados quanto a utilização racional dos produtos químicos no desenvolvimento de suas atividades produtivas na região missioneira.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Capacitar, treinar e conscientizar os produtores e trabalhadores rurais, no que tange a utilização racional dos produtos químicos no desenvolvimento de suas atividades produtivas.

**Meta:** Conscientizar e capacitar os produtores e trabalhadores rurais a sobre a utilização racional de produtos químicos na Região do COREDE Missões.

**Custo:** R\$ 600.000,00

**Prazo:** 24 meses.

**Produto 2:** Instrumento de acompanhamento e de fiscalização do uso racional de agroquímicos - certificação.

**Meta:** Instituir instrumento de fiscalização e controle no nível de agroquímicos utilizados pelos produtores e trabalhadores rurais da Região das Missões - certificação.

**Custo:** R\$ 100.000,00

**Prazo:** 12 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 700.000,00

### 11.2.4 Nosso Povo em Nossa Terra – Sucessão Familiar

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 4</b>
<b>Título:</b> Nosso Povo em Nossa Terra – Sucessão Familiar.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b></p> <p>Sensibilizar os produtores rurais da importância do tratamento sistêmico da Sucessão Familiar;</p> <p>Seminários e Oficinas para disseminação da Sucessão Familiar com Organismos e Entidades;</p> <p>Seminários e Oficinas para disseminação da Sucessão Familiar com Agricultores.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A agricultura familiar tem um papel social e econômico inquestionável, entretanto sua continuidade é incerta.</p> <p>Desse modo, a importância do tema da sucessão geracional na agricultura familiar vem crescendo significativamente nos últimos anos, no qual a sucessão é o processo de transferência de poder na tomada de decisões entre as gerações, ou seja, a retirada das gerações mais idosas e o estabelecimento das mais jovens.</p> <p>As estatísticas mostram que nas últimas décadas até os dias de hoje este processo vem se rompendo, devido a contribuição de inúmeros elementos para a migração do jovem agricultor para as cidades, independentemente das dimensões da propriedade em que se encontra.</p> <p>Entre essas condições é possível destacar, o desinteresse dos jovens em permanecer no campo, não sucedendo seus pais na administração da propriedade, devido a inúmeros fatores sociais aliados aos econômicos esperados nos centros urbanos, que são distinguidos por Ravenstein (1980) como sendo centros de absorção, transformando o campo em um ambiente envelhecido, masculino e menos povoado.</p> <p>Abramovay et al. (1998) afirmam que, a geração de novos agricultores passa por um processo hereditário comum a todos os seres humanos: a sucessão geracional. Ainda de acordo com os mesmos autores, em regiões onde predomina a agricultura familiar, a migração dos jovens para a área urbana atinge maiores índices, gerando crise a respeito da continuidade das atividades agrícolas, principalmente familiares.</p> <p>A problemática entre ficar ou sair do meio rural gera indecisão para a maioria dos indivíduos que se encontram nessa faixa etária. O questionamento por parte da juventude, sobre a condição social e econômica na agricultura familiar são fatores que influenciam os jovens a migrarem para os centros urbanos</p> <p>Na região das Missões esse problema é tão latente, que segundo Zuanazzi (2015) a região do Noroeste (no qual se estabelece a região das Missões) entre os anos 2005 e 2010, foi à região com o menor saldo migratório de pessoas, com uma saída de cerca de 50.000 pessoas, com uma taxa líquida migratória de -2,8%, frente a uma taxa estadual de -0,9%. Na pesquisa do autor um dos principais focos de imigração foi da população do meio rural, com percentuais próximos a 5% no referido período.</p> <p>Somado a esse processo, destaca-se que conforme dados da FEE (2016), demonstram que a região das Missões entre os anos de 2000 e 2010 passou de uma população de 42.039 habitantes com idade superior a 55 anos, para uma população de 54.552 pessoas, representando uma evolução de 29,76%, frente a um cenário estadual que demonstra uma evolução de 16,78% (FEE, 2016).</p> <p>Em termos econômicos a região do COREDE Missões apresentou no ano de 2013, um PIB per Capita de R\$25.280,11 (FEE, 2015), um valor 14,76% inferior ao</p>

<p>indicador estadual. Comparativamente a região das Missões apresenta-se como o décimo sexto PIB de um total de um de vinte e oito COREDES.</p> <p>Quando o sistema relacional do PIB per capita, se dá a nível de território – tomando-se por base a Região Funcional de Planejamento 7 (que possuem uma estrutura econômica semelhante), tem-se que a região das Missões apresenta comparativamente a seus COREDES vizinhos um PIB per Capita 20,5% inferior ao COREDE Fronteira Noroeste e 27,5% inferior ao COREDE Noroeste Colonial.</p> <p>Nesse caminho o projeto viria fortalecer o projeto e possibilitar a manutenção dessa importante política pública</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1:</b> Capacitação e Treinamento de Equipe Técnica.  <b>Meta:</b> Cursos de Quarenta Horas.  <b>Custo:</b> R\$ 10.000,00  <b>Prazo:</b> 6 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Seminário de Sensibilização de Lideranças e Conselheiros.  <b>Meta:</b> Realização de Seis Seminários Microrregionais no COREDE, com carga horária de 30 horas, perfazendo o total de Dezoito Seminários.  <b>Custo:</b> R\$ 50.000,00  <b>Prazo:</b> 6 meses</p>
<p><b>Produto 3:</b> Oficinas de Desenvolvimento de Liderança e Gestão Participativa.  <b>Meta:</b> Cinco oficinas microrregionais.  <b>Custo:</b> R\$ 30.000,00  <b>Prazo:</b> 12 meses.</p>
<p><b>Produto 4:</b> Monitoramento, Avaliação e Análise de Resultados.  <b>Meta:</b> Duas visitas por município.  <b>Custo:</b> R\$ 30.000,00  <b>Prazo:</b> 12 meses.</p>
<p><b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$120.000,00</p>

### 11.2.5 Implementação do Curso de Medicina

<p><b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 5</b></p>
<p><b>Título:</b> Implementação do Curso de Medicina.</p>
<p><b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b></p>
<p><b>Objetivo:</b> Implantar o curso de medicina na Região das Missões, beneficiando todos os 25 municípios do COREDE Missões e a macrorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul;</p> <p>Formar profissionais engajados nos problemas sociais e de saúde da região de abrangência;</p> <p>Estabelecer parcerias com Instituições de educação públicas, comunitárias e privadas da Região;</p> <p>Aumentar a densidade de médicos que supram os serviços implantados na Região - atenção básica em saúde, serviço de média e alta complexidade – em prol da regionalização dos serviços;</p> <p>Oportunizar desenvolvimento social e de modo a reduzir as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, equidade, universalidade e igualdade, estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde - SUS.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A região do COREDE Missões pertence a 12ª Coordenadoria Regional de Saúde composta de 25 municípios, totalizando uma população de abrangência de mais de 250 mil habitantes. Fazem parte da macrorregião noroeste, quatro</p>

coordenadorias regionais de saúde: a 9ª CRS, com sede em Cruz Alta; a 12ª CRS, com sede em Santo Ângelo; a 14ª CRS, com sede em Santa Rosa; e, a 17ª CRS, com sede em Ijuí, perfazendo uma abrangência total de 79 municípios, com população aproximada de 1,2 milhão de pessoas.

Nos últimos anos houve um crescimento no número de equipes e universalização do acesso aos serviços de saúde, tanto em níveis regionais quanto municipais. No entanto, há preocupação na adoção de medidas que garantam o acesso da população aos serviços, até mesmo pela demanda gerada pela maior efetividade do sistema de saúde, tanto em relação aos aspectos físicos, quanto aos aspectos de recursos humanos.

Além disto, a realidade vivenciada pela região do COREDE Missões, de acordo com os estudos realizados pelo Hospital de Caridade de Santo Ângelo, existe um agravamento no nível de saúde da população (casos epidemiológicos) que demonstram uma precarização no nível de saúde da população, no que tange ao aumento de doenças não transmissíveis, tais como: doenças do aparelho circulatório, câncer e traumas. Este cenário exige do sistema de saúde uma reorganização da rede de serviços, fortalecendo a oferta de procedimentos e especialidades, nas unidades de saúde, de modo a atender as patologias e agravos que apresentem crescimento epidemiológico.

Neste sentido, a implantação de um curso de medicina na Região das Missões e na macrorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul torna-se imprescindível para a perspectiva de futuro, considerando aspectos relacionados a qualidade de vida, no que tange a saúde regional. Assim, se construiria uma rede virtuosa na produção de conhecimento, na formação de profissionais médicos, na oferta de serviços de saúde, na pesquisa e na extensão em saúde e em projetos acadêmicos junto às comunidades regionais, prospectando melhoria no bem-estar/expectativa de vida e, inclusive, econômica do território.

Corroborando com tal perspectiva, o Sistema Único de Saúde (SUS) propõe a universalidade do acesso, a integralidade do cuidado e a equidade das ações de saúde, democratizando a oferta destes serviços a todos os brasileiros. No entanto, existe na região uma baixa densidade de médicos em proporção a população, além de haver especialidades não supridas em âmbito regional. Por tais problemáticas, os serviços de saúde regionais sofrem descontinuidade, dificultando adesão a tratamentos médicos de variadas ordens, desde os cuidados oferecidos na atenção básica, até os atendimentos de média e alta complexidade (hemodiálise, oncologia, saúde mental, hospitalar, ambulatorial e de urgência e emergência).

No entanto, para a habilitação e posterior concretização do Curso de medicina, é necessária uma série de ações que atendam requisitos mínimos tanto físicos, quanto de recursos humanos, tais como: leitos de internação clínica, cirúrgicas e de UTI, equipamentos, profissionais, técnicos e laboratórios.

Buscar-se-á assim, ampliar e descentralizar a oferta de serviços de saúde de alta e média complexidade na Macrorregião Noroeste do Rio Grande do Sul. As demandas e prioridades, conjuntamente com a precarização do atendimento em saúde nos centros de referência é umas das ameaças e fraquezas identificadas pela sociedade regional.

Portanto, é indispensável implantação do curso de medicina no âmbito regional, de modo a ampliar os serviços na área de saúde, tanto em relação a prevenção, bem como aos serviços de baixa, média e alta complexidade regionais.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Elaboração do Projeto de Planejamento para Implantação do Curso de Medicina na Região do COREDE Missões.

**Meta:** Elaborar o projeto de viabilidade e implantação do Curso de Medicina.

<p><b>Custo:</b> R\$ 200.000,00  <b>Prazo:</b> 08 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Elaboração do Projeto de Implantação do Curso de Medicina na Região do COREDE Missões.  <b>Meta:</b> Elaborar o projeto de viabilidade e implantação do Curso de Medicina.  <b>Custo:</b> R\$ 800.000,00  <b>Prazo:</b> 6 meses.</p>
<p><b>Produto 3:</b> Adequação da Infraestrutura Hospital Regional de Apoio para Viabilidade do Curso de Medicina.  <b>Meta:</b> Implantar o Curso de Medicina, através de arranjos e parcerias públicos privadas na Região das Missões.  <b>Custo:</b> R\$ 16.000.000,00  <b>Prazo:</b> 54 meses.</p>
<p><b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 17.000.000,00</p>

### 11.2.6 Curso Técnico em Guia de Turismo

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 6

**Título:** Curso Técnico em Guia de Turismo.

#### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Formar Técnicos em Guia de Turismo com domínio teórico-prático, permitindo o desenvolvimento profissional pautado na autonomia, competência e prática ética para atuar em hotéis, empresas de turismo, agências de viagens, operadoras, prefeituras municipais, organismos turísticos públicos e privados e, por meio da prestação de serviços autônomos, temporários ou contrato efetivo.

**Objetivos específicos:**

- ✓ Promover espaço qualificado de construção de conhecimentos, alicerçado nas bases científicas, tecnológicas e humanísticas;
- ✓ Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável do turismo nos eixos econômico, social e ambiental;
- ✓ Orientar, assistir e conduzir pessoas ou grupos durante translados, passeios, visitas, viagens com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação;
- ✓ Apresentar opções de roteiros e itinerários turísticos disponíveis, considerando os interesses e as necessidades do visitante;
- ✓ Informar sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista.

**Justificativa:** Com base no diagnóstico realizado, sustentados pelo perfil - região funcional de planejamento 7 – 2015 (base estratégica do PPA 2016-2019) elaborado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental, o patrimônio histórico-cultural e natural, com destaque para as Missões Jesuíticas, é um ativo turístico de grande potencial, mas que, ainda registram baixos níveis de frequência de turistas. O fortalecimento do turismo na Região depende de uma melhor organização da atividade, com a integração e ampliação dos roteiros, garantindo maior atratividade de turistas e um maior tempo de permanência na Região, para isso, entende-se a justificativa do projeto proposto.

Na região das Missões os estabelecimentos como hotéis, restaurantes, agências de receptivo, agências de viagens e organizadores de eventos são carentes de profissionais qualificados.

O Turismo na região tem capacidade de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as. Neste sentido, este nicho precisa ser desenvolvido juntamente com a capacitação para o setor de eventos e turismo que pode e deve empregar a população local, de forma a evitar a migração de pessoas, especialmente mais jovens, para outros centros maiores. Além disto, o turismo é um setor que está em franca expansão.

No entanto, a escassez de mão-de-obra qualificada para o recebimento dos turistas é um dos maiores entraves para o crescimento do turismo regional. Em vista disso, existe a necessidade de criação de um curso, em nível técnico, para a formação de guias de turismo.

O curso oferecido se insere dentro de uma nova realidade da educação profissional. Propõem uma formação que integra educação e trabalho, rompendo com a lógica que marcou historicamente a educação profissional, em que as pretensões eram simplesmente formar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

O curso visa oferecer uma formação integral, para além de aspectos técnicos da profissão, deve contemplar uma ampla bagagem cultural, capacidade de lidar com pessoas e administrar situações difíceis, trata-se de um aprendizado útil tanto no campo profissional como na vida pessoal.

Busca-se através do curso técnico profissionalizante atender às expectativas da comunidade regional e, por se tratar de uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, somente profissionais devidamente habilitados podem exercer a profissão no país.

O panorama socioeconômico da região de abrangência e o seu potencial turístico apontam como promissor o oferecimento do Curso Técnico em Guia de Turismo como contribuinte no desenvolvimento regional.

**FORÇA** – Parcela significativa da população em idade economicamente ativa. Região Funcional 7 inserida na Região de Fronteira com possibilidades de fomentar novos mercados. Existência de Ensino Técnico e Ensino Superior. Potencial turístico e hídrico. Aquífero Guarani. Capacidade de mobilização social. Sistema rodoviário amplo, facilitando interligações. Professores de instituições regionais com alta qualidade técnica. Instituições de ensino que aquecem a economia regional com os cursos voltados para as potencialidades regionais.

**FRAQUEZAS** – Investimento limitado. Falta de visão regional. Falta de oportunidades.

**OPORTUNIDADES** – Opinião pública favorável. Evolução do Mercosul. Promover políticas públicas com o viés coletivo. Estrutura Organizacional Universitária. Sinergia entre as Instituições.

**POTENCIALIDADES** – População em idade economicamente ativa. Região de Fronteira. Força de Trabalho. Região Produtiva. Oferta de cursos de Ensino Superior. Potencial Turístico. Reservas indígenas com potencialidade de Turismo Cultural. Consórcios intermunicipais. Boa quantidade de mídia escrita e falada. Missões Jesuítas. Instituições de ensino público e particular de referência na região.

**DESAFIOS** – Promover o empreendedorismo. Integração com a cultura indígena. Promover a integração de Fronteira. Promover a integração da cultura indígena. Ampliar as oportunidades. Romper com o comodismo. Promover investimentos. Integrar os roteiros turísticos. Ampliar a transparência. Ampliar o diálogo entre público e privado. Formar lideranças. Ampliar a representatividade política e classista.

**RISCOS** – Migração. Descontinuidade dos programas e projetos. Visão míope da problemática.

**LIMITAÇÕES** – Dependência do repasse de FPM – Fundo de Participação dos Municípios. Concentração das atividades econômicas na agricultura e pecuária.

A visão individualista se sobrepõe à coletiva, faz com que o planejamento regional

venha a fragmentar as ações na região.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Termo de Referência para Curso de Guia de Turismo da Região do COREDE Missões. <b>Meta:</b> Elaborar o termo de referência para criação do Curso de Guias de Turismo. <b>Custo:</b> R\$ 10.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses
<b>Produto 2:</b> Técnicos em Guia de Turismo da Região do COREDE Missões. <b>Meta:</b> Formar 100 Guias de Turismo. <b>Custo:</b> R\$ 190.000,00 <b>Prazo:</b> 24 meses
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 200.000,00

### 11.2.7 Sistema de Alerta e Monitoramento a intempéries climáticas, cheias e abertura de comportas de usinas hidrelétricas na Região das Missões.

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 7</b>
<b>Título:</b> Sistema de Alerta e Monitoramento a intempéries climáticas, cheias e abertura de comportas de usinas hidrelétricas na Região das Missões.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Criar um sistema de alerta e monitoramento regional de intempéries climáticas, cheias e abertura de comportas de usinas hidrelétricas na Região do COREDE Missões – beneficiando pescadores, ribeirinhos e população em geral; Elaborar um plano de apoio, suporte e auxílio a eventuais desastres; Estruturar uma Central Meteorológica na Região das Missões.
<b>Justificativa:</b> A execução de tal projeto poderá beneficiar diretamente um total de 250 mil habitantes (IBGE, 2016), distribuídos nos 25 municípios da região do COREDE Missões e, mais especificamente, pescadores e ribeirinhos, em sua maioria localizada na margem do Rio Uruguai, Rio Ijuí e Rio Piratini; Além disto, a região é suscetível a intempéries climáticas, com período de estiagem, cheias, e com grande ocorrência de tempestades, desastres naturais e não-naturais. Para ter-se ideia, de acordo com o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (2011), entre 1990 e 2010, houve 47 ocorrências de vendavais e ciclones, 26 registros de queda de granizo, 39 inundações bruscas, 214 período de estiagem e secas, distribuídos nos 25 municípios do COREDE Missões; No entanto, além destes desastres naturais, existe a incidência de desastres não-naturais, tais como abertura de comportas de usinas hidrelétricas, que acabam por causar grande oscilação nos volumes dos rios, prejudicando a prática da pesca e as populações ribeirinhas as margens dos rios na Região das Missões; Enfim, faz-se necessário elaborar um plano de apoio, suporte e auxílio a população regional, além da estruturação de uma central meteorológica, de modo a identificar e propor ações para a conter tais desastres naturais e não-naturais, que ocorrem com grande incidência na região missioneira.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Plano de Alerta e monitoramento de Intempéries climáticas e desastres naturais e não-naturais na Região das Missões. <b>Meta:</b> Elaborar um plano de alerta e monitoramento para intempéries climáticas e desastres naturais de alcance regional - plano de prevenção, apoio e suporte a eventuais desastres naturais. <b>Custo:</b> R\$ 30.000,00

<b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Sistema de alerta a abertura de comportas, cheias de rios e mananciais na Região das Missões. <b>Meta:</b> Instalação de sistema de alerta para abertura de comportas, cheias e alagamentos – pescadores, ribeirinhos e população em geral. <b>Custo:</b> R\$ 100.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>Produto 3:</b> Central Meteorológica da Região das Missões. <b>Meta:</b> Estruturação de uma central, com aquisição de instrumentos e equipamentos meteorológicos. <b>Custo:</b> R\$ 500.000,00 <b>Prazo:</b> 30 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 630.000,00

### 11.2.8 Sistema de Monitoramento da Fronteira – Brasil x Argentina – Tecnologia Remota

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 8</b>
<b>Título:</b> Sistema de Monitoramento da Fronteira – Brasil x Argentina – Tecnologia Remota.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Criar um sistema de monitoramento remoto da fronteira, através do desenvolvimento de aeronaves não tripuladas/drones; Combater o tráfico de armas, de entorpecentes e de descaminho de mercadorias na fronteira Brasil x Argentina.
<b>Justificativa:</b> A execução de tal projeto poderá beneficiar diretamente um montante de 250 mil habitantes (IBGE, 2010), distribuídos nos 25 municípios da região do COREDE Missões, de modo a inibir a prática do tráfico de armas, de entorpecentes e do descaminho de mercadorias pela região transfronteiriça entre Brasil e Argentina; A Região das Missões é rota de entrada de entorpecentes, armas e mercadorias sem procedência, devido a dificuldade em realizar o monitoramento da fronteira entre Brasil e Argentina, em pontos remotos da região. Tais práticas acentuam um ambiente de insegurança entre a população da região; Além disto, a precariedade do controle, monitoramento e da infraestrutura regional (estradas, acessos) propicia um ambiente regional desprotegido e desassistido, afetando aspectos da soberania nacional. A Região de fronteira possui uma alta vulnerabilidade social. Portanto, há a necessidade de combater tal prática, através do aprimoramento de um sistema de monitoramento remoto, através do desenvolvimento de aeronaves não tripuladas/drones na Região das Missões.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Desenvolvimento de um sistema de monitoramento remoto. <b>Meta:</b> Elaborar um sistema de monitoramento remoto para a região transfronteiriça das Missões – Brasil x Argentina. <b>Custo:</b> R\$ 150.000,00 <b>Prazo:</b> 18 meses.
<b>Produto 2:</b> Desenvolvimento do equipamento de monitoramento remoto. <b>Meta:</b> Construção de aeronaves não tripuladas – drones de monitoramento. <b>Custo:</b> R\$ 150.000,00 <b>Prazo:</b> 30 meses.

**Produto 3:** Operacionalização do sistema e das aeronaves não tripuladas - drones de monitoramento remoto.

**Meta:** Treinamento de pessoal técnico qualificado para o monitoramento da Região transfronteiriça do COREDE Missões.

**Custo:** R\$ 35.000,00

**Prazo:** 6 meses.

#### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 335.000,00

### **11.2.9 Economia Solidária**

#### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 9**

**Título:** Economia Solidária.

#### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

##### **Objetivo:**

Gerar e articular uma rede de produção, agroindustrialização e comercialização na agricultura familiar, com base nos princípios da economia solidária e produtos agroecológicos, a fim de viabilizar a gestão de cooperativas e da pequena propriedade rural na Região das Missões/RS;

Fortalecer das iniciativas locais e regionais, através de um processo de sensibilização e articulação de sujeitos sociais e das gestões públicas municipais, buscando o envolvimento e comprometimento nos trabalhos dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs

Formar através de cursos de capacitação em desenvolvimento rural e gestão agroindustrial, para grupos de pequenos agricultores e/ou assentados da reforma agrária.

Possibilitar intercâmbios de experiências de comercialização em rede de economia solidária;

##### **Justificativa:**

Tem-se que a Região das Missões/RS historicamente foi uma das regiões mais desenvolvidas do Rio Grande do Sul durante o período de colonização. Para comprovar essa afirmação reportamo-nos à experiência dos Sete Povos Missionários, que nos séculos XVII e XVIII atingiram alto grau de desenvolvimento econômico, social, educacional e cultural, tudo na forma de um projeto baseado em formas cooperativas, associativas e comunitárias, não havendo nenhum predomínio das formas de propriedade privada. Porém, tal experiência gerou a cobiça e o egoísmo dos Governos de Portugal e Espanha, historicamente rivais, mas que com o Tratado de Madrid, em 1750, decidem aniquilar e pôr fim ao “mau exemplo” dos Sete Povos Missionários.

Outro momento vital, de grande relevância econômica para as Missões, foi a período da denominada Agricultura Colonial, onde se atingiu autosuficiência de alimentos e apenas os excedentes eram comercializados, em vista dos investimentos necessários para as Unidades Familiares e as Comunidades Locais. Tudo é organizado e produzido com forte vínculo de solidariedade familiar, através dos chamados “mutirões” ou “puxirões”, e com as formas associativas e representativas próprias da época. O que é que nestes períodos, com as limitações próprias de cada experiência histórica, atingiu-se bons níveis de qualidade de vida e estabilidade social.

Este quadro socioeconômico produziu, em nível mais geral, um processo sem precedentes de êxodo rural e formação de periferias urbanas. A situação nas Missões/RS chegou num patamar de miséria e estrangulação econômica gravíssimos. Para exemplificar basta verificar os dados do número de famílias

beneficiadas pelo Bolsa Família, do Programa Fome Zero, atingindo mais de vinte mil famílias na região, perfazendo mais de 75 mil pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar. Outros indicadores regionais, como o PIB (Produto Interno Bruto), o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e o IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) apresentam dados muito sérios de empobrecimento e baixa qualidade de vida da população regional.

Os agricultores familiares, com propriedades em média de até cinquenta hectares, constituem mais de 80% dos imóveis regionais. Os mais de trinta assentamentos de Reforma Agrária, existentes na região, perfazem mais de seiscentas famílias, que estão repovoando a região. As formas organizativas e de mobilização destes públicos estão centradas nas organizações sindicais, nas associações locais e setoriais, nos movimentos sociais, como o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), e nas Cooperativas da Agricultura Familiar que, conjuntamente com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), encaminham as demandas por políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

O presente projeto, de constituição de uma rede de comercialização/consumo de produtos da agricultura familiar, busca consolidar as Cooperativas da Agricultura Familiar em nível local e articulá-las em uma Central Regional. As ações previstas contemplam vários mecanismos de logística e infraestrutura de apoio, como uma sede regional, com estrutura de apoio, equipe de pessoal com coordenação geral, executiva, pedagógica e administrativa, e uma equipe técnica de apoio e de infraestrutura. De outra parte, o processo de capacitação e qualificação em vários aspectos, de agricultores familiares cooperativados, com prioridade para jovens e mulheres, deverá dar as condições para a consolidação da Rede de Comercialização Solidária dos Produtos da Agricultura Familiar.

Entre os resultados esperados, conforme já apresentado anteriormente, destacam-se a consolidação de Cooperativas de Familiares, de produção e/ou de consumo, integradas a uma rede de Comercialização Solidária, abrangendo em sua "teia", no mínimo, 80% dos municípios missioneiros. De outra parte, busca-se uma diminuição drástica da dependência alimentar em relação a outras regiões, produzindo-se produtos de qualidade e regularidade, baseando-se nos princípios de agroecologia e de economia solidária. Ao longo de cinco anos pretende-se atingir auto-suficiência de produção alimentar em, no mínimo, 50% das demandas de consumo regional.

O público alvo das ações, como também já foi mencionado anteriormente, são os Agricultores Familiares, os Assentados da Reforma Agrária e as pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade alimentar, principalmente os atingidos pelo Programa Fome Zero, do Governo Federal, priorizando a participação de jovens e mulheres, rurais e urbanas. Outro grande desafio, é também a constituição de Centros de Consumo de Produtos da Agricultura Familiar nos municípios com maior densidade populacional, como é o caso de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo, articulando com associações de moradores, entidades sindicais urbanas e comunidades religiosas.

A concretização da rede proposta nesse projeto também servirá de apoio a viabilização de outros 14 pontos de vendas de produtos coloniais distribuídos na região das missões/RS, denominados CASAS MISSIONEIRAS para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Cursos Capacitação e Sensibilização.

**Meta:** Reuniões Municipais.

<b>Custo:</b> R\$ 60.000,00 <b>Prazo:</b> 06 meses
<b>Produto 2:</b> Seminários de sensibilização e articulação. <b>Meta:</b> Quatro Seminários. <b>Custo:</b> R\$ 30.000,00 <b>Prazo:</b> 03 meses
<b>Produto 3:</b> Intercâmbio de Experiências. <b>Meta:</b> Três Viagens. <b>Custo:</b> R\$ 30.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses
<b>Produto 4:</b> Organização de feiras e Grupos de Consumidores. <b>Meta:</b> Feiras Regionais e Municipais. <b>Custo:</b> R\$ 30.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 150.000,00

### 11.2.10 Observatório Social – OS

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 10</b>
<b>Título:</b> Observatório Social – OS.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Criar um Observatório Social na região do COREDE Missões; Orientar os contribuintes, atuais e futuros, e a comunidade em geral sobre a importância social e econômica dos tributos; Informar a comunidade sobre a composição da carga tributária na renda, no consumo e na propriedade; Disseminar e aplicar os instrumentos de controle da transparência e da qualidade da aplicação dos recursos públicos, difundidos pela Rede OSB; Estimular os processos de articulação regional e coesão territorial.
<b>Justificativa:</b> O Observatório Social de Apucarana entende que o caminho para minimizar os desvios dos recursos públicos passa por avaliar e monitorar o sistema de compras da prefeitura, autarquias municipais e câmara de vereadores, atuando junto aos responsáveis pela tomada de decisão e aos autorizadores dos gastos públicos. A visão da sustentabilidade da administração pública deve nortear as ações de todos os gestores provocando constantes alterações nas práticas atuais, principalmente: a) na gestão de compras; b) no controle de estoques e sua utilização; c) no controle do patrimônio e administração da frota; d) no gerenciamento de processos; e) na produtividade das equipes; e f) Despertar a CIDADANIA afim de que a comunidade exerça a vigilância na busca da transparência do serviço público na mensuração dos resultados, elaborando indicadores regionais.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Implementação do Observatório Social. <b>Meta:</b> Escritório do Observatório Social. <b>Custo:</b> R\$ 60.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.

<p><b>Produto 2:</b> Quatro Seminários de Sensibilização com Poder Executivo, Legislativo e Comunidade para implementação do OS.  <b>Meta:</b> Promover quatro seminários de sensibilização de agentes públicos.  <b>Custo:</b> R\$ 40.000,00  <b>Prazo:</b> 6 meses.</p>
<p><b>Produto 3:</b> Formar, qualificar equipe técnica e operacionalizar sistema de Controle Social.  <b>Meta:</b> Treinamento e Contratação de Equipe.  <b>Custo:</b> R\$ 320.000,00  <b>Prazo:</b> 12 meses.</p>
<p><b>Produto 4:</b> Apresentação trimestral de resultados de Controle Social.  <b>Meta:</b> Palestras e Reportagens Trimestrais.  <b>Prazo:</b> 36 meses.  <b>Custo:</b> R\$ 0,00</p>
<p><b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 420.000,00</p>

### 11.2.11 Meu Chão, Minhas Raízes

<p><b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 11</b></p>
<p><b>Título:</b> Meu Chão, Minhas Raízes.</p>
<p><b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b></p>
<p><b>Objetivo Geral:</b>  A preservação do patrimônio como objetivo da ação cultural, turística e educativa regional;  Capacitar educadores na atividade cultural, turística e educativa com o patrimônio regional;  Realizar Seminários de Sensibilização da importância histórico, cultural e turística do patrimônio regional;  Promover Visitas Técnicas e Temáticas sobre a relação histórico e sociocultural do patrimônio regional.</p>
<p><b>Justificativa:</b>  A região missioneira conta com uma rica e diferenciada história que desperta o interesse do turismo cultural para muito além das fronteiras regionais e do país. Esta riqueza cultural é ainda pouco aproveitada, em grande parte pelo conhecimento insuficiente de seus próprios habitantes que deveriam ser os primeiros divulgadores desse patrimônio histórico no turismo receptivo.  O aprofundamento da relação entre patrimônio, turismo e educação podem ser ferramentas de ações educativas que visam a valorização do patrimônio cultural como mediadores formativos.  A mediação educativa torna-se uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento de políticas de turismo na região ampliando a atratividade e gerando experiências turísticas culturais enriquecedoras com reflexos na economia.”</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1:</b> Capacitação e Treinamento de Equipe Técnica.  <b>Meta:</b> Cursos de Vinte Horas.  <b>Custo:</b> R\$ 15.000,00  <b>Prazo:</b> 06 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Seminário de Sensibilização para a Preservação do Patrimônio.  <b>Meta:</b> Realização de quatro Seminários Microrregionais no COREDE, com carga horária de 8 horas, perfazendo o total de Doze (12) Seminários.  <b>Custo:</b> R\$ 60.000,00</p>

<b>Prazo:</b> 06 meses
<b>Produto 3:</b> Oficinas Capacitação.
<b>Meta:</b> Cinco oficinas microrregionais.
<b>Custo:</b> R\$ 50.000,00
<b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>Produto 3:</b> Visitas Técnicas ao Patrimônio Cultural Regional.
<b>Meta:</b> Quinze (15) Visitas Técnicas com aproximadamente 35 participantes.
<b>Custo:</b> R\$ 90.000,00
<b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 200.000,00

### 11.2.12 Capacitação e Qualificação dos Conselhos Escolares

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 12</b>
<b>Título:</b> Capacitação e Qualificação dos Conselhos Escolares.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Capacitar os integrantes das comunidades escolares das escolas públicas na compreensão da importância da participação ativa na tomada de decisões, refletindo sobre o significado do princípio constitucional da gestão democrática da educação pública e qualificando a participação nos processos mais amplos da vida social e cidadã.
<b>Justificativa:</b> Os Conselhos Escolares foram criados por lei para garantir a participação da comunidade escolar nas decisões ao nível de escola democratizando sua gestão. Nas escolas públicas estaduais se constituem em gestores atuando junto a equipe diretiva da escola. Na prática observa-se uma participação muito limitada, na maioria dos casos restrita a homologação das decisões tomadas e apresentadas pela equipe diretiva. A qualificação dos integrantes dos Conselhos Escolares constitui-se num processo educativo podendo, a partir dele, estender-se à participação comunitária em outras instâncias da vida cidadã. Para Paulo Freire (2009) “Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem o destino da escola na mão também, é pouco ainda considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Capacitação e Treinamento de Equipe Técnica.
<b>Meta:</b> Cursos de Quarenta Horas, equipe de seis integrantes.
<b>Custo:</b> R\$ 10.000,00
<b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Seminário de Sensibilização aos Conselheiros.
<b>Meta 1:</b> Realização de quatro Seminários Microrregionais no COREDE, com carga horária de 8 horas, perfazendo o total de doze Seminários.
<b>Meta 2:</b> Atingir 60% dos Conselheiros Escolares da região da Coordenadoria Regional de Educação.
<b>Custo:</b> R\$ 45.000,00
<b>Prazo:</b> 6 meses
<b>Produto 3:</b> Oficinas de Desenvolvimento de Liderança e Gestão Participativa.

<p><b>Meta 1:</b> Cinco oficinas microrregionais.</p> <p><b>Meta 2:</b> Atingir 60% dos Conselheiros Escolares da região da Coordenadoria Regional de Educação.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 50.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 12 meses.</p>
<p><b>Produto 4:</b> Monitoramento, Avaliação e Análise de Resultados.</p> <p><b>Meta:</b> Duas visitas para cada Coordenadoria Regional da Educação.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 50.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 12 meses.</p>
<p><b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 155.000,00</p>

### 11.2.13 Ampliação da oferta de cursos de educação profissional Técnica

<p><b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 13</b></p>
<p><b>Título:</b> Ampliação da oferta de cursos de educação profissional Técnica.</p>
<p><b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b></p>
<p><b>Objetivo:</b></p> <p>Expandir a oferta de cursos técnicos nas escolas da rede estadual de ensino, atendendo demandas de acordo com vistas ao desenvolvimento econômico local e regional.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A sincronia entre a escola e o mundo do trabalho requer oportunidades de formação profissional compatíveis com as tendências de desenvolvimento e com novos perfis profissionais. A expansão da oferta de educação profissional técnica está prevista tanto no Plano Nacional de Educação como no Plano Estadual de Educação onde está estabelecido a sua vinculação com os arranjos produtivos, sociais e culturais, locais e regionais bem como a interiorização da educação profissional sob responsabilidade da SEDUC.</p> <p>A região das missões está se constituindo num polo de produção moveleira o que requer a formação de profissionais qualificados nesta ocupação. A Escola Técnica Estadual Presidente Getúlio Vargas, de Santo Ângelo se propõe a desenvolver curso nesta área, necessitando de recursos financeiros para tal.</p>
<p><b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Produto 1:</b> Estudo de Viabilidade e Pesquisa de Mercado.</p> <p><b>Meta:</b> Identificar os cursos técnicos com maior potencial para a região.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 5.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 06 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Elaboração e Aprovação do Projeto Pedagógico.</p> <p><b>Meta:</b> Elaborar e Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 10.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 18 meses.</p>
<p><b>Produto 3:</b> Equipar a Escola com a infraestrutura necessária para oferecer o curso para a comunidade.</p> <p><b>Meta:</b> Aquisição dos equipamentos, livros e mobiliários.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 185.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 12 meses.</p>
<p><b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b></p>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 200.000,00</p>

**11.2.14 Manutenção do Comitê Bacias Hidrográficas das Missões****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 14****Título:** Manutenção do Comitê Bacias Hidrográficas das Missões.**2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO****Objetivo:**

Manutenção da Estrutura da Secretaria Executiva do Comitê;  
 Representação do Comitê Ijuí nas diferentes instâncias (Regional Estadual e Municipal);  
 Comunicação Social.

**Justificativa:**

A Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí situa-se na região Hidrográfica do Rio Uruguai. Fica na região do Noroeste Gaúcho, constituído das regiões das Missões, médio e baixo curso, e da colonial, no alto e médio vale do Rio Ijuí. Essa divisão expressa as principais diferenças ambientais que o comitê deve gerenciar, em termos dos Recursos Hídricos.

Devido as peculiaridades de natureza socioculturais que diferenciam a região, é indispensável um tratamento especial no projeto de gerenciamento ambiental, por isso o Comitê do Rio Ijuí, instalado em 14 de março de 2002, tem pautado seu esforço na sensibilização dos usuários e população, especialmente, neste momento em que se debate a implementação de todo sistema Estadual de Recursos Hídricos, com aprovação de novos Planos de bacia.

Nas modificações estruturais do uso da água nesta bacia tem se delimitado novos panoramas que permeiam o gerenciamento desta bacia, associando-se a: A necessidade do atendimento às demandas de consumo humano consorciada com os demais usos da água;

A abertura de novas discussões para implantação da lei 11.445/2007 que determina diretrizes para o saneamento, proporcionando à comunidade a esperança de cumprimento dos direitos legais à sanidade ambiental, com tratamento de esgoto doméstico e industrial, um dos problemas notórios da bacia, em contraponto com as dificuldades desta implementação;

A necessidade de racionalizar o uso da água que apresenta, na região missioneira, valores de perda de tarifação acima de 50%, em número expressivo de municípios, conforme dados internos da CORSAN, disponibilizados para trabalhos de pesquisa da Universidade proponente deste convênio;

A proposição e implementação das ações que mantêm o enquadramento aprovado neste ano para a bacia hidrográfica e que exige a atuação efetiva do Comitê no aprendizado e orientação à comunidade das novas tecnologias sugeridas pelo conhecimento técnico existente a nível estadual;

Este quadro posto exige uma postura de afirmação e continuidade das atividades já realizadas na bacia e de novas ações capazes de descentralizar o gerenciamento, sensibilizar, mais efetivamente, a comunidade (usuários e população), tornando mais participe e atuante todos os responsáveis pelo uso e consumo da água, assim como atividades técnicas que propiciem a formulação de projetos capazes de responder estas necessidades já apontadas. Isto fez com que o comitê optasse, ao longo da sua atuação, de realizar reuniões descentralizadas, uma por mês, cada vez em uma cidade da bacia, proporcionando a possibilidade de participação de toda comunidade interessada nesta participação numa ação descentralizadora. Para isso é necessário o uso de carros, em geral, da própria

**3 - PRODUTOS DO PROJETO****Produto 1:** Manutenção de Funcionamento do Comitê de Bacias Hidrográficas da Região das Missões.**Meta:** Funcionamento Comitê.

**Custo:** R\$ 480.000,00

**Prazo:** 48 meses.

**4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 480.000,00

## 11.3 ESTRATÉGIA: COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO PEDR MISSÕES

### 11.3.1 Projeto de Apoio a Gestão das Agroindústrias das Missões

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 1</b>
<b>Título:</b> Projeto de Apoio a Gestão das Agroindústrias das Missões.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b> Propiciar emprego e renda para os empreendedores rurais; Contribuir para a retenção/permanência do jovem na região – sucessão familiar;</p> <p>Garantir aos consumidores um produto de qualidade, com identidade territorial, de acordo com os padrões exigidos pelos sistemas de vigilância e inspeção dos órgãos competentes;</p> <p>Gerar programas de capacitação e qualificação técnica na gestão de empreendimentos agroindustriais, para atender os mercados institucionais (PAA, PNAE, Presídios, compras institucionais) e a crescente demanda externa;</p> <p>Auxiliar na manutenção e na sobrevivência dos empreendedores e produtores rurais no território missioneiro.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A região do COREDE Missões é caracterizada por ser altamente dependente economicamente de seu setor agropecuário, portanto a sua dinâmica de desenvolvimento guarda estreita relação com o desempenho da sua produção agropecuária. Do total dos 25 municípios, grande parte ainda está alicerçada na produção agropecuária e de seus subprodutos tais como: soja, trigo, milho, leite, carne e seus derivados agroindustriais. Além disto, possui uma grande representatividade de pequenos produtores rurais, basicamente familiares, produtores de alimentos, o que justifica políticas e programas que visem o fortalecimento desta atividade.</p> <p>Diante disto, a região das Missões possui 199 agroindústrias (PEAF, 2016), formais e informais, sendo a quarta região do Rio Grande do Sul em número de empreendimentos ativos. Segundo Ortiz (2016) a região das Missões possui apenas 18,1% de agroindústrias formalizadas, sendo o terceiro menor percentual de agroindústrias legalizadas do Estado gaúcho. Para tal, é necessário que estimule-se as agroindústrias, através de estratégias de desenvolvimento vinculadas ao fortalecimento e qualificação gerencial dos empreendedores rurais.</p> <p>Assim, a agroindústria familiar, tem surgido como uma alternativa estratégica para tais produtores e famílias, da região missioneira, que são estimulados por uma crescente demanda pelos produtos oriundos da agricultura familiar (mercados institucionais – PAA, PNAE, presídios, Compras Institucionais, etc.).</p> <p>Tal projeto tem o objetivo de potencializar a geração de emprego e renda no meio rural, bem como estimular a cadeia agroalimentar regional, visando atender a demanda crescente por produtos agroindustrializados.</p>
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1:</b> Captar empreendedores agroindustriais. <b>Meta:</b> 50 empreendedores ou agroindústrias. <b>Custo:</b> R\$ 60.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Capacitar empreendedores agroindustriais. <b>Meta:</b> Assessoria e cursos aos 50 empreendedores e agroindústrias. <b>Custo:</b> R\$ 800.000,00 <b>Prazo:</b> 18 meses.</p>

<b>Produto 3:</b> Acompanhamento das agroindústrias e empreendedores. <b>Meta:</b> 50 empreendedores ou agroindústrias. <b>Custo:</b> R\$ 340.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.200.000,00

### 11.3.2 Competitividade das Cadeias Produtivas - Construção do Consórcio Regional de Inspeção Sanitária Integrada (SIM Missões)

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 2</b>
<b>Título:</b> Competitividade das Cadeias Produtivas - Construção do Consórcio Regional de Inspeção Sanitária Integrada (SIM Missões).
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Criação do consórcio integrado de inspeção sanitária para a Região do COREDE Missões, para comercialização de produtos oriundos de agroindústrias familiares e da agricultura familiar.
<b>Justificativa:</b> A região do COREDE Missões é caracterizada por ser altamente dependente economicamente de seu setor agropecuário, portanto a sua dinâmica de desenvolvimento guarda estreita relação com o desempenho da sua produção agropecuária. Do total dos 25 municípios, grande parte ainda está alicerçada na produção agropecuária e de seus subprodutos tais como: soja, trigo, milho, leite, carne e seus derivados agroindustriais, bem como os produtos hortifrutigranjeiros. A região ainda é detentora de uma grande representatividade de pequenos produtores rurais, basicamente familiares, produtores de alimentos, o que justifica políticas e programas que visem o fortalecimento desta atividade. Assim, a agroindústria familiar, tem surgido como uma alternativa estratégica para tais produtores e famílias, da região missioneira, que são estimulados por uma crescente demanda pelos produtos oriundos da agricultura familiar (mercados institucionais – PAA, PNAE, presídios, Compras Institucionais, etc.). No entanto, para que os alimentos sejam fornecidos pelas agroindústrias e pelos produtores rurais é necessário que se cumpram requisitos mínimos, tais como: especificações técnicas, de sanidade e de higiene, de modo a atender os padrões exigidos pelo órgãos competentes de inspeção e fiscalização. O acompanhamento técnico de campo, coleta e realização de testes, amostras e análises de qualidade, ações administrativas e operacionais, projetos que atendam as chamadas públicas de aquisição de alimentos, padronizações de documentações exigidas por órgãos públicos (escolas públicas, institutos federais, universidades federais e estaduais, exército, hospitais...) em atendimento a comprovação do processamento legal dos produtos fornecidos são elementos importantes e desta forma serão atendidos com as estruturas de equipamentos, veículos, utensílios, móveis, equipamentos de informática, Kits de coleta de amostras e análises. Enfim, tal projeto tem o intuito de criar alternativas de geração de emprego e renda no meio rural, bem como estimular a cadeia agroalimentar regional, visando a produção sustentável, com segurança alimentar e nutricional.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Consórcio integrado de Inspeção Sanitária Regional. <b>Meta:</b> elaboração do plano de serviços de inspeção sanitária e equipamentos para coleta de amostras e fiscalização.

<b>Custo:</b> R\$ 50.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Centro de inspeção sanitária regional. <b>Meta:</b> Construção do centro integrado de inspeção sanitária. <b>Custo:</b> R\$ 300.000,00 <b>Prazo:</b> 18 meses.
<b>Produto 3:</b> Equipamentos para Coleta de amostras e fiscalização. <b>Meta:</b> aquisição de equipamentos de suporte e fiscalização sanitária. <b>Custo:</b> R\$ 250.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 600.000,00

### 11.3.3 Fomento ao Empreendedorismo

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 3

**Título:** Fomento ao Empreendedorismo.

#### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

##### Objetivo:

Fomentar o empreendedorismo em jovens entre 15 e vinte quatro anos;  
Realizar Cursos de fomento ao empreendedorismo nos 25 municípios da região do COREDE Missões;  
Realizar oficinas de desenvolvimento de práticas empreendedoras, junto a estudantes do ensino médio.

##### Justificativa:

Geralmente assume-se que o empreendedorismo se encontra sempre e em qualquer lugar associado ao progresso econômico, embora ausente da vasta maioria dos modelos econômicos. Na sua obra clássica de 1911, Teoria do Desenvolvimento Econômico, Schumpeter (1984) argumenta que os empreendedores são a força motriz do crescimento econômico, ao introduzir no mercado inovações que tornam obsoletos os produtos e as tecnologias existentes.

A contribuição do empreendedor ao desenvolvimento econômico ocorre fundamentalmente pela inovação que introduz e pela concorrência no mercado.

Schumpeter (1984) expandiu o conceito de empreendedorismo demonstrando que o empreendedor, ao incorporar inovações e novas tecnologias contribuía para a substituição de produtos e processos ultrapassados. Assim, o empreendedor assumia não apenas papel central no avanço e desenvolvimento da economia e da sociedade, como protagonizava também um papel fundamental na evolução da vida empresarial e na substituição das empresas estabelecidas por novas organizações mais capazes de aproveitar as inovações.

O empreendedorismo e sua relação com vários outros temas mais amplos, como o crescimento e desenvolvimento dos países, tem evidenciado um campo de pesquisa caracterizado pela sua interdisciplinaridade e complexidade, mas também pela amplitude de suas possibilidades de desenvolvimento científico. A relação entre empreendedorismo e crescimento econômico, por exemplo, parece clara, principalmente quando a discussão está centrada nas diferenças de impacto dessa relação entre os países.

A proporção dos empreendedores por necessidade no total de empreendedores brasileiros foi de 50% no período de 2001 a 2004. Entre os 35 países, o Brasil é o 15º na taxa de empreendedorismo por oportunidade (6%) e o quarto na taxa de empreendedorismo por necessidade (5,3%). Pode-se observar que o empreendedorismo por necessidade é maior nos países menos desenvolvidos em

comparação com os países desenvolvidos.

Conseqüentemente, o impacto da atividade empreendedora sobre o desempenho econômico pode ser diferente e dependente do estágio de desenvolvimento do país. Uma maior atividade empreendedora nos países pobres pode ser resultado de elevado desemprego estrutural e marasmo econômico, que levaria ao empreendedorismo por necessidade como alternativa para a escassez de emprego.

Segundo a pesquisa de Barros e Ferreira (2008), para o estado mineiro, os dados comprovam um efeito negativo e significativo da atividade empreendedora sobre a taxa de desemprego: nos municípios onde há maior proporção de trabalhadores por conta-própria, o desemprego é menor.

Desta forma um importante agente no processo de fomento ao empreendedorismo no Brasil é a Junior Achievement, associação educativa sem fins lucrativos, mantida pela iniciativa privada, cujo objetivo é despertar o espírito empreendedor nos jovens, ainda na escola, estimulando o seu desenvolvimento pessoal, proporcionando uma visão clara do mundo dos negócios e facilitando o acesso ao mercado de trabalho. Atua através de programas educativos aplicados por voluntários corporativos em escolas públicas e privadas e de ações mantidas por pequenas, médias e grandes empresas, que os jovens estudantes brasileiros poderão se beneficiar. Os bons resultados da Junior Achievement provem da sinergia e da dedicação de todas as partes envolvidas: empresas, escolas e alunos, tendo como principal vínculo entre eles os voluntários.

Como a região das Missões é uma das regiões com o menor grau de empreendedorismo do estado do RS e que segundo dados do SEBRAE (2016), 60% das empresas não ultrapassam o sexto ano de vida, faz-se necessário uma intervenção significativa em todo o território regional.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Capacitação Equipe Técnica de Trabalho e Difusão.

**Meta:** Capacitar Equipe de Difusão do Projeto.

**Custo:** R\$ 30.000,00

**Prazo:** 3 meses.

**Produto 2:** Reuniões Municipais de Sensibilização do Projeto.

**Meta:** Visita aos vinte e cinco municípios (25) da região das Missões.

**Custo:** R\$ 40.000,00

**Prazo:** 3 meses.

**Produto 3:** Realização de Palestras e Oficinas nos municípios referenciados, para formação dos grupos de Jr. Achievement.

**Meta:** Realização de Vinte (20) Palestras e Oficinas.

**Custo:** R\$ 30.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 4:** Visitas de Acompanhamento aos grupos formados.

**Meta:** Visitas quinzenais aos grupos formados.

**Custo:** R\$ 40.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 5:** Eventos Regionais para troca de Experiências e Demonstração de Experiências.

**Meta:** Dois (02) eventos regionais.

**Custo:** R\$ 30.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 6:** Finalização do Projeto.

**Meta:** Encontros Municipais em quinze (15) municípios.

**Custo:** R\$ 30.000,00

<b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 200.000,00

### 11.3.4 Missões - Minha Terra

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 4</b>
<b>Título:</b> Missões - Minha Terra.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b></p> <p>Estimular a cultura empreendedora voltada ao turismo na comunidade estudantil e docente da Rede de Ensino médio;</p> <p>Ações que contribuam para a geração de renda e emprego no turismo;</p> <p>Promover seminários e workshops que promovam as oportunidades empreendedoras no turismo.</p> <p>Promover seminários e oficinas de educação empreendedora voltadas industrialização de produtos da agricultura familiar, com práticas inovadoras.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A dimensão turística da região é pujante em termos de recursos e elementos destacando-se o conjunto de atrativos ligados as Reduções Jesuíticas Guaranis, ao turismo religioso e a gastronomia</p> <p>A região do COREDE Missões sedia no Brasil o conjunto histórico de Reduções Jesuíticas formado por dos seis dos sete sítios jesuítico-guaranis, estabelecidos em São Miguel das Missões, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo.</p> <p>Segundo o IPHAN (2016) os bens culturais transfronteiriços envolvendo o Brasil e a Argentina, compõem-se de um conjunto de cinco remanescentes dos povoados implantados em território originalmente ocupado por indígenas, durante o processo de evangelização promovido pela Companhia de Jesus nas colônias da coroa espanhola na América, durante os séculos XVII e XVIII, denominado de Missões Jesuíticas Guaranis.</p> <p>O sítio arqueológico situado em São Miguel das Missões – principal elemento, foi tombado como patrimônio nacional, dando sequência a criação do Museu das Missões, destinado ao recolhimento e para a guarda estatutária da Igreja de São Miguel. O mais importante reconhecimento da importância histórica e cultural ocorreu em 1983, quando São Miguel das Missões foi declarada Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco (IPHAN, 2016).</p> <p>Além do patrimônio linkado aos Povos Guaranis, a região das missões é rica em elementos turísticos voltados ao turismo religioso, como por exemplo o conjunto arquitetônico de São Pedro do Butiá, onde está estabelecido o Centro Germânico - , em Caibaté o Santuário e a Romaria do Caaró, em Guarani das Missões Santuário e Romaria Nossa Senhora Czestochowa, em São Nicolau a Trilha Santos Mártires, em Santo Ângelo a Catedral Angelopolitana, em São Luiz Gonzaga a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, entre outros.</p> <p>No que se refere a povoação através das migrações europeias, o legado sociocultural é amplo, refletindo-se em possibilidades de atrativos turísticos, que envolvem desde o legado arquitetônico, o cultural – expressos em festas, eventos culturais ligados aos povos europeus e principalmente na gastronomia.</p> <p>Os elementos naturais também são potencialidades que poderiam fortalecer o interesse turístico, que podem abranger o potencial do Rio Uruguai, as Cascatas e demais recursos hídricos bem como o Turismo Rural.</p> <p>A necessidade de se estabelecer um projeto de fomento ao</p>

empreendedorismo turístico é derivado do baixo grau de pertencimento e conhecimentos dos jovens quando ao seu território e de seus recursos naturais, históricos e culturais como possibilidade de geração de emprego e renda.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Capacitação e Treinamento de Equipe Técnica. <b>Meta:</b> Cursos de Quarenta Horas. <b>Custo:</b> R\$ 20.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Seminário de Sensibilização com Professores e Alunos. <b>Meta:</b> Realização de Quatro Seminários Microrregionais em cada COREDE, com carga horária de 20horas, perfazendo o total de Dezesesseis Seminários. <b>Custo:</b> R\$ 40.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses
<b>Produto 3:</b> Oficinas de Cultura Empreendedora com Alunos. <b>Meta:</b> Cinco oficinas por escola do meio rural. <b>Custo:</b> R\$ 600.000,00 <b>Prazo:</b> 24 meses.
<b>Produto 4:</b> Monitoramento, Avaliação e Análise de Resultados. <b>Meta:</b> Duas visitas por semestre em cada escola. <b>Custo:</b> R\$ 200.000,00 <b>Prazo:</b> 24 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 860.000,00

### 11.3.5 Agenda de Eventos Missioneiros

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 5</b>
<b>Título:</b> Agenda de Eventos Missioneiros.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Criar infraestrutura física para organização da agenda de eventos regionais; Criar uma infraestrutura virtual, de acesso restrito a prefeituras, para organizar e planejar o calendário de eventos; Disponibilizar um instrumento via Internet e/ou Aplicativos de Smartphones para divulgação de eventos da região; Disponibilizar acessoriamente um ambiente <i>online</i> que permita a divulgação de fotos, vídeos dos eventos para divulgação do turismo regional; Estimular os processos de articulação regional e coesão territorial.
<b>Justificativa:</b> A região das Missões do Estado do RS, embora seja um dos dez principais pontos turísticos do Estado em virtude das localização das Reduções Jesuíticas, ainda carece de instrumentos que fomentem o interesse de turistas externos a região e ao país, sendo que segundo dados da Secretaria de Turismo de São Miguel das Missões, anualmente se recebe neste município cerca de 20.000 turistas ano, enquanto regiões da Argentina e Paraguai com potencial semelhante, recebem mais de 70.000 turistas ano. Um dos elementos que poderia potencializar essa atração, poderia ser um sistema de divulgação de eventos e comemorações, disponibilizados via aplicativos de smartphones e/ou site de Internet, para que os turistas e agências de turismo delineassem circuitos de visitas e passeios. Atualmente dos 25 municípios da região das Missões (do qual todos possuem

sites de Internet), apenas 12 municípios possuem em suas páginas a divulgação de eventos, festas, comemorações e pontos turísticos. Os demais não apresentam informação alguma, das suas principais potencialidades turísticas.

Também justifica-se a criação da referida Agenda, o fato que não existe uma organização conjunta dos municípios, para o planejamento de seus principais eventos. Como exemplo, no segundo semestre de 2016, oito municípios em um raio de 50 Kms realizaram simultaneamente em um mesmo final de semana, seus eventos e feiras, rivalizando entre si a atração de turistas, considerando que nos dois finais de semana subsequentes, não houve evento em nenhum deles. Aparece então um claro exemplo da necessidade de planejamento regional na realização de eventos.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Criação de Site e Aplicativo para Smartphone.

**Meta:** Site e Aplicativo.

**Custo:** R\$ 40.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 2:** Capacitação de Agentes Públicos.

**Meta:** 25 gestores públicos.

**Custo:** R\$ 20.000,00

**Prazo:** 3 meses

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 60.000,00

#### 11.3.6 Missões Alimenta a Fé

##### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 6

**Título:** Missões Alimenta a Fé.

##### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:**

Propiciar aos produtores da Agricultura Familiar Missioneira e Artesões das Missões um espaço revitalizado para comercialização de artesanato missioneiro e produtos regionais;

Construção de infraestrutura para comercialização de produtos da Agricultura Familiar e Artesanato Missioneiro;

Agregação de renda e geração de emprego para comunidade regional;

Fortalecer as áreas de apoio ao turismo, melhorando o atendimento ao visitante e turista.

**Justificativa:**

O Santuário do Caaró, um ponto turístico religioso de reconhecimento internacional, sendo também um local importante para milhares de católicos e uma tradição das missões no Rio Grande do Sul. A Romaria reverencia a memória dos três Santos Mártires: Padre Roque Gonzales, Padre Afonso Rodriguez e Padre, João. O Santuário do Caaró no RS mantém viva memória e testemunho de três padres mártires.

A Diocese de Santo Ângelo realiza todo ano a denominada "Romaria dos Mártires das Missões", que acontece à 83ª edições, onde os católicos celebram a história da vida e morte dos três primeiros padres 'missioneiros'.

Anualmente uma romaria reúne anualmente cerca de 15.000 de fiéis que peregrinam ao lugar do martírio desses três padres 'missioneiros', atraindo não apenas os turistas regionais, mas fiéis de outras regiões e outros estados.

A Romaria Diocesana ao Santuário de Caaró constitui um acontecimento significativo de celebração de nossa vida de Igreja. Somos Igreja peregrina, estamos

a caminho do Reino. Somos romeiros (as) com os olhos fixos no horizonte de nossa fé. Caminhamos motivados pela esperança de salvação. Buscamos fortalecer nossas disposições de viver o amor fraterno. A Romaria representa uma oportunidade de crescimento de comunhão de Igreja”, destaca nota da diocese.

Conjuntamente a Romaria marca o encerramento da Trilha dos Santos Mártires, que realiza o trajeto com a saída da Cruz do Passo do Padre, Santo Isidro, São Nicolau, primeira redução jesuíta no Rio Grande do Sul.

Assim o Santuário do Caaró com toda sua infraestrutura e Romaria dos Mártires Missioneiros, torna-se uma opção de turismo religioso, o qual, diferentemente de todos os outros segmentos de mercado do turismo, tem como motivação fundamental a fé. Está, portanto, ligado profundamente ao calendário e acontecimentos religiosos das localidades receptoras dos fluxos turísticos. É comum chamar-se peregrinação a cada viagem de turismo religioso

Pelo plano cultural o turismo religioso, segundo Peter Janech, membro do Programa Regional Europeu da Organização Mundial de Turismo tem o potencial de ser uma das formas mais poderosas e diretas para promover junto dos viajantes a herança cultural" dos locais.

A Organização das Nações Unidas tem defendido o turismo cultural como sendo instrumento para a defesa da igualdade, dos direitos humanos e da paz.

O turismo religioso tem aparecido do ponto de vista econômico como um importante setor a ser explorado, pois segundo o Ministério do Turismo brasileiro, através do Departamento de Estudos e Pesquisas do MTur,(2015) em 2015, cerca de 17,7 milhões de brasileiros viajaram pelo país levados pela fé. Cerca de 10 milhões fizeram viagens sem pernoitar no destino (excursionistas) e outros 7,7 milhões permaneceram pelo menos uma noite no local. Contudo, a região sul embora possua um rico potencial de atrativos turísticos religiosos não desponta como principais roteiros.

No quesito de oferta de produtos regionais, segundo os dados do Programa Estadual de Agricultura Familiar – PEAf (2016), a região das Missões é a terceira no estado com o maior número de agroindústrias de produtos regionais produzidos pela agricultura familiar. Segundo o PEAf (2016) são cerca de 300 iniciativas que visam comercializar produtos agroindustrializados ou “*in natura*” na região que compreende o Santuário do Caaró.

As informações até aqui apresentadas justificam a implementação do projeto visando atender não apenas os romeiros, mas também todo o tipo de turistas que visitam o referido ponto turístico.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Projeto de Engenharia/Arquitetura para Construção de edificações para comercialização de artesanatos e produtos regionais.

**Meta:** Projeto Engenharia e Projeto Arquitetônico.

**Custo:** R\$ 50.000,00

**Prazo:** 02 meses.

**Produto 2:** Obras de edificações para comercialização de artesanatos e produtos regionais no Santuário do Caaró.

**Meta:** Construções.

**Custo:** R\$ 150.000,00

**Prazo:** 06 meses

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 200.000,00

**11.3.7 Execução do Plano de Marketing Turístico das Missões****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 7****Título:** Execução do Plano de Marketing Turístico das Missões.**2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO****Objetivo:**

Executar o plano de marketing para promover o turismo na Região das Missões.

**Justificativa:**

Os recentes eventos internacionais ocorridos no Brasil introduziram profundas alterações à composição, estrutura e competências das entidades de turismo, principalmente as regionais que passaram por um processo de aprimoramento das suas ações em função das exigências dos turistas.

Desse contexto surge a necessidade de elaboração de um plano de marketing do turismo na Região das Missões, para conhecer, executar, avaliar as atuais ações e formular propostas para o seu ajustamento;

Esse instrumento torna-se necessário para orientar o turismo missioneiro em um pressuposto que o turismo na Região das Missões, assuma definitivamente um papel na orientação e fundamentação da atividade turística regional. A relevância desse plano ancora-se, não obstante na sua execução e/ou operacionalização, mas como também na possibilidade de parcerias com Agências Regionais de Promoção Turística, na promoção externa.

De acordo com a contextualização das necessidades deste trabalho, será a relevância das novas orientações estratégicas nacionais vertidas na execução dos planos que, de alguma forma, condicionam a implementação das medidas de desenvolvimento turístico das regiões, seja ao nível da identificação dos produtos turísticos prioritários, dos mercados externos a abordar, ou mesmo da estruturação da oferta.

A produção do instrumento está intimamente ligada a questão da definição do novo quadro comunitário de apoio (em fase de clarificação), algo a considerar, uma vez que se trata de um importante instrumento de alavancagem financeira, seja ao nível dos projetos de índole pública, quer privada.

O contexto da atividade turística regional, intimamente ligado à conjuntura político-econômica global, tem sofrido profundas alterações nos últimos dez anos, o que pressupõe uma reorientação das estratégias e modelos de desenvolvimento para o setor do turismo.

Ciente desta necessidade, a Fundação das Missões e COREDE pretende colmatar estas lacunas através da apresentação do presente plano, que se pretende reflita a visão regional e identifique as lacunas que, uma vez supridas, possibilitarão afirmar definitivamente a Região das Missões como destino turístico de excelência.

**3 - PRODUTOS DO PROJETO****Produto 1:** Formação de Equipe Técnica.**Meta:** Contratação e Manutenção de Equipe.**Custo:** R\$ 150.000,00**Prazo:** 04 meses.**Produto 2:** Divulgação do Produto Missões em Mídias Estadual, Nacional e Internacional.**Meta:** Três Cursos de totalizando quarenta Horas.**Custo:** R\$ 3.000.000,00**Prazo:** 18 meses.**4 - RECURSOS DO PROJETO****Valor total estimado do projeto:** R\$ 3.150.000,00

### 11.3.8 Centro para Qualificação de Agroindústrias

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 8</b>
<b>Título:</b> Centro para Qualificação de Agroindústrias.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b></p> <p>Oferecer capacitação em tecnologias de processamento de controle de qualidade de alimentos para agricultores e estudantes de níveis médio e superior da Região das Missões, utilizando centro experimental de processamento de matérias primas de origem animal e vegetal para agroindústrias;</p> <p>Construção de edificação para treinamento e qualificação de mão de obra para agroindustrialização de produtos regionais;</p> <p>Adquirir equipamentos de processamento e treinamento de mão de obra;</p> <p>Realização de Cursos para qualificação de mão-de-obra no processo de agroindustrialização de matérias-primas e cursos de Boas Práticas de Produção.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A agroindustrialização constitui uma importante fonte de renda para as famílias rurais e alternativa inovadora na arquitetura de redes agroalimentares alternativas; circuitos de comércio diferenciados que valorizam práticas e normas sociais que estão na base da autonomia não só mercantil, mas também cultural e política dos agricultores familiares. Nesse tipo de empreendimento, os agricultores são os protagonistas do processo, passando a atuar em toda a cadeia produtiva. Além disso, promovem a descentralização e a diversificação da produção e o desenvolvimento local, fortalecendo os valores culturais, a sustentabilidade e a oferta de produtos diferenciados e de qualidade.</p> <p>O incentivo à criação de agroindústrias através de políticas públicas por parte dos governos municipais, estaduais e federal, visando o desenvolvimento regional, aparentemente, possibilita que estas sejam criadas e mantidas por produtores rurais juntamente com suas famílias, buscando assim a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.</p> <p>Segundo dados da Programa Estadual da Agricultura Familiar (2016), o Rio Grande do Sul possuía 2.626 agroindústrias familiares cadastradas no Programa de Agroindústria Familiar. Destas, somente 833 agroindústrias estavam formalizadas. Na região das Missões, de acordo com a distribuição por COREDE, tínhamos 193 agroindústrias cadastradas e 25 inclusas no programa, divididas em 12 municípios pertencentes ao COREDE Missões.</p> <p>Com base nestes dados, verifica-se um número expressivo de agroindústrias em nosso COREDE, porém poucos empreendimentos estão formalizados. Isso se deve a vários fatores, entre eles a falta de suporte técnico aos produtores, no que diz respeito a tecnologias de processamento de alimentos, bem como controle de qualidade dos mesmos.</p> <p>Dessa forma, o presente projeto visa preencher esta lacuna, pois pretende oferecer capacitação aos agricultores, utilizando estruturas de plantas piloto de agroindústrias. Além disso, visa formar futuros empreendedores na área de alimentos e profissionais capacitados a prestar assistência técnica aos agricultores.</p> <p>As plantas piloto de agroindústrias serão edificações de pequena escala, equipadas com maquinários e utensílios adaptados ao seu porte, que atendam às exigências sanitárias e ambientais, servindo de modelo para os agricultores e estudantes.</p> <p>A parceria entre a Emater, a Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul e a UERGS – São Luiz Gonzaga dão suporte ao projeto, pois o público alvo do mesmo está vinculado a essas instituições. Destaca-se que a Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul e a UERGS – São Luiz Gonzaga utilizam em conjunto a estrutura da</p>

Escola, sendo que a UERGS oferece em São Luiz Gonzaga as graduações em Ciência e Tecnologia de Alimentos e Agronomia e a Escola Técnica oferece o Curso Técnico em Agropecuária. Além disso, na mesma área encontra-se instalado um centro de Treinamento construído pela Emater, com objetivo de atender agricultores da região. Dessa forma, esta área é o local ideal para construção das plantas piloto.

As instituições acima citadas, juntamente com as demais entidades envolvidas no projeto, possuem corpo técnico (docentes e extensionistas) capacitados para atuar nos treinamentos a serem oferecidos aos estudantes e agricultores. Uma vez construídas as plantas piloto, as capacitações podem ocorrer por tempo indeterminado, considerando que a cada ano novos estudantes ingressam nas instituições de ensino e novos agricultores se interessam em agroindustrializar alimentos.

Assim, este projeto se justifica pela grande capacidade de potencializar a agroindustrialização de alimentos na Região das Missões, promovendo o desenvolvimento regional.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Construção de Edificação de Agroindústria Modelo - Embutidos Cárneos.

**Meta:** Construir e equipar a planta piloto.

**Custo:** R\$ 500.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 2:** Planta Piloto de Agroindústria, Derivados de Leite, Sucos e Bebidas.

**Meta:** Construir e equipar a planta piloto.

**Custo:** R\$ 400.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 3:** Planta Piloto de Agroindústria Conservas e Doces.

**Meta:** Construir e equipar a planta piloto.

**Custo:** R\$ 300.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 4:** Planta Piloto de Agroindústria de Derivados de Cana Açúcar e Hortifrutigranjeiros.

**Meta:** Construir e equipar a planta piloto.

**Custo:** R\$ 400.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 5:** Capacitação e agricultores e estudantes de níveis médio e Superior da Região das Missões - RS.

**Meta:** Realizar cursos de capacitação nas diversas áreas de processamento agroindustrial.

**Custo:** R\$ 200.000,00

**Prazo:** Indeterminado (a cada ano novas turmas ingressam nas instituições de ensino e novos agricultores se interessam por agroindustrializar alimentos).

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 1.800.000,00

#### 11.3.9 Competitividade Regional – Diferenciação da Pecuária de Corte da Região das Missões – “Buena Carne Missioneira”

##### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 9

**Título:** Competitividade Regional – Diferenciação da Pecuária de Corte da Região das Missões – “Buena Carne Missioneira”.

##### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:**

Agregar qualidade e diferenciação a carne produzida na região das Missões através de um Selo de Comercialização da produção.

**Justificativa:**

A Região do COREDE Missões detém uma pecuária de corte bastante diversificada, com presença de rebanhos bovinos, aves, suínos e de ovinos, espalhados pelos seus 25 municípios.

Além disto, a região é detentora de uma ampla extensão de terras, caracterizada por ser um território heterogêneo, no que tange seus aspectos geomorfológicos. A maior parte do território localiza-se em uma região de planalto meridional. Seus municípios inserem-se na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e pertencem ao bioma pampa e mata atlântica (COREDE MISSÕES, 2010, p. 24).

Os municípios com maiores extensões de terras encontram-se no centro-sul, leste e sudoeste da região missioneira. Entre eles, destacam-se Bossoroca, São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, São Miguel das Missões e Garruchos, que, por sua vez, possuem os maiores rebanhos de ovinos e bovinos do COREDE Missões. Quanto a produção de aves e suínos, está concentrada no centro-norte e leste da Região das Missões, nos municípios de São Pedro do Butiá, Cerro Largo, São Paulo das Missões, Roque Gonzales e Santo Ângelo.

No conjunto regional o território missioneiro possui um rebanho de 630 mil cabeças de aves, 786 mil cabeças de bovinos, 319 mil cabeças de suínos e 176 mil cabeças de ovinos, correspondendo, respectivamente, a 0,43%, 5,64%, 5,22% e 4,17% do montante estadual.

Deste modo, tal representatividade do rebanho missioneiro é identificado como uma fortaleza regional, tanto em relação aos aspectos econômicos, quanto em relação aos históricos, culturais, sociais, geográficos, ambientais e de identidade regional.

No entanto, apesar de tal representatividade e potencial regional, existem gargalos e deficiências, que podem ser supridas com políticas e projetos direcionados, que busquem a diferenciação do seu produto, com selos de certificação e denominação de origem, através de práticas e técnicas de produção, tecnologia, genética, bem-estar animal, organização da produção, do trabalho e da gestão das unidades produtivas, manejo, aspectos sanitários e fitossanitários.

Para tanto, são necessárias intervenções que busquem agregar qualidade e diferenciação a carne produzida na região das Missões, através do fortalecimento, prestação de serviços de suporte, extensão rural e assistência técnica aos produtores rurais da região, de modo a qualificá-los frente a competitividade do setor, visando agregar valor ao seu produto, que conseqüentemente, refletirá na geração de emprego e renda regional.

**3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Captação de pecuaristas para especialização da pecuária de corte na Região do COREDE Missões.

**Meta:** Treinamento e qualificação técnica, de assistência e de apoio aos produtores rurais, visando a especialização da pecuária de corte regional.

**Custo:** R\$ 200.000,00

**Prazo:** 24 meses.

**Produto 2:** Selo Regional – “Buena Carne Misioneira”.

**Meta:** Criar um selo regional para a carne missioneira.

**Custo:** R\$ 300.000,00

**Prazo:** 18 meses.

**4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 500.000,00

### 11.3.10 Competitividade Regional – Projeto + Leite: Gestão, Governança e alternativas de Agroindustrialização da Pecuária Leiteira

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 10

**Título:** Competitividade Regional – Projeto + Leite: Gestão, Governança e alternativas de Agroindustrialização da Pecuária Leiteira.

#### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

##### Objetivo:

- Analisar o processo de produção de leite e seus derivados na Região do COREDE Missões;
- Avaliar as ferramentas/instrumentos existentes de gestão e controle e as alternativas de agregação de valor a produção leiteira desenvolvidas na região missioneira.

##### Justificativa:

A manutenção e a ampliação da competitividade da cadeia produtiva do leite depende do avanço em diferentes aspectos, principalmente nas questões relacionadas à gestão e à governança do processo produtivo do leite nas propriedades rurais.

O setor leiteiro passou por um maior controle e por consequência, mudanças na organização das atividades produtivas, prospectando inserir-se competitivamente neste novo mercado, através de maior eficácia e eficiência no emprego dos fatores de produção. Concomitantemente a isto, foram sendo introduzidas novas formas de gestão, métodos, tecnologias e práticas de produção visando assegurar a qualidade do produto e a produção em escala. Porém, grande parte dos produtores, a partir destas novas regras e dinâmicas produtivas, não consegue acompanhar tais mudanças.

Há ainda uma série de fatores que afetam o desempenho dos estabelecimentos rurais, no caso produtores de leite, tais como: acesso a crédito, tomada de decisão ótima, tecnologia, insumos e comercialização da produção, logística, manejo e genética, entre outros. De maneira geral, lidar com essa complexidade de funções concomitantemente exige ampliação da capacidade gerencial, do controle de despesas e de receitas, da compreensão mais aprofundada sobre custos de produção, requisitos de difícil apreensão pela maioria dos produtores rurais, principalmente os agricultores familiares.

Deste modo, a gestão rural é fundamental, pois oportuniza ao produtor o conhecimento da propriedade, o registro e o controle das atividades, a análise dos resultados e o planejamento das ações necessárias. Aspectos relacionados à gestão, como registrar e controlar os custos de produção pode auxiliar em vários pontos, tais como analisar a rentabilidade da atividade, reduzir os custos e gerar indicadores. Esses elementos são importantes, tanto para o técnico quanto para o produtor, no processo de tomada de decisões seguras.

A Região das Missões no ano de 2014 foi responsável pela produção de 250 milhões de litros de leite, demonstrando uma representatividade, de 5,36% do montante do Estado gaúcho. De acordo com dados não consolidados da Emater, em 2015, o rebanho produtivo de leite da Região é de 11.060 cabeças, com uma produção média de 3.684 litros/vaca/ano, com uma média de 5,72 animais por hectare. Além disto, a Região do COREDE Missões apresentou ainda uma redução, no número de empreendimentos envolvidos com a produção de leite na ordem de 15%. Isto combinada com uma redução de 7% no número de vacas. No entanto, apesar dos números negativos quanto a rebanho e empreendimentos envolvidos na produção leiteira, houve um incremento no volume de produção em 5,4% (capitaneados pelo aumento da produtividade). Mesmo assim, a região ainda detém 40% dos produtores de leite produzindo menos de 100 litros por dia, com muitos

problemas estruturais e de gestão, tais como: capacidade e qualidade de energia elétrica, tecnologia (resfriadores), manejo, bem-estar animal, genética, práticas, técnicas e métodos produtivos, mão de obra, gerenciamento e comercialização da produção e sua capacidade estrutural (instalações).

Enfim, deverá ser dada ênfase neste projeto as ações que visem construir instrumentos de controle e gestão do processo produtivo nas unidades de produção do setor leiteiro, de forma coletiva, ou seja, entre os agricultores e a equipe técnica responsável. Por outro lado, quanto a estruturação da governança regional da produção leiteira, a mesma deverá compreender os relacionamentos estabelecidos entre os produtores e os demais elos do processo produtivo nas regiões elencadas, além de manter um espaço contínuo de ações de extensão universitária para docentes e acadêmicos dos programas e cursos das universidades envolvidas, contribuindo para a formação e para o desenvolvimento regional.

O banco de dados a ser constituído, considerando a continuidade do monitoramento e a alimentação ao longo do tempo, fornecerá subsídios para debates acerca da agricultura e da atividade leiteira na região, e se constituirá em um instrumento de desenvolvimento para a Região do COREDE Missões.

A construção participativa de um sistema de gestão de unidades de produção familiar com pecuária de leite deverá proporcionar um aprendizado individual e coletivo, gerando informações sobre a realidade, a partir da visão dos diferentes atores do processo, sejam eles agricultores, extensionistas ou pesquisadores.

Junto ao projeto ainda, as ferramentas de gestão contribuirão para a qualificação da governança do processo produtivo, bem como na qualificação dos processos de agregação de valor aos subprodutos do leite na Região do COREDE Missões.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Dados primários e secundários da Região das Missões.

**Meta:** custeio de equipe técnica para realizar um levantamento de dados primários – através de entrevistas semiestruturadas e questionários – e secundários dos produtores de leite e seus derivados da Região do COREDE Missões.

**Custo:** R\$ 360.000,00

**Prazo:** 36 meses.

**Produto 2:** Modelos de controle e de gestão da produção da pecuária leiteira da Região das Missões.

**Meta:** elaboração de instrumentos e ferramentas de gestão e de controle para as unidades produtivas de leite da região missioneira.

**Custo:** R\$ 80.000,00

**Prazo:** 18 meses.

**Produto 3:** Governança Regional.

**Meta:** realização de assembleias, reuniões e seminários com os agentes de desenvolvimento regional, visando estruturar um processo de governança regional da pecuária leiteira da Região do COREDE Missões.

**Custo:** R\$ 20.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 4:** Banco de Dados Regional da Pecuária Leiteira.

**Meta:** Criação de um banco de dados regional sobre a produção/produtores de leite e seus derivados, visando dar suporte a estudos e pesquisas futuras na Região do COREDE Missões.

**Custo:** R\$ 10.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**4 - RECURSOS DO PROJETO****Valor total estimado do projeto:** R\$ 470.000,00**11.3.11 Competitividade das Cadeias Produtivas – Fortalecimento da Produção de Grãos da Região das Missões****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 11****Título:** Competitividade das Cadeias Produtivas – Fortalecimento da Produção de Grãos da Região das Missões.**2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO****Objetivo:**

- Fortalecer e gerar maior competitividade a produção de grãos, englobando todos os 25 municípios do COREDE;
- Agregar qualidade e produtividade aos grãos produzidos na região das Missões;
- Prestar suporte/extensão rural, assistência técnica e treinamento quanto as ferramentas de gestão e comercialização da produção aos produtores rurais da região das Missões.

**Justificativa:**

A Região do COREDE Missões detém uma significativa produção de grãos, principalmente soja, milho e trigo, espalhados pelos seus 25 municípios.

Além disto, a região é detentora de uma ampla extensão de terras, caracterizada por ser um território heterogêneo, no que tange seus aspectos geomorfológicos. Os municípios com maiores extensões de terras encontram-se no centro-sul, leste e sudoeste da região missioneira. Entre eles, destacam-se Bossoroca, São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, São Miguel das Missões, Giruá, Eugênio de Castro e Santo Ângelo que, por sua vez, possuem a maior produção de grãos (soja, milho e trigo) do COREDE Missões, basicamente voltada ao mercado externo - exportação.

A produção de grãos é uma fortaleza regional (matriz SWOT), tanto em relação aos aspectos econômicos, quanto em relação aos históricos, culturais, sociais, geográficos, ambientais e de identidade regional, caracterizada como uma região produtora de alimentos.

O território missioneiro gerou, em 2014, uma produção de 332 mil toneladas de milho, 1,197 milhão de toneladas de soja e 253 mil toneladas de trigo, correspondendo, respectivamente, a 6,17%, 9,18% e 15,17% do montante estadual.

No entanto, apesar de tal representatividade e potencial regional, existem gargalos e deficiências, que podem ser supridas com políticas e projetos, que busquem uma maior competitividade e produtividade na produção de grãos, através de novas práticas e técnicas de produção, pacotes tecnológicos (máquinas e equipamentos), agricultura de precisão, rotação de culturas, irrigação, armazenagem, melhoramento genético de sementes, organização da produção, do trabalho e da gestão das unidades produtivas. Além disto, são necessários mecanismos de instrução, capacitação e treinamento visando a comercialização de sua produção.

Para tanto, são necessárias intervenções que busquem agregar eficiência na gestão, comercialização e produtividade aos produtores da região das Missões, tais como: prestação de serviços de extensão rural e assistência técnica aos produtores da região, de modo a qualificá-los frente a competitividade do setor agrícola - commodities.

**3 - PRODUTOS DO PROJETO****Produto 1:** Plano de fortalecimento da produção de grãos do COREDE Missões.**Meta:** elaboração do plano e formação da equipe técnica de apoio regional.**Custo:** R\$ 50.000,00

<b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Qualificação técnica de apoio ao desenvolvimento da produção de grãos e extensão rural – assistência técnica.
<b>Meta:</b> captação de produtores para treinamento, assistência técnica (manejo) e extensão rural.
<b>Custo:</b> R\$ 300.000,00
<b>Prazo:</b> 24 meses.
<b>Produto 3:</b> Comercialização da produção e gestão das propriedades rurais.
<b>Meta:</b> treinamento e capacitação dos produtores e agentes no que tange as estratégias de comercialização e de gestão da produção rural.
<b>Custo:</b> R\$ 100.000,00
<b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 450.000,00

### 11.3.12 Competitividade das Cadeias Produtivas - Redes de Cooperação

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 12

**Título:** Competitividade das Cadeias Produtivas - Redes de Cooperação.

#### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

##### **Objetivo:**

Promover o fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas, fomentando a cooperação entre as empresas do mesmo segmento e características semelhantes, melhorando a capacidade competitiva e fornecendo suporte técnico e formação, consolidação e desenvolvimento de Redes de Cooperação.

Formar, expandir e dar suporte às Redes de Cooperação entre empresas visando o fortalecimento do desenvolvimento regional.

##### **Justificativa:**

Justifica-se o projeto do Programa Redes de Cooperação, para dar continuidade ao processo de desenvolvimento regional. O Programa que já teve edição no período de maio de 2001 a fevereiro de 2003, e ao seu término, não foi renovado, deixou as Redes fomentadas, desassistidas pelo Programa. E durante a execução do convênio 2005-2006, foram cumpridas com êxito as metas, bem como o período de 2008 a 2010 e 2014. O programa visa melhorar a capacidade competitiva das empresas no mercado em que atuam, viabilizando novas oportunidades que isoladamente não seriam possíveis, entre elas a redução e divisão de custos, riscos, a qualificação dos produtos e serviços, o acesso a novas tecnologias e a créditos, melhorando a qualidade de vida e o desenvolvimento sócio econômico da região.

A viabilidade do programa frente ao desenvolvimento é uma estratégia de gestão pública, no intuito de contribuir com as micro e pequenas empresas, bem como geração de emprego e renda, já demonstrado nas edições anteriores.

No que se reporta à importância para as Instituições de Ensino, o Programa faz parte da extensão da universidade, facilitando a integração entre o ambiente educacional e o meio empresarial, estabelecendo uma interação entre a teoria e a prática. Neste contexto, é relevante lembrar que o programa Redes de Cooperação faz parte dos estudos acadêmicos nas Instituições de Ensino Superior.

Assim, ressalta-se entre as melhorias adotadas no programa Redes de Cooperação, a regulamentação de novas estratégias, entre elas a responsabilidade social incentivando as empresas a contribuir com a preservação do meio ambiente, a comunidade e a qualidade de vida do meio empresarial.

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1:</b> Implantação de 3 novas redes na área geográfica de atuação – Região das Missões.  <b>Meta:</b> formação de 3 novas redes de cooperação.  <b>Custo:</b> R\$ 100.000,00  <b>Prazo:</b> 12 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Acompanhamento a 10 redes em desenvolvimento, na Metodologia do Programa Redes de Cooperação.  <b>Meta:</b> Redes em acompanhamento – 10 redes em desenvolvimento.  <b>Custo:</b> R\$ 200.000,00  <b>Prazo:</b> 18 meses.</p>
<p><b>Produto 3:</b> Adição de 20 (vinte) empresas às redes existentes através do trabalho de expansão.  <b>Meta:</b> atendimento a empresas – 20 empresas.  <b>Custo:</b> R\$ 200.000,00  <b>Prazo:</b> 18 meses.</p>
<p><b>Produto 4:</b> Execução de 200 (duzentas) horas de cursos específicos para redes.  <b>Meta:</b> Treinamento - Horas de curso – 200 horas.  <b>Custo:</b> R\$ 200.000,00  <b>Prazo:</b> 18 meses.</p>
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<p><b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 700.000,00</p>

### 11.3.13 Centro Tecnológico de Pesquisa e Inovação das Missões

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 13</b>
<p><b>Título:</b> Centro Tecnológico de Pesquisa e Inovação das Missões.</p>
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b>  Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região das Missões através da promoção e o incentivo da cultura da inovação, da produção científica e tecnológica e a competitividade de suas empresas e instituições de pesquisa, de forma a agregar valor, articulada com as cadeias produtivas locais.</p>
<p><b>Justificativa:</b>  O Centro Tecnológico de Pesquisa e Inovação, será um espaço, inserido dentro do Parque Científico e Tecnológico das Missões, TECNOURI Missões, em uma área de 5 hectares, que além de disponibilidade para ampliar a rede de energia, terá condições de abrigar novos empreendimentos, e terão o apoio e suporte da academia, para o desenvolvimento da pesquisa e inovação.  Por estar localizado dentro do Campus da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Santo Ângelo, ao lado de rodovias que ligam a região com outras partes do RS e Mercosul, facilitando desta forma as relações com esses mercados.  Neste contexto, o Centro Tecnológico, aliado as demais iniciativas que estão sendo desenvolvidas pela URI, como o Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia, a Incubadora de Base Tecnológica, o Polo de Modernização Tecnológica, os mestrados e doutorado existente nesta instituição, junto com as outras Instituições de Ensino Superior inseridas na região das Missões, podem representar uma oportunidade para uma mudança e um incentivo as empresas, em trabalhar em sinergia projetos de pesquisa e inovação, para agregar valor aos produtos, processos e serviços na região das Missões.</p>

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Implantação do Espaço Físico do Centro Tecnológico de Pesquisa e Inovação das Missões.

**Meta:** Ampliar Infraestrutura Física para Inserção de Novos Laboratórios de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento.

**Custo:** 3.000.000,00

**Prazo:** 48 meses.

**Produto 2:** Aquisição de Equipamentos para o Laboratório de Tecnologia da Informação, Comunicação e Convergência Digital.

**Meta:** Instalação dos equipamentos do Laboratório de Tecnologia da Informação, Comunicação e Convergência Digital.

**Custo:** R\$ 1.000.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 3:** Aquisição de Equipamentos para o Laboratório de Inovação e Tecnologias nas Engenharias, Automação e Tecnologias Socioambientais.

**Meta:** Instalação dos equipamentos do Laboratório de Inovação e Tecnologias nas Engenharias, Automação e Tecnologias Socioambientais.

**Custo:** R\$ 1.000.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 4:** Aquisição de Equipamentos para o Laboratório de Tecnologia e Inovação na Agroindústria e Agropecuária.

**Meta:** Instalação dos equipamentos do Laboratório de Tecnologia e Inovação na Agroindústria e Agropecuária.

**Custo:** R\$ 1.000.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 5:** Aquisição de Equipamentos para o Laboratório de Alimentos, Inovações Farmacêuticas e Nutracêutica.

**Meta:** Instalação dos equipamentos do Laboratório de Alimentos, Inovações Farmacêuticas e Nutracêutica.

**Custo:** R\$ 1.000.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 6:** Seminários de qualificação em empreendedorismo, inovação, extensão produtiva, redes de cooperação e novas metodologias para universitários, empresários, lideranças e gestores empresariais, empreendedores e instâncias de articulação regionais, gestão pública e empresários.

**Meta:** Realizar um Seminário a cada 6 meses para difundir e fomentar o empreendedorismo, pesquisa, inovação e desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços.

**Custo:** R\$ 5.000,00/ano – R\$ 40.000,00/6 anos.

**Prazo:** 48 meses.

**Produto 7:** Inserção de Empresas para o Desenvolvimento de Novos Produtos e Serviços.

**Meta 1:** Prospectar 01 empresa para trabalhar na PD&I na área de Tecnologia da Informação, Comunicação e Convergência Digital.

**Meta 2:** Prospectar 01 empresa para trabalhar na PD&I na área de Inovação e Tecnologias nas Engenharias, Automação e Tecnologias Socioambientais.

**Meta 3:** Prospectar 01 empresa para trabalhar na PD&I na área de Tecnologia e Inovação na Agroindústria e Agropecuária.

**Meta 4:** Prospectar 01 empresa para trabalhar na PD&I na área de Alimentos, Inovações Farmacêuticas e Nutracêutica.

**Custo:** Contrapartida das Empresas Instaladas, R\$ 500,00 mês por empresa instalada.

**Prazo:** após o 48º Mês.

<b>Produto 8:</b> Manutenção do Espaço Físico e Laboratórios. <b>Meta:</b> Realizar parcerias público-privada para arrecadar fundos para a manutenção do prédio e atualização dos equipamentos dos laboratórios. <b>Custo/Contrapartida da Instituição Proponente:</b> R\$ 3.000,00 mensais. <b>Prazo:</b> após o 48º Mês.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 7.040.000,00

### 11.3.14 Parque Tecnológico Interinstitucional de Energias Renováveis e Biotecnologia

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 14</b>
<b>Título:</b> Parque Tecnológico Interinstitucional de Energias Renováveis e Biotecnologia.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Contribuir para o desenvolvimento da região de São Luiz Gonzaga a partir da atração e manutenção de investimentos na produção de conhecimento e inovação tecnológica, com foco nas áreas de Energias Renováveis e Biotecnologia; Promover a integração entre a URI São Luiz Gonzaga e a UERGS São Luiz Gonzaga, as instituições governamentais e as empresas; Alavancar o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica, aperfeiçoando pesquisadores e acadêmicos das universidades envolvidas; Potencializar vocações produtivas já existentes e estimular novos produtos e empreendimentos nos setores de energias renováveis e biotecnologia na região de São Luiz Gonzaga; Incentivar a geração de empregos para promover a retenção de capital humano na região; e Criar ambientes de inovação alinhados com as vocações regionais, contribuindo para a redução das desigualdades.
<b>Justificativa:</b> A implantação de um Parque Tecnológico Interinstitucional de Energias Renováveis e Biotecnologia na região de São Luiz Gonzaga atende inicialmente aos anseios de pesquisadores e acadêmicos da URI e da UERGS, os quais visam contribuir com o desenvolvimento tecnológico, científico e econômico da Região, além da geração de emprego e renda, tendo em vista o potencial produtivo da sua população, bem como o potencial intelectual dos pesquisadores e dos acadêmicos das duas Universidades envolvidas. A busca por estratégias de produção de energias renováveis de baixo custo e pouco agressivas à natureza é tendência mundial. A pesquisa na área tecnológica, que visa ao aprimoramento de tecnologias energéticas já existentes, é a porta de entrada em processos de inovação, os quais devem garantir a melhoria na relação de consumo e produção, tanto nos setores econômicos de primeira linha, quanto em ambientes residenciais. Ao lado dos processos de inovação, aliam-se estudos na ciência básica com objetivos de descoberta e criação de estratégias e formas de energia com as características supracitadas. Estudos relacionados à saúde pública, produção de alimentos e avaliação de pragas de interesse agrícola, com produção de conhecimento, que vão desde as áreas da ciência básica até a sua aplicação na criação de produtos com potencial econômico, fazem da implantação do Parque Tecnológico Interinstitucional de Energias Renováveis e Biotecnologias um suporte para a alavancagem científica, econômica e social da região.

Esse Parque Tecnológico estaria sustentado em uma “tríplice aliança” em favor do desenvolvimento científico, tecnológico e econômico da Região, sempre na busca por inovação, qual seja: meio acadêmico (URI e UERGS), poder público (Governos Estadual e Municipal) e Comunidade (representada pela Associação Comercial e Industrial – ACI São Luiz Gonzaga).

Essa parceria entre a URI São Luiz Gonzaga e a UERGS Unidade em São Luiz Gonzaga apresenta todas as características pertinentes à execução de tal plano de avanço tecnológico pelo fato de contar com o conhecimento necessário da região, reconhecer quais as reais necessidades e expectativas da população e qual o retorno social possível com a implantação de um parque tecnológico desse porte. O quadro de pessoal de ambas as instituições conta com profissionais gabaritados a coordenar projetos de pesquisa de alto nível e com redes de relacionamento que propiciarão contatos e possíveis colaborações com instituições nacionais e internacionais.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Implementação do Parque Tecnológico Interinstitucional de Energias Renováveis e Biotecnologia.

**Meta:** Implementar toda a estrutura física necessária para o funcionamento dos laboratórios e incubadora do Parque Tecnológico.

**Custo:** R\$ 3.217.481,03

**Prazo:** 12 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 3.217.481,03

## **11.3.15 Tarifa Proteção Ambiental sobre Coleta de Resíduos**

### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 15**

**Título:** Tarifa Proteção Ambiental sobre Coleta de Resíduos.

### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

#### **Objetivo:**

Estabelecer uma tarifa sobre volume de resíduo depositado na CRVR (Giruá), com intuito de minimizar os impactos ambientais futuros do depósito do resíduo orgânicos e remunerar/incentivar profissionais responsáveis pela reciclagem de lixo.

#### **Justificativa:**

O tratamento dos resíduos orgânicos no noroeste do estado do RS é um tema central que merece atenção.

Mais de sessenta municípios da referida região, o que representa a produção de resíduos orgânicos de aproximadamente 300.000 pessoas é inteiramente deslocada para o município de Giruá, sendo depositado na Cia. Riograndense de Valorização de Resíduos, a qual faz o tratamento via sistema alternativo de tratamento de lixiviado. Esse tratamento consiste de um pré-tratamento e acumulação de percolados brutos, pela unidade compacta de tratamento por osmose reversa, por uma unidade de armazenamento de rejeitos concentrados e por uma unidade de armazenamento de efluentes tratados (permeado). Ao final do tratamento os rejeitos concentrados serão injetados novamente no aterro e os efluentes tratados (permeado) poderão ser utilizados em irrigações, no cortinamento vegetal, na cobertura do aterro, nos ajardinamentos do aterro, sendo o excedente lançado uma vez atendidos aos padrões de emissão.

A preocupação é que essa tecnologia baseada na construção de aterros, futuramente possa ter danos nocivos ao meio ambiente, pelo excesso de recebimento.

Atualmente são cerca de 100 caminhões dia, levando resíduos em um raio de 200 km, para que sejam depositados. A empresa alega que o aterro possui capacidade de recebimento para vinte anos, mas como a produção de resíduos é um segmento que vem crescendo, o temor é que essa capacidade chegue ao limite antes do período indicado e mesmo assim, continue o processo de recebimento, sem o controle dos riscos.

Embora a empresa seja certificada por instituto de auditoria ambiental, a preocupação é com o possível passivo ambiental, que possa ocorrer em função da maior rentabilização econômica da empresa.

Estudos demonstram um alto potencial de contaminação do solo, do ar e dos recursos hídricos.

Diante dessa potencialidade, a criação de uma Tarifa de Proteção Ambiental, seria uma alternativa para a formação de um fundo público, administrado pela Prefeitura Municipal de Giruá, auditada pela Associação dos Municípios das Missões, para que se pudesse angariar recursos financeiros para apoiar:

- Sistema auditoria ambiental externa para acompanhamento do potencial de riscos ambientais;
- Iniciativas alternativas e sustentáveis que evitassem tal dano potencial;
- Iniciativas de Economias Solidárias na região de abrangência, com intuito de reduzir a produção de resíduos;
- Estudos e pesquisas visando a geração de tecnologias alternativas;
- Formação de Fundo de Proteção Ambiental para prevenção de Acidentes Ambientais.

Tal prática já é adotada em municípios e localidades que não possuem capacidade financeira de tratamento de tais riscos. Nesses municípios os visitantes, turistas e demais, contribuem com um valor monetário, que a municipalidade utiliza para administrar tal passivo ambiental.

A referida cobrança ocasionaria a formação de tal fundo, que deveria ter abrangência regional, utilizando parte do mesmo para incentivar práticas sustentáveis de cada município.

Da mesma forma, o ônus adicional, incentivaria os municípios a desenvolverem práticas internas, para evitar o envio de materiais ao aterro regional.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Contratação de Auditoria Externa para Avaliação de Riscos Ambientais da condição do Aterro Sanitário Regional.

**Meta:** Produção de Laudo com Análise de Controle e Potencialidade de Riscos Ambientais.

**Custo:** R\$ 40.000,00

**Prazo:** 4 meses.

**Produto 2:** Reuniões de Mobilização e Sensibilização dos Riscos e Sustentabilidade pela adoção da Estratégia dos Aterros Sanitários Regionais.

**Meta:** Realização Reuniões Municipais e Microrregionais de sensibilização.

**Custo:** R\$ 20.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 3:** Constituição Lei Municipal, para imposição da Tarifa Ambiental.

**Meta:** Constituição Lei Ordinária.

**Custo:** Sem custos.

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 4:** Constituição Fundo, via Lei Municipal.

**Meta:** Constituição Fundo.

**Custo:** R\$ 20.000,00

**Prazo:** 12 meses.

<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 80.000,00

### 11.3.16 Articulação dos trinta Povos e Ruta Jesuítica Internacional

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 16</b>
<b>Título:</b> Articulação dos Trinta Povos e Ruta Jesuítica Internacional.

#### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

**Objetivo:** Criar um fundo econômico que possibilite custeio para participação em reuniões e eventos relativos ao processo de integração dos Trinta Povos das Missões e da Ruta Jesuítica Internacional.

**Justificativa:**

Desde 1994, os governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai vem priorizando as Missões como produto turístico preferencial do Mercosul. Foram assinados convênios privados e públicos de integração, entre estes, sendo o mais importante construído na Reunião Especializada em Turismo do Mercosul do ano de 1995, o qual demonstra as necessidades de ações e obras do território.

Ao final de 2016, em Encarnacion – Paraguai, os governadores e prefeitos da área somaram um quinto país – Bolívia e de maneira conjunta firmaram uma Ata de Comprometimento de Integração. Neste documento consta a necessidade de reuniões sequentes com objetivo de efetivar um processo de integração entre as áreas pertencentes ao projeto.

Em decorrência da realização de um conjunto de reuniões, existe a necessidade de viabilizar economicamente a participação de integrantes públicos e privados nos encontros.

#### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Formação de Fundo Econômico.

**Meta:** Constituir um Comitê Gestor da RFP 7, englobando os 4 COREDES (Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial) de modo a acompanhar, fiscalizar e executar os Planos de Desenvolvimento Regional.

**Custo:** R\$ 200.000,00

**Prazo:** 24 meses.

#### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 200.000,00

## 11.4 ESTRATÉGIA: ARTICULAÇÃO, GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO PEDR MISSÕES

### 11.4.1 Lideranças Fortes – Território Forte

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 1</b>
<b>Título:</b> Lideranças Fortes – Território Forte.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b></p> <p>Estimular a cultura da liderança entre os Gestores Públicos e atores via atuação dos Conselhos Municipais;</p> <p>Capacitar os envolvidos do papel e importância dos Conselhos Municipais no processo de governança do município;</p> <p>Desenvolver Seminários, Palestras e Oficinas. para Desenvolvimento e Fortalecimento dos Conselhos Municipais e Lideranças Municipais.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>Após a Constituição de 1988, os debates que envolvem as dimensões da governança e do poder local no Brasil ganham visibilidade com o reconhecimento na esfera municipal como parte da estrutura organizativa do Estado. Esse processo foi acentuado com o sistema de municipalização das políticas sociais públicas, formatando uma nova condição administrativa para os municípios</p> <p>Neste cenário, novas demandas são postas ao poder político local e entram em cena novos atores sociais, (re) significando as relações de poder local, bem como as próprias formas de planejamento, gestão, avaliação e controle de políticas públicas, configurando-se, consequentemente, novos arranjos institucionais.</p> <p>Destes novos arranjos institucionais fazem parte os conselhos gestores municipais de políticas públicas que, articulando Estado e sociedade civil, têm como papel principal a formulação e o controle da execução das políticas públicas setoriais (DAGNINO, 2002).</p> <p>Segundo Santos Junior et Al (2004), o Conselho é um espaço de participação compartilhado entre a sociedade civil e o governo, no qual cada voz tem o mesmo peso e ambos os atores podem interagir e pensar as políticas públicas locais. É um instrumento de participação institucionalizado, que possibilita a prática da democracia participativa. No conselho, todos os grupos de interesse de determinada política pública podem estar representados; eles discutem, negociam, propõem/formulam e fiscalizam as políticas públicas do município. A esse compartilhamento do poder chamamos: cogestão ou gestão participativa da política pública</p> <p>A gestão participativa busca compensar as desigualdades de poder por meio da oportunidade de participação igualitária de cada membro do grupo.</p> <p>Ela é baseada na diversidade de saberes dos (as) participantes, que possuem interesses e trajetórias distintos, e na confiança de que é possível se chegar a um consenso que atenda aos diferentes interesses presentes no grupo<sup>1</sup>.</p> <p>A gestão participativa tem como princípio reconhecer e valorizar os diferentes conhecimentos e habilidades dos (as) participantes, dividir as responsabilidades, aumentar a confiança entre governo e sociedade civil e, dessa forma, contribuir para uma sociedade mais participativa e democrática. Mais do que uma técnica, a gestão participativa exige uma postura de diálogo e corresponsabilidade. É um processo que gera conhecimento e fortalece o grupo.</p> <p>A importância desse desenho institucional, recai sobre a possibilidade de construção de um sistema de governança mais horizontal, no qual os vícios e desconformidades de políticas Top-Down sejam menos prováveis.</p>

Nesta direção, Costa (1996), p. 13) chama atenção para uma ressignificação das estruturas de poder local, afirmando que

[...] De espaço por excelência das relações coronelísticas de poder no âmbito dos pequenos e médios municípios, de relações clientelísticas e populistas nas médias e grandes cidades, as estruturas de poder local passaram a espaço de possibilidades de experimentos democráticos inovadores e do exercício de cidadania ativa. Da condição de importância diante do crescente desafio de oferecer bens e serviços públicos eficientes e de qualidade e da incapacidade de formular saídas econômicas, o poder local passou a ser portador de possibilidades de gerenciamento eficiente dos recursos públicos e protagonista de iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social. Costa (1996, p. 13).

Evidenciam-se como elementos fundadores destas novas possibilidades para o poder local a descentralização da gestão das políticas públicas, a emergência dos conselhos e a inserção, na agenda política municipal, da participação cidadã como condição para a materialização de direitos. Os municípios transformam-se, assim, em arenas de disputa de concepções e projetos políticos que visem à melhoria da qualidade de vida, bem como a efetivação da cidadania.

Dessa forma, os conselhos municipais de políticas públicas são “[...] concebidos como fóruns públicos de captação de demandas e negociação de interesses específicos dos diversos grupos sociais e como uma forma de ampliar a participação dos segmentos com menos acesso ao aparelho de Estado [...]” (DAGNINO, 2002, p. 49).

Os conselhos, nestes termos, constituem-se como um dos instrumentos de democratização da gestão pública local (SANTOS JUNIOR et Al 2004). Embora assentados sobre um sistema normativo universalizante, os Conselhos diferenciam-se na configuração do âmbito de cada política setorial (Saúde, Educação, Assistência Social, dentre outras) particularizando-se ainda, na forma e atuação na realidade específica de cada município.

Nesse processo de participação e controle social das políticas públicas inscrevem-se os Conselhos Municipais de Educação, que constituem um espaço de discussão efetiva da política educacional nas suas diferentes fases. Deles, espera-se a afirmação do seu caráter deliberativo de modo a avançar cada vez mais em relação à sua função consultiva e propositiva.

Por outro lado, o tempo para obtenção de resultados é mais demorado porque os conflitos devem ser discutidos abertamente, fazendo-se presente a necessidade de mecanismos para mediá-los. Mas é justamente nessa diversidade que está a riqueza de um conselho legítimo; é ela que o torna eficaz e permite que cumpra seu objetivo.

Diante dessas considerações, os Conselhos, objeto do presente projeto, apresentam como singularidade o fato de emergirem concomitantemente ao conceito e definição legal como política pública e como condicionante à municipalização, o que reforça a relevância de fortalecer estes conselhos como referência de novos arranjos institucionais e sua relação com a gestão local.

Na região que envolve o COREDE Missões, embora haja a determinação legal, a atuação dos Conselheiros é frágil e pouco atuante, enfraquecendo o processo de governança e transparência pública, bem como minimizado o papel do sistema de gestão ou gestão participativa da política pública.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Capacitação e Treinamento de Equipe Técnica.

**Meta:** Cursos de 40 Horas.

<b>Custo:</b> R\$ 10.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Seminário de Sensibilização de Lideranças e Conselheiros. <b>Meta:</b> Realização de Seis Seminários Microrregionais no COREDE, com carga horária de 30 horas, perfazendo o total de 18 Seminários. <b>Custo:</b> R\$ 90.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 3:</b> Oficinas de Desenvolvimento de Liderança e Gestão Participativa. <b>Meta:</b> Cinco oficinas microrregionais. <b>Custo:</b> R\$ 50.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>Produto 4:</b> Monitoramento, Avaliação e Análise de Resultados. <b>Meta:</b> Duas visitas por município. <b>Custo:</b> R\$ 50.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 200.000,00

#### 11.4.2 Nosso Chão

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 2</b>
<b>Título:</b> Nosso Chão.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Estimular e qualificar a comunidade estudantil e docente da Rede do Ensino Médio no processo de participação democrática; Fortalecer a participação de jovens na construção de processos democráticos participativos e na votação da Consulta Popular do RS; Promover Seminários e Oficinas desenvolvimento o senso de pertencimento territorial no público alvo.
<b>Justificativa:</b> Córdoba (2010), explica que o desafio dos gestores públicos e instituições públicas é repensar um conjunto de procedimento e práticas sociais e políticas de planejamento territorial que ocorram a partir de bases mais horizontais, mais participativas e com perspectivas de ação e de avaliação que busquem integrar aos diferentes segmentos, para que se consiga avançar em torno de um desenvolvimento regional via planejamento territorial. Nesse contexto forma-se a necessidade da participação popular na edificação desse olhar para o futuro do território, e dessa forma se estabelece a importância da participação democrática. Cordoba (2010), expressa a riqueza dessa participação:  This is why we must advocate an intensification of democracy, a model of participatory democracy, and trust in the rules of democratic play. The public interest would thereby be the result of a socio-political debate on the objectives and priorities of society. If we conclude that the public interest can only be the result of the ordering of real priorities through a socio-political process free of special interests, we could agree that planning procedures, as a method of political decision, should incorporate the appropriate mechanisms to make it possible for it to reflect the public interest. (CÓRDOBA, 2010. p.384).  No atual processo de Planejamento Territorial, as determinações sobre as diretrizes do Local, predominam políticas <i>Top-Down</i> , no qual as Políticas Públicas

são determinadas em escalaridades que não estão alinhadas com as reais demandas do território.

Essas políticas *Top-Down* representam o processo de verticalização do Planejamento Territorial, caracterizados por forças centrífugas. Como afirma Santos (1996), essas forças centrífugas podem, ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram da região os elementos do seu próprio comando, que se encontra fora e longe dali. Segundo o autor, seriam as forças centrípetas às que conduzem a um processo de horizontalização, e forças centrífugas conduzem formulação de Políticas Públicas do tipo *Bottom-Up*. Tais políticas seriam resultado da participação de atores sociais e da sociedade.

Segundo Etges (2005) a participação ativa dos atores locais, no exercício da governança territorial, efetiva-se nos processos de concertação social, pela elaboração dos consensos grupais ou corporativos, constituindo-se numa das condições básicas para que se efetive uma gestão territorial do tipo societária.

Boscherini e Poma (2000), em sentido semelhante, referem-se ao sistema institucional territorial, como o conjunto de agentes locais que precisam avançar do papel de ferramentas de governo do território, para agentes de governança territorial.

Ao assumir o presente conceito de governança territorial admite-se a sociedade civil de um território ou região como uma das fontes de poder nos processos de governança, referindo-se a um processo de interação entre micro e macro atores, que efetivamente contemplam.

Bardhan (2004), de forma muito incisiva, chama atenção, aos vícios dos de descentralização das políticas públicas. Um dos vícios é o relacionado aos governos locais, sujeitos ao que se pode chamar de “captura por parte das elites locais”. Segundo o autor, a facilidade ou dificuldade para que a elite local capture ou coopte o governo, tem relação com vários fatores, dentre os quais encontram-se: o nível de desigualdade social e econômica local; a tradição de participação política; de quão consciente seja o votante; do nível de transparência local dos processos democráticos, na tomada de decisão e na prestação de contas dos governos; na forma de atuação dos meios de comunicação locais. A relativização da força das elites locais e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da sociedade civil, só se efetiva em processos qualificados de governança territorial.

Para David Held, (1991, p. 129) a participação na vida política é necessária, não apenas para proteção dos interesses individuais, como também para a criação de uma cidadania informada, comprometida e em constante desenvolvimento. A participação é essencial para a expansão das capacidades individuais. Para este autor, uma sociedade participativa deve ser uma sociedade capaz de fazer experiências que rompam com as estruturas rígidas impostas pelo capital privado – as relações de classe e outras assimetrias de poder.

Segundo Allebrandt, (2010) a democracia participativa reúne tanto aspectos da democracia representativa, como o exercício de eleger representantes, quanto a criação de espaços deliberativos capazes de influenciar no processo decisório. A participação é o exercício do direito político de deliberar e eleger

A Consulta Popular, no Rio Grande do Sul, é um processo de participação popular acerca do orçamento estadual e também sobre as principais estratégias de desenvolvimento regional. A participação popular ocorre de forma direta e indireta durante todas as fases do processo.

Nesse processo de participação popular envolvem-se as Câmaras de Vereadores, as Prefeituras Municipais, as entidades representativas da sociedade civil, os cidadãos organizados, sindicatos, associações comunitárias, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e o cidadão, em nível individual. Busca-se englobar todos os setores da sociedade para que a representação seja o mais

justa possível.

No Noroeste do Estado do RS, mais precisamente na Região do COREDE Missões, a participação da sociedade no processo de participação democrática via Consulta Popular está em declínio, tendo declinado a quase 50% entre os anos de 2016 e 2015.

Dessa forma o projeto visa atuar sobre os jovens alunos da rede de educação do **ensino médio**, para que se possa conscientizar e qualificar a participação dessa parte da comunidade nos processos de democracia participativa.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Capacitação e Treinamento de quatro Equipe Técnica – uma por COREDE.

**Meta:** Cursos de Quarenta Horas.

**Custo:** R\$ 20.000,00

**Prazo:** 1 mês.

**Produto 2:** Seminário de Sensibilização com Professores.

**Meta:** Realização de 4 Seminários Microrregionais em cada COREDE, com carga horária de 8 horas, perfazendo o total de 16 Seminários.

**Custo:** R\$ 30.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 3:** Oficinas e Seminários sobre Pertencimento Territorial e Democracia Participativa com Alunos e Alunos.

**Meta:** Duas oficinas por escola e Um Seminário.

**Custo:** R\$ 60.000,00

**Prazo:** 24 meses.

**Produto 4:** Monitoramento, Avaliação e Análise de Resultados.

**Meta:** Duas visitas por semestre em cada escola.

**Custo:** R\$ 30.000,00

**Prazo:** 24 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 140.000,00

#### **11.4.3 Agência de Desenvolvimento das Missões**

##### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 3**

**Título:** Agência de Desenvolvimento das Missões.

##### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

###### **Objetivo:**

Criar uma Agência de Desenvolvimento Regional;

Definir estrutura e local para implementação de Agência de Desenvolvimento Regional.

###### **Justificativa:**

Uma Agência de Desenvolvimento é uma entidade de promoção de desenvolvimento econômico, social e ambiental com autonomia para reunir o setor público e privado visando a atração de investimentos para a região das Missões.

As agências de desenvolvimento são importantes mecanismos para melhorar o ambiente econômico, garantir condições favoráveis ao empreendedorismo, elevar os indicadores de qualidade de vida e incrementar a produção de conhecimento e informações. Há na cidade todos os agentes necessários para uma iniciativa como essa de certo: uma prefeitura ativa, duas universidades, grandes indústrias, um comércio relevante e um grupo de atuais e potenciais empreendedores. Entretanto, há pouco diálogo entre esses agentes e falta acesso à informação sobre a economia da Região das Missões.

A Agência deve promover a realização de pequenos e grandes negócios. As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) têm um papel fundamental para garantir desenvolvimento sustentável e equitativo na região, mas há obstáculos que dificultam o acesso das MPMEs locais ao conjunto de serviços de desenvolvimento empresarial, tais como a informação sobre mercados, tecnologias, design, financiamento, P&D, gestão empresarial, capacitação de recursos humanos, formulação de projetos, entre outros.

A ideia é que a Agência seja uma entidade mais ágil que o setor público para atrair investimentos, uma vez que contará com a ajuda e apoio do setor privada e não estará sujeita às regras do setor público que exigem que qualquer atividade seja feita via longos processos licitatórios.

Esta missão envolve diferentes aspectos que incluem:

- Fomentar as diferentes iniciativas de desenvolvimento econômico local;
- Eliminar os obstáculos a essas iniciativas e facilitar os instrumentos de apoio apropriados;
- Facilitar a articulação estratégica entre os diversos atores sociais do local;
- Descentralizar a informação, os conhecimentos e as decisões;
- Orientar e catalisar os esforços na esfera da pesquisa socioeconômica da região e contribuir para a renovação tecnológica;
- Aproveitar melhor os recursos naturais, humanos, físicos e financeiros disponíveis;
- Colocar de forma mais eficiente os elos produtivos e comerciais na estrutura econômica territorial;
- Auxiliar na elaboração e fomento para projetos de investimento e financiamentos;
- Desenvolver pesquisas e estudos que tratem das potencialidades e desafios da região contato com possíveis investidores nacionais e internacionais.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Articulação Regional para formação Agência.

**Meta:** Reuniões Municipais.

**Custo:** R\$ 15.000,00

**Prazo:** 03 meses.

**Produto 2:** Organização do Estatuto e Conselhos.

**Meta:** Formação de Estatuto e determinação dos conselhos organizacionais e fiscais da instituição.

**Custo:** R\$ 0,00

**Prazo:** 03 meses.

**Produto 3:** Organização de Infraestrutura.

**Meta:** Estabelecimento Local para funcionamento.

**Custo:** R\$30.000,00

**Prazo:** 30 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 350.000,00

#### **11.4.4 Centro Regional de Informações Econômicas – CRIES**

##### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 4**

**Título:** Centro Regional de Informações Econômicas – CRIES.

##### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

**Objetivo:**

Propiciar infraestrutura e equipe para formação do Comitê Regional de Informações Econômicas – CRIES (articulação institucional entre entidades públicas

e privadas), visando a organização e divulgação pública (site) dos dados socioeconômicos da Região do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

**Justificativa:**

A constituição do Centro Regional de Informações e Estudos Socioeconômicos do Noroeste Gaúcho que se caracteriza por uma rede de instituições articuladas por meio dos núcleos estabelecidos em cada uma das entidades parceiras.

A falta de dados e informações econômicas, sociais e culturais da Macrorregião que envolve a Região Funcional de Planejamento 7 é fato que prejudica o processo de planejamento e organização do território.

A dependência da FEE e a incerteza da sua continuidade levaram as Instituições de Ensino Superior da referida região a buscar a criação de um Centro Regional de Informações e Estudos socioeconômicos. A criação desse centro visa coletar dados primários do Noroeste Gaúcho, tornando-se fonte de consulta para estudos e análises da região.

A rigorosa crise econômica que afetou as IES, no ano de 2016 fez com que a UNIJUI abrisse mão da coordenação desse processo de organização.

Assim o apoio de recursos públicos justifica o apoio no processo de estabelecimento e fortalecimento do centro.

O escopo do projeto estaria centrado em quatro metas:

A) a primeira será organização do banco de dados – atualização e recuperação de dados;

B) o segundo trabalho será uma análise econômica da região com dados secundários e verificação de indicadores primários necessários;

C) terceiro, coleta de dados primários para constituir observatório regional, veiculado através de site;

D) oferta de serviços aos municípios e organizações interessadas a fim de possibilitar a independência financeira do centro.

O centro de Informações atuará inicialmente em três dimensões: na Produção de Informações Estatísticas e Indicadores; em Estudos e Análises Socioeconômicas e na Disseminação de Informações.

**3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Formação de Infraestrutura articulada institucionalmente.

**Meta:** Formação de Escritório (aquisição de equipamentos) e Equipe técnica.

**Custo:** R\$ 200.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 2:** Organização de Dados Secundários Existentes e Formação de Plano de Trabalho para coleta de Dados Primários.

**Meta:** Criar Plataforma de Organização Dados.

**Custo:** R\$ 25.000,00

**Prazo:** 18 meses.

**Produto 3:** Criação Site para Disseminação de Informação – divulgação de dados e pesquisas.

**Meta:** Veiculação do Site.

**Custo:** R\$ 35.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 260.000,00

### 11.4.5 Comitê Gestor dos PEDR's Regionais da Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7)

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO REGIONAL - PRIORIDADE 5</b>
<b>Título:</b> Comitê Gestor dos PEDR's Regionais da Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7).
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b></p> <p>Criar estrutura suprarregional visando estabelecer um Comitê Gestor da Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7) com o intuito de acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos Planos Regionais de Desenvolvimento</p> <p>Criar um ambiente institucional na busca da coesão territorial em prol do desenvolvimento, a partir do acompanhamento, controle, fiscalização e execução dos Planos de Desenvolvimento Regionais da RFP 7.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A execução de tal projeto poderá beneficiar diretamente um montante de 1,2 milhão de pessoas (IBGE, 2010), distribuídos nos 77 municípios da região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7), como uma estratégia de coesão territorial e institucional, na busca pela execução dos planos de desenvolvimento regionais.</p> <p>Tal projeto justifica-se pela manutenção do debate e das discussões acerca do desenvolvimento regional, que não pode ser estanque, proporcionando aos agentes de desenvolvimento regional um meio de adaptar, alterar ou consensuar novas prioridades regionais até 2030, bem como identificar novas oportunidades e alternativas de desenvolvimento regional.</p> <p>A fragilidade no setor institucional ainda é latente e, portanto, um desafio para o desenvolvimento da RFP 7, dos COREDES e dos municípios, sendo um dos principais entraves na promoção da coesão territorial e do desenvolvimento regional.</p>
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1:</b> Comitê Gestor da Região Funcional de Planejamento Sete – RFP 7.</p> <p><b>Meta:</b> Constituir Estatuto de formação do Comitê Gestor da RFP 7, definindo funções, sistema organizativo e funcional.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 10.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 3 meses.</p>
<p><b>Produto 2:</b> Estabelecer Infraestrutura Física para Funcionamento do Comitê Gestor.</p> <p><b>Meta:</b> Constituir Local e Equipe para acompanhamento e fiscalização do PEDR.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 40.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 3 meses.</p>
<p><b>Produto 3:</b> Funcionamento do Comitê Gestor da RFP 7.</p> <p><b>Meta:</b> Relatórios Trimestrais de Acompanhamento e Fiscalização do PEDR - Reuniões Semestrais com COREDE's e Conselho Gestor sobre andamento de ações do PEDR.</p> <p><b>Custo:</b> R\$ 450.000,00</p> <p><b>Prazo:</b> 54 meses.</p>
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 500.000,00

## **12 MODELO DE GOVERNANÇA TERRITORIAL E REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DA REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 7 (RFP 7) E DO COREDE MISSÕES/RS<sup>36</sup>**

Como apresentado no diagnóstico técnico do PEDR, a gestão do processo de atualização do plano visou obter dados nas seis (6) dimensões temáticas sobre a região missioneira e a RFP 7, optando por diferenciar-se da deliberação do Fórum dos COREDE's em função das particularidades regionais. As informações dos atores sociais instrumentalizaram a elaboração de estratégias articuladas para o desenvolvimento e monitoramento das ações a serem executadas nos programas e projetos regionais macrorregionais.

No âmbito da elaboração e definição dos vinte e oito (28) Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional (PEDR's) das regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's), e das prioridades estratégicas para cada uma das nove (9) Regiões Funcionais de Planejamento (RFP's) do Estado do Rio Grande do Sul, a abrangência desta proposta de governança para a RFP 7 abrange os COREDE's Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial.

A implementação das prioridades constantes em cada um dos PEDR's articulou-se na RFP 7 a partir dos seminários e reuniões de concertação realizados durante o processo de planejamento. Este processo de planejamento e gestão dos planos perpassa diferentes concepções do desenvolvimento regional explicitados em cada um dos PEDR's. Considera que este é resultado da construção da governança territorial que emerge da participação cidadã e da construção do capital social, das instituições partícipes constituídas a partir da liderança dos COREDE's.

<sup>36</sup>elaborada pelo pesquisador Pedro Luis Büttendebender, conforme definição em plenária da RFP7, em fevereiro de 2017.

Neste sentido, o processo de desenvolvimento construído de forma participativa está sustentado na definição de que “a democracia constitui um sistema político complexo, no sentido de que vive de pluralidades, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade” (MORIN, 2001, p. 108). Em complemento, tratando-se dos processos de desenvolvimento regional construídos de forma participativa, salientam Sekiguchi e Pires (1995, p. 230) que, “na prática, a única solução é a união de forças que busquem, de fato, uma democracia verdadeiramente sustentável, tanto política e econômica, como cultural, social e eticamente”. Para Büttenbender, Siedenberg e Allebrandt (2011, p.311) “a definição das políticas públicas de desenvolvimento, das estruturas de governança regional e dos processos de planejamento e gestão requer o envolvimento do governo e da sociedade civil, atuando em diferentes espaços de organização social através de diversos instrumentos e mecanismos de participação”.

Neste contexto a gestão e governança do PEDR elaborado, bem como sua implementação, possibilitarão que as redes de relações e a atuação cidadã possam conformar e promover o desenvolvimento da RFP 7 e, por extensão, cada uma das quatro regiões coredianas abrangidas.

Os processos de planejamento governamental do Rio Grande do Sul são descritos por Siedenberg, Büttenbender e Allebrandt (2011, p.191-211), associados às experiências de planejamento do desenvolvimento no Brasil. Destacam os autores que os fundamentos da descentralização dos processos de planejamento do desenvolvimento regional está diretamente relacionada a gênese dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's). Os fundamentos constituintes com a criação das condições para a regionalização e descentralização da ação governamental, prevendo que a definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberia a órgão específico, com representação paritária do governo do estado e da sociedade civil. Os COREDE's passam a se constituir na institucionalidade que assume esta função, prevista na Constituinte do Rio Grande do Sul.

Neste âmbito, pensar, dialogar e propor um planejamento para desenvolvimento regional como aponta Frey (2001, p2) “um é desafio político e de exercício de poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-administrativas, da participação e do processo político”. Justifica-se desta forma, como enfatiza Ferreira e Ferreira (1995, p. 29) “que a busca pelo desenvolvimento perpassa a atuação de organizações não-governamentais, grupos comunitários, empresários, instituições científicas e principalmente

na atuação do Estado que “desempenha papel indispensável como indutor e gerenciador de uma parte dessas transformações”.

Assim, para possibilitar o desenvolvimento regional, Becker e Bandeira (2003, p.16) registram que as iniciativas devem levar em conta e promover a acumulação do capital social, propiciando a participação dos vários atores sociais na busca de soluções de problemas de interesse comum. A interação entre os diferentes segmentos da sociedade civil e a administração pública, por meio da participação local na formulação e na implementação das ações governamentais, deve ser vista como um instrumento importante para a consolidação de relações de confiança entre os atores sociais, políticos e econômicos, públicos e privados, contribuindo, portanto, a longo prazo, para a acumulação de capital social.

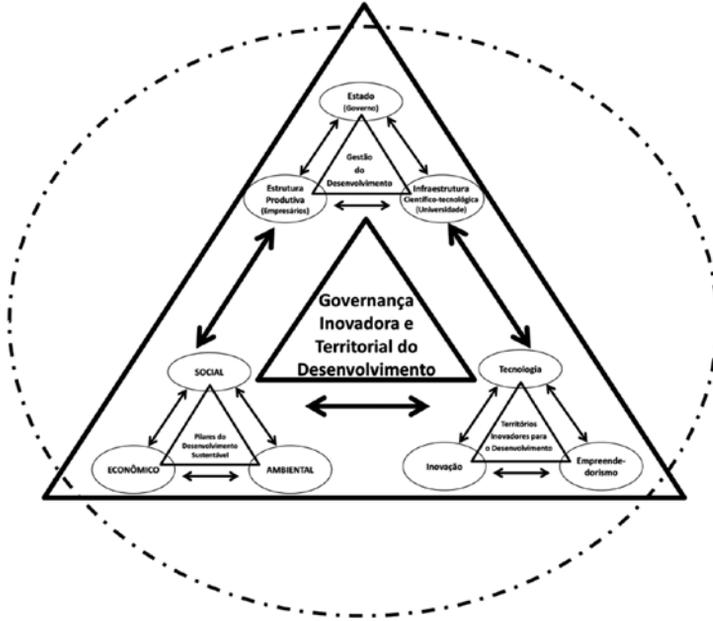
A partir desta perspectiva, como define Dallabrida (2007, p. 6) “os acordos sociais, via participação cidadã e construção do capital social possibilitam diferenciados modelos de governança territorial, esta entendida aqui como referindo-se às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”.

Visando a constituição de um ambiente de governança inovadora e territorial do desenvolvimento, com a fundamentação “triple-tri” proposta por Büttgenbender (2014, p.175), quando sustenta que a governança inovadora e de desenvolvimento territorial possui uma amplitude, diversidade e complexidade das relações e instituições envolvidas. A simplicidade sugere uma superficialidade no apoio ao processo de desenvolvimento e sustentabilidade contínua ao longo do tempo. No constructo apresentado combina as múltiplas dimensões do processo de governança, dimensionadas em três abordagens triangulares.

A primeira, quando aporta as contribuições de Etkowitz (2009) com a tríplice hélice, combinando a cooperação entre o Estado (governo), indústria (empregadores) e da Universidade. A segunda abordagem com os fundamentos de Julien (2010),<sup>19</sup> com a combinação de investimentos em tecnologia, inovação e empreendedorismo, reconhecendo as relações intra (dentro de cada vértice), entre (entre os três vértices) e Extra (entre cada um dos vértices com o ambiente externo do espaço em que estão localizados). A terceira abordagem com as definições de por Elkington (1998) e Dias (2009) aportando às dimensões econômico, social e ambiental. Estas variáveis também impactadas pelas relações políticas e territoriais. O constructo “triple-tri” de governança inovadora e territorial

do desenvolvimento, reconhecido com um sistema aberto, complexo e dinâmico, expresso pelo contorno circular descontínuo. A ilustração consta na Figura 31.

**Figura 31** - Constructo de Governança Inovadora e Territorial do Desenvolvimento.



Fonte: Büttgenbender (2014, p.175).

Na RFP 7, e em cada uma das regiões coredianas, as instituições vinculadas ao planejamento são todas as previstas estatutariamente, acrescidas do direito da participação a cada um dos cidadãos da região. Por decorrência, este conjunto, além de inserido no planejamento, assume também elementos de responsabilidade no processo de gestão e de governança para o desenvolvimento regional.

Neste modelo de gestão e de governança são considerados elementos prioritários e de maior responsabilidade, os líderes dirigentes dos COREDE's, dos Conselhos de Representantes, as Comissões Setoriais, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, os prefeitos municipais, vereadores, representantes de entidades locais e regionais e todos os membros da assembleia regional.

Acrescidos a estes relacionados, estão o conjunto dos cidadãos e suas representações, assentadas ou não na assembleia regional dos

COREDE's, e que poderão contribuir, vigiar e avaliar os processos de gestão e governança regional dos PEDR's e das prioridades estratégicas da RFP 7.

Este processo de gestão e governança regional requer investimentos na qualificação e capacitação dos agentes integrantes e participantes do sistema socioterritorial.

Trata-se, portanto, em respeitar e valorizar os valores de cada região, propor a alteração dos papéis do Estado e da sociedade organizada e transformar a democracia participativa em atuante, respeitando as diversidades socioculturais. Isto tudo, poderá promover a cultura democrática e a participação cidadã, na construção do capital social.

Em síntese, os atores locais e/ou regionais – aqui entendidos como as mais diversas representações públicas e privadas e, das instituições organizadas – atuando em rede, possibilitam diferentes formas de gestão e implementação dos PEDR's. As definições aqui registradas resultam de deliberações tomadas pelos seminários regionais da RFP 7 realizados, respectivamente: em 26.04.2016 e 24.11.2016 na URI, em Santo Ângelo; 26.10.2016 na Unijuí, em Santa Rosa; 16 e 17.11.2016 no Encontro Anual dos COREDES na Unicruz, em Cruz Alta; e 16.12.2016 na Câmara de Vereadores de Campo Novo. Acrescidas a estas, as diversas reuniões e seminários realizados em cada uma das regiões coredianas, gerando proposições e posteriormente validando as diretrizes macrorregionais deste arcabouço do modelo de gestão do plano.

Tendo presente que as diretrizes estratégicas e prioridades definidas de forma conjunta pelos membros da RFP 7 contemplam:

1. Qualificação da Infraestrutura Logística, Energética e de Comunicação na RFP 7, abrangendo:

A. Logística: através de investimentos na qualificação e ampliação das possibilidades de transporte de mercadorias e pessoas através dos modais logísticos de rodoviário, ferroviário, aeroviário e fluvial (hidrovia do Rio Paraná);

B. Energética: através de investimentos para a qualificação da geração e distribuição de energias limpas, como por exemplo: geração de energia elétrica via pequenas centrais hidrolétricas (hidroenergias – PCH's), energia eólica, energia solar e bioenergias;

C. Comunicação: através de investimentos para a qualificação da comunicação, com melhoria da performance das tecnologias de comunicação corporativa via investimentos nas inforedes e o acesso à internet no meio rural.

2. Qualificação, Agregação de Valor e maior Competitividade das Cadeias Produtivas, através de Investimentos na Inovação, Empreendedorismo, Ciência e Tecnologia na RFP 7.

A. Investimentos e constituição de um Parque Tecnológico do

Noroeste Gaúcho, de estrutura disseminada, abrangendo as Cadeias Produtivas de: alimentos, indústria de máquinas agrícola, móveis e confecções; gestão ambiental e biodiversidade; e turismo (rotas turísticas do Yucumã, Rio Uruguai e Missões).

3. Qualificação da Governança Territorial (Regional), com Investimentos na Capacitação de Gestores Públicos, Privados e Comunitários, fortalecendo a Cooperação Inter e Suprarregional.

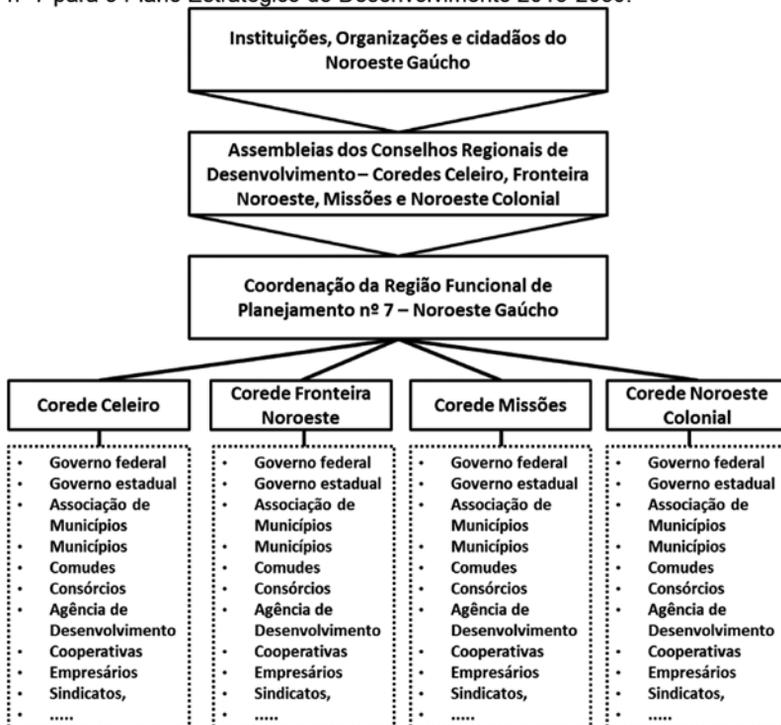
A. Capacitação das políticas públicas, com programas afirmativos de investimentos públicos no desenvolvimento da região, que integra a faixa de fronteira internacional;

B. Constituição de agência público-privada de desenvolvimento, de natureza suprarregional, com capacidade de elaborar projetos, captar recursos nacionais e internacionais, e gerir a sua aplicação na região;

C. Promover a constituição de um aglomerado urbano-regional (metropolização) visando a elaboração de plano estratégico e integrado de desenvolvimento regional, com ordenamento integrado de projetos, gestão conjunta de recursos e serviços públicos, com maior integração e unificação de estruturas administrativas do estado na região, otimizando resultados em prol do desenvolvimento.

Com a finalidade de promover a implantação e execução das prioridades da RFP 7, constituiu-se uma estrutura de gestão e de governança regional. Esta estrutura tendo como espaço e plenário maior, o conjunto de instituições, organizações e comunidade regional, sustentados pelas assembleias de cada um dos COREDE's membros da RFP 7. A partir destas deliberações, a gestão deverá ser liderada pela Coordenação Regional da RFP 7. Em termos de execução, as prioridades e ante-projetos macrorregionais, e específicos de cada um dos COREDE's, deverão ser executados sob a articulação dos COREDE's em conjunto com Governo Federal, Governo Estadual, Associação de Municípios, Municípios, COMUDE's, consórcios, agência de desenvolvimento, cooperativas, empresários, sindicatos e outros, de acordo com a característica regional. O modelo de governança e gestão, em termos de execução, apoiado nas estruturas locais-regionais, estaduais e federais, é demonstrado na Figura 32.

**Figura 32** – Modelo de governança e gestão da Região Funcional de Planejamento nº 7 para o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030.



Fonte: COREDE's da RFP 7.

Este modelo, juntamente com as prioridades dos PEDR's de cada uma das regiões, bem como, as prioridades e projetos macrorregionais deverão ser objeto de contínuo processo de avaliação pelo tecido institucional e de cidadania, envolvidos no processo de gestão e governança.

A implementação das prioridades, os resultados a serem gerados e os impactos na agregação de valor ao desenvolvimento da região será diretamente proporcional a capacidade de aperfeiçoar e qualificar, os mecanismos de organização, articulação, mobilização em torno das políticas públicas de desenvolvimento, abrangendo todos os atores locais-regionais, públicos, privados e comunitários.

## 12.1 ANÁLISE MACRORREGIONAL (RPF 7) - PRIORIZAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL

O processo de priorização dos projetos macrorregionais foram pactuados em dois momentos, realizados distintamente, onde houve um processo de partilhamento entre as equipes dos quatro (4) COREDE's integrantes da RFP 7.

Os eventos ocorreram nos dias:

- 24 de novembro de 2016, Campus URI Santo Ângelo;
- 16 de dezembro de 2016, Câmara Vereadores de Campo Novo.

Após a consorciação, elaboração e discussão do método, foram construídos projetos que contemplam as principais demandas deste território apresentados no Quadro 28, por ordem de priorização.

PRIORIDADE	PROJETO	ESTRATÉGIA MACRO – RFP 7
1º	Ponte Internacional Porto Xavier x San Javier	1
2º	Internacionalização Aeroporto de Santo Ângelo	1
3º	Acesso Asfáltico Municípios	1
4º	Qualidade de Energia Elétrica	1
5º	Biorrefinaria – Amiláceas	2
6º	Gestão Agroindústrias	2
7º	Educação Empreendedora – Rural	2
8º	Plano de Marketing Turismo Regional	2
9º	Parque Tecnológico Interinstitucional	3
10º	Comitê Gestor da RFP 7	3
11º	Fortalecimento COMUDE's – Lideranças Fortes	3
12º	Guia de Turismo	2
<b>TOTAL</b>	<b>12 PROJETOS</b>	<b>-</b>

**Quadro 28** – Projetos Prioritários da Região Funcional de Planejamento 7.

Fonte: Plenária Regional da RFP 7 – Campo Novo.

A seguir são apresentados os projetos macrorregionais na íntegra, em um total de doze (12), nas três (3) estratégias consensuadas e definidas pelo modelo de governança da RFP 7: 1) Infraestrutura logística, energética e de comunicação; 2) Agregação de valor e maior competitividade das cadeias produtivas, e; 3) Governança territorial (regional).

**12.1.1 Ponte Internacional de Porto Xavier (BRA) x San Javier (ARG)**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 1</b>
<b>Título:</b> Ponte Internacional de Porto Xavier (BRA) x San Javier (ARG).
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b></p> <p>Propiciar um meio de ligação direta entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, hoje, existente na região somente por balsa;</p> <p>Facilitar o processo de internacionalização da região, pelo acesso direto/rodoviário, como corredor de exportação/importação do Mercosul;</p> <p>Facilitar os trâmites aduaneiros, de circulação de pessoas, de veículos e de mercadorias;</p> <p>Ganhos logísticos e de competitividade.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A execução de tal obra beneficiará diretamente um montante de 250 mil habitantes (IBGE, 2010), distribuídos nos 25 municípios da região do COREDE Missões.</p> <p>Propiciar um meio de ligação direta entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, hoje, existente na região somente por balsa.</p> <p>Facilitar os trâmites aduaneiros, de circulação de pessoas, de veículos e de mercadorias.</p> <p>Propiciar uma maior integração, como corredor de exportação/importação do Bloco Econômico do Mercosul, e aos centros consumidores do bloco.</p> <p>O projeto potencializará a oportunidade da região se estabelecer com mais atrativos para o turismo, principalmente o turismo jesuítico – 30 Povos das Missões, Caminhos das Missões, Caminho das Origens – e corredor do Mercosul para o litoral brasileiro.</p> <p>A futura ponte facilitará o acesso de turistas argentinos ao Brasil, principalmente no que concerne como entrada para acesso as praias gaúchas e catarinenses, possibilitando aos turistas da região de Misiones uma redução de quase 40% no trajeto rodoviário.</p> <p>O projeto potencializa uma futura rota comercial para escoamento da produção agrícola dos dois países, , tanto por meio rodoviário, quanto ferroviário – malha ferroviária entre São Luiz Gonzaga e Porto de Rio Grande. Ganhos logísticos e de competitividade, inseridos nas rotas de exportação/importação para a compra de mercadorias, insumos e escoamento da produção.</p> <p>Outro elemento seria a proximidade ao Aeroporto Regional de Santo Ângelo, que possibilitaria a conexão dessas duas regiões com os grandes centros econômicos e consumidores do Brasil, facilitando o turismo binacional – Região das Missões (BR) e Misiones (ARG).</p>
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Ponte Internacional de Porto Xavier (BRA) x San Javier (ARG).
<b>Meta:</b> Construção da ponte em 4 anos.
<b>Custo:</b> US\$ 15.000. 000,00
<b>Prazo:</b> 48 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> US\$ 15.000.000,00

**12.1.2 Internacionalização do Aeroporto Santo Ângelo**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 2</b>
<b>Título:</b> Internacionalização do Aeroporto Santo Ângelo.

<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Criar Infraestrutura para Voos Internacionais no Aeroporto Sepé Tiarajú.
<b>Justificativa:</b> O governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria dos Transportes inauguraram, no domingo (22.05.16), a nova pista do aeroporto Sepé Tiarajú de Santo Ângelo, marcando uma nova etapa de desenvolvimento para a Região Noroeste do estado, que a partir de setembro também contará com voos para Porto Alegre. Iniciada em 2013 e muito aguardada pelos municípios missioneiros, a conclusão da obra de reforço do pavimento da pista foi definida como uma das prioridades da Secretaria dos Transportes. A obra da pista do Aeroporto de Santo Ângelo contou com um investimento de R\$ 6 milhões, com recursos provenientes do Estado e da União, por meio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa) A retomada das operações do aeroporto Sepé Tiarajú em Santo Ângelo pode ser considerada um dos resultados efetivos da diretriz adotada pela Secretaria dos Transportes de fomentar a aviação regional. A operação dos voos da linha Porto Alegre/Santo Ângelo a partir de setembro foi incentivada pelo Programa Estadual de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR-RS), dentro do Programa de Investimento em Logística –PIL lançado em 2015 para promover o desenvolvimento econômico, social e turístico do estado com a ampliação das rotas de voos regulares nos aeroportos regionais. O PIL Aeroportos visa melhorar a qualidade dos serviços e a infraestrutura aeroportuária para os usuários, ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira (sendo que os voos regionais são em média 31% mais caros que os voos entre capitais) e reconstruir a rede de aviação regional-Fonte ANAC. O PDAR-RS, objetiva que todos os municípios gaúchos tenham, até 2017, um aeroporto operando voos regulares em até 180 quilômetros. O aeroporto de Santo Ângelo faz parte dessa rota e a operação dos voos no município fomentará a economia, a indústria, o agronegócio e a cultura e o turismo na região, que entre suas inúmeras belezas abriga um dos patrimônios da humanidade – as Ruínas de São Miguel das Missões. Concomitantemente a nível federal lançou em 2015 um programa de democratização da do transporte aéreo, onde através de investimentos na ordem de R\$45Bi pretende levar o acesso a esse tipo de transporte, a cerca de 21% da população brasileira que possui capacidade de consumo, mas que atualmente está desassistida (Fonte: Secretaria Aviação Civil). Tal programa denominado Programa Nacional de Aviação Regional - PNAR pretende saltar dos atuais de 80 aeroportos regionais recebem voos regulares para uma magnitude 270.aeroportos regionais. Pretende o PNAR atender os cerca de 40 milhões de brasileiros (21% da população) não tem acesso a um aeroporto a até 100 km de distância de sua residência e satisfazer os quase 43% da população do interior do país quer viajar, mas não tem como fazê-lo devido aos elevados custos (Fonte: Data Popular). Para o caso específico do Aeroporto de Santo Ângelo o programa já tem pré aprovado um investimento de R\$ 73 milhões, dentro de um investimento estadual na ordem de R\$ 310 milhões. O Projeto de Ampliação prevê a transformação do aeroporto para a categoria 3C, o que possibilitará os pousos e decolagens de aeronaves com capacidade para 134 passageiros podendo atender voos internacionais Através do Programa de Aviação Regional, está prevista para o Aeroporto de Santo Ângelo a construção de um novo terminal de passageiros climatizado e

mobiliado com 1.210 metros quadrados, pátio de estacionamento de aeronaves com 25.636 metros quadrados e pista com 1.670 metros de extensão por 30 metros de largura, instalação de um centro de controle e ampliação e reforma da seção anti-incêndio com 412 metros quadrados de área.

A importância dessa transformação afetará significativamente a dimensão econômica e turística da região, que poderá receber com maior conforto e comodidade os visitantes das Reduções Jesuíticas Guaranis, de onde se encontram em número de sete, sendo que a de São Miguel das Missões é considerada Patrimônio da Humanidade.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Construção de Infraestrutura de Atendimentos a usuários – Padrão Aeroporto Internacional.

**Meta:** Edificações e Infraestrutura.

**Custo:** R\$ 23.000.000,00

**Prazo:** 36 meses.

**Produto 2:** Adequação Pista do Aeroporto Sepé Tiarajú para Voos Internacionais.

**Meta:** Aquisição Equipamentos e Obras de Conformidade Pista.

**Custo:** R\$ 50.000.000,00

**Prazo:** 36 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 73.000.000,00

## **12.1.3 Acesso Asfáltico aos Municípios das Missões**

### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 3**

**Título:** Acesso Asfáltico aos Municípios das Missões.

### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

#### **Objetivo:**

Propiciar acesso asfáltico aos municípios da Região do COREDE Missões que ainda não possuam, sob forma de infraestrutura básica para tais municípios e região;

Tais obras podem contribuir para a retenção/permanência do jovem nestes municípios;

Ganhos logísticos e competitividade, principalmente no setor agropecuário – escoamento da produção.

#### **Justificativa:**

Conforme o relatório da Comissão Especial dos Municípios sem Acesso Asfáltico do Estado do Rio Grande do Sul, apresentado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (2016, p. 08-09):

“acesso asfáltico não é luxo, é necessidade, é requisito fundamental para levar o desenvolvimento aos municípios e, principalmente, para a manutenção das pessoas nas cidades. Quer-se evitar que os filhos saiam das cidades para estudar e não queiram mais voltar. Asfalto é geração de emprego e renda, é melhoria da qualidade de vida e também é dignidade, autoestima e respeito para com as comunidades”.

A execução de tais obras beneficiarão diretamente um montante de 13.631 habitantes (IBGE, 2016), distribuídos nos municípios de Eugênio de Castro, Garruchos, Pirapó, Rolador e Ubiretama.

Além disso, podem propiciar ganhos logísticos e competitividade a produção destes municípios, principalmente no setor agropecuário, para a compra de insumos e escoamento da produção.

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Acesso Asfáltico a Eugênio de Castro. <b>Meta:</b> 22,50 km. <b>Custo:</b> R\$ 18.408.001,53 <b>Prazo:</b> 36 meses.
<b>Produto 2:</b> Acesso Asfáltico a Garruchos. <b>Meta:</b> 57,30 km. <b>Custo:</b> R\$ 33.902.543,00 <b>Prazo:</b> 48 meses.
<b>Produto 3:</b> Acesso Asfáltico a Pirapó. <b>Meta:</b> 10,96 km. <b>Custo:</b> R\$ 12.927.150,75 <b>Prazo:</b> 36 meses.
<b>Produto 4:</b> Acesso Asfáltico a Rolador. <b>Meta:</b> 23,82 km. <b>Custo:</b> R\$ 14.347.057,37 <b>Prazo:</b> 36 meses.
<b>Produto 5:</b> Acesso Asfáltico a Ubiretama. <b>Meta:</b> 7,87 km. <b>Custo:</b> R\$ 6.231.908,67 <b>Prazo:</b> 24 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 85.816.661,32

#### 12.1.4 Redes de Energia Trifásica na Região Funcional – RFP 7

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 4</b>
<b>Título:</b> Redes de energia trifásica na Região Funcional 7.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Melhorar a qualidade de energia trifásica no meio rural, apoiando o incremento de produção agropecuária; Construção de 4.500 km redes e subestações de redes de energia trifásica na área rural da Região Funcional 7.
<b>Justificativa:</b> A grande região noroeste do estado do Rio Grande do Sul passou a ser atendida com energia elétrica nas áreas rurais a partir dos anos 1970. Em programas inseridos na modernização da agricultura gaúcha, foram criadas inúmeras cooperativas de eletrificação rural no estado. Estas entidades foram responsáveis pela implantação de um grande programa de eletrificação rural. Tal programa, levou até os estabelecimentos agropecuários energia de baixa tensão. Até então, o produtor rural visto como um consumidor de tecnologias modernizantes. Neste caso, salvo exceções, a energia não era vista como um insumo para as atividades produtivas. Com a evolução das tecnologias de produção, cada vez mais, a energia elétrica passa a ser vista como um insumo fundamental na maior parte dos processos produtivos rurais. Nos dias atuais, com o avanço da produção leiteira, do aumento dos investimentos em sistemas de armazenagem em nível de propriedade, da instalação das agroindústrias familiares, do avanço dos sistemas de irrigação e de tantos outros investimentos na área de produção, a falta de energia como insumo se tornou um

gargalo em muitas atividades.

Assim como a chegada a energia elétrica no meio rural há meio século, representou um grande avanço tecnológico. Agora, faz-se mister outro salto de qualidade. A implantação de energia de qualidade com capacidade de mover a estrutura produtiva presente na região.

A implantação de vigoroso programa de eletrificação trifásica tem a capacidade de aumentar a capacidade produtiva regional de forma exponencial. Não se pode mais pensar em produzir riquezas apenas baseado nas fontes de energia fóssil.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Elaboração de Projetos de Engenharia.

**Meta:** Projeto de implantação de 4.500 km de redes de energia trifásica na RFP 7.

**Custo:** R\$ 500.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 2:** Construção de redes e subestações.

**Meta:** Implantar 4.500 km de redes de energia trifásica na RF7.

**Custo:** R\$ 157.000.000,00

**Prazo:** 58 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 175.500.000,00

#### **12.1.5 Biorefinaria/Amiláceas da Região do COREDE Celeiro.**

##### **1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 5**

**Título:** Biorefinaria/Amilácea – Localizada na Região do COREDE Celeiro.

##### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

###### **Objetivo:**

Implantação da Biorefinaria/amilácea propondo uma nova matriz de industrialização para exploração da produção primária, no Noroeste do RS.

- Promover o Desenvolvimento Regional, nos 21 municípios de abrangência da Região Celeiro.
- Contribuição Ambiental – Meta redução efeito estufa (Apelo Global, G7, COP 21, etc.)
- Estimular a diversificação de culturas e reduzir a ociosidade de áreas no inverno.
- Fomentar a Geração de Empregos através de Empresas para Industrializar os produtos derivados da Biorefinaria (coprodutos).
- Estimular a permanência dos jovens no meio Rural.

Estimular a construção de um Programa Florestal Regional.

###### **Justificativa:**

A principal solução para diminuição da emissão de gases que provocam o efeito estufa no curto prazo está no uso dos bio-combustíveis, principalmente o etanol ou álcool etílico. As matérias primas amiláceas como as tuberosas tropicais, representam uma fonte alternativa para a produção de etanol.

Produzir álcool combustível de todas as matérias-primas amiláceas não é novidade no Brasil. Com tecnologias industriais, mais de 600 produtos podem ser obtidos para a utilização em vários setores, que compreendem desde a indústria de alimentos, indústria siderúrgica, farmacêutica, alimentação animal, indústria têxtil e de papel. A discussão de implantação da Biorefinaria/amilácea para a produção de etanol se intensificou desde que surgiu o interesse pela busca por combustíveis renováveis e não poluentes. As enzimas utilizadas no processo são eficientes e de fácil aquisição.

O processo de purificação do álcool de origem amilácea é mais fácil que o de álcool de cana. No processo de refino e neutralização do álcool, todas as impurezas são eliminadas tornando o produto inodoro e insípido. O custo para instalação é de 10% do valor necessário para a implantação de uma usina de cana.

O contexto atual de crescentes preocupações ambientais, a valorização de resíduos agroindustriais e a produção de bioprodutos a partir de fontes renováveis são temas de grande interesse. O projeto torna-se viável uma vez que, considerando as características demográficas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, a Região Celeiro, com vistas à produção sustentável e competitiva das culturas energéticas possui potencial logístico de acesso ao mercado de derivados; tem acesso à matéria-prima e apresenta potencial de desenvolvimento e de crescimento. Com a implantação da Biorefinaria/amilácea, serão gerados na Região Celeiro e toda Região Funcional 7 empregos diretos, indiretos e por efeito renda.

**FORÇA** – Parcela significativa da população em idade economicamente ativa. Aumento da população na área urbana. Inserida na Região de Fronteira para fomentar a possibilidades de novos mercados. Transferência de renda (aspecto financeiro). Mercado local com bom potencial de consumo. Crescimento do emprego no setor de serviços. Culturas Tradicionais (comum) gerando riquezas. Existência de Ensino Técnico e Ensino Superior. Transferência de Renda (aspecto social). APL Celeiro criado. Clima e solo permitem alternativas de produção. Formação de recursos humanos na área ambiental (mão de obra qualificada). Alto índice de gestores públicos com formação superior. Capacidade de mobilização social. Organograma de governo municipal pleno. UERGS, UNIJUI, FAISA, INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – Santo Augusto, como instituição regional. Proximidades a outros COREDES (Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial). Entidades Associativas.

**FRAQUEZAS** – Pouco incentivo para o desenvolvimento sustentável. Elevados índices de êxodo rural. Falta de empreendedorismo. Baixa empregabilidade. Falta de oportunidades. Falta de visão regional.

**OPORTUNIDADES** – Opinião pública favorável. Diversidade de culturas. Ampliação da receita própria dos municípios. Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas. Produzir produtos sustentáveis;

Aumento do poder aquisitivo da população. Produção alternativa de energia limpa (Biogás), reaproveitamento dos resíduos. Mobilização para aumentar a credibilidade.

**POTENCIALIDADES** – População em idade economicamente ativa. O COREDE Celeiro abrange municípios com taxa de crescimento de média anual positiva. O COREDE Celeiro está entre os COREDE's com o maior percentual de população rural. Inserida na Região de Fronteira para fomentar a possibilidade de novos mercados. Força de Trabalho. Região Produtiva.

**DESAFIOS** – Promover o empreendedorismo. Aumentar a industrialização na região. Geração de emprego e renda. Reduzir a pobreza.

**RISCOS** – Visão míope da problemática.

**LIMITAÇÕES** – Baixo grau de industrialização da região. Concentração das atividades econômicas na agropecuária. Falta de fomento para novas cadeias produtivas, restringindo a diversidade na produção rural.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Projeto Engenharia e Licenciamento Ambiental para Instalação da Biorefinaria.

**Meta:** Elaboração Projeto.

**Custo:** R\$ 50.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 2:** Construção e Aquisição de Equipamentos.

<b>Meta:</b> Funcionamento Biorefinaria. <b>Custo:</b> R\$ 55.000.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>Produto 3:</b> Produção de Etanol/amilácea. <b>Meta:</b> Produzir 100 mil litros dia. <b>Custo:</b> R\$ 9.880.000,00 <b>Prazo:</b> 24 meses
<b>Produto 4:</b> Oficinas de Diversificação Culturas – Amiláceas. <b>Meta:</b> Produzir 100 mil litros dia. <b>Custo:</b> R\$ 70.000,00 <b>Prazo:</b> 24 meses
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 65.000.000,00

### 12.1.6 Projeto de Apoio a Gestão das Agroindústrias das Missões

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 6</b>
<b>Título:</b> Projeto de Apoio a Gestão das Agroindústrias das Missões.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> <p>Propiciar emprego e renda para os empreendedores rurais;  Contribuir para a retenção/permanência do jovem na região – sucessão familiar;  Garantir aos consumidores um produto de qualidade, com identidade territorial, de acordo com os padrões exigidos pelos sistemas de vigilância e inspeção dos órgãos competentes;  Gerar programas de capacitação e qualificação técnica na gestão de empreendimentos agroindustriais, para atender os mercados institucionais (PAA, PNAE, Presídios, compras institucionais) e a crescente demanda externa;  Auxiliar na manutenção e na sobrevivência dos empreendedores e produtores rurais no território missioneiro.</p>
<b>Justificativa:</b> <p>A região do COREDE Missões é caracterizada por ser altamente dependente economicamente de seu setor agropecuário, portanto a sua dinâmica de desenvolvimento guarda estreita relação com o desempenho da sua produção agropecuária. Do total dos 25 municípios, grande parte ainda está alicerçada na produção agropecuária e de seus subprodutos tais como: soja, trigo, milho, leite, carne e seus derivados agroindustriais. Além disto, possui uma grande representatividade de pequenos produtores rurais, basicamente familiares, produtores de alimentos, o que justifica políticas e programas que visem o fortalecimento desta atividade.</p> <p>Diante disto, a região das Missões possui 199 agroindústrias (PEAF, 2016), formais e informais, sendo a quarta região do Rio Grande do Sul em número de empreendimentos ativos. Segundo Ortiz (2016) a região das Missões possui apenas 18,1% de agroindústrias formalizadas, sendo o terceiro menor percentual de agroindústrias legalizadas do Estado gaúcho. Para tal, é necessário que estimule-se as agroindústrias, através de estratégias de desenvolvimento vinculadas ao fortalecimento e qualificação gerencial dos empreendedores rurais.</p> <p>Assim, a agroindústria familiar, tem surgido como uma alternativa estratégica para tais produtores e famílias, da região missioneira, que são estimulados por uma crescente demanda pelos produtos oriundos da agricultura familiar (mercados institucionais – PAA, PNAE, presídios, Compras Institucionais, etc.).</p>

Tal projeto tem o objetivo de potencializar a geração de emprego e renda no meio rural, bem como estimular a cadeia agroalimentar regional, visando atender a demanda crescente por produtos agroindustrializados.
<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Captar empreendedores agroindustriais. <b>Meta:</b> 50 empreendedores ou agroindústrias. <b>Custo:</b> R\$ 60.000,00 <b>Prazo:</b> 6 meses.
<b>Produto 2:</b> Capacitar empreendedores agroindustriais. <b>Meta:</b> Assessoria e cursos aos 50 empreendedores e agroindústrias. <b>Custo:</b> R\$ 800.000,00 <b>Prazo:</b> 18 meses.
<b>Produto 3:</b> Acompanhamento das agroindústrias e empreendedores. <b>Meta:</b> 50 empreendedores ou agroindústrias. <b>Custo:</b> R\$ 340.000,00 <b>Prazo:</b> 12 meses.
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 1.200.000,00

### 12.1.7 Educação Empreendedora no Campo – RPF 7

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 7</b>
<b>Título:</b> Educação Empreendedora no Campo – RPF 7.
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Estimular a cultura empreendedora na comunidade estudantil e docente da Rede Pública de Ensino Fundamental do meio Rural, para a produção e comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar; Promover Oficinas práticas de Processos de Sucessão Familiar; Seminários de Práticas de Conhecimento no Processo de Sucessão Familiar no campo.
<b>Justificativa:</b> Cargnin (2014) demonstra que o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional designa que a região equivalente a RFP7 como Faixa de Fronteira, caracterizada como “Deprimida” a qual seria beneficiada como um o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que reúne um conjunto de ações nas cidades de fronteiras ou cidades gêmeas que, em grande parte, se traduzem de pequenas obras de infraestrutura de saneamento, urbanização, educação, saúde e assistência social. O empobrecimento e o grau de desenvolvimento socioeconômico da população da Região Funcional de Planejamento (RFP) Sete tem apresentado os piores resultados em termos comparativos às demais RFPs, bem como a trajetória do Estado do Rio Grande do Sul. Essa dinâmica tem potencializado a fragilidade da região o qual faz-se necessário uma intervenção significativa. A região Noroeste do RS, conforme estudos da FEE, apresenta o maior grau de imigração de pessoas (2005-2010), bem como o significativo volume de exportação de pessoas jovens com elevado grau de qualificação, causando um esvaziamento da região e do meio rural. Adicionalmente, o grau de envelhecimento vem aumentando, repercutindo sobre a densidade populacional no campo e a capacidade de produção de alimentos na região. O Estado do RS, em 2013, através da definição do Projeto Arranjos Produtivos

Locais, que uma das potencialidades da região é a produção e agroindustrialização de alimentos, em virtude das suas características naturais e socioculturais.

Conforme Polacinsky (2014), a região do Noroeste tem apresentado expressivo volume de importação de alimentos, os quais poderiam ser produzidos internamente, dado a existência de políticas públicas de aquisição institucional de alimentos, com prioridade de aquisição da agricultura familiar.

Esse conjunto de argumentos estabelece a necessidade de articular ações com intuito de sensibilizar, orientar os jovens que através de práticas sustentáveis de cadeias curtas de produção, a produção de alimentos é uma atividade rentável e significativa qualidade de vida. Nesse escopo, faz-se mister qualificar e capacitar o jovem para se tornar um empreendedor no meio rural.

Da mesma forma a sensibilização do empreendedorismo rural não se faz apenas diante do quadro discente, mas principalmente do quadro educacional docente, que no meio rural, muitas vezes possui dificuldade em apoiar ações empreendedoras.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Capacitação e Treinamento de quatro Equipe Técnica – uma por COREDE.

**Meta:** Cursos de 40 Horas.

**Custo:** R\$ 200.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 2:** Seminário de Sensibilização com Professores.

**Meta:** Realização de 4 Seminários Microrregionais em cada COREDE, com carga horária de 20 horas, perfazendo o total de 16 Seminários.

**Custo:** R\$ 30.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 3:** Oficinas de Cultura Empreendedora com Alunos.

**Meta:** 5 oficinas por escola do meio rural.

**Custo:** R\$ 1.000.000,00

**Prazo:** 24 meses.

**Produto 4:** Monitoramento, Avaliação e Análise de Resultados.

**Meta:** 2 visitas por semestre em cada escola.

**Custo:** R\$ 1.000.000,00

**Prazo:** 24 meses.

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 2.230.000,00

## 12.1.8 Execução do Plano de Marketing Turístico das RPF 7

### 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 8

**Título:** Execução do Plano de Marketing Turístico das RPF 7.

### 2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

#### **Objetivo:**

Executar o plano de marketing para promover o turismo na Região das Missões.

#### **Justificativa:**

Os recentes eventos internacionais ocorridos no Brasil introduziram profundas alterações à composição, estrutura e competências das entidades de turismo, principalmente as regionais que passaram por um processo de aprimoramento das suas ações em função das exigências dos turistas.

Desse contexto surge a necessidade de elaboração de um plano de marketing do turismo na Região das Missões, para conhecer, executiva, avaliar as atuais ações e formular propostas para o seu ajustamento;

Esse instrumento torna-se necessário para orientar o turismo missioneiro em um pressuposto que o turismo na Região das Missões, assuma definitivamente um papel na orientação e fundamentação da atividade turística regional. A relevância desse plano ancora-se, não obstante na sua execução e/ou operacionalização, mas como também na possibilidade de parcerias com Agências Regionais de Promoção Turística, na promoção externa.

De acordo com a contextualização das necessidades deste trabalho, será a relevância das novas orientações estratégicas nacionais vertidas na execução dos planos que, de alguma forma, condicionam a implementação das medidas de desenvolvimento turístico das regiões, seja ao nível da identificação dos produtos turísticos prioritários, dos mercados externos a abordar, ou mesmo da estruturação da oferta.

A produção do instrumento está intimamente ligada a questão da definição do novo quadro comunitário de apoio (em fase de clarificação), algo a considerar, uma vez que se trata de um importante instrumento de alavancagem financeira, seja ao nível dos projetos de índole pública, quer privada.

O contexto da atividade turística regional, intimamente ligado à conjuntura político-econômica global, tem sofrido profundas alterações nos últimos dez anos, o que pressupõe uma reorientação das estratégias e modelos de desenvolvimento para o setor do turismo.

Ciente desta necessidade, a Fundação das Missões e COREDE pretende colmatar estas lacunas através da apresentação do presente plano, que se pretende reflita a visão regional e identifique as lacunas que, uma vez supridas, possibilitarão afirmar definitivamente a Região das Missões como destino turístico de excelência.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Formação de Equipe Técnica.

**Meta:** Contratação e Manutenção de Equipe.

**Custo:** R\$ 150.000,00

**Prazo:** 04 meses.

**Produto 2:** Divulgação do Produto Missões em Mídias Estadual, Nacional e Internacional.

**Meta:** 3 Cursos totalizando 40 Horas.

**Custo:** R\$ 3.000.000,00

**Prazo:** 18 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 3.150.000,00

## **12.1.9 Parque Tecnológico do Noroeste Gaúcho e Ecossistema Inovador**

### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 9**

**Título:** Parque Tecnológico do Noroeste Gaúcho e Ecossistema Inovador.

### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

#### **Objetivo:**

Fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo direcionadas a maior competitividade das cadeias produtivas;

Incentivar um ecossistema inovador com o desenvolvimento tecnológico e a agregação de valor através da geração de inovação em produtos e processos;

Difundir a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa e desenvolvimento entre as empresas e órgãos governamentais municipais da região;

Ampliar a articulação regional na perspectiva do desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e inovação.

**Justificativa:**

O desenvolvimento regional deve ser considerado como um elemento estratégico no enfrentamento dos desafios colocados para o Estado do Rio Grande do Sul. A base institucional de que dispomos permite identificar com maior precisão as oportunidades e os potenciais regionais para impulsionar o desenvolvimento do conjunto do Estado, mais especificamente, para desenhar e executar políticas de estímulo e fomento específicas, adequadas às peculiaridades de cada uma das regiões. Esse detalhamento favorece ainda a mobilização dos recursos humanos e materiais disponíveis, aumentando a efetividade de políticas e programas de ação, além de estimular as práticas de transparência dos órgãos públicos e o controle por parte das comunidades e dos cidadãos.

A contextualização da região noroeste do Rio Grande do Sul é expressa através da configuração territorial da Região Funcional 7 – RFP 7, que abrange os COREDE's Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Celeiro e Missões. Mais adiante a abordagem será mais específica para os três primeiros COREDES citados, por ser a região de atuação preferencial da Fidene/Unijui.

A Região Funcional 7 reúne os COREDES Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial. Apresenta uma população 759.591 habitantes, correspondendo a 7% da população gaúcha, sendo que, desta, 31% residem na área rural, e 69% na área urbana. A Região possui forte tradição na atividade agrícola voltada para a produção de grãos, com destaque para a soja, milho e trigo; e, na pecuária, com produção de leite e criação de aves e suínos. As atividades primárias possuem boas possibilidades perante a expansão de novos setores, como o biodiesel e a produção de frutas.

No período 2000-2010, a RF7 apresentou a menor taxa de crescimento demográfico do Estado, de -0,31% ao ano. O COREDE Noroeste Colonial foi o único da região a apresentar crescimento positivo, de 0,32% ao ano, enquanto os COREDES Fronteira Noroeste, Celeiro e Missões tiveram taxas de -0,33%, -0,56% e -0,57%. Os municípios com as maiores taxas de crescimento são alguns dos mais importantes da RF7, destacando-se Panambi, com 1,56% ao ano, Redentora (1,46%), Santa Rosa (0,54%), Cerro Largo (0,48%), Ijuí (0,41%) e Horizontina (0,36%).

O Produto Interno Bruto da RFP 7 era de R\$16,3 bilhões em 2012, correspondendo a 5,9% do Estadual. O PIB está bem distribuído entre três COREDES: Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial, com participações em torno de 30%. O COREDE Celeiro participa com 15% do total do PIB.

Analisando os valores de produção por município, destacamos os municípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e Panambi, que têm peso significativo na composição do PIB da RFP 7, sendo que Ijuí é responsável por 52% do PIB do COREDE Noroeste Colonial.

O projeto proposto justifica-se, portanto, pela prioridade, oportunidade e pertinência de fomento da inovação como fonte de desenvolvimento de habilidades empreendedoras. Possibilita avançar na diversificação da economia regional e também trazer possibilidades de geração de emprego e renda, bem como possibilitar o conhecimento de novas tecnologias e troca de experiência. Há a necessidade na região de se difundir entre as empresas e os órgãos governamentais a importância da cultura da inovação tecnológica e da pesquisa, através de ações de cooperação e parceria entre o setor empresarial, o setor governamental e as universidades, de modo a superar a situação de baixa cooperação existente entre esses agentes e instituições. Por fim, é fundamental o apoio a pesquisa como propulsora de negócios inovadores.

<b>3 - PRODUTOS DO PROJETO</b>
<p><b>Produto 1:</b> Implantação do Parque Tecnológico do Noroeste Gaúcho com Estrutura Disseminada na região com criação de uma ecossistema inovador.  <b>Meta:</b> Ampliar e consolidar parcerias regionais.  <b>Custo:</b> 15.000.000,00  <b>Prazo:</b> 180 meses.</p>
<p><b>Produto 3:</b> Ampliação da Estrutura das Incubadoras Tecnológicas e Empresariais existentes na região.  <b>Meta:</b> Criação de uma rede de Distritos Industriais da região, vinculados aos municípios, de forma articulada e integrada com as incubadoras tecnológicas e empresariais.  <b>Custo:</b> R\$ 800.000,00/bianual.  <b>Prazo:</b> 180 meses.</p>
<p><b>Produto 4:</b> Programas de qualificação em empreendedorismo inovação, extensão produtiva, redes de cooperação e novas metodologias para universitários, empresários, lideranças e gestores públicos (intra empreendedores, atores dos conselhos municipais e instâncias de articulação regionais, gestão pública e empresários).  <b>Meta:</b> Composição e manutenção de uma equipe de Extensionistas na região, acompanhados da formação de no mínimo 4 novas redes de micro e pequenas empresas e a realização de no mínimo 10 cursos anuais de curta duração.  <b>Custo:</b> R\$ 1.400.000,00/bianual.  <b>Prazo:</b> 180 meses.</p>
<p><b>Produto 5:</b> Equipamentos para execução de pesquisa em ciência e tecnologia nos Parques Tecnológicos regionais.  <b>Meta:</b> Aquisição de equipamentos para pesquisas.  <b>Custo:</b> R\$ 1.600.000,00/bianual.  <b>Prazo:</b> 180 meses.</p>
<b>4 - RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 66.000.000,00

#### 12.1.10 Comitê Gestor dos PEDR's Regionais da Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7)

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 10</b>
<b>Título:</b> Comitê Gestor dos PEDR's Regionais da Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7).
<b>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<p><b>Objetivo:</b></p> <p>Criar estrutura suprarregional visando estabelecer um Comitê Gestor da Região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7) com o intuito de acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos Planos Regionais de Desenvolvimento</p> <p>Criar um ambiente institucional na busca da coesão territorial em prol do desenvolvimento, a partir do acompanhamento, controle, fiscalização e execução dos Planos de Desenvolvimento Regionais da RFP 7.</p>
<p><b>Justificativa:</b></p> <p>A execução de tal projeto poderá beneficiar diretamente um montante de 1,2 milhão de pessoas (IBGE, 2010), distribuídos nos 77 municípios da região Funcional de Planejamento Sete (RFP 7), como uma estratégia de coesão territorial e institucional, na busca pela execução dos planos de desenvolvimento regionais.</p> <p>Tal projeto justifica-se pela manutenção do debate e das discussões acerca do desenvolvimento regional, que não pode ser estancado, proporcionando aos agentes</p>

de desenvolvimento regional um meio de adaptar, alterar ou consensuar novas prioridades regionais até 2030, bem como identificar novas oportunidades e alternativas de desenvolvimento regional.

A fragilidade no setor institucional ainda é latente e, portanto, um desafio para o desenvolvimento da RFP 7, dos COREDES e dos municípios, sendo um dos principais entraves na promoção da coesão territorial e do desenvolvimento regional.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Comitê Gestor da Região Funcional de Planejamento Sete – RFP 7.

**Meta:** Constituir Estatuto de formação do Comitê Gestor da RFP 7, definindo funções, sistema organizativo e funcional.

**Custo:** R\$ 10.000,00

**Prazo:** 3 meses.

**Produto 2:** Estabelecer Infraestrutura Física para Funcionamento do Comitê Gestor.

**Meta:** Constituir Local e Equipe para acompanhamento e fiscalização do PEDR.

**Custo:** R\$ 40.000,00

**Prazo:** 3 meses.

**Produto 3:** Funcionamento do Comitê Gestor da RFP 7.

**Meta:** Relatórios Trimestrais de Acompanhamento e Fiscalização do PEDR - Reuniões Semestrais com COREDE's e Conselho Gestor sobre andamento de ações do PEDR.

**Custo:** R\$ 450.000,00

**Prazo:** 54 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 500.000,00

## **12.1.11 Lideranças Fortes – Território Forte**

### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACROREGIONAL - PRIORIDADE 11**

**Título:** Lideranças Fortes – Território Forte.

### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

#### **Objetivo:**

Estimular a cultura da liderança entre os Gestores Públicos e atores via atuação dos Conselhos Municipais;

Capacitar os envolvidos do papel e importância dos Conselhos Municipais no processo de governança do município;

Desenvolver Seminários, Palestras e Oficinas. para Desenvolvimento e Fortalecimento dos Conselhos Municipais e Lideranças Municipais.

#### **Justificativa:**

Após a Constituição de 1988, os debates que envolvem as dimensões da governança e do poder local no Brasil ganham visibilidade com o reconhecimento na esfera municipal como parte da estrutura organizativa do Estado. Esse processo foi acentuado com o sistema de municipalização das políticas sociais públicas, formatando uma nova condição administrativa para os municípios

Neste cenário, novas demandas são postas ao poder político local e entram em cena novos atores sociais, (re) significando as relações de poder local, bem como as próprias formas de planejamento, gestão, avaliação e controle de políticas públicas, configurando-se, conseqüentemente, novos arranjos institucionais.

Destes novos arranjos institucionais fazem parte os conselhos gestores municipais de políticas públicas que, articulando Estado e sociedade civil, têm como papel principal a formulação e o controle da execução das políticas públicas setoriais (DAGNINO, 2002).

Segundo a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo (2011), o Conselho é um espaço de participação compartilhado entre a sociedade civil e o governo, no qual cada voz tem o mesmo peso e ambos os atores podem interagir e pensar as políticas públicas locais. É um instrumento de participação institucionalizado, que possibilita a prática da democracia participativa. No conselho, todos os grupos de interesse de determinada política pública podem estar representados; eles discutem, negociam, propõem/formulam e fiscalizam as políticas públicas do município. A esse compartilhamento do poder chamamos: cogestão ou gestão participativa da política pública

A gestão participativa busca compensar as desigualdades de poder por meio da oportunidade de participação igualitária de cada membro do grupo.

Ela é baseada na diversidade de saberes dos (as) participantes, que possuem interesses e trajetórias distintos, e na confiança de que é possível se chegar a um consenso que atenda aos diferentes interesses presentes no grupo<sup>1</sup>.

A gestão participativa tem como princípio reconhecer e valorizar os diferentes conhecimentos e habilidades dos (as) participantes, dividir as responsabilidades, aumentar a confiança entre governo e sociedade civil e, dessa forma, contribuir para uma sociedade mais participativa e democrática. Mais do que uma técnica, a gestão participativa exige uma postura de diálogo e corresponsabilidade. É um processo que gera conhecimento e fortalece o grupo.

A importância desse desenho institucional, recai sobre a possibilidade de construção de um sistema de governança mais horizontal, no qual os vícios e desconformidades de políticas Top-Down sejam menos prováveis

Nesta direção, Costa (1996), p. 13) chama atenção para uma ressignificação das estruturas de poder local, afirmando que

[...] De espaço por excelência das relações coronelísticas de poder no âmbito dos pequenos e médios municípios, de relações clientelísticas e populistas nas médias e grandes cidades, as estruturas de poder local passaram a espaço de possibilidades de experimentos democráticos inovadores e do exercício de cidadania ativa. Da condição de importância diante do crescente desafio de oferecer bens e serviços públicos eficientes e de qualidade e da incapacidade de formular saídas econômicas, o poder local passou a ser portador de possibilidades de gerenciamento eficiente dos recursos públicos e protagonista de iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social. Costa (1996, p. 13)

Evidenciam-se como elementos fundadores destas novas possibilidades para o poder local a descentralização da gestão das políticas públicas, a emergência dos conselhos e a inserção, na agenda política municipal, da participação cidadã como condição para a materialização de direitos. Os municípios transformam-se, assim, em arenas de disputa de concepções e projetos políticos que visem à melhoria da qualidade de vida, bem como a efetivação da cidadania.

Dessa forma, os conselhos municipais de políticas públicas são “[...] concebidos como fóruns públicos de captação de demandas e negociação de interesses específicos dos diversos grupos sociais e como uma forma de ampliar a participação dos segmentos com menos acesso ao aparelho de Estado [...]” (DAGNINO, 2002, p. 49).

Os conselhos, nestes termos, constituem-se como um dos instrumentos de democratização da gestão pública local (SANTOS JUNIOR, 2004). Embora assentados sobre um sistema normativo universalizante, os Conselhos diferenciam-se na configuração do âmbito de cada política setorial (Saúde, Educação, Assistência Social, dentre outras) particularizando-se ainda, na forma e atuação na

realidade específica de cada município.

Nesse processo de participação e controle social das políticas públicas inscrevem-se os Conselhos Municipais de Educação, que constituem um espaço de discussão efetiva da política educacional nas suas diferentes fases. Deles, espera-se a afirmação do seu caráter deliberativo de modo a avançar cada vez mais em relação à sua função consultiva e propositiva.

Por outro lado, o tempo para obtenção de resultados é mais demorado porque os conflitos devem ser discutidos abertamente, fazendo-se presente a necessidade de mecanismos para mediá-los. Mas é justamente nessa diversidade que está a riqueza de um conselho legítimo; é ela que o torna eficaz e permite que cumpra seu objetivo.

Diante dessas considerações, os Conselhos, objeto do presente projeto, apresentam como singularidade o fato de emergirem concomitantemente ao conceito e definição legal como política pública e como condicionante à municipalização, o que reforça a relevância de fortalecer estes conselhos como referência de novos arranjos institucionais e sua relação com a gestão local.

Na região que envolve o COREDE Missões, embora haja a determinação legal, a atuação dos Conselheiros é frágil e pouco atuante, enfraquecendo o processo de governança e transparência pública, bem como minimizado o papel do sistema de cogestão ou gestão participativa da política pública.

### **3 - PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto 1:** Capacitação e Treinamento de Equipe Técnica.

**Meta:** Cursos de 40 Horas.

**Custo:** R\$ 10.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 2:** Seminário de Sensibilização DE Lideranças e Conselheiros.

**Meta:** Realização de 6 Seminários Microrregionais no COREDE, com carga horária de 30 horas, perfazendo o total de 18 Seminários.

**Custo:** R\$ 90.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 3:** Oficinas de Desenvolvimento de Liderança e Gestão Participativa.

**Meta:** 5 oficinas microrregionais.

**Custo:** R\$ 50.000,00

**Prazo:** 12 meses.

**Produto 4:** Monitoramento, Avaliação e Análise de Resultados.

**Meta:** Duas visitas por município.

**Custo:** R\$ 50.000,00

**Prazo:** 12 meses.

### **4 - RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 200.000,00

#### **12.1.12 Curso Técnico em Guia de Turismo – Região Funcional 7**

##### **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO MACRORREGIONAL - PRIORIDADE 12**

**Título:** Curso Técnico em Guia de Turismo – Região Funcional 7.

##### **2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**

###### **Objetivo:**

Formar Técnicos em Guia de Turismo com domínio teórico-prático, permitindo o desenvolvimento profissional pautado na autonomia, competência e prática ética para atuar em hotéis, empresas de turismo, agências de viagens, operadoras, prefeituras municipais, organismos turísticos públicos e privados e, por meio da prestação de serviços autônomos, temporários ou contrato efetivo.

- ✓ Promover espaço qualificado de construção de conhecimentos, alicerçado nas bases científicas, tecnológicas e humanísticas;
- ✓ Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável do turismo nos eixos econômico, social e ambiental;
- ✓ Orientar, assistir e conduzir pessoas ou grupos durante traslados, passeios, visitas, viagens com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação;
- ✓ Apresentar opções de roteiros e itinerários turísticos disponíveis, considerando os interesses e as necessidades do visitante;
- ✓ Informar sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista.

**Justificativa:**

Com base no diagnóstico realizado, sustentados pelo perfil - RFP 7 – 2015 (base estratégica do PPA 2016-2019) elaborado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental, o patrimônio histórico-cultural e natural, com destaque para as Missões Jesuíticas, o Parque Estadual do Turvo e o Salto do Yucumã, são ativos turísticos de grande potencial, mas que, atualmente, ainda registram baixos níveis de frequência de turistas. Nesse sentido, o fortalecimento do turismo na Região depende de uma melhor organização da atividade, com a integração e ampliação dos roteiros, garantindo maior atratividade de turistas e maior tempo de permanência na Região.

Na região Funcional 7 os estabelecimentos como hotéis, restaurantes, agências de receptivo, agências de viagens e organizadores de eventos são carentes de profissionais qualificados.

O Turismo na região tem capacidade de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as. Neste sentido, este nicho precisa ser desenvolvido juntamente com a capacitação para o setor de eventos e turismo que pode e deve empregar a população local, de forma a evitar a migração de pessoas, especialmente mais jovens, para outros centros maiores.

O turismo é um setor que está em franca expansão, como podemos acompanhar e vivenciar dia-a-dia através do aumento considerável da atividade em nosso estado e na nossa Região Funcional 7. No entanto, como em qualquer setor, a procura maior é por profissionais bem qualificados.

A escassez de mão-de-obra qualificada para o recebimento dos turistas é um dos maiores entraves para o crescimento do turismo na região. Em vista disso, existe a necessidade de criação de um curso, em nível técnico, para a formação de guias de turismo.

O curso oferecido se insere dentro de uma nova realidade da educação profissional. Propõem uma formação que integra educação e trabalho, rompendo com a lógica que marcou historicamente a educação profissional, em que as pretensões eram simplesmente formar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

O curso visa oferecer uma formação integral, para além de aspectos técnicos da profissão, deve contemplar uma ampla bagagem cultural, capacidade de lidar com pessoas e administrar situações difíceis, trata-se de um aprendizado útil tanto no campo profissional como na vida pessoal.

Busca-se através do curso técnico profissionalizante atender às expectativas da comunidade regional e, por se tratar de uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, somente profissionais devidamente habilitados podem exercer a profissão no país.

O panorama socioeconômico da região de abrangência e o seu potencial turístico apontam como promissor o oferecimento do Curso Técnico em Guia de

Turismo como contribuinte no desenvolvimento local e regional.

**FORÇA** – Parcela significativa da população em idade economicamente ativa. Composição da população com a presença numerosa de habitantes autodeclarados indígenas. Região Funcional 7 inserida na Região de Fronteira com possibilidades de fomentar novos mercados. Existência de Ensino Técnico e Ensino Superior. Potencial turístico e hídrico. Aquífero Guarani. Capacidade de mobilização social. Sistema rodoviário amplo, facilitando interligações. Professores de instituições regionais com alta qualidade técnica. Instituições de ensino que aquecem a economia regional com os cursos voltados para as potencialidades regionais.

**FRAQUEZAS** – Investimento limitado. Falta de visão regional. Falta de oportunidades.

**OPORTUNIDADES** – Opinião pública favorável. Evolução do Mercosul. Promover políticas públicas com o viés coletivo. Estrutura Organizacional Universitária. Sinergia entre as Instituições.

**POTENCIALIDADES** – População em idade economicamente ativa. Região de Fronteira. Força de Trabalho. Região Produtiva. Unidade de Conservação – Parque Estadual do Turvo. Oferta de cursos de Ensino Superior. Potencial Turístico. Reservas indígenas com potencialidade de Turismo Cultural. Consórcios intermunicipais. Boa quantidade de mídia escrita e falada. Missões Jesuíticas. Parque Estadual do Turvo (Unidade de Conservação Parque Estadual do Turvo, onde se encontra a queda d'água conhecida como Salto do Yucumã, maior salto horizontal do planeta). Salto do Yucumã. Instituições de ensino público e particular de referência na região.

**DESAFIOS** – Promover o empreendedorismo. Integração com a cultura indígena. Promover a integração de Fronteira. Promover a integração da cultura indígena. Ampliar as oportunidades. Romper com o comodismo. Promover investimentos. Integrar os roteiros turísticos. Ampliar a transparência. Ampliar o diálogo entre público e privado. Formar lideranças. Ampliar a representatividade política e classista.

**RISCOS** – Migração. Descontinuidade dos programas e projetos. Visão míope da problemática.

**LIMITAÇÕES** – Dependência do repasse de FPM – Fundo de Participação dos Municípios. Concentração das atividades econômicas na agricultura e pecuária. A visão individualista se sobrepõe à coletiva, faz com que o planejamento regional venha a fragmentar as ações na região.

### 3 - PRODUTOS DO PROJETO

**Produto 1:** Termo de Referência para Curso de Guia de Turismo na Região Funcional 7.

**Meta:** Elaborar o termo de referência para criação do Curso de Guias de Turismo.

**Custo:** R\$ 10.000,00

**Prazo:** 6 meses.

**Produto 2:** Técnicos em Guia de Turismo da Região Funcional 7.

**Meta:** Formar 300 Guias de Turismo.

**Custo:** R\$ 380.000,00

**Prazo:** 24 meses.

### 4 - RECURSOS DO PROJETO

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 400.000,00



### **13 AGENDA DE AÇÕES 2015-2030 DO PEDR MISSÕES – LINHAS ESTRUTURANTES E ANTE PROJETOS A SEREM TRABALHADOS**

Além dos projetos apresentados anteriormente, enquadrados nas estratégias regionais e macrorregionais, existem outras demandas estruturantes, que precisam ser indicadas no horizonte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Missões (2015-2030). Tais projetos estão em sua maior parte, vinculados a perspectivas do desenvolvimento regional, no que tange aspectos identificados como fortalezas e oportunidades, bem como, de fraquezas e ameaças regionais, através da construção da Matriz FOFA, por meio da participação e interação dos agentes de desenvolvimento da região missioneira e da priorização dos projetos, realizados através da metodologia da Matriz de Vester.

Assim, considerando também limitações técnicas, de apoio e de acesso a informações sobre eventuais projetos de desenvolvimento, torna-se necessária a criação de uma agenda de ações que busque contemplar áreas que estejam descobertas, além dos projetos desenvolvidos nas subseções anteriores. A importância do estabelecimento desta agenda de ações regional, reside no fato de proporcionar uma maior amplitude ao plano, de modo a atender a maior parte das demandas de cunho regional, considerando as estratégias regionais.

Para tanto, no Quadro 29, evidencia-se os projetos, relacionados as estratégias regionais, visando estabelecer uma agenda de ações estratégicas para o PEDR Missões - 2015-2030.

<b>PROJETOS</b>	<b>ESTRATÉGIAS REGIONAIS – PEDR MISSÕES</b>
BR 472 – Costaneira Rio Uruguai	Estratégia 1
BR 392 – Guarani das Missões – Santa Maria	Estratégia 1
Revitalização Malha Ferroviária	Estratégia 1
Usina de Conversão Termoquímica de Resíduos Sólidos	Estratégia 3
Acessibilidade e Mobilidade Regional	Estratégia 2
Despejo de Efluentes	Estratégia 3
Sistema de Gerenciamento Regional da Saúde	Estratégia 2
Parque de Energia Eólica	Estratégia 3
Centro de Referência da Saúde do Homem (Giruá)	Estratégia 2
Centro de Referência em Oftalmologia	Estratégia 2
Hospital Federal	Estratégia 2
Readequação da Área Física do Pronto	Estratégia 2

Atendimento do Hospital São Luiz Gonzaga	
Implantação de UTI no Hospital São Luiz Gonzaga	Estratégia 2
Cidades Digitais e Inteligentes	Estratégia 2
Análise da Água e do Solo	Estratégia 3
Coleta Seletiva Urbana e Rural	Estratégia 3
Fomento de Criação de Distritos Agroindustriais	Estratégia 3
Manejo do Solo e Agricultura de Precisão	Estratégia 3
Logística Regional e Internacional	Estratégia 1
Mercado Institucional – Qualificação e Instrução dos Agentes e Produtores	Estratégia 3
Parque Nacional das Missões	Estratégia 3
Turismo Rural e de Aventura	Estratégia 3
Mídias Eletrônicas – Turismo	Estratégia 3
Fortalecimento das Cadeias Curtas de Produção	Estratégia 3
Gastronomia Missioneira	Estratégia 3
Articulação de Órgãos Federais - Desburocratização dos Trâmites de Fronteira	Estratégia 4
Planos Estratégicos de Desenvolvimento Municipal	Estratégia 4
Calendário de Eventos Integrado – Mercosul	Estratégia 4
Prospecção de Mercado para o Turismo	Estratégia 3
Rota de Agências Aéreas – Pacotes Turísticos	Estratégia 3
Central de Reciclagem de Resíduos Sólidos	Estratégia 3
Qualificação Profissional e Formação Continuada de Professores (Rede Urbana e Rural) com Ênfase em Tecnologias Educacionais	Estratégia 2
Qualificar Instalações e Equipamentos das Escolas de Ensino Fundamental, Médio e Técnico da Rede Estadual	Estratégia 2
Fortalecimento de Hospitais Regionais para Atendimento de Média Complexidade	Estratégia 2
Ampliação da Oferta de Leitos Hospitalares e de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde	Estratégia 2
Aquisição de Ambulâncias e de Veículos para a Saúde	Estratégia 2
Aquisição e Renovação de Equipamentos de Segurança Pública	Estratégia 2
Patrulha Agrícola e Monitoramento de Abigeato	Estratégia 2
Aquisição de viaturas, armas, equipamentos e infraestrutura de apoio para a Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar.	Estratégia 2
Equipamentos e Obras para Usinas de Resíduos Sólidos	Estratégia 3
Obras, Drenagem, Escasalhamento,	Estratégia 1

Galerias e Pontilhões	
Coleta Seletiva de Resíduos Urbanos	Estratégia 3
Máquinas e Equipamentos para Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais	Estratégia 1
<b>TOTAL</b>	<b>43 PROJETOS</b>

**Quadro 29 – Agenda de Ações para a Região do COREDE Missões.**

Fonte: Elaborado pelos autores.

Enfim, consta na agenda de desenvolvimento do PEDR da Região do COREDE Missões, um total de quarenta e três (43) ações, distribuídos nas quatro (4) áreas estratégicas regionais. Sendo que, quatro (6) ações estão vinculadas a estratégia de infraestrutura; dezesseis (16) correlacionados com a estratégia sociocultural; dezoito (18) com a estratégia de competitividade e sustentabilidade ambiental das cadeias produtivas; e, três (3) vinculados a estratégia de articulação, governança e planejamento territorial.



## NOTAS FINAIS

A atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região das Missões 2015 – 2030 COREDE Missões (PEDR) foi construída pautando-se na participação social e democrática, que ocorreu entre o período de março de 2016 e maio de 2017, consolidando-se como uma ferramenta de gestão, promoção e articulação do desenvolvimento da região do COREDE Missões.

Ao longo da construção plural e participativa do plano foram realizadas plenárias de direcionamento estratégico em níveis municipais e setoriais (Matrizes FOFA's), na totalidade dos municípios da região das Missões. Nas respectivas plenárias, os atores sociais puderam expressar suas distintas visões e interpretações sobre o desenvolvimento da região, bem como a definição das estratégias e dos projetos prioritários, com enfoque na perspectiva territorial, tanto do COREDE Missões quanto da Região Funcional de Planejamento 7 (RFP 7).

Deste modo, o PEDR Missões preconizou espaços mais justos e menos desiguais, e sendo assim, visou constituir-se como um instrumento indutor do aprimoramento de um sistema de governança territorial.

Como resultado da participação social e do regramento metodológico seguido foram construídas quatro (4) grandes estratégias regionais, das quais originaram cinquenta e seis (56) projetos, hierarquizados. Além disto, foram estabelecidas três estratégias da Região Funcional de Planejamento 7 (RFP 7), que abarcaram doze (12) projetos prioritários macrorregionais. Tais iniciativas visam minimizar ou neutralizar os entraves e, potencializar as fortalezas e oportunidades existentes, em relação ao desenvolvimento da região.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região das Missões 2015 – 2030 COREDE Missões (PEDR), a cargo da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo teve como objetivo atualizar e ampliar o PEDR do COREDE Missões, seguindo uma metodologia definida pelo Fórum dos COREDE's, do Estado do Rio Grande do Sul, compreendendo sete etapas: i) elaboração de um diagnóstico técnico – sistematização dos dados; ii) análise situacional – interpretação técnico-política; iii) formulação da matriz FOFA Regional – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças; iv) referenciais estratégicos – missão, visão e valores regionais; v) macro-objetivos – programas, projetos e ações; vi) definição de modelo de gestão do processo; e, vii) divulgação/implementação do plano.

Um dos principais objetos da elaboração do Plano foi a construção da

Matriz FOFA Regional, que visou identificar, através de assembleias municipais e regionais, as fortalezas e oportunidades, bem como as fraquezas e ameaças regionais do COREDE Missões. As assembleias municipais e regionais envolveram diversos segmentos e lideranças da sociedade, com o intuito de ser um instrumento indutor da participação social, visando o aprimoramento de um sistema de governança territorial.

Para a formulação das matrizes FOFA's, conforme metodologia proposta pelo Fórum, a análise foi dividida em seis (6) subgrupos: 1) infraestrutural; 2) sociocultural; 3) turístico; 4) econômico; 5) ambiental; e, 6) institucional. O recorte setorial teve o objetivo de enriquecer o debate com grupos tecnicamente qualificados e familiarizados com tal perspectiva de análise regional.

De acordo com os atores sociais da Região do COREDE Missões, os principais fatores que se destacaram na composição da Matriz FOFA, foram os seguintes: a) Fortalezas: expertise na produção de grãos, na pecuária de corte e na pecuária leiteira, produtividade da terra, existência de pólo e parque tecnológico, ensino técnico e superior, aeroporto regional, patrimônio histórico e cultural, agroindústrias; b) Oportunidades: demanda por produtos agroalimentares, agregação de valor a produtos agropecuários, agroindustrialização, fortalecimento da agricultura familiar, sistema de comercialização para grandes centros consumidores, ponte internacional de Porto Xavier, educação voltada para o campo e o turismo, fomento ao empreendedorismo e aproveitamento do sistema ferroviário; c) Fraquezas: sucessão familiar, qualidade de energia elétrica, vulnerabilidade social, atratividade e retenção de turistas, gestão de resíduos agrícolas, gestão rural e agroindustrial, evasão escolar, migração de jovens para outros centros urbanos-regionais, educação empreendedora, telecomunicações, articulação regional, atendimento nos centros de referência em saúde, perfil empreendedor, geração de emprego e renda, acessos asfálticos; e, d) Ameaças: enfraquecimento da agricultura familiar, desaparecimento de comunidade rurais, queda da taxa de natalidade, uso não consciente de agroquímicos, redução das matrículas escolares, políticas públicas descontinuadas, envelhecimento populacional, centralização da saúde, concentração fundiária, desarticulação regional e intempéries climáticas. Assim, conforme os resultados obtidos na Matriz FOFA Regional elaboraram-se as estratégias e prioridades regionais, estabelecendo as prioridades e projetos visando atender as demandas que possuam transbordamentos regionais.

Este Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região das Missões 2015 – 2030 COREDE Missões (PEDR) é um documento que precisa ser disseminado amplamente na sociedade regional, a fim de que esta tenha acesso e possa auxiliar na execução, sendo resguardado a sua legitimidade, além de ser protagonista e parceiro na operacionalização do plano, visando o desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Edições UNESCO, 101 p., 1998.

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Um alerta sobre os impactos do agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: 2010.

AGENCIA PREVIEW. Disponível em: <http://www.agenciapreview.com/>, Acesso em 18 de setembro de 2016.

AMM- Associação dos Municípios das Missões. Rota Missões. Disponível em: <http://www.ammissoes.com.br/rotamissoes>. Acesso em outubro de 2016.

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Comissão Especial dos Municípios Sem Acesso Asfáltico - Relatório Final. Porto Alegre, 2016. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/download/ComEspMunicipio\\_sem\\_asfalto%20II/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20CEMSAA.pdf](http://www.al.rs.gov.br/download/ComEspMunicipio_sem_asfalto%20II/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20CEMSAA.pdf). Acessado em 03 de Abril de 2016.

\_\_\_\_\_, Comissão Especial para Analisar a Situação da Aviação Civil Regional - Relatório Final. Porto Alegre, 2015. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp\\_m505/ComEspAviacao\\_Civil/RF\\_Aviacao.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ComEspAviacao_Civil/RF_Aviacao.pdf). Acessado em 01 de junho de 2016.

BARROS, A. A. de., PEREIRA C. M. M. de A. Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica. RAC - Revista de Administração Contemporânea. v.12 n.4 Curitiba out./dez. 2008.

BECKER, D. F. (Org.). Pró-RS II – por uma organização social pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2002.

BECKER, Berta K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs) Abordagens Políticas da Espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

\_\_\_\_\_. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BECKER, D.; BANDEIRA, P. Programa de desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião da metade sul. Santa Maria: Pallotti, 2003.

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

BIANCHINI G. N.. A Política Estadual de Apoio às Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte de Processamento Artesanal na Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2015.

BOISIER, Sérgio. Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector público. Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 1995.

BRASIL. Lei 11.445/07, de 05 de março de 2007, que dispõe sobre Saneamento Básico. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm).

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Prácticas innovadoras de gestión del desarrollo de región de frontera: el caso de la Región del Noroeste del Estado do Rio Grande do Sul. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Facultad de Ciências Económicas, Universidad Nacional de Misiones, Posadas/MI/ Argentina, 2014.

BÜTTENBENDER, Pedro L.; SIEDENBERG, Dieter R.; ALLEBRANDT, Sergio L. Coredes: estruturação, articulações intra e inter-regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. In: DALLABRIDA, Valdir R. (Org.). Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e

capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011

CARDOSO JR. J. C.; MELO, Valdir. Reinvenção do planejamento governamental no Brasil – Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. IPEA. [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dialogosdesenvol04.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf).

CARGNIN, Antônio P. Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 1 ed. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

CODETER MISSÕES. Colegiado de desenvolvimento territorial CODETER/MISSÕES. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável PTDRS - Território das Missões. Santo Ângelo, 2006.

COMISSÃO ESPECIAL DOS MUNICÍPIOS SEM ACESSO ASFÁLTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- Relatório Final Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016

CONSÓRCIO BOOZ ALLEN. Estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no RS. Projeto Rumos 2015. Porto Alegre (RS): FIPE/HLC, 2005.

COREDE MISSÕES. Planejamento estratégico regional. Santo Ângelo: EdiURI. 2010.

COREDE MISSÕES. Dados da Consulta Popular- 2005 a 2016. Santo Ângelo, 2016.

COREDES-RS. PRÓ-RS V: propostas estratégicas para o desenvolvimento regionais no estado do RS (2015-2018). Lajeado: Editora da Univates, 2014.

CÓRDOBA, Manuel Benabent F. de. El interés general en la filosofía política. Un concepto ético y normativo necesario para la planificación territorial. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles N.º 53 – 2010.

COSTA, João Bosco Araújo da. A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. In São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE, n.3, jul./set 1996, p. 113 – 118

CRITES, R., TCHOBANOGLIOUS, G., Small and Decentralized Wastewater Management Systems. International Edition. McGraw-Hill, Boston, 1998.

CROCCO, M. e DINIZ, C. C. Economia Regional e Urbana – contribuições recentes. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006. p. 195-223.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245, 1º ago. 2007. Disponível em: . Acesso em: 8 abr. 2008.

DAGNINO, E. (Org) Sociedad civil, espacios públicos y democratización: Brasil. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

DATASUS - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.datasus.saude.gov.br>. Acesso em 15 de junho de 2016.

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. p. 41.

DETRAN-RS. Departamento Estadual de Trânsito do RS. BR 285 é uma das mais violentas do Estado. Disponível em <http://sb1320.com.br/br-285-e-uma-das-mais-violentas-do-estado/>. Acessado em 10 de junho de 2017.

ELKINGTON, John. Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.

ESTATUTO DA CIDADE. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasília, 2004.

URI/AMM. ESTUDO TÉCNICO SOBRE A VIABILIDADE DA PONTE INTERNACIONAL PORTO XAVIER/SAN JAVIER. URI/AMM, Santo Ângelo/RS, 2008.

ETGES, V. E. Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma. REDES, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. RBDR, Blumenau, v.1,

n.1, p. 85-94, abril. 2013.

ETZKOWITZ, Henry. Hélice tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/>, Acesso em 26 de setembro de 2016.

FENAMILHO. Mapa Turístico da região das Missões. Disponível em <<http://www.fenamilhointernacional.com/site/wp-content/uploads/2014/10/rotamissoes-mapa-2011.jpg>>. Acessado em: 15 de julho, 2016.

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro e BRANDÃO, Carlos. Escalas y políticas del desarrollo regional: Desafios para América Latina. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2010.

FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, L. da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Unicamp, 1995. p. 13-36

FILIPPIM, Eliane Saete. RÓTULO, Daniel. Governança, participação social e diálogo federativo: o caso de Santa Catarina In: Política e Planejamento Regional – Uma Coletânea/Rainer Randolph e Hermes Magalhães Tavares, organizadores. Brasília: Gráfica Movimento, 2013.

FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: [www.firjan.com.br/ifdm/](http://www.firjan.com.br/ifdm/). Acessado em: 10 junho, 2016a.

FIRJAN. Índice Firjan de Gestão Fiscal. Disponível em: [www.firjan.com.br/ifgf/](http://www.firjan.com.br/ifgf/). Acessado em: 10 junho, 2016b.

FLEURY, S. Ciudadanias, exclusion y democracia nueva sociedad (Venezuela), v. 193, p. 62-75, Set/ Out, 2004.

FREIRE, Paulo. Entrevista. In: Reconstruir. Ano 8, n. 70, mar. 2009.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. In:

Ambiente & Sociedade, ano IV, n. 9, 2º semestre 2001.

\_\_\_\_\_ <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>  
Acesso em: 03.out.2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em 12 de junho de 2014, <http://www.ibge.com.br/home/>.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 15 junho, 2016.

IPHAN. Missões Jesuíticas Guaranis - no Brasil, ruínas de São Miguel das Missões (RS). Disponível em: <[http:// portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/39](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/39) . Acesso em: 10 de agosto, 2016.

IPHAN/URI Santo Ângelo. Levantamento de Elementos do Patrimônio Turístico-Cultural da Região Missioneira. Disponível em <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file934.pdf>. Acessado em Acesso em: 01 de agosto, 2016.

JULIEN, Pierre André A. Empreendedorismo regional e economia do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2010.

KUHN, T. S. Estrutura das revoluções científicas. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- SISTEMA e-MEC. Disponível em: <http://www.emec.mec.gov.br>. Acesso em 04 de julho de 2016.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL. Secretaria Nacional da Aviação Civil. Disponível em <http://www.aviacao.gov.br/noticias/2016/05/aeroporto-santo-angelo-rs-e-reaberto-e-ja-pode-captar-voos-regulares>. Acesso 25 de maio de 2016.

MINISTERIO DO TURISMO. Turismo no Brasil em 2015. Disponível em: <http://www.dadoséfatos.turismo.gov.br/>. Acessado em 07 de abril de 2016.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar da região Missões; construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. Santa Cruz do Sul. REDES. V. 14, n. 03, p.75 – 102, set./dez.. 2009.

ORTIZ, Luis, C. Participação Social, Democracia Deliberativa e TICs: Uma análise do COREDE Missões pela Consulta Popular no Período 2005-2010. Artigo apresentado no III SEDRES, Blumenau, 2016.

PEAF- Programa Estadual da Agricultura Familiar. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Disponível em: [http://www.sdr.rs.gov.br/20160521095516relacao\\_de\\_agroindustrias\\_inclusas\\_no\\_peaf\\_publicacao](http://www.sdr.rs.gov.br/20160521095516relacao_de_agroindustrias_inclusas_no_peaf_publicacao). Acesso 29 de março de 2016.

PEREIRA, J. P. Espacialização do uso de agrotóxicos por região de saúde no RS. Monografia. UFRGS. Porto Alegre: 2014.

PLOEG, Jan Douwe Van der O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POLACINSKI, E. et al.. Plano de Desenvolvimento do APL da Agroindústria Familiar das Missões (RS). Fundação Regional Integrada. Santo Ângelo, 2014.

PREZOTTO, L. L.. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. In: Revista de Ciências Humanas. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, abr. 2002. p.133-154.

PROJETO ROTA MISSÕES. Sebrae setorial. Disponível em: <http://www.rotamissoes.com.br> - Acesso em: 08/07/2006.

PRÓ-RS V. Propostas Estratégicas para o Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018). Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Lajeado: Editora UNIVATES, 2014.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAVENSTEIN, E.G.. As leis das migrações, In: MOURA, H. A. (Org.).

Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB. 1980

RODRIGUEZ, Ivonne A. V. A Aplicação da Modelagem Computacional na Identificação de Problemas Ambientais. Revista Didática Sistêmica. V. 7, Jan/Jun, Universidade Federal de Rio Grande, 2008.

ROTTA, Edmar. A construção do desenvolvimento: análise de um modelo de interação entre regional e global. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

SANCHEZ, Jordi. Internet como instrumento de participacion. In: FONT, Joan.(coord). Ciudadanos y decisiones públicas. Barcelona: Arial, 2007.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço - espaço e tempo, razão e emoção. 3 Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS JUNIOR, O. A.; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (Orgs). Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

SAUSEN, J. O.; OLIVEIRA, J. R. Análise Histórica do Processo de Mudança na Territorialidade de um Município da Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul. ANPAD. Bento Gonçalves, 2013.

SEBRAE RS. Perfil das cidades gaúchas. SEBRAE RS. Disponível em: <http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades.html>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

SECRETARIA DA AVIAÇÃO CIVIL. Aviação Regional, Conectando o Brasil. 2015

Disponível em : <http://www.aviacao.gov.br/noticias/2015/01/programa-de-desenvolvimento-aviacao-regional-quer-democratizar-o-transporte-aereo-no-brasil-1/aviacao-regional-versao-site-v4-final.pdf>. Acessado em 17 de abril de 2016.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES DO RIO GRANDE DO SUL. Jornal do Comércio. Disponível em [http://jcrs.uol.com.br/\\_conteudo/2016/07/economia/508631-aeroporto-de-santo-angelo-precisa-se-adequar-para-operar-voos-da-azul.html](http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/07/economia/508631-aeroporto-de-santo-angelo-precisa-se-adequar-para-operar-voos-da-azul.html). Acesso em 01 de agosto de 2016.

SEDUC. Governo Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>. Acessado em 01 de junho de 2016.

SEPLAN. Perfil Socioeconômico COREDE Missões. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, 2015a.

SEPLAN. Cadernos de Regionalização do Plano Plurianual 2016-2019-Região Funcional 7. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, 2015b.

SEKIGUCHI, C.; PIRES, E. L. S. Agenda para uma economia política da sustentabilidade: potencialidades e limites para o seu desenvolvimento no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. p. 195-207.

SIENDENBERG, Dieter R. Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico: local e regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

SIENDENBERG, Dieter (org.); ALLENBRANDT, Sérgio L.; BÜTTENBENDER, Pedro L.; FRIZZO, Paulo A. Orientações para o Processo do Planejamento Estratégico Regional dos Coredes-RS. Ijuí: Editora Unijuí, 2009

SIENDENBERG, Dieter R.; BÜTTENBENDER, Pedro L.; ALLENBRANDT, Sergio L. A trajetória do planejamento governamental no Rio Grande do Sul: dos primórdios aos Coredes. In: DALLABRIDA, Valdir R. (Org.). Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2011.

SCHUMPETER, Joseph Alois. A teoria do desenvolvimento econômico. 2ª Ed. São Paulo; Nova Cultura, 1984.

SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS. Susepe. Disponível em: < <http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>>. Acessado em: 15

junho, 2016.

TABCAD. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acessado em: 12 junho, 2016.

ZARTH, P. História agrária do planalto gaúcho 1850-1920. Ijuí (RS): UNIJUI, 1997.

ZUANAZZI, P. T. A Transição Demográfica do RS: Causas e Consequências. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 2015.

## ANEXOS

### Anexo 01 - Efetivo de Rebanho Aves – cabeças – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.

Municípios	Efetivo de Rebanho - Aves - COREDE Missões - cabeças - 2008 a 2014							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	25.188	22.025	20.897	19.516	18.485	24.830	17.514	(30,47)
Caibate	17.250	13.850	14.470	14.210	13.500	19.000	14.000	(18,84)
Cerro Largo	33.195	32.480	31.660	31.390	31.620	47.500	31.800	(4,20)
Dezesseis de Novembro	22.680	18.300	18.910	18.850	16.900	23.500	16.000	(29,45)
Entre-Ijuís	56.500	45.485	45.940	44.480	42.900	59.000	40.000	(29,20)
Eugênio de Castro	10.500	8.495	8.990	8.900	8.880	11.400	7.000	(33,33)
Garruchos	9.763	8.070	7.880	8.320	8.200	12.450	8.885	(8,99)
Guará	33.100	32.650	33.130	33.400	33.380	46.500	31.000	(6,34)
Guarani das Missões	48.200	38.650	39.580	39.000	38.500	59.000	50.000	3,73
Mato Queimado	13.100	10.540	11.670	11.250	11.000	17.000	10.000	(23,66)
Pirapó	26.750	26.850	26.270	25.160	23.200	29.200	22.100	(17,38)
Porto Xavier	46.880	46.345	46.080	44.890	44.750	54.000	43.250	(7,74)
Rolador	20.700	16.650	17.180	16.600	16.600	20.000	13.000	(37,20)
Roque Gonzales	38.590	38.490	38.190	38.370	38.050	50.000	36.200	(6,19)
Salvador das Missões	15.225	15.350	14.610	14.750	15.070	22.440	15.400	1,15
Santo Ângelo	73.600	59.830	60.100	61.000	60.600	81.000	55.000	(25,27)
Santo Antônio das Missões	6.378	7.180	6.474	6.632	6.470	10.150	7.670	20,26
São Lutz Gonzaga	47.500	38.900	38.710	38.200	38.200	50.000	38.000	(20,00)
São Miguel das Missões	34.700	27.850	28.230	28.000	27.800	34.000	21.000	(39,48)
São Nicolau	25.190	25.350	25.175	24.940	24.190	32.860	22.400	(11,08)
São Paulo das Missões	51.490	50.700	50.620	50.460	49.070	61.600	48.200	(6,39)
São Pedro do Butiá	28.075	37.900	31.790	33.040	30.500	55.850	31.500	12,20
Sete de Setembro	17.300	13.910	14.240	14.000	14.000	20.000	14.000	(19,08)
Ubiretama	22.208	20.110	19.560	19.230	15.784	23.482	13.400	(39,66)
Vitória das Missões	34.400	27.550	27.380	27.200	27.350	37.000	23.000	(33,14)
<b>COREDE Missões</b>	<b>758.462</b>	<b>683.510</b>	<b>677.736</b>	<b>671.788</b>	<b>654.999</b>	<b>991.762</b>	<b>630.319</b>	<b>(16,90)</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

**Anexo 02 - Efetivo de Rebanho Bovino – cabeças – municípios do COREDE Missões – 2008 a 2014.**

Municípios	Efetivo de Rebanho - Bovinos - COREDE Missões - cabeças - 2008 a 2014							Var. % - 2008/14
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Bossoroca	118.917	125.422	115.914	123.728	109.120	112.562	115.331	(3,02)
Caibatê	11.300	11.432	11.355	11.710	11.790	12.000	11.500	1,77
Cerro Largo	13.665	14.040	14.125	14.250	13.100	12.850	12.920	(6,82)
Dezesseis de Novembro	16.300	19.349	18.640	18.240	18.730	18.500	18.000	10,43
Entre-Ijuís	25.700	25.540	25.646	24.980	24.230	24.000	23.000	(10,51)
Eugênio de Castro	14.300	14.841	13.813	14.300	14.200	14.000	13.500	(5,59)
Garruchos	65.762	58.705	61.482	67.666	63.831	59.019	61.137	(7,03)
Grúá	21.300	21.530	22.036	21.980	22.100	22.000	21.000	(1,41)
Guarani das Missões	14.600	15.350	15.979	14.800	17.430	16.000	16.000	9,59
Mato Queimado	7.500	8.900	8.390	8.400	8.300	8.000	7.600	1,33
Pirapó	25.360	25.200	25.220	25.040	24.200	23.850	23.910	(5,72)
Porto Xavier	24.210	23.840	23.965	23.840	24.200	24.262	24.170	(0,17)
Rolador	14.600	14.700	14.290	13.810	13.700	13.700	13.200	(10,81)
Roque Gonzales	33.200	30.880	30.840	31.220	29.465	29.600	29.980	(9,70)
Salvador das Missões	7.380	7.900	7.880	7.890	7.990	8.200	8.160	10,57
Santo Ângelo	22.300	26.400	26.490	25.900	25.100	25.000	25.000	12,11
Santo Antônio das Missões	141.809	152.628	149.236	161.792	142.113	145.614	152.122	7,27
São Luiz Gonzaga	62.200	61.650	58.430	59.600	58.900	58.000	58.000	(6,75)
São Miguel das Missões	58.000	57.900	54.100	53.850	53.500	53.000	52.000	(10,34)
São Nicolau	40.690	38.900	38.950	41.270	38.060	35.500	35.780	(12,50)
São Paulo das Missões	20.540	22.080	22.120	23.965	24.132	23.820	23.690	15,34
São Pedro do Butá	8.330	9.045	9.070	8.830	9.060	8.700	8.820	5,88
Sete de Setembro	6.900	6.800	6.930	6.500	6.800	7.000	7.000	1,45
Ubiretama	9.925	10.300	10.050	10.095	10.297	10.872	10.240	3,17
Vitória das Missões	14.800	15.100	14.940	14.500	14.530	14.800	14.500	(2,03)
<b>COREDE Missões</b>	<b>800.188</b>	<b>818.432</b>	<b>799.891</b>	<b>828.156</b>	<b>785.678</b>	<b>780.869</b>	<b>786.560</b>	<b>(1,70)</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

**Anexo 03 - Efetivo de Rebanho Suíno – cabeças – municípios do COREDE Missões  
– 2008 a 2014.**

Municípios	Efetivo de Rebanho - Suínos - COREDE Missões - cabeças - 2008 a 2014							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % - 2008/14
Bossoroca	1.717	1.824	6.119	7.283	8.001	6.439	9.338	443,86
Caibatê	2.820	2.256	2.355	2.328	2.310	2.000	1.700	(39,72)
Cerro Largo	24.600	25.755	25.520	26.340	26.550	26.500	44.500	80,89
Dezesseis de Novembro	2.330	2.007	2.029	2.152	2.220	1.800	1.600	(31,33)
Entre-Ijuís	6.960	5.770	5.668	5.570	5.660	4.600	4.000	(42,53)
Eugênio de Castro	1.500	1.210	1.250	1.165	1.190	980	300	(80,00)
Garruchos	1.947	1.788	1.523	1.572	1.280	403	295	(84,85)
Giruá	11.380	13.260	11.940	11.798	11.680	12.000	14.000	23,02
Quarani das Missões	8.530	6.889	7.010	7.000	6.910	8.000	9.000	5,51
Mato Queimado	5.010	4.025	4.020	4.000	4.050	3.500	2.500	(50,10)
Pirapó	3.515	3.458	3.560	3.675	3.830	2.000	1.940	(44,81)
Porto Xavier	7.000	7.048	6.950	7.230	7.900	7.250	7.150	2,14
Rolador	7.530	7.830	7.640	8.390	8.350	8.800	8.500	12,88
Roque Gonzales	24.057	23.599	23.180	23.680	24.120	21.500	29.500	22,63
Salvador das Missões	13.200	22.700	22.650	22.210	22.000	22.300	23.500	78,03
Santo Ângelo	35.800	41.380	42.100	46.200	46.300	45.000	45.000	25,70
Santo Antônio das Missões	2.265	2.260	2.177	2.373	800	708	629	(72,23)
São Luiz Gonzaga	6.650	5.460	5.810	6.280	6.400	6.200	8.500	27,82
São Miguel das Missões	5.880	4.870	4.970	4.630	4.750	4.000	3.000	(48,98)
São Nicolau	4.860	4.795	4.820	4.725	4.470	5.850	5.600	15,23
São Paulo das Missões	19.005	19.700	19.520	19.210	20.120	33.000	35.200	85,21
São Pedro do Butiá	64.490	70.500	70.880	71.300	70.300	52.500	53.000	(17,82)
Sete de Setembro	2.900	2.400	2.480	2.590	2.618	2.800	6.000	106,90
Ubiratama	2.639	2.530	2.547	2.475	3.230	1.624	2.496	(5,34)
Vitória das Missões	4.830	3.935	3.880	3.570	3.580	3.200	1.800	(62,73)
<b>COREDE Missões</b>	<b>271.415</b>	<b>287.249</b>	<b>290.598</b>	<b>297.746</b>	<b>298.619</b>	<b>284.954</b>	<b>319.050</b>	<b>17,55</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

Anexo 04 - Efetivo de Rebanho Ovino – cabeças – municípios do COREDE Missões  
– 2008 a 2014.

Municípios	Efetivo de Rebanho - Ovinos - COREDE Missões - cabeças - 2008 a 2014							Var. % - 2008/14
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Bossoroca	55.845	64.720	67.632	68.994	61.926	67.957	73.353	31,35
Caibatê	1.710	1.370	1.410	1.390	1.380	1.900	1.800	5,26
Cerro Largo	535	548	552	568	635	925	880	64,49
Dezesseis de Novembro	2.320	2.639	2.598	2.390	2.250	2.900	2.900	25,00
Entre-Ijuís	2.900	3.442	3.245	3.100	3.200	2.600	3.500	20,69
Eugênio de Castro	1.980	1.510	1.630	1.480	1.510	1.700	1.800	(9,09)
Garuchos	8.298	7.908	9.387	11.137	10.650	11.108	11.002	32,59
Giruá	1.830	1.470	1.530	1.580	1.610	1.800	2.000	9,29
Guarani das Missões	200	170	180	172	180	400	450	125,00
Mato Queimado	160	130	140	120	140	300	300	87,50
Pirapó	3.410	3.520	3.630	3.720	3.382	3.700	3.580	4,99
Porto Xavier	1.140	1.180	1.215	1.320	1.460	1.497	1.520	33,33
Rolador	1.350	1.090	1.100	1.050	1.100	1.200	1.400	3,70
Roque Gonzales	880	820	825	830	840	900	1.032	17,27
Salvador das Missões	95	103	110	115	80	85	84	(11,58)
Santo Ângelo	1.310	1.250	1.280	1.310	1.350	1.600	1.600	22,14
Santo Antônio das Missões	37.177	39.995	41.274	38.824	39.667	40.523	42.720	14,91
São Luiz Gonzaga	8.900	7.400	7.820	7.200	7.300	8.000	9.000	1,12
São Miguel das Missões	11.800	11.100	11.400	11.300	11.800	12.000	9.000	(23,73)
São Nicolau	4.985	5.100	5.180	5.370	6.200	6.600	7.200	44,43
São Paulo das Missões	175	180	185	190	80	78	70	(60,00)
São Pedro do Butiá	85	93	98	105	160	160	168	97,65
Sete de Setembro	100	95	100	118	120	130	200	100,00
Ubiretama	100	91	100	95	150	148	158	58,00
Vitória das Missões	680	560	600	670	680	700	600	(11,76)
<b>COREDE Missões</b>	<b>147.965</b>	<b>156.484</b>	<b>163.221</b>	<b>162.938</b>	<b>157.830</b>	<b>168.941</b>	<b>176.317</b>	<b>19,16</b>

Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE (2016).

### Anexo 05 - Registros Fotográficos





## Anexo 06 - Matriz Swot Municipais

### Anexo 06 - FOFA Municipal de Bossoroca.

<b>Fortalezas (fatores internos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AREÁ TERRITORIAL;</li> <li>• EXPERTISE NA PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• CONSULTA POPULAR;</li> </ul>	<b>Oportunidades (fatores externos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AGREGAÇÃO DE VALOR ATRAVÉS DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS DE LAZER;</li> <li>• PARCERIAS COM UNIVERSIDADE E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> </ul>
<b>Fraquezas (fatores internos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SANEAMENTO URBANO E RURAL;</li> <li>• QUALIDADE ENERGIA ELÉTRICA;</li> <li>• FALTA DE ESTRUTURA LOGÍSTICA – RODOVIÁRIA E FERROVIÁRIA;</li> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS;</li> <li>• QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA;</li> <li>• GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li> <li>• COMODISMO E CONSERVADORISMO;</li> <li>• EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA PARA OS JOVENS;</li> <li>• REDUÇÃO DA POPULAÇÃO;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS;</li> </ul>	<b>Ameaças (fatores externos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ACESSO A INTERNET E COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL;</li> <li>• MÃO DE OBRA QUALIFICADA;</li> <li>• MIGRAÇÕES DE JOVENS;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• FECHAMENTO DO HOSPITAL DE SÃO LUIZ GONZAGA;</li> <li>• REDUÇÃO DE ALUNOS NO MEIO RURAL E URBANO;</li> <li>• FALTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 07 - FOFA Municipal de Caibaté.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Município com indicadores sociais positivos;</li> <li>2. Boa localização para o comércio regional, através de corredores de exportação (BR 285);</li> <li>3. Existência de Ferrovia que passa próximo ao município;</li> <li>4. Existência de infraestrutura agroindustrial em condições de uso;</li> <li>5. Turismo religioso – santuário Caaró;</li> <li>6. <b>ROTA TURÍSTICA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS</b></li> </ol>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custos de transporte em ferrovia é, em média, 30% mais barato que nas rodovias;</li> <li>• Demanda regional crescente por produtos hortifrutigranjeiros e agroindustriais;</li> <li>• Políticas públicas como PAA e PNAE;</li> <li>• <b>FORTELECIMENTO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL PARA ATENDER MERCADOS REGIONAIS;</b></li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não utilização efetiva da ferrovia (ferrovia com parcial funcionamento);</li> <li>• Monopólio da operadora da ferrovia, ALL;</li> <li>• Falta de capacidade de oferta de produtos agroalimentares;</li> <li>• Mão de obra escassa para trabalho no campo;</li> <li>• Desarticulação institucional em uma perspectiva multiescalar;</li> <li>• Dificuldade em estabelecer a sucessão rural.</li> <li>• <b>BAIXO PERFIL EMPREENDEDOR;</b></li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo da logística no Brasil é de 15%, no RS é 19%, enquanto que nos países desenvolvidos, o custo da logística no produto é de 6%;</li> <li>• Políticas públicas descontinuadas, com baixo aporte de recursos para a realização de projetos;</li> <li>• Conflitos entre aspectos ambientais e econômicos (licenciamentos, APP's, interesses difusos);</li> <li>• Falta de capacidade de investimento, mão de obra e crédito;</li> <li>• Migração da população jovem para regiões e/ou municípios mais dinâmicos;</li> <li>• Políticas macroeconômicas de combate a inflação e austeridade fiscal;</li> <li>• A agricultura familiar está desaparecendo das propriedades;</li> <li>• <b>CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA;</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 08 - FOFA Municipal de Cerro Largo.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• EXPERTISE NA PRODUÇÃO LEITEIRA;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>• CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS;</li> <li>• EDUCAÇÃO SUPERIOR;</li> <li>• GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li> <li>• CRESCIMENTO POPULACIONAL;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENERGIAS RENOVÁVEIS;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• INCUBADORAS DE EMPRESAS E SALA DO EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• FALTA PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• REDUÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DA CONSULTA POPULAR;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• MIGRAÇÕES DE JOVENS;</li> <li>• DESPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• INTERNET E COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 09 - FOFA Municipal de Dezesseis de Novembro.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>• PAA E PNAE ABSORVIDOS PELOS MUNICÍPIO;</li> <li>• PRODUÇÃO DE ALFAFA;</li> <li>• CONSORCIAMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FORTALECIMENTO DA SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE REGIONAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PAA E PNAE;</li> <li>• FORTALECER A GESTÃO COMPARTILHADA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO – SIM E SUSAF;</li> <li>• REACTUAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• ENERGIAS RENOVÁVEIS;</li> <li>• FRUTICULTURA;</li> <li>• FORTALECIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• DEMANDA DA TERCEIRA IDADE;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE POR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• INFRAESTRUTURA;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ESTRADAS VICINAIS;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• OFERTA DE PRODUTOS AGROALIMENTARES – DIFICULDADES;</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR;</li> <li>• FALTA DE PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• BAIXA RENTABILIDADE PARA OS JOVENS NO CAMPO;</li> <li>• PARADIGMA CULTURAL NAS PROPRIEDADES RURAIS – NOVO X VELHO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS DE ACESSO A TERRA;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTTRAVES BUROCRÁTICOS PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS;</li> <li>• CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE CRÉDITO;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• TABELAS DO SUS DEFASADAS;</li> <li>• REDUÇÃO DE MATRICULAS URBANAS E RURAIS;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 10 - FOFA Municipal de Entre-Ijuís.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA;</li> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• PRONTO ATENDIMENTO;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• LAGOA DE DECANTAÇÃO DE DEJETOS;</li> <li>• COMERCIALIZAÇÃO PARA GRANDES CENTROS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DE PRODUTOS;</li> <li>• POTENCIAL DE PESCA E LAZER;</li> <li>• VITIVINICULTURA;</li> <li>• TURISMO;</li> <li>• DEMANDA DA TERCEIRA IDADE;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS COM EMPRESAS DE TURISMO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DESPEJO DE EFLUENTES NO RIO IJUÍ;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• RENTABILIDADE PARA OS JOVENS;</li> <li>• FORMAÇÃO DE BOAS LIDERANÇAS;</li> <li>• VULNERABILIDADE SOCIAL AS MARGENS DO RIO IJUÍ;</li> <li>• DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• FALTA DE CULTURA PARA O TURISMO;</li> <li>• ATENDIMENTO PRECÁRIO NOS CENTROS DE REFERENCIA EM SAÚDE;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL;</li> <li>• CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• REDUÇÃO DE MATRICULAS URBANAS E RURAIS;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 11 - FOFA Municipal de Eugênio de Castro.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• INDICADORES SOCIAIS POSITIVOS;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• FORTALECIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO PARA GRANDES CENTROS;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE POR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• DEMANDA TERCEIRA IDADE;</li> <li>• ARTICULAÇÃO MUNICIPAL E REGIONAL;</li> <li>•</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ACESSO A INTERNET ECOMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL;</li> <li>• ACESSO ASFÁLTICO – EM ANDAMENTO;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS MUNICIPAIS;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• RENTABILIDADE PARA O JOVEM NO CAMPO;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• REDUÇÃO DE MATRÍCULAS URBANAS E RURAIS;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• ACESSO A CRÉDITO FUNDIÁRIO;</li> <li>• MÃO DE OBRA PARA TRABALHO NO CAMPO;</li> <li>• DESARTICULAÇÃO MUNICIPAL;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 12 - FOFA Municipal de Garruchos.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• RIO URUGUAI;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>• CONVERSORA GARABO – GERAÇÃO DE EMPREGOS E RECEITA;</li> <li>• PESCA;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• FORTALECER A GESTÃO COMPARTILHADA – MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• REACTUAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS COM EMPRESAS DE TURISMO;</li> <li>• INCUBADORAS DE EMPRESAS E SALA DO EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FALTA DE LIGAÇÃO COM A ARGENTINA – Balsa;</li> <li>• ACESSO ASFÁLTICO;</li> <li>• DISPONIBILIDADE DE INTERNET E COMUNICAÇÃO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS EM UMA PERSPECTIVA MULTIESCALAR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• RETORNO FISCAL SOBRE A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X MUNICÍPIOS;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X EMPRESAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• CONFLITO ENTRE ASPECTOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• ISENÇÃO FISCAL PARA EMPRESAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA;</li> <li>• FEDERALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• TRANSPARÊNCIA FISCAL DOS MUNICÍPIOS;</li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> </ul>	

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 13 - FOFA Municipal de Giruá.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PRODUTIVIDADE DO SOLO;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• DISTRITO INDUSTRIAL;</li> <li>• SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE;</li> <li>• ATERRO SANITÁRIO;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• INDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• SISTEMA FERROVIÁRIO;</li> <li>• CURSO DE MEDICINA;</li> <li>• INCUBADORAS DE EMPRESAS E SALA DO EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> <li>• TRIBUTAÇÃO SOBRE O LIXO RECOLHIDO PARA O ATERRO;</li> <li>• ENERGIA EÓLICA;</li> <li>• ENERGIAS RENOVÁVEIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DEFICIT HABITACIONAL;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• ACESSO AO ATERRO SANITÁRIO;</li> <li>• FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FALTA DE INVESTIDORES PRIVADOS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X MUNICÍPIOS;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X EMPRESAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PASSIVO AMBIENTAL ATERRO SANITÁRIO;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• CONFLITO ENTRE ASPECTOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• FEDERALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS;</li> <li>• <b>MIGRAÇÃO DE JOVENS;</b></li> <li>• <b>QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA URBANA E RURAL;</b></li> <li>• <b>FISCALIZAÇÃO SOBRE AS AGROINDÚSTRIAS;</b></li> <li>• <b>FRAGMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS;</b></li> <li>• <b>DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</b></li> <li>• <b>COCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 14 - FOFA Municipal de Guarani das Missões.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA – BR 392;</li> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• ESCOLA TÉCNICA GUARAMANO;</li> <li>• FORMAÇÃO DE JOVENS PARA A CULTURA DO CAMPO;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>•</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENERGIA SOLAR;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• REPACTUAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS COM EMPRESAS DE TURISMO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• FRUTICULTURA;</li> <li>• FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE;</li> <li>• COMERCIALIZAÇÃO PARA GRANDES CENTROS – PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO;</li> <li>• ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO;</li> <li>• REPACTUAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL;</li> <li>• COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• PONTE INTERNACIONAL DE PORTO XAVIER;</li> <li>• ESTRADAS VICINAIS;</li> <li>• ACESSO AO CRÉDITO RURAL;</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR;</li> <li>• GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• FORMAÇÃO DE BOAS LIDERANÇAS;</li> <li>• DIFICULDADES PARA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIM;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• DOENÇAS VINCULADAS AO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• <b>ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</b></li> <li>• <b>ACESSO A INTERNET E COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL;</b></li> <li>• <b>AVANÇO TECNOLÓGICO PARA PEQUENOS PRODUTORES;</b></li> <li>• <b>QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</b></li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>• NÃO EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO;</li><li>• FALTA DE RECURSOS MUNICIPAIS;</li><li>• CULTURA PARA O TURISMO;</li><li>• PRECARIZAÇÃO DA SAÚDE;</li><li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li><li>• COESÃO TERRITORIAL;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA;</li><li>• CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE CRÉDITO;</li><li>• INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS;</li><li>• LICENCIAMENTO AMBIENTAL;</li><li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li><li>• ALTERAÇÕES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO;</li><li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li><li>• PROGRAMAS EDUCACIONAIS EM TEMPO INTEGRAL;</li><li>• CENTROS DE ATENÇÃO E DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS;</li><li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li><li>• REDUÇÃO DE MATRÍCULAS URBANAS E RURAIS;</li><li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS E DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li></ul>
---	---

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 15 - FOFA Municipal de Mato Queimado.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Município com indicadores sociais positivos;</li> <li>• Boa localização para o comércio regional, através de corredores de exportação (BR 285);</li> <li>• Existência de Ferrovia que passa próximo ao município;</li> <li>• Existência de potencial agroindustrial;</li> <li>• Proximidade ao município de Caibaté - Turismo religioso – Santuário Caará;</li> <li>•</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custos de transporte em ferrovia é, em média, 30% mais barato que nas rodovias;</li> <li>• Demanda regional crescente por produtos hortifrutigranjeiros e agroindustriais;</li> <li>• Políticas públicas como PAA e PNAE;</li> <li>• <b>FORTELECIMENTO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL PARA ATENDER MERCADOS REGIONAIS;</b></li> <li>• <b>BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</b></li> <li>• <b>POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</b></li> <li>• <b>OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</b></li> <li>• <b>ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</b></li> <li>• <b>POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</b></li> <li>• <b>ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</b></li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não utilização efetiva da ferrovia (ferrovia com parcial funcionamento);</li> <li>• Monopólio da operadora da ferrovia, ALL;</li> <li>• Falta de capacidade de oferta de produtos agroalimentares;</li> <li>• Mão de obra escassa para trabalho no campo;</li> <li>• Desarticulação institucional em uma perspectiva multiescalar;</li> <li>• Dificuldade em estabelecer a sucessão rural;</li> <li>• Falta de corredores regionais em condições de trafegabilidade (balsas, estradas intransitáveis para ligação regional com outros municípios);</li> <li>• Baixo perfil empreendedor;</li> <li>• <b>INFRAESTRUTURA TURÍSTICA;</b></li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo da logística no Brasil é de 15%, no RS é 19%, enquanto que nos países desenvolvidos, o custo da logística no produto é de 6%;</li> <li>• Políticas públicas descontinuadas, com baixo aporte de recursos para a realização de projetos;</li> <li>• Conflitos entre aspectos ambientais e econômicos (licenciamentos, APP's, interesses difusos);</li> <li>• Falta de capacidade de investimento, mão de obra e crédito;</li> <li>• Migração da população jovem para regiões e/ou municípios mais dinâmicos;</li> <li>• Políticas macroeconômicas de combate a inflação e austeridade fiscal;</li> <li>• A agricultura familiar está desaparecendo das propriedades;</li> <li>• <b>CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA</b></li> <li>• <b>ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</b></li> <li>• <b>FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</b></li> <li>• <b>ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</b></li> <li>• <b>COMUNICAÇÃO E INTERNET NO MEIO RURAL;</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 16 - FOFA Municipal de Pirapó.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• INDÚSTRIA DE ALCOOL;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COMERCIALIZAÇÃO PARA GRANDES CENTROS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• AVICULTURA COLONIAL;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FALTA DE ACESSO ASFÁLTICO E PONTE DO RIO IJUÍ;</li> <li>• ESTRADAS VICINAIS;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• LOGÍSTICA;</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR RURAL;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• RENTABILIDADE PARA JOVENS NO CAMPO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• VULNERABILIDADE SOCIAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• <b>SISTEMA DE ALERTA PARA ENCHENTES E ABERTURA DE BARRAGENS;</b></li> <li>• IMPACTO PESCA – OSCILAÇÃO DA ÁGUA;</li> <li>• FALTA DE ACESSO ASFÁLTICO;</li> <li>• CRÉDITO FUNDIÁRIO;</li> <li>• DESAPARFECIMENTO DE COMUNIDADES E AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS;</li> <li>• TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA NO CAMPO;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE CRÉDITO;</li> <li>• LICENCIAMENTO AMBIENTAL;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 17 - FOFA Municipal de Porto Xavier.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA – COMÉRCIO BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• RIO URUGUAI;</li> <li>• INDÚSTRIA DE ALCOOL;</li> <li>• PESCA;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• RODOVIA COSTANEIRA AO RIO URUGUAI;</li> <li>• POTENCIAL DE PESCA E TURISMO;</li> <li>• FRUTICULTURA;</li> <li>• FREE SHOPP;</li> <li>• COMERCIALIZAÇÃO PARA GRANDES CENTROS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ADUANA COMÉRCIO EXTERIOR;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• VULNERABILIDADE SOCIAL;</li> <li>• LOGÍSTICA – PONTE INTERNACIONAL – BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• FORMAÇÃO DE BOAS LIDERANÇAS;</li> <li>• DIFICULDADE DE ACESSO A MERCADOS REGIONAIS;</li> <li>• RENTABILIDADE PARA JOVENS NO CAMPO;</li> <li>• TRÁFICO DE DROGAS E ARMAS;</li> <li>• NÃO EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS – TURISMO;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS PARA A SAÚDE;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X MUNICÍPIOS;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X EMPRESAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• VULNERABILIDADE SOCIAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COMÉRCIO 180° BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• SISTEMA DE ALERTA PARA ENCHENTES E ABERTURA DE BARRAGENS;</li> <li>• IMPACTO PESCA – OSCILAÇÃO DA ÁGUA;</li> <li>• CRÉDITO FUNDIÁRIO;</li> <li>• DESAPARFECIMENTO DE COMUNIDADES E AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS;</li> <li>• TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE CRÉDITO;</li> <li>• LICENCIAMENTO AMBIENTAL;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 18 - FOFA Municipal de Rolador.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• FERROVIA QUE PASSA PELO MUNICÍPIO;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CONCLUSÃO DA OBRA DE ACESSO ASFÁLTICO – ROLADOR X CERRO LARGO;</li> <li>• TRANSPORTE FERROVIÁRIO;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• PRODUÇÃO LEITEIRA;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE;</li> <li>•</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ACESSO ASFÁLTICO;</li> <li>• ESTRADAS VICINAIS RURAIS;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• SUBUTILIZAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO;</li> <li>• OFERTA DE PRODUTOS AGROALIMENTARES;</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• RENTABILIDADE PARA JOVENS NO CAMPO;</li> <li>• DIFICULDADE DE ACESSO A MERCADOS REGIONAIS;</li> <li>• CUSTOS LOGÍSTICOS;</li> <li>• COMODISMO E CONSERVADORISMO;</li> <li>• DEPENDENCIA A POLITICAS PÚBLICAS E VULNERABILIDADE SOCIAL;</li> <li>• DESARTICULAÇÃO MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X MUNICÍPIOS;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X EMPRESAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MONOPÓLIO LOGÍSTICO FERROVIÁRIO;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL;</li> <li>• <b>CRÉDITO FUNDIÁRIO;</b></li> <li>• <b>DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES E AGRICULTURA FAMILIAR;</b></li> <li>• <b>MIGRAÇÃO DE JOVENS;</b></li> <li>• <b>TAXA DE NATALIDADE;</b></li> <li>• <b>ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</b></li> <li>• <b>CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE CRÉDITO;</b></li> <li>• <b>LICENCIAMENTO AMBIENTAL;</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 19 - FOFA Municipal de Roque Gonzalez.

<b>Fortalezas (fatores internos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• BARRAGEM – ECONÔMICO E ÁREAS DE LAZER;</li> <li>• RECURSOS NATURAIS – TURISMO – SALTO PIRAPÓ, SANTUÁRIO PASSO IJUÍ E CERRO DO INHACURUTUM;</li> <li>• PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR;</li> </ul>	<b>Oportunidades (fatores externos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• POTENCIAL ENERGIA EÓLICA E SOLAR;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• FRUTICULTURA;</li> <li>• AVICULTURA COLONIAL;</li> <li>• SUINOCULTURA;</li> <li>• ESPORTES AQUÁTICOS;</li> <li>• QUALIFICAÇÃO PARA A CULTURA DO TURISMO;</li> <li>• RECURSOS NATURAIS – MIRANTE DO INHACURUTUM, SALTO PIRAPÓ, ASSUNÇÃO DO IJUÍ, BARRAGEM;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• REPACTUAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS COM EMPRESAS DE TURISMO;</li> <li>•</li> </ul>
<b>Fraquezas (fatores internos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• GESTÃO DE RESÍDUOS AGRÍCOLAS;</li> <li>• SINALIZAÇÃO TURÍSTICA;</li> <li>• INFRAESTRUTURA PARA O TURISMO – HOTEIS, RESTAURANTES;</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• RENTABILIDADE PARA JOVENS NO CAMPO;</li> <li>• PARADIGMA CULTURAL NOS PROPRIEDADES RURAIS – NOVO X VELHO;</li> <li>• FALTA DE ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE COM O TURISMO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X MUNICÍPIOS;</li> </ul>	<b>Ameaças (fatores externos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO;</li> <li>• ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA NORURAL E URBANA;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• CONFLITO ENTRE ASPECTOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS;</li> <li>• OUTORGA DE ÁGUA – SUINOCULTURA;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• MIGRAÇÃO DE JOVENS;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• REDUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X EMPRESAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> </ul>	

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 20 - FOFA Municipal de Salvador das Missões.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• COOPERATIVA CEREALISTA – COOPEROQUE;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• SAÚDE – PRONTO ATENDIMENTO E PREVENTIVA;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>• MOBILIZAÇÃO EM CONSULTA POPULAR;</li> <li>• HOSPITALIDADE;</li> <li>• COLABORAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ABATEDOURO DE FRANGOS;</li> <li>• AGROINDÚSTRIA DE EMBUTIDOS;</li> <li>• FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• LARES DE ISOSOS – CENTRO DE CONVIVÊNCIA;</li> <li>• TURISMO RURAL;</li> <li>• MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE LAZER;</li> <li>• BALNEÁRIOS – PESCA E LAZER;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</li> <li>• ACESSO A CRÉDITO RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA PARA AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• TABELAS DEFASADAS DO SUS;</li> <li>• INTERNET NO MEIO RURAL;</li> <li>• DOENÇAS ADVINDAS DO USO NÃO CONSCIENTE DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• AVANÇO TECNOLÓGICO A PRODUTORES RURAIS;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• CRÉDITO RURAL DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA;</li> <li>• ALTERAÇÕES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO;</li> <li>• EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL;</li> <li>• SAÚDE – DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE;</li> <li>• DEFASAGENS DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS;</li> <li>• CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO POUCO PARTICIPATIVOS;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 21 - FOFA Municipal de Santo Ângelo.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• GERAÇÃO DE VALOR E RENDA;</li> <li>• INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR;</li> <li>• PARQUE TECNOLÓGICO;</li> <li>• PÓLO TECNOLÓGICO;</li> <li>• AEROPORTO REGIONAL;</li> <li>• DISTRITO INDUSTRIAL;</li> <li>• TURISMO – CATEDRAL ANGELOPOLITIANA, MUSEUS E EVETOS CULTURAIS MISSIONEIRIOS;</li> <li>• FENAMILHO INTERNACIONAL;</li> <li>• CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS;</li> <li>• PÓLO REGIONAL EM SAÚDE E EDUCAÇÃO;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• SUINOCULTURA;</li> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• INDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DE PRODUTOS;</li> <li>• RECAPTUAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS COM EMPRESAS DE TURISMO - AEROPORTO REGIONAL;</li> <li>• INCUBADORAS DE EMPRESAS, FEIRAS DE EMPREENDEDORISMO E SALA DO EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X EMPRESAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• <b>SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL;</b></li> <li>• <b>GESTÃO DE RESÍDUOS AGRÍCOLAS;</b></li> <li>• <b>COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL – INTERNET;</b></li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• <b>ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</b></li> <li>• TABELAS DEFASADAS DO SUS;</li> <li>• INTERNET NO MEIO RURAL;</li> <li>• DOENÇAS ADVINDAS DO USO NÃO CONSCIENTE DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• AVANÇO TECNOLÓGICO A PRODUTORES RURAIS;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• REDUÇÃO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• REDUÇÃO DE PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR</li> <li>• CRÉDITO RURAL DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>RENTABILIDADE PARA OS JOVENS NO MEIO RURAL;</b></li><li>• <b>FALTA DE INVESTIDORES;</b></li><li>• <b>FALTA DE RECURSOS PARA A SAÚDE;</b></li><li>• <b>VULNERABILIDADE SOCIAL;</b></li><li>• <b>INFRAESTRUTURA TURÍSTICA;</b></li><li>• <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA;</b></li><li>• <b>SUCCESSÃO FAMILIAR;</b></li><li>• <b>DROGADIÇÃO E VIOLÊNCIA;</b></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>DROGADIÇÃO E VIOLÊNCIA</b></li><li>• <b>CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</b></li><li>• <b>FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA;</b></li><li>• <b>ALTERAÇÕES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO;</b></li><li>• <b>EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL;</b></li><li>• <b>FALTA DE RECURSOS PARA A SAÚDE;</b></li><li>• <b>POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</b></li><li>• <b>CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS;</b></li><li>• <b>LICENCIAMENTO AMBIENTAL;</b></li><li>• <b>CONFLITO ENTRE ASPECTOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS;</b></li><li>• <b>FEDERALIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS;</b></li><li>• <b>REDUÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DA CONSULTA POPULAR;</b></li></ul>
---	---

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 23 - FOFA Municipal de São Luiz Gonzaga.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• BIOMA PAMPA – PASTAGENS NATURAIS;</li> <li>• INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR;</li> <li>• CEREALISTA COOPATRIGO;</li> <li>• ÁREA INDUSTRIAL;</li> <li>• HOSPITAL REGIONAL SÃO LUIZ GONZAGA;</li> <li>• <b>CULTURA MISSIONEIRA;</b></li> <li>• <b>ROTA TURÍSTICA – CAMINHO DAS ORIGENS;</b></li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENERGIA EÓLICA E SOLAR;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• TURISMO RURAL;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• INCUBADORAS DE EMPRESAS E SALA DO EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL;</b></li> <li>• <b>GESTÃO DE RESÍDUOS AGRÍCOLAS;</b></li> <li>• <b>COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL – INTERNET;</b></li> <li>• <b>RENTABILIDADE PARA OS JOVENS NO MEIO RURAL;</b></li> <li>• <b>FALTA DE INVESTIDORES;</b></li> <li>• <b>FALTA DE RECURSOS PARA A SAÚDE;</b></li> <li>• <b>VULNERABILIDADE SOCIAL;</b></li> <li>• <b>INFRAESTRUTURA TURÍSTICA;</b></li> <li>• <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA;</b></li> <li>• <b>SUCESSÃO FAMILIAR;</b></li> <li>• <b>DROGADIÇÃO E VIOLÊNCIA;</b></li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS;</li> <li>• CULTURA O TURISMO;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FECHAMENTO HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• DOENÇAS ADVINDAS DO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• ACESSO A INTERNET – FALTA;</li> <li>• REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• MIGRAÇÕES DE JOVENS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – FALTA;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 24 - FOFA Municipal de São Miguel das Missões.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PRODUTIVIDADE DA TERRA;</li> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL 7 POVOS DAS MISSÕES – RUÍNAS SÃO MIGUEL ARCANJO;</li> <li>• TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MANEJO E TECNOLOGIA PARA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA;</li> <li>• ENERGIA EÓLICA;</li> <li>• FORMAÇÃO DE REDES PRODUTIVAS;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE POR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA RURAL E URBANA;</li> <li>• TECNOLOGIA NO CAMPO;</li> <li>• PALCO PARA EVENTOS DE GRANDE PORTE;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS COM EMPRESAS DE TURISMO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• IRRIGAÇÃO AGRÍCOLA;</li> <li>• PONTE INTERNACIONAL – PORTO XAVIER;</li> <li>• COMUNICAÇÃO NO MEIOR RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</li> <li>• CADEIAS CURTAS DE PRODUÇÃO NÃO ESTRUTURADAS;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• ESPÍRITO DE PERTENCIMENTO REGIONAL;</li> <li>• PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – FALTA;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• ATENDIMENTO PRECÁRIO NOS CENTROS DE REFERENCIA EM SAÚDE;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• DOENÇAS ADVINDAS DO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• ACESSO A INTERNET – FALTA;</li> </ul>

## Anexo 22 - FOFA Municipal de Santo Antônio das Missões.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>• HOSPITALIDADE;</li> <li>• <b>ÁREA TERRITORIAL;</b></li> <li>• <b>BIOMA PAMPA – PASTAGENS NATURAIS;</b></li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL;</li> <li>• MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS E ÁREAS DE LAZER/ESPORTIVAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• LIGAÇÃO ASFÁLTICA ENTRE SANTO ANTÔNIO E GARRUCHOS;</li> <li>• COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• ACESSO A CRÉDITO FUNDIÁRIO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X MUNICÍPIOS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• <b>PERFIL EMPREENDEDOR;</b></li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DOENÇAS ADVINDOS DO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• TRÁFICO DE ARMAS E DROGADIÇÃO;</li> <li>• ACESSO A INTERNET – FALTA;</li> <li>• FECHAMENTO HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• CONCETRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO POUCO PARTICIPATIVOS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – FALTA;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 23 - FOFA Municipal de São Luiz Gonzaga.

<b>Fortalezas (fatores internos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• BIOMA PAMPA – PASTAGENS NATURAIS;</li> <li>• INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR;</li> <li>• CEREALISTA COOPATRIGO;</li> <li>• ÁREA INDUSTRIAL;</li> <li>• HOSPITAL REGIONAL SÃO LUIZ GONZAGA;</li> <li>• <b>CULTURA MISSIONEIRA;</b></li> <li>• <b>ROTA TURÍSTICA – CAMINHO DAS ORIGENS;</b></li> </ul>	<b>Oportunidades (fatores externos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENERGIA EÓLICA E SOLAR; OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• TURISMO RURAL;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• INCUBADORAS DE EMPRESAS E SALA DO EMPREENDEDOR;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> </ul>
<b>Fraquezas (fatores internos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>SANEAMENTO BÁSICO URBANO E RURAL;</b></li> <li>• <b>GESTÃO DE RESÍDUOS AGRÍCOLAS;</b></li> <li>• <b>COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL – INTERNET;</b></li> <li>• <b>RENTABILIDADE PARA OS JOVENS NO MEIO RURAL;</b></li> <li>• <b>FALTA DE INVESTIDORES;</b></li> <li>• <b>FALTA DE RECURSOS PARA A SAÚDE;</b></li> <li>• <b>VULNERABILIDADE SOCIAL;</b></li> <li>• <b>INFRAESTRUTURA TURÍSTICA;</b></li> <li>• <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA;</b></li> <li>• <b>SUCESSÃO FAMILIAR;</b></li> <li>• <b>DROGADIÇÃO E VIOLÊNCIA;</b></li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS;</li> <li>• CULTURA O TURISMO;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> </ul>	<b>Ameaças (fatores externos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FECHAMENTO HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• DOENÇAS ADVINDAS DO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• ACESSO A INTERNET – FALTA;</li> <li>• REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• MIGRAÇÕES DE JOVENS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – FALTA;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 24 - FOFA Municipal de São Miguel das Missões.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PRODUTIVIDADE DA TERRA;</li> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL 7 POVOS DAS MISSÕES – RUÍNAS SÃO MIGUEL ARCANJO;</li> <li>• TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MANEJO E TECNOLOGIA PARA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA;</li> <li>• ENERGIA EÓLICA;</li> <li>• FORMAÇÃO DE REDES PRODUTIVAS;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE POR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA RURAL E URBANA;</li> <li>• TECNOLOGIA NO CAMPO;</li> <li>• PALCO PARA EVENTOS DE GRANDE PORTE;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS COM EMPRESAS DE TURISMO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SANEAMENTO BASICO;</li> <li>• IRRIGAÇÃO AGRÍCOLA;</li> <li>• PONTE INTERNACIONAL – PORTO XAVIER;</li> <li>• COMUNICAÇÃO NO MEIOR RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</li> <li>• CADEIAS CURTAS DE PRODUÇÃO NÃO ESTRUTURADAS;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• ESPÍRITO DE PERTENCIMENTO REGIONAL;</li> <li>• PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – FALTA;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• ATENDIMENTO PRECÁRIO NOS CENTROS DE REFERENCIA EM SAÚDE;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• DOENÇAS ADVINDAS DO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• ACESSO A INTERNET – FALTA;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li><li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O TURISMO;</li><li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li><li>• <b>ESTRADA MISSÕES X SANTA MARIA – BR 392;</b></li><li>• <b>ACESSO ASFÁLTICO AS REDUÇÕES JESUÍTICAS DE SÃO LOURENÇO;</b></li><li>• COESÃO TERRITORIAL;</li><li>• GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</li><li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li><li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</li><li>• MIGRAÇÕES DE JOVENS;</li><li>• DESAPARECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li></ul>
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 25 - FOFA Municipal de São Nicolau.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• MATADOURO DE BOVINOS;</li> <li>• SIM MUNICIPAL;</li> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PESCA;</li> <li>• RIO URUGUAI;</li> <li>• ROTA CAMINHO DAS ORIGENS – PRIMEIRA QUERÊNCIA DO RIO GRANDE;</li> <li>• REDUÇÕES JESUÍTICAS;</li> <li>• <b>TURISMO;</b></li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PONTE INTERNACIONAL PORTO XAVIER – BRASIL X ARGENTINA – BR 392;</li> <li>• PONTE DO RIO PIRATINI – RS 472;</li> <li>• RODOVIA COSTANEIRA AO RIO URUGUAI;</li> <li>• SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO PARA GRANDES CENTROS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE POR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• PESCA E LAZER;</li> <li>• ESTIMULAR E ESTRUTURAR A CADEIA TURÍSTICA;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• PARCERIAS COM EMPRESAS DE TURISMO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A JOVENS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ESTRADAS VICINAIS;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• FALTA DA PONTE INTERNACIONAL – PORTO XAVIER – BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• FALTA DA PONTE DO RIO PIRATINI – BR 472;</li> <li>• FALTA DE OFERTA DE PRODUTOS AGROALIMENTARES;</li> <li>• DIFICULDADE DE ACESSO AOS MERCADOS REGIONAIS;</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR;</li> <li>• GERENCIAMENTO AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• RENTABILIDADE PARA JOVENS RURAIS;</li> <li>• TURISMO – PLACAS SINALIZATÓRIAS;</li> <li>• ALTO GRAU DEPENDÊNCIA EDE POLÍTICAS PÚBLICAS;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• LICENCIAMENTO AMBIENTAL INFLEXÍVEL;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• CONFLITO ENTRE ASPECTOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• DOENÇAS ADVINDAS DO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>• FALTA DE PERTENCIMENTO PARA COM O TURISMO;</li><li>• DESARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL;</li><li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li><li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li><li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li><li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li><li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li><li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• ACESSO A INTERNET – FALTA;</li><li>• REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</li><li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li><li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</li><li>• MIGRAÇÕES DE JOVENS;</li><li>• EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – FALTA;</li></ul>
---	--

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 26 - FOFA Municipal de São Paulo das Missões.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUÇÃO DE ORIGEM DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS;</li> <li>• CONSCIENCIA AMBIENTAL;</li> <li>• REDE DE ATENDIMENTO DE BAIXA COMPLEXIDADE;</li> <li>• AGROINDUSTRIA;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• SUINOCULTURA</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENERGIA SOLAR;</li> <li>• EDUCAÇÃO ECOLÓGICA PARA JOVENS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• CASAS DE APOIO A TERCEIRA IDADE;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DEFICIT HABITACIONAL URBANO;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• COMUNICAÇÃO RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</li> <li>• ESTRADAS VICINAIS RURAIS;</li> <li>• COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS;</li> <li>• SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• AGREGAÇÃO DE VALOR – INDUSTRIALIZAÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• CULTURA ORGANIZACIONAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO;</li> <li>• LICENCIAMENTO AMBIENTAL INFLEXÍVEL;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• DOENÇAS ADVINDAS DO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• ACESSO A INTERNET – FALTA;</li> <li>• REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</li> <li>• MIGRAÇÕES DE JOVENS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – FALTA;</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 27 - FOFA Municipal de São Pedro do Butiá.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA – CORREDOR MISSIONEIRO – BR 392;</li> <li>• TURISMO - CENTRO GERMÂNICO MISSIONEIRO;</li> <li>• DIVERSIDADE PRODUTIVA – AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• SUINOCULTURA;</li> <li>• SUASA – INSPEÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO;</li> <li>• ÁREA INDUSTRIAL;</li> <li>• AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• PRONTO ATENDIMENTO EM SAÚDE;</li> <li>• PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENERGIA EÓLICA E SOLAR;</li> <li>• SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO PARA GRANDES CENTROS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• FRUTICULTURA;</li> <li>• FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE POR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• PISCICULTURA;</li> <li>• DIFERENCIAÇÃO DE PRODUTOS;</li> <li>• INCUBADORA MUNICIPAL DE EMPRESAS;</li> <li>• ESTÍMULO A CADEIA TURÍSTICA;</li> <li>• PARCERIAS COM AGENCIAS DE TURISMO - ROTEIROS;</li> <li>• TURISMO RURAL;</li> <li>• EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA;</li> <li>• FEIRAS DE EMPREENDEDORISMO;</li> <li>• RECAPTUAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A JOVENS E TERCEIRA IDADE;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• FALTA DA PONTE INTERNACIONAL DE PORTO XAVIER – BRASIL X ARGENTINA;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA;</li> <li>• COMUNICAÇÃO RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</li> <li>• ESTRADAS VICINAIS RURAIS;</li> <li>• COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS;</li> <li>• SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE;</li> <li>• OFERTA DE PRODUTOS AGROALIMENTARES; GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li> <li>• ACESSO A MERCADOS REGIONAIS;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS;</li> <li>• LICENCIAMENTO AMBIENTAL ENTRAVES BUROCRÁTICOS;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</li> <li>• DESAPARECIMENTO DO GÊNERO FEMININO NO MIOR RURAL;</li> <li>• CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</li> <li>• CAPACIDADE DE CRÉDITO E INVESTIMENTO;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</li> <li>• MIGRAÇÕES DE JOVENS;</li> <li>• ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</li> <li>• QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• INFRAESTRUTURA TURÍSTICA;</li> <li>• FALTA DE CULTURA PARA O TURISMO;</li> <li>• ATENDIMENTO PRECÁRIO NOS CENTROS DE REFERENCIA EM SAÚDE;</li> <li>• FALTA DE INVESTIDORES;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• AGREGAÇÃO DE VALOR – INDUSTRIALIZAÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• CULTURA ORGANIZACIONAL;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</li> <li>• CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</li> <li>• ENFRAQUECIMENTO DO SUS;</li> <li>• DOENÇAS ADVINDAS DO USO DE AGROQUÍMICOS;</li> <li>• FALTA DE ACESSO A INTERNET NO MEIO RURAL;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – FALTA;</li> </ul>
---	--

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 28 - FOFA Municipal de Sete de Setembro.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FERROVIA QUE PASSA PELO MUNICÍPIO;</li> <li>• BOA LOCALIZAÇÃO PARA O COMÉRCIO REGIONAL;</li> <li>• EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AGROINDUSTRIAL; PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• UTILIZAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE POR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS COMO O PAA E PNAE;</li> <li>• FORTALECIMENTO DAS AGROINDUSTRIAS;</li> <li>• FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• FRUTICULTURA;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SUBUTILIZAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO;</li> <li>• DESARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL;</li> <li>• SUCESSÃO RURAL FAMILIAR;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• OFERTA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAS;</li> <li>• SOLO COM ACELERADO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA TRABALHO NO CAMPO;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X MUNICÍPIOS;</li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X EMPRESAS;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MONOPÓLIO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO;</li> <li>• POLÍTICAS MACROECONÔMICAS DE COMBATE A INFLAÇÃO E DE AUSTERIDADE FISCAL;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• CONFLITO ENTRE ASPECTOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• <b>DESAPARECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</b></li> <li>• <b>DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</b></li> <li>• <b>ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</b></li> <li>• <b>REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</b></li> <li>• <b>QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</b></li> <li>• <b>CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</b></li> <li>• <b>FALTA DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE CRÉDITO;</b></li> <li>• <b>FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</b></li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li><li>• <b>GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</b></li><li>• <b>ACESSO A COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</b></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>MIGRAÇÃO DE JOVENS;</b></li><li>• <b>LICENCIAMENTO AMBIENTAL INFLEXÍVEL;</b></li></ul>
---	---

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 29 - FOFA Municipal de Ubiretama.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PECUÁRIA LEITEIRA;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• SUINOCULTURA;</li> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FORTALECIMENTO DAS AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</li> <li>• EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA;</li> <li>• DEMANDA REGIONAL CRESCENTE POR PRODUTOS AGROPECUÁRIOS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS COMO O PAA E PNAE;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• FRUTICULTURA;</li> <li>• PISCICULTURA;</li> <li>• AVICULTURA;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FALTA DE ACESSO ASFÁLTICO</li> <li>• SUCESSÃO FAMILIAR RURAL;</li> <li>• PERFIL EMPREENDEDOR;</li> <li>• OFERTA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• SOLO COM ACELERADO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA TRABALHO NO CAMPO;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• QUALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• ACESSO A COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</li> <li>• GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• ACESSO A COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CONSERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO SOLO;</li> <li>• FALTA DE ACESSO ASFÁLTICO;</li> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• <b>DESAPARECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</b></li> <li>• <b>DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</b></li> <li>• <b>ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</b></li> <li>• <b>QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</b></li> <li>• <b>CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</b></li> <li>• <b>FALTA DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE CRÉDITO;</b></li> <li>• <b>FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</b></li> <li>• <b>MIGRAÇÃO DE JOVENS;</b></li> <li>• <b>REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</b></li> <li>• <b>CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</b></li> <li>• <b>ATENDIMENTO PRECÁRIO NOS CENTROS DE REFERENCIA;</b></li> <li>• <b>ACESSO A INTERNET NO MEIO RURAL;</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

## Anexo 30 - FOFA Municipal de Vitória das Missões.

<p><b>Fortalezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• PRODUÇÃO DE GRÃOS;</li> <li>• PRODUTIVIDADE DA TERRA;</li> <li>• PECUÁRIA DE CORTE;</li> <li>• LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA – MARGENS DA BR 285;</li> </ul>	<p><b>Oportunidades (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PISCICULTURA;</li> <li>• PRODUÇÃO ORGÂNICA;</li> <li>• AGROINDUSTRIALIZAÇÃO;</li> <li>• BUSCAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS REGIONAIS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS – PNAE E PAA;</li> <li>• AGRICULTURA DE PRECISÃO – TECNOLOGIA;</li> <li>• OBTENÇÃO DE SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) E DA AGRICULTURA FAMILIAR (SUSAF);</li> <li>• REAPLACIAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS;</li> <li>• EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS VOLTADOS A 3ª IDADE E JOVENS;</li> <li>• ARTICULAÇÃO REGIONAL E MUNICIPAL;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUCIONAIS DE COMPRAS LOCAIS/REGIONAIS;</li> </ul>
<p><b>Fraquezas (fatores internos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SANEAMENTO BÁSICO;</li> <li>• COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL – INTERNET E TELEFONIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM RURAL;</li> <li>• BUROCRACIA NA FORMALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A 3ª IDADE;</li> <li>• FALTA DE LIDERANÇAS;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A TERRA;</li> <li>• <b>PERFIL EMPREENDEDOR;</b></li> <li>• PARCERIAS ENTRE UNIVERSIDADES X MUNICÍPIOS;</li> <li>• BAIXA CAPACIDADE FINANCEIRA MUNICIPAL;</li> <li>• GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;</li> <li>• FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</li> <li>• COESÃO TERRITORIAL;</li> </ul>	<p><b>Ameaças (fatores externos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTRAVES BUROCRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA;</li> <li>• POLÍTICAS PÚBLICAS DESCONTINUADAS;</li> <li>• FALTA DE RECURSOS ECONÔMICOS MUNICIPAIS;</li> <li>• <b>DESAPARECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;</b></li> <li>• <b>DESAPARECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS;</b></li> <li>• <b>ENVELHECIMENTO POPULACIONAL;</b></li> <li>• <b>QUEDA DA TAXA DE NATALIDADE;</b></li> <li>• <b>CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA;</b></li> <li>• <b>FALTA DE CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E DE CRÉDITO;</b></li> <li>• <b>FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA URBANA E RURAL;</b></li> <li>• <b>MIGRAÇÃO DE JOVENS;</b></li> <li>• <b>REDUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS ESCOLARES;</b></li> <li>• <b>CENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE;</b></li> <li>• <b>ATENDIMENTO PRECÁRIO NOS CENTROS DE REFERENCIA;</b></li> <li>• <b>ACESSO A INTERNET NO MEIO RURAL;</b></li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em informações coletadas em assembleias municipais e regionais.

### Anexo 07 – Projetos Complementares

#### 16.1 - PROJETO DE MOTOMECANIZAÇÃO DA BRIGADA MILITAR

<b>1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Material de Motomecanização para a Brigada Militar
<b>2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Aquisição de Veículos
<b>Justificativa:</b> A segurança pública depende de condições de trabalho e equipamentos adequados. A função de policiamento ostensivo desenvolvida pela Brigada Militar, a qual visa garantir a segurança da população, exige equipamentos em bom estado e, neste sentido, os veículos automotores (Viaturas Policiais) são peças fundamentais para o bom desempenho e a agilidade na execução de atividades voltadas a coibir ou evitar a incidência de delitos que venham causar a insegurança à população. Neste contexto, este projeto propõe a renovação da frota das unidades de segurança desta região para um período de onze anos.
<b>3 – PRODUTOS DO PROJETO</b>
<b>Produto 1:</b> Aquisição de 25 viaturas SUV para a Brigada Militar. <b>Meta:</b> Atender a segurança da população. <b>Custo:</b> R\$ 2.750.000,00 <b>Prazo:</b> 120 meses
<b>Produto 2:</b> Aquisição de 30 viaturas tipo Pick-Up para a Brigada Militar. <b>Custo:</b> R\$ 4.800.000,00 <b>Meta:</b> Atender a Segurança Pública da Região <b>Prazo:</b> 132 meses
<b>6 – RECURSOS DO PROJETO</b>
<b>Valor total estimado do projeto:</b> R\$ 7.550.000,00

#### 16.2 - PROJETO DE REAPARELHAMENTO DA BRIGADA MILITAR

<b>1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Título:</b> Reaparelhamento da Brigada Militar
<b>2 – QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</b>
<b>Objetivo:</b> Aquisição de Kits Comunicação (Rádios Transceptores e/ou bases fixas) para a Brigada Militar.
<b>Especificação técnica do Rádio Transceptor (Portátil):</b> O transceptor deverá ser homologado pela ANATEL, de fácil manuseio e operação devendo estar configurado para a realização das seguintes funções ou recursos: 1.2 Operação em modo dual, analógico e digital conforme normas do padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA, no mesmo transceptor, programados por canal, sem ônus para a Brigada Militar; 1.3 O transceptor deverá operar nos modos convencional analógico, convencional digital e também no modo troncalizado.

- 1.4 O transceptor deverá, quando operando no modo analógico, ser compatível operacionalmente com os transceptores analógicos em uso nas redes de radiocomunicação da Brigada Militar;
- 1.5 O transceptor deverá atender os parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização definidos na Interface Aérea Comum do padrão aberto do Projeto APCO-25 da Associação de Oficiais de Comunicação de Segurança Pública (APCO – *Association of Public Safety Communications Officials*) e publicado na norma TSB102da TIA/EIA.
- 1.6 O transceptor deverá ser entregue já instalado com software que atenda o padrão P25 Fase 2 e deverá atender os parâmetros de compatibilidade com o padrão P25 Fase 2 TDMA definidos nos seguintes documentos:
- 1.7 *Project 25 Phase 2 Two-Slot time Division Multiple Access Physical Layer Protocol Specification Standard* (TIA-102.BBAB);
- 1.8 *Project 25 Phase 2 Two-Slot time Division Multiple Access Media Access Control Layer Protocol Specification* (TIA-102.BBAC-Trunked Voice Services);
- 1.9 *Project 25 Phase 2 TDMA Control Channel Updates* (TIA-102.AABC-C – *Trunking Control Channel Messages*);
- 1.10 *Project 25 Phase 2 TDMA Encryption Updates* (TIA-102. AAAD-A *Block Encryption Protocol*);
- 1.11 *Half Rate Vocoder Annex* (TIA-102.BABA-1);
- 1.12 O transceptor não deverá receber qualquer tipo de interferência de modulação em frequência analógica quando estiver operando no modo digital, programado por canal;
- 1.13 Deverá permitir programação (via software), para operação em modo convencional e em modo de controle inteligente (troncalizado), na faixa VHF (148 MHz a 174 MHz) devendo ser compatível com os padrões eletrônicos de sinalização do padrão P25 Fase 1 FDMA e Fase 2TDMA.
- 1.14 Deverá permitir a realização de “Chamada de Emergência”, garantindo ao grupo em emergência prioridade de acesso a rede em caso de canais ocupados.
- 1.15 Deverá ser capaz de responder “Chamada Geral” (Multigrupo);
- 1.16 Deverá receber e realizar “Chamadas Privativas”, sendo a conversação limitada a duas unidades de transceptor (origem – destinatária), no padrão P25 Fase 1 para o padrão P25 Fase 2;
- 1.17 Quando não estiver vinculada em uma sequência de mensagens, deverá monitorar o Canal de Controle do Sistema que a oriente quanto ao “*Status*” do Sistema (conceito de sinalização por Canal de Controle Dedicado);
- 1.18 Iniciar uma chamada pelo modo “Aperte para Falar” (PTT), por meio da solicitação de um Canal de Conversação (VOZ), via Canal de Controle;
- 1.19 No caso de sistema ocupado, tentar o re-acesso automático até que o mesmo seja concluído sem que o usuário necessite pressionar o botão de PTT novamente;
- 1.20 Recepção de sinalização, por meio de indicação sonora, que a mesma se encontra em fila de espera “aguardando liberação de canal”;
- 1.21 Utilizar o Canal de Comunicação a ser designado pelo Sistema durante a conversação;
- 1.22 Decodificar as instruções transmitidas pelo Canal de Controle ao Endereço de Grupo de Conversação ao qual esteja engajada e direcioná-la ao Canal de Comunicação designado pela Sinalização do Sistema;
- 1.23 Deverá permitir sua desabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas (stun/kill), através de comando (remoto) enviado pelo Controlador Central (no modo trunking) ou pela repetidora (no modo convencional).
- 1.24 Deverá permitir sua reabilitação completa (revive), tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de Comando enviado pelo Controlador Central (no modo trunking) ou pela repetidora (no modo convencional).

- 1.25 Estabelecer comunicação convencional, ponto a ponto, dentro ou fora da Área de Cobertura do Sistema em modo analógico e em modo digital;
- 1.26 O transceptor deverá ter a capacidade de operação rádio a rádio (ponto a ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e analógico;
- 1.27 Deverá aceitar a programação de no mínimo 500 (quinhentos) grupos de conversação (modo de controle inteligente) ou 256 (duzentos e cinquenta e seis) canais de RF (modo convencional), indicados por mostrador digital alfanumérico no painel frontal do transceptor;
- 1.28 Deverá aceitar a programação de grupos e canais dos seguintes tipos: canal convencional analógico VHF, canal convencional digital VHF, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 1FDMA, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 2 TDMA;
- 1.29 Permitir a visualização dos canais de RF ou grupos de conversação selecionados por meio de visor;
- 1.30 Realizar varredura de canais de radiofrequência, monitorando vários canais de uma lista programável de forma a participar de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente dentro de todas as bandas de frequência disponíveis no transceptor;
- 1.31 Possuir led's indicadores de transmissão e de recepção, bem como indicativo sonoro e visual de baixo nível da bateria;
- 1.32 Deverá possuir receptor de GPS integrado ao transceptor, montado em peça única, possibilitando envio das coordenadas geográficas através da rede de radiocomunicação por pacote P25. O GPS não poderá ser instalado externo ao equipamento ou em microfone falante remoto.
- 1.33 Observação: Em diversas ações e operações policiais militares, os transceptores são utilizados sem o microfone falante remoto. Todas as funcionalidades do equipamento, inclusive o GPS, devem estar ativas sem a necessidade de qualquer acessório. No caso de extravio, a Brigada Militar deve ter condições de localizar o aparelho, sem o risco de que o GPS seja facilmente desconectado. Portanto o GPS deve estar interno ao transceptor (montado em peça única).
- 1.34 Possuir hardware de criptografia integrado ao transceptor;
- 1.35 Permitir o envio e o recebimento de mensagens curtas de texto;
- 1.36 Permitir a troca das chaves de criptografia, por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente, via radiofrequência (no modo trunking); assim como, por meio de equipamento portátil de encriptação.
- 1.37 O transceptor deverá permitir a criação de pastas (zonas) mistas, ou seja, permitir canais analógicos, canais convencionais digitais, canais troncalizado em uma mesma pasta. Estas pastas deverão permitir ser identificadas por nomes através do display.
- 2 Possuir no mínimo os seguintes controles:**
- 2.1 - Chave rotatória de no mínimo 16 posições para rápida seleção do grupo/canal de conversação;
- 2.2 - Botão lateral de PTT;
- 2.3 - Botão de Controle de Volume;
- 2.4 - Botão ou tecla de ligar e desligar;
- 2.5 - Mínimo de 2 (dois) botões laterais programáveis;
- 2.6 - 1(um) botão de emergência;
- 2.7 - Possuir visor com no mínimo:
- 2.7.1 - 1(uma) linha de ícones indicativos de recursos ativos ou status do rádio;
- 2.7.2 - 2(duas) linhas de texto com pelo menos 8 (oito) caracteres;
- 2.7.3 - O visor deverá alertar visualmente o usuário sobre o tipo de chamada em Andamento (chamada de emergência, chamada de grupo, bateria fraca, etc.);
- 2.8 - Possuir teclado na parte frontal do transceptor com as seguintes teclas:
- 2.8.1 - Teclado alfanumérico;

2.8.2 - Teclas direcionais para navegação nos menus e itens do visor;

### **3 Recursos Funcionais em Modo Digital**

3.1 - Além dos recursos previstos no item 1.1 “Características Gerais”, o transceptor deverá possuir a capacidade de operar em modo seguro, com encriptação digital do sinal, mediante inserção de chave e programação eletrônica;

3.2 - O equipamento deverá suportar os algoritmos de criptografia “AES”, devendo permitir a programação por canal ou grupo de conversação;

3.3 - Possuir a capacidade de receber no mínimo 32 (trinta e duas) chaves de encriptação.

3.4 - Possuir a capacidade de troca de chaves de encriptação via radiofrequência e fisicamente por dispositivo encriptador, a fim de alteração das chaves de criptofonia;

3.5 - Possuir modulação FM, C4FM e H-CPM;

3.6 - Possuir vocodificador digital AMBE+.

### **4 Recursos Funcionais em Modo Analógico**

4.1 - Abertura do silenciamento do receptor controlada por portadora, subtom analógico e subtom digital, selecionável por meio de programação previa para cada canal via computador PC (silenciamento programável por portadora subtom CTCSS (PL) e DCS (DPL) por canal);

4.2 - Suportar sinalização analógica MDC-1200 com no mínimo os seguintes recursos:

4.2.1 Identificação da unidade chamadora (ID);

4.2.2 Chamada Seletiva;

4.2.3 Modulação em FM.

### **5 Características Eletrônicas Básicas**

5.1 Faixa de frequência: VHF de 148 MHz a 174 MHz, consoante a Resolução N° 568, de 15 de junho de 2011, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

5.2 Largura do canal de RF: 12,5 KHz / 25 KHz com programação dentro da faixa de operação acima;

5.3 Espaçamento entre canais (TX e RX) de acordo com a norma em vigor;

5.4 Tecnologia baseada em microprocessador;

5.5 Geração e controle de frequência por meio de Sintetizador;

5.6 A identificação eletrônica do transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementares ao equipamento;

5.7 Proteção contra:

5.7.1 Sobtensão de alimentação acima da variação permitida;

5.7.2 Inversão de polaridade;

5.7.3 Variação de impedância de RF por descasamento de antena;

5.7.4 Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo;

5.7.5 Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de “tempo esgotado”(TOT Programável);

5.8 Permitir a programação das frequências de operação, grupos de conversação e recursos operacionais por meio de aplicativo eletrônico (software) de acesso externo via computador tipo PC ou notebook.

5.9 Alimentação por bateria recarregável de Li-Ion (lítio-ion);

5.10 Temperatura de operação: -10°C a +60°C.

### **6 Características Eletrônicas do Transmissor**

6.1 Faixa de frequência: VHF de 148 MHz a 174 MHz;

6.2 Separação Máxima de Frequências: Toda a banda de transmissão de acordo com as normas em vigor;

6.3 Estabilidade de frequência (-10° a +60°C): ± 1.5 ppm ou melhor;

6.4 Desvio de Modulação Máximo: ±5KHz / ± 2,5KHz (medição em modo analógico de acordo com TIA/EIA 603);

- 6.5 Potencia de saída de RF nominal: 5 Watts ou melhor, podendo ser reduzida via software até 1Watt ou menos;
- 6.6 Atenuação para emissão de harmônicos e espúrios em relação à portadora: 80 dBc ou melhor, ou equivalente em dBm;
- 6.7 Resposta de áudio: +1 dB, -3 dB;
- 6.8 Distorção de Áudio: < 1.25 %;
- 6.9 Impedância de saída: 50 Ω;
- 6.10 Temporizador de transmissão (TOT) reciclável em cada acionamento, programável via software.

### **7 Características Eletrônicas do Receptor**

- 7.1 Faixa de frequência: VHF de 148 MHz a 174 MHz;
- 7.2 Espaçamento de canal: 25 KHz / 12,5 KHz;
- 7.3 Separação Máxima de Frequências: Toda a banda de recepção de acordo com as normas em vigor;
- 7.4 Estabilidade de frequência (-10° a +60°C): ±1.5 ppm ou melhor;
- 7.5 Sensibilidade em modo analógico (12 dB SINAD) VHF: 0,30 μV ou melhor;
- 7.6 Sensibilidade em modo digital (taxa de erro BER de 5%) VHF: 0,30 μV ou melhor;
- 7.7 Seletividade para canais adjacentes 70 dB (25KHz) / 60 dB (12.5KHz) ou melhor;
- 7.8 Intermodulação: -70 dB ou melhor;
- 7.9 Distorção de áudio: 1.5% ou melhor;
- 7.10 Potência de saída de áudio: mínima de 500 mW.

### **8 Características do GPS**

- 8.1 Canais: 12;
- 8.2 Sensibilidade: -150 dBm;
- 8.3 Precisão: < 10 metros (95%);
- 8.4 Arranque a frio: < 60 segundos (95%);
- 8.5 Arranque a quente: < 10 segundos (95%);
- 8.6 Modo de funcionamento: GPS autônomo (não assistido).

### **9 Características Físicas e Mecânicas**

- 9.1 Transceptor a prova de umidade, corrosão, quedas e vibrações mecânicas, atendendo as Normas Militares MIL-STD-810C, D, E, F e G.
- 9.2 O transceptor com GPS deve ser montado em um gabinete único, de acordo com o padrão no mínimo IP67;
- 9.3 Estrutura sem cantos vivos ou cortes de chapa de modo que não ofereçam perigo ao usuário;
- 9.4 Seus terminais, conectores e contatos deverão ser banhados de materiais de boa qualidade, a fim de reduzir a probabilidade de perdas ou maus contatos;
- 9.5 Seus circuitos impressos devem ser protegidos contra corrosão;
- 9.6 Facilidade de visualização e acesso aos controles;
- 9.7 Boa resposta de áudio do alto falante;
- 9.8 Número de série do transceptor portátil gravado em seu chassi.

### **10 Composição do Conjunto Transceptor:**

- 10.1 - 01 (um) transceptor (transmissor-receptor) portátil digital com GPS integrado montado em peça única;
- 10.2 - 02 (duas) baterias de Li-ion recarregáveis, de alta capacidade com capacidade mínima de 1800 mAh e autonomia mínima de 08 (oito) horas contínuas, para um ciclo operacional de 5-5-90(5% do tempo em transmissão, 5% em recepção e 90% em stand-by) para cada transceptor;
- 10.3 - 02 (duas) antenas tipo helicoidal emborrachada, para uso na faixa de frequência de VHF (148 MHz a 174 MHz) com recepção de GPS integrada, para cada transceptor;

- 10.4 - 01 (um) carregador de bateria inteligente, do tipo recarga rápida, 100 a 240 Volts CA automático, para cada transceptor;
- 10.5 - 01 (um) microfone com falante remoto;
- 10.6 - 01 (um) clip de cinto para cada transceptor;
- 10.7 - 01 (um) manual de operação impresso em língua portuguesa, para cada transceptor;
- 10.8 - 01 (um) manual de manutenção detalhado do transceptor ofertado com todo esquemático para manutenção;
- 10.9 - 01 (um) conjunto completo com softwares originais do fabricante referentes a Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor ofertado para operar em computador PC ou notebook, com sistema operacional Windows 8 ou superior;
- 10.10 - 01 (um) conjunto de interfaces (hardware) originais do fabricante referentes a Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, dispositivos e cabos necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor ofertado; 3.10.11 - 01 (um) conjunto de ferramental necessário para abrir e fechar os transceptores e componentes (conectores) necessários para alinhamento dos mesmos ao serem ligados a monitor de serviço;

### **11 Qualificação Técnica**

11.1 Comprovação de capacidade técnica, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, relativo ao fornecimento de produtos semelhantes ao requerido neste certame, em nome da empresa;

11.2 Declaração que conste que os equipamentos ofertados atendem as Normas do Ministério das Comunicações - MINICOM, com relação a emissão de frequências radioelétricas, bem como a Norma "MIL 810 C, D, E, F e G" no que concerne, principalmente, a robustez do transceptor no trabalho policial militar e a sujeição do mesmo as variações climáticas de temperatura e umidade referente são Estado do Rio Grande do Sul.

11.3 Cópia do certificado de homologação ou de registro, expedido pela ANATEL, que autoriza a operação do transceptor no Brasil;

11.4 Os rádios transceptores operando nos modos P25 fase 2 já deverão estar homologados pela ANATEL no dia do certame, a fim de que os mesmos possam entrar em operação.

11.5 Os documentos, caso apresentados em língua estrangeira, deverão ser notariados em seu país de origem, reconhecidos pelo consulado brasileiro mais próximo e registrados junto com sua versão traduzida, por tradutor juramentado, em cartório de registro de documentos, para que os mesmos tenham validade na forma da Lei.

### **12 Treinamento**

12.1 A contratada deverá prover treinamento técnico presencial para pelo menos 10 (dez) técnicos da Brigada Militar.

12.2 O treinamento deve possuir uma carga horária de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, e ser provido por um técnico do Fabricante ou do licitante, nas instalações da Brigada Militar.

12.3 A contratante fornecerá o local para a realização do treinamento;

12.4 Deverá ser fornecido material didático em Português para cada aluno;

12.5 O treinamento técnico deverá abordar:

12.5.1 A metodologia de programação, reprogramação, alinhamento (ajustes) do transceptor, encriptação, manutenção e operação dos equipamentos;

### **Descrição Técnica da ANTENA BASE 3 X 5/8 DE ONDA:**

Ganho:9,15 dBi

VSWR: ≤ 1,5:1 na banda passante

Padrão: Omnidirecional

Potência máxima: superior a 300 watts (potência contínua)

Frequência de operação: 135 a 174 MHz

Terminação: Terminação: Fêmea UHF com borracha de vedação contra umidade

Impedância nominal: 50 Ohms

Material Básico: Alumínio / Polipropileno

Resistência a ventos de com velocidade igual ou superior a 150 Km/h

Fixação: Em Tubo externo de 43 a 46 mm

#### **Descrição Técnica da ANTENA BASE ¼ DE ONDA**

Polarização: Vertical

Ganho: 2.15dBi

Padrão: Omnidirecional

Potência máxima: 500 watts (contínua)

Frequência de operação: 135 a 174 MHz

Terminação: Fêmea UHF

Impedância Nominal: 50 Ohms

Lóbulo Vertical: 75°

Material Básico: Alumínio/ Aço Inoxidável

Resistência a ventos de até 160 Km/h

Fixação: Em tubos de até 42mm

#### **Especificação mínima de cabo coaxial rg58 (uso interno)**

CARACTERISTICAS MINIMAS

Tipo: Coaxial

Condutor Interno: CSn4

Impedância: 50 Ohms

Frequencia de Operação: 146 a 500MHz

Condutor interno: corda de cobre nu

Dieltrico: PE Sólido

Blindagem: trança de cobre estanho

Capa: PVC 70°C

Ref: KMP RG58 ou tipo Similar

#### **Especificação Mínima De Cabo Coaxial RGC213 - CARACTERISTICAS MINIMAS (uso externo)**

Tipo: Coaxial

Condutor Interno: corda de cobre nu

Dielétrico: PE Expanso

Blindagem : fita de poliéster aluminizada, Malha de cobre nu estanhada.

Capa: PVC 70°C, PE 70°C

Impedância: 50 Ohms

Frequência de Operação: 146 a 500MHz

- Cada cabo devera ser fornecido acondicionado em bobina sem seccionamento.

- Todo material fornecido devera ser homologado pela ANATEL

#### **Especificação de conector mini UHF (mini motorola) –**

DESCRICAÇÃO:

Conector macho “mini motorola”, (mini U) macho, pino fixo, para cabo RG58 com impedância de 50 ohms,

instalação com crimpagem da bucha.

- Bucha: latão niquelado

- Corpo macho: latão niquelado

- Isolante: teflon

- Pino macho: latão dourado  
 - Capa: latão niquelado  
 Ref: KM-2M da KLC ou similar

**Especificação mínima de conector “uhf” macho para cabos coaxiais RG213” - (código – 200476)**

**CARACTERISTICAS:**

- Conector “UHF” macho, pino reto, fixação no cabo coaxial por meio de solda, para uso em cabos

coaxiais tipo RG213, impedância de 50 ohms, uso em radiofrequência (RF)

Ref: KM-1 da KLC ou tipo Similar

**Justificativa:** A necessidade de reaparelhamento da Brigada Militar parte do princípio de que a Corporação deve acompanhar a evolução tecnológica, buscando a atualização de seus equipamentos de comunicação com o objetivo principal de fazer frente à crescente criminalidade. A comunicação efetiva (eficaz e eficiente) é essencial para que a Instituição possa desenvolver um trabalho voltado a atender sua função principal, qual seja, a preservação da ordem pública e segurança dos cidadãos. Notadamente, tanto por meio da mídia em geral, quanto pelas estatísticas apresentadas pelos Órgãos de Segurança Pública, que os índices de incidência criminal, aumentam diuturnamente e, com isto, urge a necessidade da Brigada Militar, como parte integrante dos Órgãos de Segurança Pública, acompanhar, monitorar e gestar frente a essa crescente desestruturação social que deságua na forma de insegurança à população. Assim, faz-se necessário urgentes investimentos nessa área, de forma que se possa atender aos anseios da população em termos de propiciar a cada cidadão um mínimo de segurança possível. Uma das formas é a sensibilização dos nossos governantes e da sociedade civil organizada que os Órgãos de Segurança Pública devem ser considerados de acordo com a sua importância no contexto social em que vivemos, ou seja, num quase caos social generalizado, em que os valores já não existem e a vida do ser humano é preterida em nome da ganância e do interesse de pessoas e grupos e não do coletivo. Portanto, reforça-se a priorização de investimentos nessa área, através de incrementos nos meios de trabalho dos Militares Estaduais Policiais da Brigada Militar, de forma a qualificar as suas ações quando na execução do Policiamento Ostensivo, prevenindo e reprimindo o delito.

**3 – PRODUTOS DO PROJETO**

**Produto:** KIT COMUNICAÇÃO (Rádio Transceptor Portátil e/ou Estação Base)

**Meta:** Aquisição de 55 Kits COMUNICAÇÃO (Rádio Transceptor Portátil e/ou Estação Base), visando o reaparelhamento da Brigada Militar

**Custo:** R\$ 40.000,00 (por kit)

**Prazo:** 132 meses

**6 – RECURSOS DO PROJETO**

**Valor total estimado do projeto:** R\$ 2.200.000,00

# PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DAS MISSÕES

2015-2030

## Corede Missões

Conselho Regional de Desenvolvimento  
Corede Missões  
Conselhos Municipais de Desenvolvimento  
Comudes dos Municípios

Bossoroca	Roque Gonzales
Caibaté	Salvador das Missões
Cerro Largo	Santo Ângelo
Dezesseis de Novembro	Santo Antônio das Missões
Entre-Ijuís	São Luiz Gonzaga
Eugênio de Castro	São Miguel das Missões
Garruchos	São Nicolau
Giruá	São Paulo das Missões
Guarani das Missões	São Pedro do Butiá
Mato Queimado	Sete de Setembro
Pirapó	Ubiretama
Porto Xavier	Vitória das Missões
Rolador	